

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
CURSO DE MESTRADO EM DIREITO

Rose Dayanne Santos de Brito

**NO RASTRO DE BENJAMIM MOTA: A DEFESA DAS LEIS
SOCIAIS E DIREITOS POLÍTICOS NA PRIMEIRA REPÚBLICA
(1901-1904)**

Florianópolis
2016

Rose Dayanne Santos de Brito

**NO RASTRO DE BENJAMIM MOTA: A DEFESA DAS LEIS
SOCIAIS E DIREITOS POLÍTICOS NA PRIMEIRA REPÚBLICA
(1901-1904)**

Dissertação submetida ao
Programa de Pós-graduação em
Direito, Programa de Mestrado,
área de concentração Teoria,
Filosofia e História do Direito, da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau
de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Airton Lisle
Cerqueira Leite Seelaender
Co-Orientadora: Prof^a. Dra. Vera
Regina Pereira de Andrade

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Brito, Rose Dayanne Santos de

No rastro de Benjamim Mota : a defesa das leis sociais
e direitos políticos na primeira república (1901-1904) /
Rose Dayanne Santos de Brito ; orientador, Prof. Dr.
Airton Lisle Cerqueira Leite Seelaender ; coorientadora,
Profª. Dra. Vera Regina Pereira de Andrade. -
Florianópolis, SC, 2016.

354 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós
Graduação em Direito.

Inclui referências

1. Direito. 2. Benjamim Mota. Legislação social. 3.
Direitos políticos. 4. Anticlericalismo. 5. Direito
natural. I. Seelaender , Prof. Dr. Airton Lisle Cerqueira
Leite . II. Andrade, Profª. Dra. Vera Regina Pereira de .
III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Direito. IV. Título.

Dedico este trabalho à minha mãe, por ser tão presente e importante na minha vida e por compartilhar as venturas e desventuras dos meus sonhos acadêmicos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Almir Santos de Brito e Rose Mary Santos de Brito por todo amor e apoio incondicional, aos meus irmãos, Almir Filho e Phablllo Rodrigo por tornarem a vida mais alegre e aprazível, a minha Tia Denise por estar sempre por perto e pelas palavras otimistas, aos meus sobrinhos Steven e Serenna pelo afeto e bondade quase divina, a minha avó Capitulina Maria dos Santos por toda ternura e por ter se doado tanto, mesmo a alguém que ainda não podia falar e agradecer.

Aos professores da Faculdade de Direito do Recife, Prof. Alexandre da Maia que, nas aulas de IED-2, despertou em mim o interesse e fascínio pela carreira acadêmica, ao Prof. Torquato Castro Jr. que sempre, com grande generosidade, me concedeu apoio mais e além do esperado, ao Prof. Gustavo Ferreira, pelas histórias da UFSC e os causos Waratianos, ao Prof. Everaldo Gaspar, pelas leituras de Marx e por toda amabilidade que não cabe em um só ser, logo toma conta do seu entorno. Com enorme gratidão, agradeço ao Prof. Gustavo Just da Costa e Silva por tudo e por tanto, por ser um pesquisador sério e tornar-se uma referência para quem está no início da carreira, por todas as assinaturas que me ajudaram a ir em frente, por todas as palavras ditas e menções à tradição jurídica, por toda paciência e e-mails respondidos, no mais, por ser um orientador incontestado na vida dos seus alunos que nem o tempo e o espaço conseguem apagar esta relação.

Ao professor Airton Seelaender, por ter apostado e aceitado orientar uma pesquisa que, no início, não passava de uma folha em branco. Agradeço, também, pela perspicaz correção e comentários ao texto da Dissertação que ora submeto à Banca e à apreciação dos leitores.

Ao professor Ricardo Lara (PPGSS-UFSC), pelos ensinamentos na disciplina “Trabalho e Teoria do Valor em Marx”, às Professoras Vera Regina e Jeanine Phillippi que fizeram valer, em suas respectivas aulas e debates, cada quilômetro deixado para trás, assim como, amenizaram, com as instigantes leituras indicadas, a saudade de casa. Agradeço, ainda, à Prof^a. Jeanine Phillippi pelas considerações enriquecedoras na qualificação do projeto.

Ao professor Edmundo de Arruda Jr., pela extraordinária oportunidade de realizar Estágio Docência durante um ano na

disciplina Sociologia do Direito e por ser uma pessoa de fácil diálogo.

Aos amigos e amigas que fiz ao longo destes dois anos de mestrado, Anna Clara Lehmann, Danilo Christiano, Gabriela Kyrillos, José Augusto, Leandro Lopes, Macell Leitão (aos conterrâneos do Piauí), a Melissa Mendes, aos membros da Revista Captura Críptica, agradeço a todos pelos conhecimentos intercambiados e pela aprendizagem no mais amplo sentido do termo. Um agradecimento especial a Adailton Costa, por demonstrar que havia lugar para minhas angústias existenciais e interesses de pesquisa na História do Direito. Ainda e, não menos importante, pelas palavras tranquilizadoras nos momentos difíceis e de total estranhamento, pois bem, se existe um marxista que não perdeu a ternura, eis tu, caro amigo.

Aos professores que, mesmo distante, colaboraram com informações para traçar os fios da história de Benjamim Mota, Prof^a Edilene Toledo (Unicamp), Prof. Carlo Romani (UNIRIO) e Prof. Samuel Barbosa (FD-USP).

Aos arquivistas e bibliotecários, sem a ajuda destes profissionais este trabalho não seria possível, agradeço em especial a Renata Cotrim do CEDEM/UNESP, ao Emerson Luis e a Silvia Modena do AEL, a Luciana de Souza da BCN-FND, a Marinês Vidal e Karine Vilela da SOR-FDR, a Marcia do Arquivo/Museu USP e ao pesquisador Bruno Rodrigues pelas consultas no AGTJSP.

Ao Professor Henrique Espada pelas excelentes exposições e bibliografia na disciplina “Microanálise e História Social” e por ser tão acessível aos estudantes.

Aos integrantes e ao Coordenador do Grupo de Estudo lus Commune por aceitar alunos forasteiros interessados em participar dos debates e dos eventos.

Aos membros da Banca, Prof. Ricardo Fonseca, Prof^a. Jeanine Phillippi e Prof^a. Carolina Bahia que, apesar dos contratempos, aceitaram ler o trabalho, debater e estarem presentes neste importante momento da minha vida.

A CAPES pela concessão da bolsa, primordial, para realização da pesquisa.

Ao Luis Alberto Warat e a longa tradição crítica da UFSC, que me fizeram cruzar o país para cursar o Mestrado nesta instituição.

*Historia, ¿vas a mencionarnos,
en tus viejos pergaminos?
Trabajamos en talleres y oficinas,
nuestros nombres no sonaban mucho.
(...)*

*Pero en tus infinitos volúmenes
debajo de cada letra y cada línea
nuestra pena va a asomar su duro rostro.
(...)*

*Por nuestros sufrimientos
no pedimos recompensas.
Ni queremos nuestros retratos
en los tomos de tus obras.
Pero cuenta nuestra historia simplemente
a aquellos que no vamos a ver.
Y di a los que nos reemplacen
que luchamos con valor.
(Nicolás Vapzarov)*

*Justiça, significa, penso eu, na linguagem do presente,
a execução daquilo que a lei estabelece. Assim sendo,
eu proponho que o Tribunal de Justiça passe a ter a
denominação de Tribunal de Injustiça, porque alli,
o menos que se faz; é respeitar a lei.
(Benjamim Mota)*

RESUMO

O tema desta dissertação é a participação de Benjamim Mota no movimento social brasileiro no início da Primeira República. Em contraposição ao tratamento ambíguo e superficial, que colaborou para enquadrar este personagem na definição de “advogado anarquista”, escolhi examinar com um olhar analítico desde o ambiente familiar, o interesse pela questão social e o ingresso no campo jurídico. Assim, através da redução da escala de análise, inspirada na micro-história, foi possível verificar aspectos não observados e desconhecidos sobre Benjamim Mota. A partir dos documentos históricos do cotidiano (jornais diários) foram encontrados dados sobre a tradição político-jurídica da sua família e os traços da sua formação intelectual. Delimitou-se o âmbito circunscrito de investigação espacial e temporal: São Paulo, 1901-1904, guiado pela escolha da fonte principal: a primeira fase do jornal *A Lanterna*. Ao seguir os indícios e rastros da experiência individual de Benjamim Mota foi constatada a defesa de uma legislação social, assistencial e jurídica para os trabalhadores e para a população carente. Paralelo a isso, o estudo minucioso sobre o grupo *A Lanterna* mostrou uma heterogeneidade ideológica e política, o que não impedia de haver elementos comuns entre os membros da redação, e mais que isso, o apoio a ligas de resistências, a movimentos grevistas e a denúncia a violações de direitos. Dessa forma, foi possível visualizar, sob um ângulo específico, o movimento social brasileiro e as estratégias de lutas nos primeiros anos do século XX, como também, as particularidades, contradições e adaptações do pensamento de Benjamim Mota. Como a utilização frequente e flexível do argumento do “direito natural”, de matriz racionalista, para legitimar tanto uma ordem jurídica constitucional quanto a sociedade anarquista futura.

Palavras-chave: Benjamim Mota. Legislação social. Direitos políticos. Anticlericalismo. Direito natural.

ABSTRACT

The theme of this dissertation is the participation of Benjamin Mota in the Brazilian social movement during the beginning of the First Republic. In contraposition to the ambiguous and shallow treatment, which collaborated to frame this character as an "anarchist lawyer", I chose to examine with an analytical look since the family environment, his interest for the social issue and his admission in the legal field. Thus, by reducing the scale of analysis, inspired by the micro-history, it was possible to verify unobserved and unknown aspects about Benjamin da Mota. From the daily historical papers (newspaper), data was found about the political-legal tradition in his family and his intellectual formation traces. The restricted scope of spacial and temporal investigation was delimited: São Paulo, 1901-1904, guided by the primary source choice: the first phase of the newspaper *A Lanterna*. By following the clues and traces from the individual experience of Benjamin Mota, the defense of a social, welfare and legal legislation for workers and needy population was detected. In parallel to this, the detailed study about the group *A Lanterna* showed an ideological and political heterogeneity that did not stop the appearance of common elements among the editorial staff members, and more than that, the support to resistance groups, strike movements and the denunciation of rights violation. This way, it was possible to visualize under an specific angle, the Brazilian social movement and the struggles strategies during the early years of the 20th century, as well as the unique features, contradictions and adaptations of Benjamin Mota's thoughts. As the frequent and flexible use of the "natural law" argument, of a rationalist matrix, to legitimate both a constitutional law order and a future anarchist society.

Keywords: Benjamin Mota. Social legislation. Political rights. Anticlericalism. Natural law.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil Batismo: Benjamim Silveira da Motta	46
Tabela 2 – Quatro Gerações da família Silveira da Motta.....	63
Tabela 3 – Quadro de Publicação d' <i>A Lanterna</i>	161
Tabela 4 – Quantidade de edições d' <i>A Lanterna</i> em cada mês	162

LISTA DE ABREVIATURAS

Arquivos, Bibliotecas e outros:

AEL	Arquivo Edgar Leuenroth
AGTJSP	Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de São Paulo
AHSP	Arquivo Histórico da Cidade de São Paulo
API	Associação Paulista de Imprensa
ARQUIVO FD-USP	Museu da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
BCN-FND	Biblioteca Carvalho de Mendonça - Faculdade Nacional de Direito (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
BN	Biblioteca Nacional
CEDEM-UNESP	Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista
IISG	Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis
SOR-FDR	Seção de Obras Raras da Faculdade de Direito do Recife

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	29
CAPÍTULO 1 – FRAGMENTOS DA VIDA E DA OBRA DE BENJAMIM MOTA ANTECEDENTES AO JORNAL A LANTERNA.....	33
1.1 QUEM FOI BENJAMIM MOTA?	35
1.1.1 O Registro	41
1.1.2 A Família.....	47
1.1.3 A Formação Escolar.....	65
1.1.4 O início da atuação na Imprensa e na Política.....	74
1.2 N’O <i>REBATE</i> : ANÁLISE POLÍTICA, QUESTÃO SOCIAL E ADESÃO AO SOCIALISMO.....	90
1.2.1 Correntes do Socialismo: socialismo libertário versus socialismo autoritário	100
1.3 DE REBELDIA EM REBELDIA: O ANARQUISMO	107
1.3.1 O caso Zola-Dreyfus	118
1.4 JOGANDO O JOGO JURÍDICO EM DEFESA DAS CLASSES OPERÁRIAS: BENJAMIM MOTA, UM SOLICITADOR	125
1.5 D’A <i>RAZÃO CONTRA A FÉ</i> : O ANTICLERICALISMO.....	138
CAPÍTULO 2 – A LANTERNA: LIGA ANTICLERICAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS	159
2.1 OS COLABORADORES DOS JORNAIS E O ELEMENTO COMUM DO GRUPO.....	162
2.2 O PÚBLICO-ALVO.....	167
2.3 UM JORNAL “DENTRO DA LEI”: EM DEFESA DA LIBERDADE DE REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO DE PENSAMENTO	174
2.3.1 Repressão às manifestações anticlericais: o caso <i>Electra</i>	180
2.4 EM 1902: O SILÊNCIO D’A <i>LANTERNA</i>	186
2.4.1 Benjamim Mota alia-se ao jornal <i>O Amigo do Povo</i>	189
2.4.2 <i>Ligas de Resistência</i> : organização operária para conquista de direitos	194
2.5 EM 1903, REAPARECE A <i>LANTERNA</i> : CONSIDERAÇÕES SOBRE A LIBERDADE DE CULTO E ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA	199
CAPÍTULO 3 – DISSOLUÇÃO DA PRIMEIRA FASE D’A <i>LANTERNA</i> E O “ESPÍRITO DE COMBATIVIDADE” DE	

BENJAMIM MOTA: A LUTA POR UMA LEGISLAÇÃO SOCIAL	205
3.1 O APOIO À GREVE DOS TRABALHADORES MARÍTIMOS (1903-1904).....	206
3.2 A TRAJETÓRIA DAS LEIS SOCIAIS NOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XX NO BRASIL: UM BREVE BALANÇO	212
3.2.1 “Notas para a História: violências policiais contra o proletariado”	219
3.3 AS REDES DE COLABORAÇÃO: A <i>LANTERNA</i> , O <i>LIVRE PENSADOR</i> , <i>L’AZINO E SEMPRE AVANTI!</i>	223
3.4 DISSOLVIDA A SOCIEDADE D’A <i>LANTERNA</i> : O AFASTAMENTO DE BENJAMIM MOTA.....	229
3.4.1 As dissidências: o caso Everardo Dias.....	233
3.5 BENJAMIM MOTA ENTRE EXPERIÊNCIAS E EXPECTATIVAS: “O QUE ME ANIMA É O IDEAL DE LIBERDADE”	237
3.5.1 A relação entre o pensamento político e o discurso jurídico de Benjamin Mota: a modernidade enquanto fábrica de mitologias	240
CONCLUSÃO	245
REFERÊNCIAS	249
APÊNDICE– A ESCOLHA DAS LENTES TEÓRICAS E PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA: UM COMENTÁRIO	265
ANEXOS	273

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – DIVISÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO POR ZONAS	273
ANEXO B – LISTA DOS MUNICÍPIOS DA 5ª ZONA	274
ANEXO C – RESUMO DOS JORNAIS, REVISTAS, PERIÓDICOS, ETC. PUBLICADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE 1827 A 1896	275
ANEXO D – LISTA DAS FALTAS DOS ESTUDANTES ATÉ MAIO DE 1862: ALFREDO SILVEIRA DA MOTTA (PAI DE BENJAMIM MOTA)	276
ANEXO E – LISTA DAS FALTAS DOS ESTUDANTES ATÉ SETEMBRO DE 1863: ALFREDO SILVEIRA DA MOTTA.....	277
ANEXO F – LISTA DAS FALTAS DOS ESTUDANTES ATÉ JULHO DE 1864: ALFREDO SILVEIRA DA MOTTA	278
ANEXO G – LISTA DE BACHAREIS FORMADOS PELA FACULDADE DE DIREITO DE S. PAULO: ALFREDO SILVEIRA DA MOTTA (PAI DE BENJAMIM MOTA)	279
ANEXO H – RETRATO DE JOSÉ IGNACIO SILVEIRA DA MOTTA (AVÔ DE BENJAMIM MOTA).....	280
ANEXO I – GALERIA DOS BRASILEIROS ILUSTRES: JOSÉ IGNACIO (AVÔ DE BENJAMIM MOTA).....	281
ANEXO J – LISTA DE BACHAREIS FORMADOS PELA FACULDADE DE DIREITO DE S. PAULO: JOSÉ IGNACIO SILVEIRA DA MOTTA (AVÔ DE BENJAMIM MOTA)	282
ANEXO K – TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOSÉ IGNACIO SILVEIRA DA MOTTA (AVÔ DE BENJAMIM MOTA)	283
ANEXO L – HOMENAGEM EM 2014: 100 ANOS SEM ARTUR SILVEIRA DA MOTA (TIO DE BENJAMIM MOTA)	284
ANEXO M – EVOLUÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO DO IMPÉRIO 1831-1889.....	287
ANEXO N – LISTA DE BACHAREIS FORMADOS PELA FACULDADE DE DIREITO DE S. PAULO: RENATO FULTON SILVEIRA DA MOTTA (IRMÃO DE BENJAMIM MOTA).....	288
ANEXO O – TRANSCRIÇÃO DO DISCURSO DE RENATO FULTON NA COLAÇÃO DE GRAU DA FACULDADE DE DIREITO DE S. PAULO (1898).....	289
ANEXO P – RETRATO DE RENATO FULTON SILVEIRA DA MOTTA (IRMÃO DE BENJAMIM MOTA)	291

ANEXO Q – MARIO SILVEIRA DA MOTTA: 2º TABELIÃO INTERINO (IRMÃO DE BENJAMIM MOTA)	292
ANEXO R – RESULTADO DOS EXAMES DE LÍNGUAS DOS ALUNOS DO COLLEGIO JOAQUIM CARLOS PERANTE AS MESAS EXAMINADORAS NA FACULDADE DE DIREITO-SP (BENJAMIM MOTA- 13 ANOS)	293
ANEXO S – RESULTADO DOS EXAMES PREPARATÓRIOS NA FACULDADE DE DIREITO- SP.....	294
ANEXO T – RESULTADO DOS EXAMES DE LÍNGUAS E CIÊNCIAS DOS ALUNOS DO COLLEGIO JOAQUIM CARLOS PERANTE AS COMISSÕES EXAMINADORAS NA FACULDADE DE DIREITO- SP (BENJAMIM MOTA- 14 ANOS)	295
ANEXO U – RELAÇÃO DOS ESTUDANTES APROVADOS NOS EXAMES REALIZADOS PERANTE A FACULDADE DE DIREITO- SP (BENJAMIM MOTA- 15 ANOS)	296
ANEXO V – RELAÇÃO DOS INSCRITOS PARA EXAMES NA FACULDADE DE DIREITO- SP (BENJAMIM MOTA- 16 ANOS)	297
ANEXO W – RELAÇÃO DOS INSCRITOS PARA EXAMES NA FACULDADE DE DIREITO- SP (BENJAMIM MOTA- 16 ANOS)	298
ANEXO X – RESULTADO E CONVOCAÇÃO PARA EXAMES NA FACULDADE DE DIREITO- SP (BENJAMIM MOTA- 16 ANOS)	299
ANEXO Y – RESULTADO DOS EXAMES DOS ALUNOS DO EXTERNATO DELAMARE PERANTE AS MESAS DO CURSO ANEXO A FACULDADE DE DIREITO- SP (BENJAMIM MOTA- 17 ANOS)	300
ANEXO Z – LISTA DOS INSCRITOS PARA EXAMES PREPARATÓRIOS NA FACULDADE DE DIREITO-SP (BENJAMIM MOTA- 17 ANOS)	301
ANEXO AA – EXEMPLAR DO JORNAL <i>O REBATE</i> EM 1897	302
ANEXO BB – CAPA E CONTRA-CAPA DO OPÚSCULO <i>REBELDIAS</i>	303
ANEXO CC – ENTRADA NO CARTÓRIO DE CRIMES EM 1897	304
ANEXO DD – BENJAMIM MOTA CANDIDATO A VEREADOR EM 1907 – SP	305

ANEXO EE – BENJAMIM MOTA CANDIDATO A DEPUTADO EM 1911 - SP	306
ANEXO FF – BENJAMIM MOTA CANDIDATO A VEREADOR EM 1913 - SP	307
ANEXO GG – BENJAMIM MOTA CANDIDATO EM 1934: OPOSIÇÃO À CHAPA INTEGRALISMO	308
ANEXO HH – TRANSCRIÇÃO DO MANIFESTO DOS SOCIALISTAS EM DEFESA DE ZOLA	309
ANEXO II – TRANSCRIÇÃO DO MANIFESTO DOS ESTUDANTES EM DEFESA DE ZOLA.....	310
ANEXO JJ – TRANSCRIÇÃO DO MANIFESTO DOS LIVRE-PENSADORES EM DEFESA DE ZOLA.....	311
ANEXO KK – ANÚNCIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO JURÍDICO: ADVOGADO BENJAMIM MOTA (1901).....	312
ANEXO LL – BENJAMIM MOTA ADMITIDO NO QUADRO DO INSTITUTO FORENSE -1899.....	313
ANEXO MM – OAB-SP: INSCRIÇÃO DO SOLICITADOR BENJAMIM MOTA.....	314
ANEXO NN – RENOVAÇÃO DA PROVISÃO DO SOLICITADOR BENJAMIM MOTA.....	315
ANEXO OO – REFORMA DE PROVISÃO DO SOLICITADOR BENJAMIM MOTA.....	316
ANEXO PP – LISTA DE ADVOGADOS NO <i>ALMANAK LAEMMERT</i>	317
ANEXO QQ – ARTIGO DE BENJAMIM MOTA NO JORNAL A <i>PLEBE</i> - 1917.....	318
ANEXO RR – PUBLICAÇÃO DE UMA DAS CONFERÊNCIAS DO PADRE JULIO MARIA.....	319
ANEXO SS – TRANSCRIÇÃO DA CARTA DO PRESIDENTE DA ORDEM MAÇÔNICA CONSELHO DO KADOSCH A BENJAMIM MOTA	320
ANEXO TT – TRANSCRIÇÃO DA NOTA DE REPÚDIO À CARTA DO PRESIDENTE DA ORDEM MAÇÔNICA CONSELHO DO KADOSCH	321
ANEXO UU – TRANSCRIÇÃO DE UMA NOTA EM DEFESA DO PRESIDENTE DA ORDEM MAÇÔNICA CONSELHO DO KADOSCH.....	322
ANEXO VV – EMBLEMA D'A <i>LANTERNA</i> COM A LEGENDA “JORNAL DE MAIOR CIRCULAÇÃO NO BRASIL”	324

ANEXO WW – CAPA DO JORNAL ACADÊMICO <i>JUSTIÇA</i> – ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DO 3º ANNO DA FACULDADE DE DIREITO - SP	325
ANEXO XX – PUBLICAÇÕES RECEBIDAS PELA REDAÇÃO DO JORNAL <i>JUSTIÇA</i>	326
ANEXO YY – ANÚNCIO DO ADVOGADO BENJAMIM MOTA - 1903.....	327
ANEXO ZZ – CARTA DE UM LEITOR D'A <i>LANTERNA</i> COM SUGESTÕES LITERÁRIAS E CULTURAIS ENDEREÇADA À REDAÇÃO DO JORNAL.....	328
ANEXO AAA – CARTA DE BENJAMIM MOTA A RUI BARBOSA	329
ANEXO BBB – DOSSIÊ DE BENJAMIM MOTA NO ARQUIVO RUI BARBOSA.....	332
ANEXO CCC – RETRATO DO TEATRO SANT'ANNA EM 1910	334
ANEXO DDD – SEÇÃO DE BIBLIOGRAFIA DO JORNAL <i>O AMIGO DO POVO</i>	335
ANEXO EEE – SEÇÃO DE BIBLIOGRAFIA DO JORNAL <i>A LANTERNA</i>	336
ANEXO FFF – NOTA DE AGRADECIMENTO DO JORNAL <i>IL DIRITTO</i> A BENJAMIM MOTA	337
ANEXO GGG – TRANSCRIÇÃO DA LEI 173/1893.....	338
ANEXO HHH – PROJETO DE LEI E DISCURSO DE ERICO COELHO NA CÂMARA FEDERAL – 1903.....	341
ANEXO III – TRANSCRIÇÃO DO DECRETO 119-A/1890	343
ANEXO JJJ – ANÚNCIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO JURÍDICO: ADVOGADO OSCAR SILVEIRA DA MOTA (IRMÃO DE BENJAMIM MOTA) SEGUIDO DE DIVULGAÇÃO DO LIVRO <i>A RAZÃO CONTRA A FÉ</i>	345
ANEXO LLL– CRIAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES, SOCIEDADES, CENTROS EM SÃO PAULO (1900-1910)	347
ANEXO MMM – LEGISLAÇÃO SOCIAL (1900-1910)	349
ANEXO NNN – OCORRÊNCIA DE GREVES POR CATEGORIAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO (1901-1904).....	350
ANEXO O' – BALANÇO FINANCEIRO DO JORNAL <i>A LANTERNA</i> EM 1903.....	351

ANEXO P' – TRANSCRIÇÃO DA NOTA DE FALECIMENTO DE BENJAMIM MOTA (1940)	352
ANEXO Q' – HOMENAGEM À MEMÓRIA DE BENJAMIM MOTA UM ANO DE FALECIDO	353
ANEXO R' – RETRATO DE BENJAMIM FRANKLIN SILVEIRA DA MOTA	354

INTRODUÇÃO

No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as ‘gestas dos reis’. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado.

(Ginzburg)

Benjamim Mota tinha dirigido o jornal anticlerical *A Lanterna*, em 1901, e passara de livre-pensador a anarquista, a mesma trajetória que seguiria pouco depois Edgard Leuenroth, o mais importante militante anarquista brasileiro. Mota escreveu um dos primeiros livros de autor brasileiro sobre o anarquismo, *Rebeldias*. Com o português Neno Vasco e os italianos Sorelli, Alessandro Cerchiai, Oreste Ristori, Tobia Boni, Angelo Bandoni, Gigi Damiani, Augusto Donati, participou da redação do jornal *O Amigo do Povo*, a partir de 1902. Defendeu também muitos outros militantes, sindicalistas, socialistas e anarquistas, ameaçados de expulsão. Uma biografia desse interessante personagem ainda está por ser escrita.

(Edilene Toledo)

O nome de Benjamim Mota é conhecido na história do movimento operário brasileiro. O excêntrico é o tratamento conferido a este personagem: muito citado na literatura, mas não estudado. Na verdade, pouco se sabe sobre ele. O objetivo do nosso trabalho é preencher este vazio, em outras palavras, dar voz a atuação deste sujeito e da sua rede de colaboradores na Primeira República. Longe de pretender apresentar “como a história aconteceu de fato”, este estudo não passa de uma aproximação baseada na leitura de fontes primárias e no olhar distanciado sobre o passado.

A pesquisa parte da definição limitada “advogado anarquista” encontrada na historiografia e tem o intento de evidenciar as tensões, os paradoxos e as vozes silenciadas e suprimidas por esta catalogação ideológica. A hipótese-base que iniciamos a pesquisa suspeitava que as ações de Benjamim

Mota pudessem ir muito além de um estereótipo fixo e inalterável, já que ele havia vivenciado um período conflituoso e de grande heterogeneidade política. Definir, enquadrar e delimitar Benjamim Mota era insuficiente; tornava-se necessário, então, encontrar suas vicissitudes, particularidades e contradições. O resultado disso aparece ao longo do trabalho, sob as múltiplas faces deste indivíduo, desde o interesse pelo jornalismo, republicanismo, anarquismo, à candidatura política e ao solicitador que lutou na tribuna pelo cumprimento das garantias constitucionais e pela igualdade perante a lei.

Para comprovar a nossa hipótese de base, foi preciso adentrar nos arquivos históricos e caminhar por estradas sinuosas, desconhecidas e enigmáticas. Cada pista seguida, cada documento lido, cada rua percorrida auxiliaram a edificar este texto, que é apenas uma parte diminuta das veredas atravessadas nestes dois anos de mestrado. Apesar do enfoque analítico conferido à pesquisa, alicerçado pela delimitação espaço-tempo (São Paulo: 1901-1904), foi preciso dispor de um quadro de fontes amplo. A partir da leitura do repositório jornalístico da época, negamos diversas hipóteses secundárias que permeavam a composição do trabalho, desde a formação jurídica de Benjamim Mota a uma visão homogênea das formas de agremiação e associativismo na imprensa e no movimento social brasileiro.

Nessa direção, as fontes utilizadas no primeiro capítulo foram jornais de grande circulação no Estado de S. Paulo, dentre eles, “*Correio Paulistano*”, “*A Província de São Paulo*”, “*A Nação*” e “*O Estado de São Paulo*”. Com base nas informações cotidianas, foram traçados os vestígios da família “Silveira da Motta” desde o Brasil Imperial, assim como, as características do ambiente privado e sociopolítico em que Benjamim Mota estava inserido. Paralelamente à coleta de dados biográficos, a pesquisa destaca as obras publicadas por Mota antes da criação do periódico *A Lanterna*, pois através das ideias defendidas nestas obras podemos traçar os motivos que o levaram a criação do jornal em 1901. Essas obras são *Rebeldias* (1898), em que defende o socialismo libertário (anarquismo), e *A razão contra fé*, com fundamentação anticlerical, publicada em forma de livro em 1900.

No segundo e terceiro capítulo reduzimos o nosso olhar para o jornal “*A Lanterna*”, do qual Benjamim Mota foi fundador e

diretor-chefe. Embora a primeira fase tenha durado de 1901 a 1904 (com 59 números publicados), o aspecto temático não foi linear, houve descontinuidades e rupturas em sua linha editorial abordadas no trabalho. A interrupção d'A *Lanterna*, em 1902, exigiu a leitura de outros jornais, como "O *Amigo do Povo*", em que Benjamim Mota escrevia artigos como colaborador. Para compreender a extensão e as redes de aproximação da imprensa anticlerical e operária no Brasil foram lidos, de forma complementar, *A Justiça* e o *Avanti!*. Ademais, na pretensão de investigar as expectativas e o balanço feito por Benjamim Mota acerca da sua participação no movimento social, foram consultados jornais depois da primeira década do século XX. Dentre os periódicos pesquisados estão "A *Plebe*" e "A *Lanterna*" sob a direção de Edgard Leuenroth. Foi mantida a redação original das fontes na ortografia e gramática em todos os trechos reproduzidos.

Apesar da produção consolidada na história social acerca das experiências individuais e coletivas do movimento operário brasileiro, a história do direito mantém-se ainda distanciada dessa área de estudo e não raro recebe críticas sobre a precariedade das dimensões sociais e culturais nas pesquisas jurídicas. Há pouco tempo, porém, alguns historiadores do Direito no Brasil passaram a realizar trabalhos sob a ótica dos movimentos sociais e em diálogo com a história social do trabalho. A presente dissertação não deixa de ser um resultado desses ventos interdisciplinares, mas tenta se localizar com uma proposta metodológica específica (ler apêndice).

As fontes primárias estão nos arquivos à espera de novos olhares, ao encontro de sujeitos desconhecidos, das vozes inauditas nos manuais e resumos históricos. Esses testemunhos são os rastros do passado e o historiador do direito deveria estar atento a isso. Ao seguir a trajetória de Benjamim Mota, descobrimos mais que um "anarquista", mais que um "advogado", mais que uma biografia. Da história desse personagem e dos textos do jornal *A Lanterna* foi possível encontrar uma compreensão histórica sobre o direito natural, as formas de resistências e as vivências desses indivíduos. Histórias que precisam ser narradas e compartilhadas.

CAPÍTULO 1 – FRAGMENTOS DA VIDA E DA OBRA DE BENJAMIM MOTA ANTECEDENTES AO JORNAL A LANTERNA

O passado é uma realidade complicada e confusa: não se pode reconstruí-la em sua totalidade; ela é feita somente por conjecturas e aproximações; não parece revelar uma direção unívoca e segura; não mostra o sinal de uma linha ou de várias linhas contínuas e claras; apresenta-se muito mais como um emaranhado de segmentos que se entrecruzam, perdem-se, recomeçam, interrompem-se; não é uma linha e nem um círculo, muito mais um labirinto. (COSTA, P., 2008, p. 27)

Neste primeiro capítulo, não tivemos o objetivo de reconstruir todos os anos e percursos da vida de Benjamim Mota (que foi bastante longeva: de 1870 a 1940). Lançamos luz, apenas, sobre as vicissitudes, a formação intelectual e a rede de relação interpessoal antes de sua atuação no jornal *A Lanterna* (1901-1904), do qual ele foi fundador e redator-chefe. Nesta perspectiva, os itens 1.1 e 1.2 entrelaçam as escolhas e particularidades de Benjamim Mota em paralelo à tradição da sua família. Esses fundamentos somam-se ao item 1.3 e demonstram as razões que levaram Benjamim Mota a se interessar pela questão social e política brasileira.

As fontes de natureza jornalísticas auxiliaram a construir o ambiente e os personagens da família “Silveira da Motta”, sobretudo, os que viveram na segunda metade do século XIX no Brasil. Acreditamos que resgatar essas informações era necessário para contextualizar as escolhas e preocupações de Benjamim Mota. Embora ele tenha traçado um caminho com pretensões diferentes da trajetória familiar, ele não deixou de registrar o desenvolvimento e contraposição de suas ideias em relação ao círculo doméstico. Um trecho autobiográfico confirma essa suspeita: *“há doze ou quatorze annos, e eu era ainda muito criança quasi, meu pae conversava, discutia comigo do mesmo modo, sustentando eu as minhas idéas republicanas, que eram contrarias ás suas crenças monarchicas”* (MOTA, 1933, p. 129, grifo nosso).

Os itens 1.3.1 e 1.4 investigam os motivos que impulsionaram Benjamim Mota a ingressar no campo jurídico¹. Diferentemente dos textos acadêmicos que definem Benjamim Mota como “advogado anarquista”, nós exploramos várias hipóteses e questionamentos sem assumir esta afirmação como uma evidência ou certeza, no máximo, como um indício. Nesse sentido, seguimos os preceitos de Eric Hobsbawn, para quem o ofício do historiador é lembrar o que os outros esquecem².

Este capítulo, portanto, apresenta desde os fatos ignorados sobre Benjamim Mota às variações de sua posição política e a sua efetiva participação no movimento social brasileiro. Para isso, dialogamos, ao longo do texto, com historiadores que assimilaram o “provável” e o “verossímil” na sua prática historiográfica³ e propiciaram um novo exercício com as fontes históricas e as lacunas da documentação⁴. Se o que

¹ Este conceito é utilizado no sentido atribuído por Pierre Bourdieu: “o campo jurídico é o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (*nomos*) ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de *interpretar* (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa*, do mundo social” (BOURDIEU, 2009, p. 212, grifo do original).

² “A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal a das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do milênio” (HOBSBAWN, 1995, p.13).

³ “Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo” (GINZBURG, 2007, p. 14).

⁴ “A pesquisa histórica envolve algum trabalho de imaginação e a escrita da história exige uma habilidade que é, em parte, imaginativa. Há, por assim dizer, no modo como se pensa e se escreve, uma região em que as fronteiras entre história e ficção se confundem. Mas, por outro lado, os historiadores, em regra, consultam textos – algo externo a eles mesmos -, e não suas próprias mentes, quando precisam verificar algo” (DAVIS, 2000, p. 108) .

oferecemos sobre Benjamim Mota é, em parte, uma criação minha, é uma criação construída pela atenta escuta das vozes do passado⁵.

1.1 QUEM FOI BENJAMIM MOTA?

¿Cómo puede un historiador estudiar y describir sistemas de grandes dimensiones, pero sin perder de vista la situación concreta de la gente real y de su vida; o viceversa, cómo puede describir las acciones de una persona y su concepción limitada y centrada sobre el ego, pero sin perder de vista las realidades globales que pesan en torno de esa misma persona? Es un problema antiguo, que ha contribuido de una manera determinante a mantener indefinido el estatuto científico del oficio de historiador. (LEVI, 2003, p. 279)

O nome de Benjamim Mota aparece como referência na literatura nacional⁶ e internacional⁷ por sua atuação na vida

⁵ Adaptação da frase de DAVIS, 1987, p. 21.

⁶ “Os autores anarquistas mais publicados em língua portuguesa até a década de 1930 foram Kropotkin, Jean Grave, Elisée Reclus, Ricardo Mella, Sebastien Faure e Errico Malatesta e, os brasileiros mais publicados seriam *Benjamim Mota*, José Oiticica e Maria Lacerda de Moura” (GONÇALVES; SILVA, 1999, p. 26-27, grifo nosso).

⁷ “Indeed, Brazil’s early anarchist movement owed more to the antistate politics of disaffected Republicans than it did to working-class organizing. Brazilians such as *Benjamin Mota*, Manuel Curvello de Mendoça, Avelino Foscolo, Fábio Luz, and Lima Barreto rejected the government of the Old Republic as a corrupt and failed experiment. They considered themselves exponents of logic and morality and called for a return to so-called primitive communitarianism. These anarchist activists concentrated their energies on education programs and cultural events such as the Workers’ Theater. Further, anarchists attacked, implicitly and explicitly, the Catholic church. While anticlericalism was a fundamental part of anarchist ideology and was expressed often in plays, songs, and study groups, it created a gulf between activists and the majority of São Paulo’s Working people” (WOLFE, 1993, p.11, grifo nosso).

política da Primeira República. No entanto, esta atuação não resultou na elaboração de trabalhos específicos sobre a trajetória de sua vida, memória ou sua efetiva participação no movimento operário brasileiro. Como alguém pôde ter sido tão citado e sua história ainda continuar desconhecida?

Diante disso, a pergunta “quem foi Benjamim Mota?” ainda continua sem respostas. Em vários trabalhos, porém, é possível encontrar definições parciais, limitadas e, aparentemente, destoantes: Benjamim ora aparece como “advogado republicano” (ABREU, 2015, s/p), “advogado, tipógrafo e militante socialista” (ANDRADE, 2010, p. 8), “advogado anarquista” (DULLES, 1977, p. 20), “advogado, maçom, [que] reivindicava-se anarco-comunista” (MIRANDA, 2006, p. 20).

Se estas definições não dizem muito acerca da complexidade, contingência das ideias e contradições de Benjamim Mota, elas trazem como referência constante à figura do advogado que se sobressaiu na defesa dos direitos dos trabalhadores. Sendo assim, no início da pesquisa, os únicos indicativos de que dispunha eram a sua profissão (advogado), o espaço de atuação (São Paulo) e a provável simpatia pelos operários, o que poderia explicar seu interesse em defendê-los gratuitamente.

Verificar as incógnitas e a alteridade do passado vivido por Benjamim Mota e seguir, mesmo que aleatórios, os rastros de sua história despertou curiosidades⁸ e questionamentos iniciais⁹. Onde ele havia estudado? Quais livros havia lido? Qual seu

⁸ “Os gregos contam que Teseu recebeu de presente de Ariadne um fio. Com esse fio Teseu se orientou no labirinto, encontrou o Minotauro e o matou. Dos rastros que Teseu deixou ao vagar pelo labirinto, o mito não fala” (GINZBURG, 2007, p. 7). A curiosidade é uma ferramenta de investigação que promove na pesquisa ir além das respostas estabelecidas e “oficiais”.

⁹ “[...] devemos empregar a linguagem do nosso presente não para afirmar verdade (a nossa verdade), mas para formular perguntas. O historiador não tem necessidade de asserções, mas de perguntas: ele toma do seu presente os estímulos e os materiais que servem para trazer problemas, para colocar perguntas: são estas perguntas, as perguntas instigadas pelo seu presente, que lhe permitem selecionar no conjunto caótico dos textos do passado, os textos pertinentes; e serão estes textos a oferecer respostas às perguntas previamente formuladas” (COSTA, P., 2008, p. 26, grifo nosso).

ambiente familiar? Desde o início, o projeto consistia não em produzir uma história da vida deste personagem, todavia mínimas informações sobre ele eram necessárias e foi seguindo os indícios que este primeiro capítulo foi construído.

Como as constantes citações do tempo presente sobre Benjamim Mota não respondiam as perguntas e indagações da nossa pesquisa, foi preciso entrar no universo dos arquivos históricos. Neste momento, começou o trabalho de historiador(a)¹⁰. Ao seguir cada pista, cada fonte consultada foi possível se deparar com sinais e vestígios deste indivíduo na vida pública de São Paulo, sobretudo, na Primeira República. A quantidade de informações sobre sua vida é limitada, mas sua produção escrita é vasta e se encontra dispersa em jornais, folhetos e livros.

Este trabalho, por outro lado, não deixa de reconhecer as lacunas, os pontos-cegos e os perigos de tentar estudar o passado a partir da experiência de Benjamim Mota. No entanto, a pesquisa assume os riscos e adota como antídoto, a sugestão de Natalia Zemon Davis:

es necesario que siempre estemos dispuestos a mostrar mucha humildad hacia ese pasado sobre el que trabajamos. Nunca hay que creer que se tiene el poder de comprenderlo y de asimilarlo todo. En la investigación histórica, siempre debe estar presente la conciencia de que existe una

¹⁰ “Os três momentos de nossa atividade profissional envolvem grandes modificações. Primeiro: o trabalho nos arquivos. Eu o considero muito semelhante ao trabalho dos antropólogos, porque estamos num lugar imaginário, em um cômodo do arquivo onde há documentos, que muitas vezes não encontramos significado. Da mesma forma que fazem os antropólogos quando estão em campo: em um determinado momento, os documentos começam a ter algum significado. Como uma iluminação, Deus ou um anjo diz o que ela significa. Por isso, os documentos mais interessantes não são os cotidianos, banais, evidentes para nós, mas sim os que dizem algo que, de imediato, para nós, é incompreensível, misterioso, porque nos sugerem a alteridade com o que estudamos, mas, ao mesmo tempo, há algo que devemos interpretar e dar coerência com os outros documentos evidentes e banais, já que os outros tendem ao anacronismo, porque os entendemos como se fossem documentos atuais” (LEVI, 2014, p. 2).

fractura, una fractura que nos hace introducirnos en una esfera distinta de la nuestra, pero a la que debe seguir de inmediato la toma de conciencia del distanciamiento existente.¹¹ (DAVIS, 2006, p. 11)

A fratura entre o passado e o presente, que acompanha o ofício do historiador, desencadeou no trabalho a necessidade de olhar para o contexto. O objetivo foi encontrar sentido quando os documentos sobre Benjamim Mota silenciavam, além de tentar decifrar a singularidade deste personagem nas complexas redes de relações sociais e familiares. A partir disso, o contexto auxiliou em duas dimensões:

en un caso, la reconstrucción del contexto histórico y social en el que se desarrollan los acontecimientos permite comprender lo que parece inexplicable y desconcertante a primera vista. En un segundo caso, el contexto sirve para colmar las lagunas documentales por medio de comparaciones con otras personas cuya vida presenta cierta analogía, de una u otra manera, con la del personaje estudiado. [...] Esta perspectiva ha dado resultados muy ricos, que generalmente saben mantener el equilibrio entre la especificidad del destino individual y el conjunto del sistema social.¹² (LEVI, 1989, p. 1329)

¹¹ “É necessário sempre estarmos dispostos a mostrar muita humildade com o passado que trabalhamos. Nunca se deve crer que se tem o poder de compreendê-lo e de assimilá-lo completamente. Em uma investigação histórica, deve sempre estar presente a consciência de que existe uma *fratura*, uma fratura que nos introduz em uma esfera distinta da nossa, mas a que deve seguir de imediato a tomada de consciência do distanciamiento existente”. (Tradução nossa)

¹² “Em um caso, a reconstrução do contexto histórico e social em que se desenvolvem os acontecimentos permite compreender o que parece inexplicável e desconcertante à primeira vista. Em um segundo caso, o contexto serve para preencher as lacunas documentais através de comparações com outras pessoas, cuja vida apresenta certa analogia, de uma ou de outra maneira com o personagem estudado. [...]. Esta

Ciente disso, a pesquisa voltou-se para a época e para os contemporâneos de Benjamim Mota, com o intuito de verificar o que eles tinham (se acaso tinham) algo a dizer sobre Mota. Nesta investida, procurou-se seu nome na coletânea *Os companheiros*¹³, em virtude do provável interesse pelas questões sociais. Ao ter acesso ao volume 1 da Coletânea, foi encontrado seu nome acompanhado da seguinte descrição: “Brasileiro, jornalista advogado, escritor, livre-pensador libertário. Não possuímos dados concretos para falar de Benjamim Franklin Silveira da Mota e nem esta obra comportaria sua vida, sua obra, suas convicções e suas contradições” (RODRIGUES, 1994, p. 115).

Embora fosse uma pequena descrição biográfica de Mota, ela pareceu “o fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental [pois nos deparamos com] aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome” (GINZBURG, 1989, p. 174). A partir deste momento, o nome completo de Benjamim Mota foi descoberto e esta revelação levaria a tantas outras.

A pergunta seguinte foi: onde teria nascido? As referências constantes a São Paulo, por um lado, respondia de certa forma esta pergunta, por outro sinalizava uma lacuna: qual município de São Paulo? Haveria vivido na capital ou no interior? Próximo a áreas produtoras de café e estradas de ferro? (ver ANEXO A). Para compreender a vida de Benjamim Mota em seu espaço-tempo os aspectos econômicos, sociais e culturais tornaram-se relevantes, pois o Estado de São Paulo havia sido marcado pela

perspectiva tem dado resultados muito ricos, que geralmente sabem manter o equilíbrio entre a especificidade do destino individual e o conjunto do sistema social”. (Tradução nossa)

¹³ “É uma coleção de biografias, na qual o pesquisador de história do movimento operário Edgar Rodrigues nos passa informações, colhidas ao longo de várias décadas, sobre homens e mulheres militantes das causas sociais, em sua maioria anônimos operários e sindicalistas desconhecidos. São brasileiros e estrangeiros de diferentes origens que, a partir do final do século XIX, tiveram um papel decisivo nas conquistas sociais e trabalhistas que perduram até hoje. As biografias resgatam a militância destes trabalhadores, invariavelmente marcada pela perseguição, sacrifício e autodidatismo, exemplo de idealismo e combatividade que nada tem a ver com o sindicalismo atrelado ao Estado, domesticado e pelego” (RODRIGUES, 1994, s/p).

heterogeneidade e transformações, sobretudo entre 1870-1930¹⁴ o que sugere experiências plurais de indivíduos que viveram neste espaço territorial.

No decorrer da pesquisa, foram sendo localizados relatos de indivíduos contemporâneos a Mota que contribuíram para tecer os fios desta história. Nesse seguimento, está o registro de Edgar Leuenroth¹⁵ que nos levou, entre outras coisas, a descobrir o local e a data de nascimento, quando escreveu: “Benjamim Franklin Silveira da Mota nasceu em Rio Claro, neste estado [São Paulo], em 2 de janeiro de 1870 e faleceu em 10 de dezembro de 1940” (LEUENROTH, s/d apud RODRIGUES, 1994, p. 118).

De forma simultânea a esta descrição, foi encontrado o relato de José Romero¹⁶. Com características diferentes da

¹⁴ Conforme demonstra a dissertação de Paula de Brito Mota: “A cidade de São Paulo de 1870-1930- café, imigrantes, ferrovia, indústria,” CAMPINAS: PUC, 2007. Para uma descrição mais detalhada das transformações, ver: MORSE, Richard M. *Formação Histórica de São Paulo* (de Comunidade à Metrópole), São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1970.

¹⁵ “Edgard Frederico Brito Leuenroth, personagem importante da história do(s) anarquismo(s) no Brasil, nasceu no interior de São Paulo, em Mogi-Mirim, em 31 de outubro de 1881, quando o Brasil ainda vivia sob o regime monárquico e escravocrata. Ainda jovem, flertou com o republicanismo que dava seus primeiros passos no país, mas, em pouco tempo, se desencantou com os descaminhos da República em terras brasileiras. Em 1904, iniciou sua trajetória de militância libertária interrompida somente quando, em idade avançada, suas forças físicas de octogenário não mais lhe permitiram agitar a bandeira anarquista” (LOPREATO, 2009, p. 201).

¹⁶ “José Romero foi um operário anarquista espanhol que se mudou para o Brasil juntamente com seus pais no final do sec. XIX. A partir de seu contato com comícios e com a imprensa libertária, tornou-se anarquista ainda na adolescência. Teve participação na fundação do *Grupo Dramático de Teatro Livre*, em 1903, e também no jornal *Novos Rumos*, fundado em 1905, durante uma reunião em homenagem aos mártires de Chicago na Federação das Associações de Classe, no Rio de Janeiro. No ano seguinte, tornou-se o responsável pelo principal jornal anarquista brasileiro de então, *A Terra Livre*, quando este mudou sua redação de São Paulo para o Rio. No ano de 1912 foi administrador do semanário anticlerical paulista, *A Lanterna*” (LAMOUNIER, 2011, p. 34).

precisão de Leuenroth, Romero narrou o nascimento de Mota de forma a heroizar este personagem:

Num pedaço de monte virgem perdido na serra de Itaqueri, numa velha casa patriarcal sobre o terreno roçado foi que nasceu Benjamim Mota, segundo a sua própria maneira de dizer. Não podemos dizer o ano, por ignorá-lo, mas deve ter sido lá pelos de 1865, mais ou menos. Passou os seus primeiros anos numa cidade de interior, indo mais tarde para São Paulo, onde se fez homem. (ROMERO, s/d apud RODRIGUES, 1994, p. 116)

Estes relatos são distintos não apenas nas informações, mas, sobretudo, nos modelos narrativos: o primeiro está fundamentado na objetividade dos dados e o segundo romantiza a pessoa de Benjamim contando sua história à semelhança dos “grandes homens”, o que por muito tempo caracterizou o formato das biografias¹⁷. Esses estratos memorialísticos são vozes importantes, contudo como é inerente ao papel do historiador duvidar e desafiar os limites de suas fontes, “Rio Claro” e “Serra do Itaqueri” permaneceram como hipóteses da localização do nascimento de Mota até que fosse encontrado algum registro civil.

1.1.1 O Registro

Embora no Brasil já existisse um registro administrado pela Igreja, o Registro Civil de Pessoas Naturais só foi criado em 1888. Até então, a responsabilidade da Diretoria Geral de Estatística tinha se limitado à sistematização e divulgação dos dados coletados pela Igreja e à regulamentação dos óbitos e casamentos daqueles que não

¹⁷ Ver LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998; SCHMIDT, B. B. *Biografia e regimes de historicidade*. Méti: história & cultura, Caxias do Sul, v. 2, n.3, 2003, p. 57-72.

professavam a religião católica. (HAKKERT, 1996, p. 34)

No decorrer do Brasil Império, várias disposições trataram do Registro¹⁸, o Decreto n.º 5.604, de 25 de Abril de 1874 foi o que obteve mais efeito no período¹⁹. “No entanto a *obrigatoriedade* desta prática de se registrar os fatos da vida como os nascimentos, casamentos e óbitos anteriormente monopolizados com o consentimento e interesse do Estado para o catolicismo se deu em março de 1888 com o decreto n. 9886” (GOMES, 2006, p.124-124, grifo nosso), antes mesmo do advento da República.

A disseminação do registro civil não foi uma tarefa simples no Brasil, pois havia várias resistências: não só culturais²⁰, mas também de ordem técnico-jurídica²¹. Embora alguns teóricos do

¹⁸ Ver a Lista de “Leis e Decretos” arrolados por Bastos: “Lei de 6 de Outubro de 1784; Lei de 22 de Setembro de 1828; Lei n.º 242, de 29 de Novembro de 1841; Regulamento n.º 143, de 15 de Março de 1842; Aviso n.º 116, de 9 de Março de 1860; Decreto n.º 4.968, de 24 de Maio de 1872; Decreto n.º 1.144, de 11 de Setembro de 1861; Decreto n.º 3.069, de 17 de Abril de 1863” (BASTOS, 1909, p. 450).

¹⁹ “[...] apenas algumas cidades brasileiras consideradas na época “grandes” municípios é que a partir do ano de 1875 deram início à criação de ofícios de registro civil os chamados cartórios de registro civil” (GOMES, 2006, p.124).

²⁰ “*Mesmo depois da secularização, demorou para que a população fosse conscientizada da necessidade do registro, até certo ponto pela influência dos próprios párocos, que freqüentemente desestimulava o registro de nascimentos e casamentos perante as autoridades civis. Até poucos anos atrás, o número de batismos registrados pela Igreja costumava superar o número de nascimentos que constava no sistema oficial*” (HAKKERT, 1996, p. 34).

²¹ “Visitando, com assiduidade, aos cartórios dos escrivães de paz, reconhecemos as dificuldades com que estes funcionarios se debatem pela falta absoluta de leis e de expositores que os guiem no cumprimento de seus deveres. Exercendo nós a missão de Promotor Publico em quatro comarcas do Estado do Rio de Janeiro, ao darmos cumprimento ao dispositivo regulamentar que nos ordenava a fiscalisação semestral desses cartórios, tivemos innumeradas vezes a ocasião de vêr quanto se impunha a confecção de um trabalho que obedecesse, com clareza, o que estatuiam as leis do Registro Civil na Republica” (BASTOS, 1909, s/p).

início da República valorassem o aspecto modernizante²² do registro civil em detrimento dos registros de batismo realizados pela Igreja, aquele não teve adesão na prática²³ e, por conseguinte, expressou baixa representatividade nas estatísticas²⁴. A implantação foi lenta e refletia questões peculiares da esfera social²⁵, religiosa²⁶ e jurídica²⁷. Até os

²² “Os diversos meios empregados na antiguidade, para estabelecer e conservar a prova dos nascimentos e óbitos, élo algum têm com a instituição moderna dos registros civis, nos diz Plainol, porquanto ao clero católico deve-se a criação do registro de batismos, e o seu fim não fôra outro que o assegurar o respeito às prescrições canonicas que prohibiam os casamentos entre os parentes [...]” (BASTOS, 1909, p. 6).

²³ “[...] muito ao contrario do que devera ser, no territorio da Republica infelizmente não tem sido uma realidade o cumprimento de seus dispositivos, sendo, a cada passo, infringidos os seus textos, com graves prejuízos para o futuro não mui remoto, pela impossibilidade, em geral da prova do estado civil dos habitantes da União” (BASTOS, 1909, p. 9).

²⁴ “A publicação das primeiras estatísticas vitais no Brasil data de 1894, mas só cobria uma pequena parte do Território Nacional, limitando-se praticamente às capitais estaduais. A omissão naquela época era muito elevada, de modo que os dados publicados representavam apenas 20% dos nascimentos e 25% dos óbitos ocorridos no país” (HAKKERT, 1996, p. 35).

²⁵ “[...] mui poucas são as pessoas que veem espontaneamente a cartorio dar o registro de nascimento de alguém, ou por má vontade, ou por falta de meios pecuniários, acarretando este proceder a deficiencia destes assentamentos que nunca exprimem o numero verdadeiro [...]” (BASTOS, 1909, p. 17).

²⁶ “A reação ao registro civil, sobretudo ao do casamento, ainda se fez sentir em 1897 durante a grande revolta popular de Canudos. Um dos motivos da revolta, segundo o líder dos rebeldes, Antônio Conselheiro, foi a separação da Igreja e do Estado feita pela República e a consequente introdução do casamento civil” (CARVALHO, 1996, p. 353).

²⁷ “como as tensões vivenciadas no Brasil do século XIX na formação de sua cultura jurídica possui elementos peculiares e obviamente diferentes daqueles experimentados pelos países europeus que vivenciaram “revoluções liberais”. Isso fez com que fossem criadas determinadas soluções e alternativas – organicamente ligadas ao contexto histórico específico em que vivíamos – bastante autóctones e, até certo ponto, mesmo originais” (FONSECA, 2008, p. 265).

primeiros anos da República, não havia, na prática, ocorrido uma ruptura com a ordem anterior no que diz respeito à regulamentação normativa do registro civil²⁸, acentuado pela inexistência de uma cultura da “coisa pública”²⁹ no Brasil.

A atuação do Estado no começo da Primeira República foi permeada por ambiguidades, conflitos e rejeição por parte dos indivíduos. As medidas, de modo geral,

tratavam-se de iniciativas que todos os Estados iam tomando à medida que *burocratizavam e secularizavam os serviços públicos retirando-os das mãos da Igreja e dos grandes proprietários*. Algumas dessas iniciativas, como a do registro civil, como observa Noirel, eram *condição para a garantia judicial de vários direitos civis e mesmo de direitos políticos. Mas eram ao mesmo tempo mudanças que interferiam no cotidiano dos cidadãos, alternavam comportamentos tradicionais, aumentavam o controle do governo e despertavam insegurança. Elas estendiam as malhas do governo e tiravam as pessoas de seu mundo privado, colocando-as dentro do campo da cidadania. Representavam a criação de cidadania de cima para baixo. As reações a elas não podem, no entanto, ser consideradas simplesmente como recusa de cidadania. Elas eram sem dúvida recusa de uma regulação vinda de cima, sem consulta e sem respeito por costumes e valores*

²⁸ “*Já oportuna é a ocasião dos Estados alterarem muitas das leis do regimen decahido então em vigor, das quaes a pratica tem demonstrado as suas lacunas e imprestabilidade, urgindo, pois, que cuidem mais sériamente das suas instituições, remodelando-as, alterando-as e restituindo o brilho que devem possuir [...]*” (BASTOS, 1909, p. 38).

²⁹ Postulava Bastos em 1909: “Mocidade sonhadora, quando occupardes algum cargo do Poder Legislativo não dobreis a vossa cerviz ao pensar sómente na vossa futura reeleição! Não! Trabalhai! Trabalhai sem cessar, combatendo pelo engrandecimento das vossas instituições, tão mal amparadas, opondo fortes obstáculos á sua desmoralização” (BASTOS, 1909, p. 38)

tradicionais. (CARVALHO, 1996, p. 354, grifo nosso)

É preciso levar em consideração este cenário brasileiro: as transformações, adaptações e as continuidades na política, no direito e na sociedade. Dado que, é no ambiente da segunda metade do século XIX, que Benjamim Mota vai crescer, defender ideais e travar embates teóricos. A partir das informações descritas sobre o contexto histórico, a procura pelo registro de Mota nos fez suspeitar que ele tivesse sido realizado em uma paróquia da Igreja Católica, até porque estes poderiam “ser os únicos registros disponíveis antes da implementação do registro civil em cerca de 1888”³⁰. Sendo assim, visitamos a base de dados do FamilySearch³¹ e foi encontrado, conforme consta na ilustração a seguir:

30

Ver:

https://familysearch.org/learn/wiki/pt/Centros_de_Hist%C3%B3ria_da_Fam%C3%ADlia

31 “Esta coleção inclui registros de 1835-2012. A coleção tem registros de batismo, casamento e óbito para as paróquias em todo os estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo. [...] Os registros da Igreja Católica começaram no Brasil com a chegada dos ministros de Portugal. Párocos realizavam os sacramentos do batismo e casamentos e outros santos sacramentos na paróquia sob sua jurisdição. Todos os registros originais paroquiais foram mantidos no arquivo paroquial e uma cópia duplicada foi enviado ao arquivo diocesano. Esses registros são uma Fonte confiável para fazer a pesquisa genealógica em todo o Brasil.” Para mais informações: https://familysearch.org/learn/wiki/pt/Centros_de_Hist%C3%B3ria_da_Fam%C3%ADlia

Tabela 1 – Brasil Batismo: Benjamim Silveira da Motta

 Benjamim Silveira Da Motta Brasil Batismos	
Nome	Benjamim Silveira Da Motta
Sexo	Male
Data de batismo	05 Jun 1870
Lugar do batismo	São João Batista, Rio Claro, São Paulo, Brazil
Data de nascimento	02 Jan 1870
Local de nascimento	Rio Claro, Sao Paulo, Brazil
Nome do pai	Alfredo Silveira Da Motta
Nome da mãe	Augusta Silveira Da Motta

Fonte: FamilySearch, "Brasil Batismos, 1688-1935", ID 2:1R5V3S6.

Diante disso, foi confirmado o relato de Edgar Leuenroth sobre o local e o ano de nascimento de Benjamim Mota: Rio Claro³² - 1870. Entre as transformações que ocorriam em São João Batista do Rio Claro, no século XIX, enfatiza-se: na economia, a mudança do cultivo da cana-de-açúcar, que “até a década de 1840, era o principal produto cultivado nos solos do Oeste” (SANTOS, 2000, p. 21) para a produção cafeeira; na vida cultural e social, o processo de urbanização³³ e imigração³⁴ que passava a cidade (ver ANEXO B).

³² Sobre a formação administrativa: foi um “distrito criado com a denominação de São João Batista de Rio Claro, por Decreto Imperial, de 09 de dezembro de 1830, no Município de Piracicaba; Lei nº 25, de 08 de março de 1842, transfere o Distrito de São João Batista de Rio Claro para o Município de Limeira; Elevado a categoria de vila com a denominação de São João do Rio Claro, por Lei Provincial nº 13 de 7 de março de 1845, desmembrado dos Municípios de Limeira e Mogi Mirim. Constituído do Distrito Sede; [Tornou-se] Cidade por Lei Provincial nº 44, de 30 de abril de 1857. Tomou a denominação de Rio Claro por Lei Estadual nº 975, de 20 de dezembro de 1905. Mais informações em: http://www.rioclaro.sp.gov.br/municipio/municipio_home.php

³³ Ver: SANTOS, Fábio Alexandre. *Rio Claro: uma cidade em transformação, 1850-1906*. Dissertação apresentada no Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, 2000.

1.1.2 A Família

[...] não podemos conhecer a realidade transcorrida diretamente, mas só indiretamente, através das mensagens, os testemunhos, os resíduos que nos chegaram: desapareceu o fogo, mas restam as cinzas e a fumaça. Por meio dos sinais, buscamos representar para nós 'aquilo que não existe'. (COSTA, P., 2008, p. 23)

Com o registro de batismo, a filiação de Benjamim Mota tornou-se conhecida: Alfredo Silveira da Motta e Augusta Silveira da Motta. Logo em seguida, surgiu a dificuldade de obter informações sobre seus familiares. Quais fontes históricas poderiam auxiliar esta investida? Os jornais da época pareceram uma alternativa, visto que

a imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres” mas também os sujeitos anônimos. O Jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de idéias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas. (CAPELATO, 1988, p. 21)

Vários periódicos circulavam no Estado de São Paulo, quais poderiam contribuir com nossa pesquisa? Para isso, foi consultado o trabalho de Lafayette que traz a “relação dos jornaes que se têm publicado em S. Paulo, de 1827 a 1895, devidamente anotada. É possível ou quase certo que seja incompleta; serve

³⁴ Mais informações: GOUVÊA, Flavia Mengardo. *Os imigrantes alemães em Rio Claro: estratégias de sobrevivência e redes de sociabilidades nos séculos XIX e XX*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”. Franca, 2011.

comtudo de subsidio ao estudo da historia da imprensa neste Estado” (TOLEDO, L., 1898, p. 312). De acordo com este mapeamento, não se editavam jornais no município de São João Batista do Rio Claro até o ano de 1873 (ver ANEXO C). Esta informação foi confirmada também no trabalho de Flávia Gouvêa, que partindo de fontes diferentes, chega de forma similar³⁵ aos dados de Lafayete de Toledo.

Diante da dificuldade de encontrar mínimas informações sobre os pais de Benjamim Mota, antes da data do seu nascimento (1870), adotou-se como possibilidade o relato memorialístico de José Romero, segundo o qual Mota “passou os seus primeiros anos numa cidade de interior [que foi comprovado ser São João Batista do Rio Claro], indo mais tarde para São Paulo [...]”. (ROMERO, s/d apud RODRIGUES, 1994, p. 116). Em virtude de não haver registro da imprensa em Rio Claro até 1873, desviamos o olhar para a Capital em busca de vestígio da família Silveira da Motta. O jornal *O Correio Paulistano*, fundado em 1854, pareceu um depósito de dados a ser investigado e folheando-o foi possível descobrir que, em 1862, o nome de Alfredo Silveira da Motta constava na lista dos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo cursando o Terceiro ano (atenção ao ANEXO D).

O documento publicado no jornal consistia na lista anual das faltas dos estudantes. Foi verificado o nome de Alfredo Silveira também nos anos seguintes, 1863, quando estava no Quarto ano (ANEXO E) e, 1864, quando cursava o Quinto Ano (ANEXO F). Para saber se havia concluído o curso, seu nome foi procurado na “Lista Geral dos Bacharéis e doutores formados pela faculdade de Direito de S. Paulo” organizada pelo bacharel

³⁵ “A imprensa surgiu na cidade de Rio Claro na década de 1870. Em 1873 surge a “Estrella d’Oeste”; em 1874 o “Correio do Sertão”; em 1876 “O Futuro”; em 1875 o “Caipira”; em 1878 o “Alpha”; em 1879 a “Infância”; em 1880 o “Correio d’Oeste”; em 1882 o “Tempo”; em 1886 o “Século XIX”; em 1886 o “Diário do Rio Claro” (jornal existente na cidade até os dias de hoje); em 1888 o “Tiradentes” e o “Typographo”; em 1889 o “Correio do Rio Claro” e o “Commercio do Rio Claro”; em 1892 a “Gazetinha” e a “Gazeta do Rio Claro”; em 1894 o “Rio Clareense”; em 1895 o “Espumas”, o “Rio Claro”, o “Município” e o “Jarmin”; em 1896 a “Coruja”; em 1900 o “Martello”, o “Prego” e a “Cidade do Rio Claro” (GOUVÊA, 2011, p. 47-48).

Julio Joaquim Gonçalves Maia. Nela, foi possível verificar que Alfredo Silveira da Motta tornou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais no ano de 1864 (ANEXO G).

Nesse contexto, era comum, informações como esta serem divulgadas na imprensa, uma vez que

com o passar do tempo no século XIX, foi crescendo o prestígio do bacharel nos meios urbanos e rústicos. O autor [Gilberto Freyre] denota que era possível observar, em jornais e revistas, avisos sobre bacharéis ou doutores formados, como se anunciassem de forma inconsciente um novo poder que se formava no Brasil: a aristocracia de toga, distinta daquela antiga ruralista. Nesse sentido, constituir-se-iam como importantes mediadores entre as novas segregações e os antigos autoritarismos que ainda perpetuavam, particularmente, em cidades como São Paulo. (RAMENZONI, 2014, p. 33)

Para Sérgio Buarque de Holanda, a tendência a profissões liberais no Brasil esteve interligada a matriz colonial e às transformações abruptas do aspecto ruralista para o urbano. Ele também chama a atenção para o fato de que nesta época, assim como,

ainda hoje são raros, no Brasil, os médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, professores, funcionários que se limitem a ser homens de sua profissão. Revemos constantemente o fato observado por Burmeister nos começos de nossa vida de nação livre: “Ninguém aqui procura seguir o curso natural da carreira iniciada, mas cada qual almeja alcançar aos saltos os altos postos e cargos rendosos: e não raro conseguem”. [...] “O funcionário público esforça-se por obter colocação de engenheiro e o mais talentoso engenheiro militar abandona sua carreira para ocupar o cargo de arrecadador de direitos da alfândega. O oficial da marinha aspira ao uniforme de chefe de esquadra. Ocupar cinco ou seis cargos ao mesmo tempo e não

exercer nenhum é coisa nada rara”.
(HOLANDA, 1995, p. 156)

Essas características encontradas nas “Raízes do Brasil” podem esclarecer o fato de, um ano depois, o recém-advogado Alfredo Silveira da Motta, assumir o cargo de 1º suplente na delegacia de polícia em Rio Claro³⁶ e anos depois, o de magistrado³⁷, deputado³⁸ e vereador³⁹. Sua atuação na vida política e jurídica não foi algo inédito na família, pois “o sr. dr. Alfredo Silveira da Motta era filho do velho senador do imperio conselheiro José Ignacio Silveira da Motta, tambem lente cathedratico da Faculdade de Direito desta capital [...]” (CORREIO PAULISTANO, 1907, p. 4).

A investigação sobre o pai de Benjamim Mota nos levou a encontrar dados sobre o seu avô: o sr. José Ignacio Silveira da Motta (ANEXO H), cujo nome foi localizado na *Galeria dos Brasileiros Ilustres* (ANEXO I), elaborada, entre 1859 e 1861, pelo francês Augusto Sisson⁴⁰. Desta fonte, retiramos dados da sua juventude:

³⁶ “O presidente da provincia, de conformidade com a proposta do dr. chefe de policia constante do seu officio de 27 do corrente sob n. 2337, resolve nomear ao dr. Alfredo Silveira Motta para o lugar vago de 1º suplente do delegado de policia do termo do Rio Claro” (CORREIO PAULISTANO, 1865, p.1).

³⁷ “Pouco depois de formado, o sr. dr. Alfredo Silveira da Motta foi nomeado juiz de direito da comarca do Rio Claro, onde se consorciou com d. Luiza de Azevedo, senhora de raros predicados de alma e onde as mais excellentes virtudes tiveram sempre um grande culto. [...]” (CORREIO PAULISTANO, 1907, p. 4).

³⁸ “[...] foi por differentes vezes deputado provincial [...]” (CORREIO PAULISTANO, 1907, p. 4).

³⁹ “O dr. Silveira da Motta foi tambem vereador municipal [...]” (CORREIO PAULISTANO, 1907, p. 4).

⁴⁰ “Composta por dois volumes, em um total de 89 biografias, a galeria de Sisson é repleta de “homens ilustres” que, cada qual em suas funções e ações, apresentavam-se enquanto figuras de destaque dentro da sociedade imperial brasileira. Nessas narrativas, mais do que a preocupação em apresentar trajetórias de vida, houve uma ênfase em enaltecer o que tais personagens realizaram ou estavam por realizar em prol da construção do Estado e da Nação” (JUNIOR, 2007, p 5-6).

Em agosto de 1823 foi enviado por seus pais para Lisboa, onde fez seus estudos clássicos, que havia começado na Bahia: destinava-o seu pai a estudar na Universidade de Coimbra o curso de direito. Para essa Universidade foi ele mandado em 1828, mas as dissensões políticas dessa época naquele reino interromperão os trabalhos da Universidade. Nessas dissensões tomárão parte muitos brasileiros: o Sr. Silveira da Motta compreendeu que, Brasileiro, devia abster-se de toda a intervenção pessoal, quaesquer que fossem as suas idéas e sympathias. Voltando para Lisboa, soube que se tinham creado os cursos jurídicos de S. Paulo e Olinda; embarcou pois immediatamente para o Rio de Janeiro, e daqui seguiu para S. Paulo a tempo de poder matricular-se no anno de 1829. Concluiu os seus estudos escolares em Novembro de 1833, tomando o grau de bacharel. (SISSON, 1999, p. 71)

Embora o trabalho de Sisson traga dados biográficos relevantes acerca dos indivíduos, é preciso ter ciência do aspecto laudatório do escrito, pois se almejava com o texto “ver perpetuada a memória de seus heróis e varões beneméritos [...] que são ao mesmo tempo uma justa satisfação para os contemporâneos, e um tesouro precioso reservado para a posteridade;” (SISSON, 1999, p. 13). Do trecho transcrito, é necessário ressaltar a formação jurídica de José Ignacio, que por motivos de instabilidade política⁴¹ não foi concluída em Coimbra, mas no Curso jurídico de São Paulo. Havia, inclusive, incentivo para que estes jovens regressassem ao Brasil⁴².

⁴¹ Refere-se aos antecedentes que culminaram no “reinado de d. Miguel (1828-1834) [que] colocou fim à primeira experiência liberal portuguesa e foi marcado por intensa repressão política aos seus opositores.” (GONÇALVES, 2013, p.1). Mais informações ver: HESPANHA, António Manuel. *Guiando a mão invisível: direitos, Estado e lei no liberalismo monárquico português*. Coimbra: Almedina, 2004.

⁴² Consultando a “Legislação reguladora do ensino oficial de Direito no Brasil”, catalogada por Clovis Bevilacqua foi encontrado que a “Lei de 26 de Agosto de 1830- concede favores aos estudantes brasileiros, que

As fontes consultadas sugerem que a família de Benjamim Mota era constituída por uma tradição de letrados, bacharéis e políticos, mantendo convívio com pessoas da alta sociedade do século XIX. Ainda na biografia de seu avô, foi encontrado:

muito se deve gloriar o Sr. Silveira da Motta do brilhante começo da sua carreira litteraria e publica. Tendo perdido seu pai na idade de 21 annos, quando ainda era estudante do 4º anno, não tendo herdado senão o nome e a honradez do velho magistrado [...]. Mas conseguiu vencer o apuro dessas circumstancias; os seus já então reconhecidos talentos, as suas optimas qualidades lhe grangearão amigos entre as notabilidades da provincia em que residia; entre estas ufanar-se-há de contar os Paula Souzas, os Costas Carvalhos, os Feijós e os Vicentes Pires da Motta. (SISSON, 1999, p. 71)

José Ignacio tornou-se bacharel em 1833 em ciências jurídicas e sociais (ver ANEXO J) e foi “nomeado para vaga de substituto de Direito Criminal em 1834; lente em 1842, por dec. de 2 de set. do mesmo ano; senador do Império, deputado em várias legislaturas, advogado ao final da vida (VAMPRÉ, 1924, p. 167-168). Este senhor era tio de Álvares de Azevedo, o qual em 1844 (aos 13 anos) “transfere-se para São Paulo, em companhia do tio, José Inácio Silveira da Mota. Aí, num curso anexo à Faculdade de Direito, estuda francês, inglês e latim. Não completa os preparatórios para ingressar no curso jurídico por falta de idade mínima” (CUNHA, 2006, p. 207).

O avô de Benjamim atuou de forma duradoura na política (ver ANEXO K) e faleceu no Rio de Janeiro em 1893 deixando os filhos Alfredo Silveira da Motta e Arthur Silveira da Motta, além dos netos. O tio de Mota, Artur Silveira, obteve grande notoriedade na época: “almirante reformado barão de Jaceguay, veterano da guerra do Paraguay, ex-senador da Republica e membro da Academia Brasileira de Letras”. Em 2014, recebeu homenagem pelos 100 anos do seu falecimento (ANEXO L).

regressarem da Universidade de Coimbra e escolas de França, até a data da sua publicação” (BEVILAQUA, 1927, p. 263).

Apesar de irmãos, Alfredo Silveira e Artur Silveira adotavam aparentemente posições políticas distintas: enquanto o pai de Mota era um representante do partido liberal⁴³, o tio compartilhava os interesses do partido dos conservadores⁴⁴. O que não quer dizer que havia uma rígida oposição entre eles, “um exemplo disso é o fato de, em determinados momentos da história do Segundo Reinado, esses partidos se uniram no intuito de atender os interesses dos grandes proprietários” (CUNHA, J., 2012, p. 17). Além das aproximações circunstanciais, havia algum em comum na formação desses partidos (ver ANEXO M).

Alfredo Silveira, depois de formado na Faculdade de Direito de S. Paulo, muda-se para São João Batista do Rio Claro, onde se torna magistrado. Ali vem a nascer Benjamim Mota cinco anos depois. Alfredo Silveira não demora muito tempo neste município e regressa para a capital, conforme comunicado no jornal: “deixando a magistratura, veio para S. Paulo, entrando para a política activa, filiando-se ao partido liberal, no qual a sua educação e temperamento se achavam mais á vontade”⁴⁵ (CORREIO PAULISTANO, p. 1907, grifo nosso). Por sua vez, o tio de Mota, Artur Silveira, mostra-se favorável a República apenas em 1895, quando chega a travar um debate com

⁴³ “Estamos autorizados a declarar que é candidato a deputado geral pelo 5º districto desta provincia o sr. dr. Alfredo Silveira da Motta. O sr. dr. Motta, que milita nas fileiras liberaes, é apoiado pelas principaes influencias politicas desse partido no 5º districto, que já representa na assembléa provincial, à despeito da hostilidade que soffreu na eleição, das influencias que apoiam agora o candidato governista à deputado geral” (CORREIO PAULISTANO, 1884, p. 2)

⁴⁴ Em 1879, “regressando da China, foi por sua classe levado às urnas para deputado pelo 20 districto da corte. Aceita por deferencia. A sympathia da sua candidatura fal-o entrar em segundo escrutínio como candidato conservador, apesar de serem muitos os candidatos liberaes apresentados por aquelle districto. Os derrotados no primeiro escrutínio deram a victoria ao conservador, no segundo” (CORREIO PAULISTANO, 1914, p. 3).

⁴⁵ Esta afirmação é questionável. Benjamim Mota contrapõe a posição político-ideológica do pai nos livros *Rebeldias* (1898) e *A razão contra fé* (1900), nos quais o pai é descrito como monarquista. É preciso mencionar que Benjamim Mota (em 1897) definia-se “republicano radical”, logo a ala mais moderada do partido poderia ser criticada ou taxada de “monarquista” sob o seu olhar.

Joaquim Nabuco, mediante Carta publicada no *Jornal do Commercio* em 15 de Setembro, intitulada “O dever do momento”. Em resposta, Joaquim Nabuco publica o opúsculo “O dever dos monarquistas” (uma resposta ao almirante Jaceguay).

Sobre a mãe de Benjamim, a sra. Augusta Silveira da Motta, não foram encontrado dados, exceto a nota do seu falecimento:

Falleceu ante-hontem em Tatuhy, após longa enfermidade, a sra. d. Augusta Silveira da Motta, viuva do saudoso advogado dr. Alfredo Silveira da Motta e mãe dos srs. Renato Fulton Silveira da Motta, juiz de direito da comarca de Tatuhy; João Evangelista Silveira da Motta, director da Escola de Artífices; Benjamim Motta, publicista e advogado nesta capital; Mario Silveira da Motta, lavrador naquella comarca. A extincta era irmã do coronel Paulo Orozimbo, agricultor e ex-administrador dos Correios de S. Paulo.

O corpo da distincta senhora veio hontem para S. Paulo, chegando á gare da Sorocabana Railway ás 14 horas, dalli sahindo o enterro para a necropole da Consolação, onde foi sepultada no jazido perpetuo da família. (CORREIO PAULISTANO, 12 de Dezembro de 1914, p. 6)

A partir deste comunicado, foram identificados os irmãos de Benjamim Mota e suas respectivas profissões⁴⁶. Para

⁴⁶ Faltaram ser citados na nota do Correio Paulistano os irmãos: Oscar Silveira da Motta e Esther Silveira da Motta, a qual havia falecido um ano antes (1913), foi possível verificar esta informação em outros jornais da época: “finou-se hontem nesta cidade, ao meio dia, a senhorita Esther Silveira da Motta, segundannista da Escola Normal, filha do finado dr. Alfredo Silveira da Motta. A falecida era irman dos srs. dr. Renato Motta, juiz de direito de Tatuhy, João Evangelista Silveira da Motta, director da Escola de Aprendizes Artífices, Mario Silveira da Motta, do escriptorio desta folha, Oscar Silveira da Motta, professor em Sorocaba, e Benjamim Motta, advogado do nosso foro [...]” (O ESTADO DE S. PAULO, 15 de Dezembro, 1913, p. 6)

entender o ambiente familiar e as escolhas individuais, procuramos maiores esclarecimentos sobre eles:

- a) Renato Fulton Silveira da Motta foi aluno da Faculdade de Direito de São Paulo e recebeu o título de bacharel no ano de 1898 (ver ANEXO N). Além disso, constatamos que ele foi o orador da turma eleito pelos bacharelandos, notícia veiculada no jornal *O Estado de São Paulo*⁴⁷. Em seu discurso fez referência a Tobias Barreto e alusão ao Direito como fenômeno histórico-social⁴⁸. Seis meses após a conclusão do curso, o recém-advogado Renato Fulton torna-se promotor público⁴⁹ de Lençóis.

Em 1904, é aprovado no concurso de juiz de direito⁵⁰ de Apiahy e removido para Cananéia⁵¹ em 1906, onde

⁴⁷ “Jornal paulista diário e matutino fundado em 4 de janeiro de 1875 com o nome de *A Província de São Paulo* por um grupo liderado por Américo Brasiliense de Almeida Melo e Manuel Ferraz de Campos Sales.” Nos anos que antecederam e sucederam 1898 os temas chaves deste jornal consistiram: “Durante o novo período presidencial (1894-1898), O Estado de S. Paulo noticiou a eclosão da Guerra de Canudos, rebelião popular de cunho messiânico liderada por Antônio Conselheiro a partir de novembro de 1896 no sertão baiano. O movimento, denunciado como uma “conspiração monárquica ativíssima”, recebeu a cobertura jornalística de Euclides da Cunha e foi tema de uma série de artigos de Júlio Mesquita intitulados “Pela República!”. Durante o governo de Campos Sales (1898-1902), O Estado de S. Paulo demonstrou insatisfação com as instituições republicanas, pugnando por uma reforma constitucional. Mais uma vez em contradição com seu antigo florianismo, o jornal reconheceu contudo em Campos Sales o mérito de ter “afastado os militares do poder e desarticulado os vestígios aparentes de jacobinismo”.” (CPDOC-FGV)

⁴⁸ Para mais informações sobre a solenidade de colação de Grau e o discurso pronunciado (ver ANEXO O).

⁴⁹ “Perante o sr. dr. Antonio Carlos Ribeiro Andrada Machado e Silva, procurador geral do Estado, prestou hontem compromisso do cargo de promotor publico de Lenções ao bacharel Renato Fulton Silvira da Motta” (O ESTADO DE S. PAULO, 6 de setembro de 1898, p.1).

⁵⁰ “Terminaram hontem as provas do concurso para juiz de direito da comarca de Apiahy, á qual concorreram os drs. Joaquim Alberto Cardoso de Mello e Renato Fulton Silveira da Motta, sendo aquelle classificado em primeiro lugar. Os respectivos papeis já foram enviados

nem chegou a tomar posse⁵². Transferido, em seguida, para Sertãozinho⁵³, onde se torna uma referência na história⁵⁴ do município. Em 1914, publica o livro *Questões Judiciais*⁵⁵ noticiado no jornal da época como uma “coleção de despachos e sentenças, compendiados pelo seu prolator - Renato Fulton Silveira da Mota, juiz de direito. 1 volume de 200 paginas a venda nas livrarias Garraux, Alves e Magalhães- preço 5\$000 (O ESTADO DE S. PAULO, 1914, p. 7). Este livro é dedicado à memória do pai, com quem havia compartilhado a carreira de magistrado⁵⁶.

ao governo pelo Tribunal de Justiça” (O ESTADO DE S. PAULO, 6 de julho de 1904, p.1)

⁵¹ “Secretaria da Justiça: O sr. juiz de direito de Apiahy, dr. Renato Fulton Silveira da Motta, deu-se por certificado da sua remoção para Cananéia, desistindo, por esse motivo, do resto da licença em cujo gozo se achava” (O ESTADO DE S. PAULO, 10 de outubro de 1906, p. 2)

⁵² “Soubemos com pesar a notícia de que o sr. dr. Renato Fulton Silveira da Motta, juiz de direito ha pouco nomeado para esta comarca e que ainda não tomou posse, já solicitou sua remoção para Sertãozinho” (O ESTADO DE S. PAULO, 24 de Novembro de 1906, p.2)

⁵³ “Por decreto de hontem, foram removidos para a comarca de Sertãozinho, ultimamente creada: o juiz de direito da comarcade Cananés, sr. dr. Renato Fulton Silveira da Motta;” (O ESTADO DE S. PAULO, 23 de Novembro de 1906, p. 2)

⁵⁴ “A fundação de Sertãozinho data de meados de 1877. [...]. Em 26 de outubro de 1906, pela lei nº1018, foi criada a Comarca, cuja instalação se deu a 12 de dezembro do mesmo ano. Foi seu primeiro juiz de direito o Dr. Renato Fulton Silveira da Motta, tendo como municípios jurisdicionados, além de Sertãozinho, Pontal e Barrinha.” (SERTÃOZINHO HISTÓRIA E FUNDAÇÃO). Disponível em: http://www.cidadederibeiraopreto.com.br/ecochange-conteudo_eco-ver-5726.html

⁵⁵ Foi encontrado um exemplar deste livro no *Sebo Vila Buarque* de São Paulo e adquirido para fins da pesquisa.

⁵⁶ “[...] não tenho outra aspiração sinão a de com o meu modesto trabalho, render homenagem a memória do meu sempre saudoso Pae o Dr. Alfredo Silveira da Mota, que como eu também desempenhou este cargo de luta em prol da Justiça, no inglorio sacerdócio da magistratura” (SILVEIRA MOTA, 1912, s/p).

Renato Mota trabalhou em outras comarcas, como Tatuhy, Descalvado, São Carlos e São Roque até obter sua aposentadoria em 1927, conforme o aviso a seguir:

Em 16, deixou o exercicio do cargo de juiz de direito da comarca de São Roque, em virtude da aposentadoria que lhe fôra concedida, o dr. Renato Fulton Silveira da Motta, passando a jurisdição ao 1º juiz de paz, sr. Manuel de Oliveira Rosa. (O ESTADO DE S. PAULO, 22/07/1927, p. 3)

Não foram encontrados informes sobre sua atuação política, exceto um convite para participar da reunião do Partido Democrático Paulista em 1 de janeiro de 1930. Embora não tenha atuado de forma ativa neste partido, é possível que tenha se interessado pelas causas defendidas por esta agremiação⁵⁷, como a autonomia do judiciário. Sobre este tema,

“há consenso a respeito do controle oligárquico do poder Judiciário nos estados durante a Primeira República. Victor Nunes

⁵⁷ “O Partido Democrático foi fundado em fevereiro de 1926, reunindo elementos descontentes com o longo domínio do Partido Republicano Paulista (PRP) nos governos do estado de São Paulo e da República. Seu primeiro presidente foi o conselheiro Antônio Prado, antigo político do Império, agricultor, banqueiro e industrial. Entre seus principais líderes estavam Francisco Morato, Paulo Nogueira Filho e Marrey Júnior, e entre seus membros predominavam fazendeiros e *profissionais liberais*. Nos seus primeiros documentos, o PD fazia a defesa do voto secreto e da *autonomia do Poder Judiciário*. O conselheiro Antônio Prado declarava-se contrário a uma composição com as forças situacionistas de qualquer estado, e por isso o partido preferiu fazer contatos com a oposição gaúcha e com elementos dissidentes do Distrito Federal. Representantes dessas correntes chegaram a compor a comissão organizadora de um futuro Partido Democrático Nacional (PDN), que não chegou a ser criado. O PD mostrava-se entusiasmado pelos feitos da Coluna Prestes (1925-1927) e não manifestava maiores expectativas com relação às disputas eleitorais. A estreia eleitoral do partido ocorreu apenas nas eleições municipais de 1928, quando se aliou a elementos de esquerda mas foi duramente derrotado pela máquina do PRP. Nas eleições presidenciais de 1930, o PD apoiou a formação da chapa da Aliança Liberal encabeçada pelo líder gaúcho Getúlio Vargas.” (CPDOC-FGV).

Leal (1975, pp. 201-10) mostra como a inexistência de garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e da irredutibilidade de vencimentos dos juízes estaduais era parte do compromisso coronelista. Uma larga esfera de poderes era (formal ou informalmente) atribuída a juízes leigos ou temporários (juízes de paz, juízes municipais, substitutos e jurados), que não tinham nem a formação profissional nem a liberdade pessoal para o exercício das funções judiciárias. Os juízes de direito, que eram bacharéis em direito e vitalícios, eram controlados pela intimidação e pelo favorecimento. Assim as debilidades da organização judiciária e policial resultavam não só da pobreza, do isolamento e da falta de recursos do país, como também do interesse das situações políticas estaduais” (KOERNER, 1994, p. 59-60).

Mesmo com a Reforma Constitucional de 1926, que tratou da organização judiciária nos artigos 6º, 59 e 60 CF/1891, a interferência das oligarquias locais sobre o Poder Judiciário não foi resolvida⁵⁸. Diante disso, a luta pela autonomia do Judiciário continuou a ser um tema recorrente nestes anos; o que pode ter levado, dentre outras questões, Renato Fulton a simpatizar com o Partido Democrático Paulista.

Por muito tempo, esta agremiação foi interpretada como uma frente de oposição às oligarquias da época, não obstante em pesquisas historiográficas mais críticas, como a de Maria Ligia Coelho Prado, o aspecto “democrático” deste Partido seja questionado. A autora, com base nas correspondências entre o Diretório Central e os diretórios municipais, demonstrou que “o “povo”, tantas vezes citado [pelo Partido Democrático], se constituía numa vaga entidade, que não tomava corpo, que não se transformava no operário, no trabalhador braçal ou no humilde funcionário público” (PRADO, 1985, p. 75). Constituía-se, conclui

⁵⁸ Ver: Tinoco, A. M. *As Práticas Institucionais do Poder Judiciário Brasileiro: da Primeira República à Constituição Federal de 1934*. Legis Augustus, v. 5, p. 179-196, 2014.

Ligia, muito mais de um discurso moralizador que mesmo democrático.

O decênio de 1930 foi bastante tumultuado e a pergunta que almeja ser respondida é: onde estaria Benjamim Mota? Participando da vida política de São Paulo? Apoiando ideologicamente as mesmas causas que seu irmão Renato? Essas respostas irão aparecer a seguir. O que nos resta dizer do juiz Renato Fulton é que frequentava eventos religiosos e participava de cerimônias sociais como o encontro de 40 anos da Turma da Faculdade de Direito de S. Paulo (ver ANEXO P).

- b) Sobre Oscar Silveira da Motta existem poucos relatos. Foram encontrados nas páginas dos jornais⁵⁹ apenas alguns fatos da sua vida privada e pública. Dentre as notícias estão: a exoneração do cargo de escrivão⁶⁰, a cerimônia do seu casamento⁶¹, o exercício do cargo

⁵⁹ Correio Paulistano e O Estado de S Paulo.

⁶⁰ “Remetteu-se ao presidente e mais vereadores da Camara Municipal, a informação do recurso n.63 de Oscar Silveira da Motta contra o acto do dr. vice-presidente, que o exonerou do cargo de escrivão do mercado do largo da Concordia” (CORREIO PAULISTANO, 17/09/1899, p. 2)

⁶¹ **“Tatuhy:** Do nosso correspondente, em data de 11: Chegou a esta cidade, no dia 8 do corrente, o dr. Alfredo Silveira da Motta, advogado nesse foro, acompanhado de sua exma. familia. S. s veio ao casamento de seu filho Oscar e hospedou-se na casa do seu filho dr. Renato Motta, promotor publico da comarca. No dia 9 realizou-se o casamento do sr. Oscar Silveira da Motta com d. Maria de Lourdes Castanho, filha do sr. capitão Ignacio Castanho. Paranymphtaram o acto civil por parte da noiva o sr. capitão João Antonio da Fonseca e dr. Renato Fulton Silveira da Motta, irmão do noivo, e, por parte do noivo os srs. coronel Cornelio Vieira de Camargo, presidente da camara, e dr. Francisco Ribeiro Marcondes, digno medico aqui residente. No acto religioso serviram de padrinhos os srs. dr. Francisco de Saltes Gomes, illustre clinico aqui residente, e o professor Antonio de Godoy Moreira. Serviu-se após o acto religioso um copo de agua aos presentes, na casa do sr. capitão Ignacio Castanho, seguindo os noivos em seguida para a casa do sr. Renato Motta, onde ficaram residindo” (O ESTADO DE S. PAULO, 14/04/1901, p.1, negrito do original).

de promotor público⁶² e o trabalho de amanuense⁶³ do “Conservatório Dramático e Musical de S. Paulo”. Foi localizada, também, a nota do seu falecimento⁶⁴. Nesta, há menção a Oscar Silveira na condição de advogado. Seu nome, porém, não está arrolado na Lista dos alunos da Faculdade de Direito de S. Paulo; ele exerceu a advocacia sem a obtenção do diploma de bacharel⁶⁵ (ver ANEXO Jjj).

- c) Mario Silveira da Motta foi o irmão de Benjamim Mota que teve maior longevidade: viveu até 1963. Apesar dos 91 anos vividos, alcançamos apenas informes que dizem respeito às nomeações e aos cargos exercidos por ele: trabalhou num laboratório farmacêutico⁶⁶, depois foi nomeado para 2º tabelião de protestos⁶⁷,

⁶² “Oscar Silveira da Motta, promotor publico de Tatuhy, requerendo pagamento de seus vencimentos – Ao Thesouro;” (CORREIO PAULISTANO, 11/10/1903, p.2)

⁶³ “Exposição Preparatoria: [...] Oscar Silveira da Motta, S. Paulo, composição musical” (CORREIO PAULISTANO, 28/02/1908, p. 4)

⁶⁴ “OSCAR SILVEIRA DA MOTA - No dia 7 do corrente falleceu em Sorocaba o sr. Oscar Silveira da Mota, advogado no foro daquela comarca. O finado, que contava 51 annos de idade, era muito estimado na sociedade sorocabana e muito conceituado e bemquisto no foro, deixa viuva, d. Maria de Lourdes Silveira da Mota, e tres filhos menores: Augusto, Walter e Tacito. Era filho do fallecido dr. Alfredo Silveira da Mota e irmão dos srs. Benjamim Mota, nosso collega de imprensa; Mario Silveira da Mota, ajudante do 2º tabellião de protestos; dr. Renato F. Silveira da Mota, juiz de direito de S. Roque e João E. Silveira da Mota, director da Escola de Aprendizizes Artifices. O enterro realisou-se hontem em Itapetininga, para onde o corpo foi transportado em automóvel. (O ESTADO DE S. PAULO, 09/04/1925, p. 6).

⁶⁵ Sobre as categorias de advogado sem formação acadêmica, trataremos no item 1.4.

⁶⁶ “Foi exonerado, a pedido, do cargo de auxiliar do Laboratorio Pharmaceutico o sr. Mario Silveira da Motta, sendo nomeado para substitui-o o sr. Osorio Mario dos Santos” (O ESTADO DE S. PAULO, 27/07/1900, p 2)

⁶⁷ “**Forum Cível** – Foi nomeado ajudante habilitado do 2º tabelião de protestos da capital, o sr. Mario Silveira Motta, por ter sido aprovado no exame a que hontem se submetteu” (CORREIO PAULISTANO, 27/11/1914, p.6, negrito do original)

cargo que exerceu por um longo período (ver ANEXO Q) até que em 1936 recebeu a nomeação para trabalhar no “Thesouro do Estado”⁶⁸. É razoável supor que ele tenha vivenciado vários acontecimentos que não foram registrados nas páginas dos jornais que utilizamos como fontes para o trabalho. O seu falecimento foi lembrado no jornal *O Estado de S. Paulo*⁶⁹.

- d) O nome de João Evangelista Silveira da Motta aparece com frequência na imprensa, sobretudo, quando se trata de questões patrimoniais, pois em 1903 ele torna-se um funcionário do fórum, no cargo de avaliador comercial⁷⁰. Em 1910, é nomeado diretor da Escola de Aprendizizes Artífices⁷¹ do Estado de São Paulo e falece em 1960⁷².

⁶⁸ **Nomeação no Thesouro do Estado** – Por decreto de hontem foram nomeados: o sr. Mario Silveira da Motta, para ajudante do 2º pagador do Thesouro e o sr. Carlos Alberto Cunha, ajudante do 2º pagador, para o cargo de 2º pagador da mesma repartição, em substituição ao sr. Alfredo Arantes Marques, que foi aposentado por decreto de hontem. (CORREIO PAULISTANO, 12/01/1936, p.5, negrito do original)

⁶⁹ **“Mario Silveira da Mota** – Faleceu ontem nesta Capital, em sua residencia, à Rua José Antonio de Moraes nº 50 – PARADA Petropolis, O SR. MARIO SILVEIRA DA MOTA, antigo Caixa da Secretaria da Fazenda. O extinto que tinha 91 anos de idade deixa viuva D. Anny Silveira da Mota e era filho do Dr. Alfredo Silveira da Mota e D. Augusta Silveira da Mota já falecidos. Foram seus irmãos, os Srs. Benjamim Franklim, Dr. Renato Fulton, Oscar, João Evangelista e Sra. Ester, todos já falecidos. Deixa vários sobrinhos-netos e sobrinhos-bisnetos. O sepultamento realizou-se ontem, às 15 horas no Cemiterio da Consolação” (O ESTADO DE S. PAULO, 27/07/1963 p.18, negrito do original).

⁷⁰ **“FORUM** - Realizou-se ante-hontem a avaliação dos bens penhorados a Graff & Gottschalk na execução hypothecaria que lhes move Carlos João Blanh, tendo a diligencia sido feita pelo sr. dr. juiz da segunda vara, acompanhado do escrivão e dos avaliadores srs. João Evangelista Silveira da Motta, Gabriel Mourão e João Optz.” (O ESTADO DE S. PAULO, 02/10/1903, p.2).

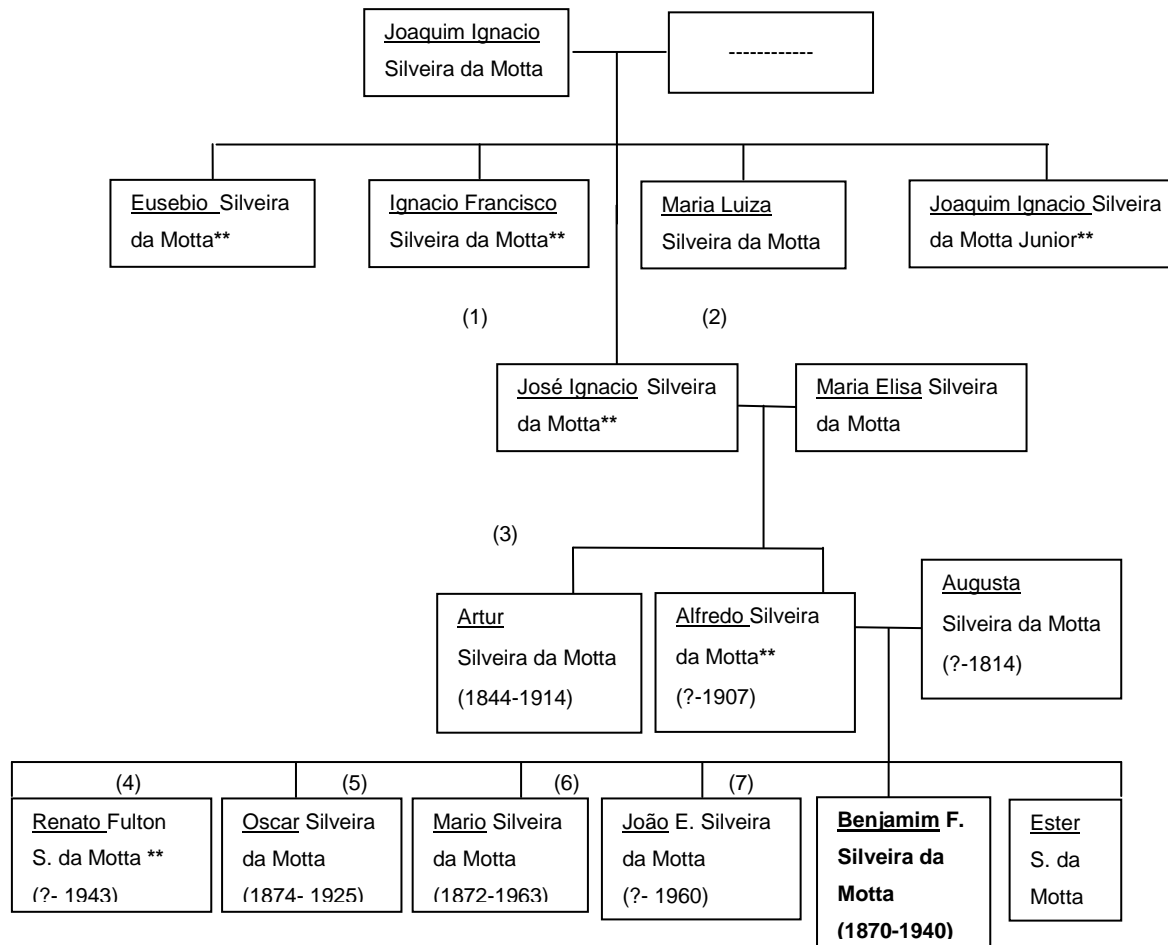
⁷¹ **“ESCOLA DE APPRENDIZES ARTIFICES DE S. PAULO- RIO, 18** - Foram assignados hoje os decretos nomeando para a Escola de Aprendizizes Artífices desse Estado: director, o sr. João Evangelista Silveira da Motta; escripturario, o sr. Mario de Oliveira Cananéa;

- e) Esther Silveira Motta era uma aluna do ensino secundário quando faleceu em 1913 (ver nota de citação 44).

Com o intuito de resumir os dados coletados nos Jornais da época sobre a família de Benjamim Mota, construímos o quadro genealógico a seguir; tomando como base, principalmente, os vestígios deixados na imprensa pelas nas notas de casamentos, núpcias e óbitos.

professor de desenho, o dr. José Watze; professora, a sra. d. Cecília de Toledo Barbosa; porteiro, o sr. José Joaquim de Lemos" (CORREIO PAULISTANO, 19/02/1910, p.3)

⁷² "JOÃO EVANGELISTA SILVEIRA DA MOTA- Faleceu ontem, nesta Capital, aos 80 anos, o sr. João Evangelista Silveira da Mota, viúvo de d. Maria da Glória Porto Silveira da Mota. Era irmão de Mario Silveira da Mota e dos falecidos dr. Renato Silveira da Mota, dr. Benjamim Silveira da Mota, Oscar Silveira da Mota e Esther Silveira da Mota. O ferreiro sairá hoje, às 15 horas, do Instituto Brasileiro de Gereatria, á rua Pio XI 1.31 para o cemitério da Consolação" (O ESTADO DE S. PAULO, 06/08/1960, p.12).

Tabela 2 – Quatro Gerações da família Silveira da Motta⁷³

⁷³ Legenda: (1) “Natural de Goyaz, nascido em 1816, exerceu cargos de administração e de magistratura na província do Rio de Janeiro. Deputado provincial em Nictheroy. Secretario do governo em Pernambuco. Advogado e depois juiz de direito na Corte. Em 1849, presidente do Piahy; em 1850, do Ceará; em 1859, do Rio de Janeiro. Foi fazendeiro em Macahé” (CORREIO PAULISTANO, 1906, p. 1). Casado com Francisca de Velasco Castro Carneiro. (2) Casada com *Inácio Manuel Álvares de Azevedo*. (3) Casado com a italiana *Luisa Glech*. (4) Casado com *Maria Antonieta de Azevedo Silveira da Mota* (? - 1959). Filhos: Renato Motta Filho, Maria Antonieta Silveira da Motta e Paulo Alfredo Silveira da Motta (?- 1993). (5) Casado com *Maria de Lourdes Silveira da Mota*. Filhos: *Augusto*, *Alfredo Walter Silveira da Motta* e *Tacito*. (6) Casado com *Anny Silveira da Mota*. (7) Casado com *Maria da Glória Porto Silveira da Mota*. Filhos: Maria Ignacia Silveira da Motta. (**) Estudante de Curso jurídico. O “Decreto n.1386, de 28 de Abril de 1854 – Dá novos estatutos aos Cursos jurídicos. Este decreto administrativo foi autorizado pelo legislativo n. 714 de 19 de Setembro de 1853. Os Cursos jurídicos passaram, por força deste decreto a denominar-se Faculdades de direito” (BEVILAQUA, 1927, p. 262).

1.1.3 A Formação Escolar

Podemos conhecer o passado somente por meio daquilo que o passado deixou nas nossas mãos. O mar do tempo retirou-se e abandonou seus detritos e suas sedimentações sobre a praia: não vemos o mar e podemos somente recolher aquilo que ele depositou na margem. Recebemos do passado as mensagens na garrafa que afortunadamente nos chegaram. (COSTA, P., 2008, p. 22-23)

Foi constatado que muitos dos parentes de Benjamim Mota possuíam formação jurídica e exerciam cargos públicos. Sua família integrasse uma elite letrada que vinha ganhando espaço no século XIX, em especial, na política. Entre as profissões tradicionais que possuíam prestígio no Império estavam medicina, engenharia e, em particular a advocacia, o que não se tratava de uma exclusividade brasileira⁷⁴. “O que importa salientar aqui é que a origem da sedução exercida pelas carreiras liberais vincula-se estreitamente ao nosso apego quase exclusivo aos valores da personalidade” (HOLANDA, 1995, p. 157).

A propensão para ocupar cargos públicos decorria muito mais de fatores privados que mesmo por uma vocação ou aptidão para trabalhos que envolvessem o interesse coletivo. Portanto, “no Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses” (HOLANDA, 1995, p.146). O que se via, com frequência, era o prolongamento dos círculos familiares nas instituições estatais.

Esta indistinação percorre também os longos anos da Primeira República e indica que, mesmo com o advento do novo

⁷⁴ “Em quase todas as épocas da história portuguesa uma carta de bacharel valeu quase tanto como uma carta de recomendação nas pretensões a altos cargos públicos. No século XVII, a crer no que afiança a *Arte de furta*, mais de cem estudantes conseguiam colar grau na Universidade de Coimbra todos os anos, a fim de obterem empregos públicos, sem nunca terem estado em Coimbra” (HOLANDA, 1995, p. 157).

regime, ainda não tínhamos entendido que “só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável, e responsável, ante as leis da Cidade. Há nesse fato um triunfo do geral sobre o particular [...]” (HOLANDA, 1995, p.141). Enquanto a noção de espaço público mantinha-se enfraquecida no Brasil, o vínculo doméstico e patriarcal exercia uma forte influência na formação dos jovens.

Sérgio Buarque de Holanda destaca, porém, o papel dos cursos jurídicos como experiência social na vida desses adolescentes que outrora se mantinham limitados ao convívio familiar. Segundo ele:

Entre nós, mesmo durante o Império, já se tinham tornado manifestas as limitações que os vínculos familiares demasiado estreitos, e não raro opressivos, podem impor à vida ulterior dos indivíduos. [...] E não haveria grande exagero em dizer-se que, se os estabelecimentos de ensino superior, sobretudo os cursos jurídicos, fundados desde 1827 em São Paulo e Olinda, contribuíram largamente para a formação de homens públicos capazes, devemos-lo às possibilidades que, com isso, adquiriam numerosos adolescentes arrancados aos seus meios provinciais e rurais de “viver por si”, libertando-se progressivamente dos velhos laços caseiros, quase tanto como aos conhecimentos que ministravam as faculdades.

A personalidade social do estudante, moldada em tradições acentuadamente particularistas, tradições que, como se sabe, costumam ser decisivas e imperativas durante os primeiros quatro ou cinco anos de vida da criança, era forçada a ajustar-se, nesses casos, a novas situações e a novas relações sociais que importavam na necessidade de uma revisão, por vezes radical, dos interesses, atividades, valores, sentimentos, atitudes e crenças adquiridos no convívio da família.

Transplantados para longe dos pais, muitos jovens, os “filhos aterrados” de que falava Capristano de Abreu, só por essa forma conseguiam alcançar um senso de responsabilidade que lhes fora até então vedado. Nem sempre, é certo, as novas experiências bastavam para apagar neles o vinco doméstico, a mentalidade criada ao contato de um meio patriarcal, tão oposto às exigências de uma sociedade de homens livres e de inclinação cada vez mais igualitária. (HOLANDA, 1995, p. 144, grifo nosso).

As fontes são escassas sobre a vida privada de Benjamim Mota e ainda mais raras quando se trata de sua infância. A frustração de não encontrar detalhes sobre o ambiente familiar em que Mota cresceu suscitou os limites e lançou luz sobre a fratura temporal que separa o historiador dos fatos⁷⁵. Neste momento, a crítica de Bourdieu ao gênero biográfico⁷⁶ ganha expressividade, pois “produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 185).

Em contrapartida, a percepção historiográfica de Sabina Lorigo⁷⁷ nos incentiva a conviver com as limitações das fontes históricas, pois é preciso assentir que “só podemos ter acesso ao passado de forma indireta, através das imagens, necessariamente, fragmentárias e inacabadas. Desse ponto de

⁷⁵ Para Ginzburg: “O historiador é, por definição, um investigador para quem as experiências, no sentido rigoroso do termo, estão vedadas. Reproduzir uma revolução, um arroteamento ou um movimento religioso é impossível, não só na prática, mas em princípio, para uma disciplina que estuda fenômenos temporalmente irreversíveis enquanto tais” (GINZBURG, 1991, p.180, grifo nosso).

⁷⁶ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.

⁷⁷ SOUZA, Adriana Barreto de; LOPES, F. H.. *Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema*. Ouro Preto: Revista História da Historiografia, 2012, p. 26-37.

vista o trabalho da história é interminável e, perpetuamente, aberto. A dúvida é intransponível.” (LORIGO, 2012, p. 34). Esta reflexão sobre o ofício do historiador nos fez prosseguir e trabalhar com as possibilidades⁷⁸.

Como foi exposto no item 1.1, as referências encontradas nas pesquisas acadêmicas que citam Benjamim Mota vêm sempre acompanhadas da qualificação profissional “advogado”. Diante disso, a nossa hipótese principal era que ele tivesse se formado na Faculdade de Direito de S. Paulo, como ocorrera com o seu avó (José Ignacio), pai (Alfredo Silveria) e irmão (Renato Fulton), entre outros familiares.

Antes de tratarmos deste assunto é preciso, porém, falar um pouco dos vestígios encontrados sobre sua instrução primária. As fontes são as memórias do militante José Romero, que tendem a enaltecer a figura Benjamim Mota, como já foi mencionado. No relato, ele declara que Mota:

Freqüentou seis colégios dos seis aos oito anos; com essa idade, conforme suas referências, sabia ler e escrever corretamente. Aos dez anos, ingressou num colégio protestante onde aperfeiçoou os estudos. Muito estudioso, com sede de saber, lia todos os livros que estavam ao seu alcance. Entre os que o pai possuía em sua biblioteca leu os *Opúsculos*, de Alexandre Herculano, *Os Jesuítas*, de Edgar Quinete e o *Padre Bechior de Pontes*, de Júlio Ribeiro, os quais lhe mostraram toda a hediondez do jesuítismo, abrindo-lhe as portas do conhecimento para novos rumos. (ROMERO, s/d apud RODRIGUES, 1994, p. 116)

⁷⁸ “[...] o emaranhamento entre realidade e ficção, entre verdade e possibilidade, está no centro das elaborações artísticas deste século. Natalie Zemon Davis pôs em relevo as vantagens que os historiadores poderiam tirar daí para o seu trabalho. Termos como <<ficção>> ou <<possibilidades>> não devem induzir em erro. O problema da prova continua mais do que nunca no centro da investigação histórica: mas o seu estatuto é inevitavelmente alterado no momento em que são abordados temas diversos relativamente ao passado, com o apoio de uma documentação também diversa” (GINZBURG, 2007, p. 334).

É preciso salientar, antes de tudo, que saber ler e escrever não era algo banal no Brasil Império, muito menos, com oito anos de idade. “De acordo com os resultados do censo de 1872, a proporção de analfabetos correspondia a 84% da população total, elevando-se para 86% se considerada apenas a população feminina e para 99% se considerada a população escrava” (OLIVEIRA, 2003, p.14). Essa peculiaridade nos ajuda a entender também o “prestígio atribuído às carreiras letradas - o clero, a magistratura, os “homens de letra”, os médicos, enfim os bacharéis - numa sociedade composta predominantemente por iletrados” (OLIVEIRA, 2003, p.14).

José Romero informa que Benjamim Mota frequentou vários colégios; na época, porém, não havia uma prática escolar disseminada na infância⁷⁹. Ademais, os modelos de instrução primária no Brasil adquiriram direções singulares no Império e na República e não necessariamente em constante evolução⁸⁰. O que dispõe a Constituição do Império é que a instrução primária era gratuita a todos os cidadãos (art. 179, XXXII). “Estabelece-se, assim, uma relação direta entre educação e cidadania, definida esta última como garantia de direitos civis e políticos. Não há referência à educação como um direito, nem se alude ao princípio da obrigatoriedade escolar” (HORTA, 1998, p.11)

Não é de estranhar que os pais de Benjamim Mota tratassem com empenho a formação educacional dos seus filhos, pois era uma tradição familiar. Parece bem provável que vivendo

⁷⁹ “Essa alta proporção de iletrados permite, por sua vez, relativizar o argumento de que a instrução no próprio lar era “um método de ensino muito razoavelmente seguido em várias casas”. Se é verdade que, à época, era comum a presença de mestres e preceptores que lecionavam em sua própria casa ou na de seus alunos, é verdade também que esta prática, esta possibilidade se restringia fundamentalmente ao círculo de famílias mais abastadas” (OLIVEIRA, 2003, p.19).

⁸⁰ “A afirmação da educação das crianças, primeiramente como um valor e, posteriormente, como uma necessidade e um direito, é fruto de um longo processo histórico, repleto de idas e vindas, rupturas e permanências, vitórias e derrotas. No Brasil, a gênese desse processo de constituição de um sistema público de educação - e, portanto, o deflagrar da construção da relação entre crianças e escolas - pode ser identificada com o momento mesmo da formação do Estado imperial, no decorrer do oitocentos” (RELATÓRIO, 1877, apud SCHUELER, 1999).

em um universo de bacharéis e políticos, Benjamim tivesse acesso a vários livros na juventude. Alguns destes autores (por exemplo, Júlio Ribeiro e Alexandre Herculano) aparecerão, anos depois, em escritos jornalísticos e nos livros publicados por Mota.

A procura por uma maior quantidade de fatos sobre a vida escolar de Benjamim Mota nos levou a encontrar no jornal *A província de São Paulo* um informe do ano letivo de 1883, que tratava da habilitação dos estudantes do *Collegio Joaquim Carlos*. Na lista dos alunos consta o nome de Benjamim Mota, aos 13 anos de idade, prestando exame de português perante as comissões examinadoras na Faculdade de Direito (atenção ao ANEXO R). Como se pode observar, “o fio condutor é, mais uma vez, o nome” (GINZBURG, 1989, p. 175). Estes exames eram preparatórios⁸¹ para o ingresso na Faculdade de Direito (ver ANEXO S).

As listas de habilitação dos anos seguintes também foram localizadas e nelas visualizamos a participação frequente de Benjamim Mota. Em 1884 (aos 14 anos), ainda aluno do Collegio Joaquim Carlos, presta exame para português (ver ANEXO T). No ano seguinte (1885), se submete a prova de Francês (ver ANEXO U). Em 1886, realiza Exames de Geometria (ANEXO V), Aritmética (ANEXO W) e Inglês (ANEXO X). Aos 17 anos (1897), enquanto aluno do Externato Delamare, presta exame de inglês (ANEXO Y) e retórica (ver ANEXO Z).

Pelo relato memorialístico de José Romero, Benjamim Mota:

Desde os quinze anos procurou estudar a religião dos pais, a católica, comparando-a com as outras. Lendo, estudando e guiado pela razão, bem cedo chegou à negação das idéias religiosas, inclusive as da ficção conhecida pelo nome de Deus. A leitura dos livros citados levou-o a investigação, sendo o de Júlio Ribeiro “o único que devia conduzir-me ao livre pensamento”, diria ele mais tarde.

⁸¹ Isto não foi uma particularidade de São Paulo, pois o “Decreto (legislativo) de 7 de Agosto de 1832 – determina que o Seminário de Olinda fique sendo o collegio preparatorio das artes do Curso jurídico, crêa as cadeiras, que faltam, e marca os ordenados dos professores” (BEVILAQUA, 1927, p. 262).

E prossegue: “A luta íntima que em mim se desencadeou devia receber dentro em pouco um alimento poderoso, um caminho que me conduzisse à verdade.”

Matriculou-se no curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo, onde se formou. Nesse curso, o dr. Troncoso, “nas suas lições, ainda que obrigado a ensinar filosofia espiritualista, porque sendo oficial a religião católica, era obrigado a isso, indicava aos seus alunos a leitura de certos livros...”

Mais tarde teve ocasião de ler Bain, Büchner, Zaborowski, Huxley, Lamarck, Darwin e o livro *L'Home Selon la Science*, de Heidelberg, livros que o fizeram “compreender as tolices de criação bíblica e as insulsas teorias que enchiam o seu cérebro”. (ROMERO, s/d apud RODRIGUES, 1994, p. 116, grifo nosso)

O confronto com a religião católica ganhará dimensão importante no pensamento de Benjamim Mota, inclusive, o levará a travar um debate com o padre Julio Maria⁸² em 1900. Mota parece ser um jovem adepto das inovações científicas e das

⁸² “Seu nome completo, antes de tornar-se sacerdote, era Júlio Cesar Moraes Carneiro. Nasceu em Angra dos Reis, Rio de Janeiro, a 20 de agosto de 1850. Coursou a Faculdade de Direito de São Paulo, colando grau de bacharel em 1874 e de doutor em 1875. Não sendo bem sucedido na tentativa de eleger-se para a Assembléia Provincial, ingressou na magistratura. Em 1889, enviuvando pela segunda vez e tendo se convertido ao catolicismo, retirou-se para o Seminário de Mariana, a fim de preparar-se para o sacerdócio. Foi ordenado em fins de 1891, com 41 anos de idade. Embora de formação conservadora, aderiu firmemente à abertura social da Igreja, direção na qual seria encaminhada por Leão XIII (papa de 1878 a 1903, autor da Encíclica Rerum Novarum de 1891). Na época, sua pregação destoava do conjunto, mas veio a ser considerado precursor, levando-se em conta os rumos seguidos pela Igreja sob d. Sebastião Leme. Faleceu a 22 de março de 1916, aos 65 anos de idade”. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO).

tendências modernizantes⁸³ que via em plena expansão na cidade de São Paulo⁸⁴.

Como foi mencionado, a hipótese principal do trabalho era que Benjamim Mota tivesse se formado na Faculdade de Direito de S. Paulo, o que não veio a se confirmar nas fontes primárias. Com o intuito de intensificar o rastreio, procuramos na “Lista Geral dos Bachareis e Doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife desde sua fundação em Olinda, no anno de 1828, até o anno de 1931” organizada pelo bacharel Henrique Martins. Benjamim Mota também não se formou no Recife.

Para resolver este impasse, voltamos aos relatos de José Romero. No trecho acima, ele menciona que Benjamim Mota frequentou o Curso Anexo a Faculdade de Direito de São Paulo e foi comprovado que, dos 13 aos 17 anos, ele realizou os Exames preparatórios perante as mesas examinadoras do Curso Anexo a Faculdade. Teria Benjamim Mota se matriculado em alguma Faculdade de Direito do país e não chegado a concluir o curso⁸⁵?

⁸³ “Examinando o requerimento de Benjamim Franklin Silveira da Motta e Alfredo Silveira da Motta, pelo qual pedem concessão para a construção de um ramal de linha de bonde que partindo do Arreal se dirija á freguesia do O, costeando a colônia de Sant’Anna e margeando o rio Tietê, na forma do contracto de concessão para o tronco da linha; examinando este contracto a comissão de obras é de parecer que seja indeferido o requerimento por estar caduca a concessão [...]” (O ESTADO DE S. PAULO, 17/03/1890, p. 2).

⁸⁴ “*A urbanização contínua, progressiva, avassaladora, fenômeno social de que as instituições republicanas deviam representar a forma exterior complementar, destruiu esse esteio rural, que fazia a força do regime decaído sem lograr substituí-lo, até agora, por nada de novo. O trágico da situação está justamente em que o quadro formado pela monarquia ainda guarda seu prestígio, tendo perdido sua razão de ser, e trata de manter-se como pode, não sem artifício. O Estado brasileiro preserva como relíquias respeitáveis algumas das formas exteriores do sistema tradicional, depois de desaparecida a base que as sustentava: uma periferia sem um centro. A maturidade precoce, o estranho requinte de nosso aparelhamento do estado é uma das consequências de tal situação*” (HOLANDA, 1996, p. 176, grifo nosso)

⁸⁵ A primeira hipótese de ele ter estudado na Faculdade de Direito de São Paulo não foi comprovada. A segunda era de ele ter cursado a Faculdade de Direito do Recife, também não foi validada. A nossa

Este dilema permanece em aberto, pois não há fontes para comprová-lo, já que as Faculdades de Direito preservaram apenas as Listas dos Bacharéis, não há registro dos alunos que se matricularam e não chegaram a colar grau.

Quais escolhas teria realizado Benjamim Mota? Pretendia destoar da tradição da família de ser mais um bacharel em direito? Em contrapartida, se não estava cursando uma Faculdade, onde ele estaria? Mais uma vez, José Romero contribui, quando registra que Mota:

Em 1890 foi a Paris, onde residiu quase três anos, “cujo cultivo intelectual contribuiu para a formação do meu espírito”. Na Cidade Luz conheceu vários elementos revolucionários de diversas tendências, entre eles José Rizal, médico, de quem se tornou amigo. Rizal foi o protomartir da independência das Ilhas Filipinas, fuzilado pelo governo da monarquia borbônica poucos anos depois daquela data. (ROMERO, s/d apud RODRIGUES, 1994, p. 116-117)

No próximo item, serão apresentadas outras fontes que corroboram estes dados de José Romero, que na verdade, são lembranças conservadas do período em que conviveu com Benjamim Mota. Segundo ele, conheceram-se “em 1919, pelo espaço de seis anos, podendo vê-lo e com ele trocar idéias somente durante as curtas estadias que fazíamos na capital paulista, depois de demoradas viagens a serviços pelo interior, e isso nem sempre” (ROMERO, s/d apud RODRIGUES, 1994, p. 118)

Até o presente estágio do texto, as conclusões parciais que podemos chegar é que Benjamim Mota não foi um bacharel em

terceira conjectura era que ele tivesse ido para o Rio de Janeiro, já que pelo Decreto nº 639 de 1891 se “concede á Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro e a Faculdade Livre de Direito desta Capital, na fórmula do art. 420 do decreto n. 1232 H de 2 de janeiro deste anno, o titulo de Faculdades Livres, com todos os privilegios e garantias de que gozam as Faculdades federaes.” (Coleção de Leis do Brasil - 1891, p. 637 Vol. 2 pt. II). Esta terceira hipótese também não se comprovou: Benjamim Mota não se tornou bacharel no Rio de Janeiro.

direito, em outras palavras, não foi um advogado formado. Ainda neste capítulo, porém, esclareceremos este assunto. Por ora, basta sublinhar que antes de viajar para a Europa, Benjamim abraça outra “carreira de letras”, que irá se dedicar até o fim da vida: o jornalismo⁸⁶.

1.1.4 O início da atuação na Imprensa e na Política

“Aos 20 anos de idade [Benjamim Mota] deu início à sua atividade ininterrupta no jornalismo. Desde então, jamais deixou de militar na imprensa, era mais ativamente, era apenas como colaborador ocasional. Ocupou todos os postos de redação: colaborador, redator, redator-secretário, redator-chefe, diretor, tendo sido o fundador de diversos jornais em que desenvolveu a sua atividade” (LEUENROTH, s/d apud RODRIGUES, 1994, p. 118)

Em 1890, Benjamim Mota encontra-se como redator do jornal *O Paiz*⁸⁷. Nesse período, “aqueles que estavam situados

⁸⁶ “Não existindo a profissão de jornalista, propriamente dita, o seu exercício constituía um <<bico>>. Por isso quem trabalhava em jornal ou passava necessidade ou tinha de arranjar um emprêgo público ou particular. E como os jornais eram geralmente matutinos, quem neles trabalhasse à noite só saía da redação pela madrugada. E após umas poucas horas de sono, havia necessidade de ir para a Repartição ou para o emprego diurno. Não obstante a precariedade da vida jornalística, muitos e notáveis brasileiros e estrangeiros emprestavam as luzes de seu talento à função, exercida com tal dedicação que beirava ao sacrifício. Era-se jornalista por pendor natural e não se chegava a redator sem antes ter exercido outros cargos subalternos. Cada qual procurava especializar-se; um, não desejava ser senão revisor; este, não fazia outra coisa que folhetins ou esporte; aquele, não trocava seu título de repórter por coisa alguma deste mundo.” (MORALES DE LOS RIOS FILHO, 1967, p. 19)

⁸⁷ “*O Paiz* foi um jornal diário de grande circulação lançado em 1º de outubro de 1884, no Rio de Janeiro (RJ), por João José dos Reis Júnior, o conde de São Salvador de Matozinhos. Conservador e de grande expressão, considerado o mais robusto órgão governista da República Velha, foi um dos maiores formadores de opinião na política e na sociedade brasileiras entre o fim do século XIX e o começo do século

na camada da população letrada e que possuíam interesses políticos mais imediatos, como cargos administrativos, vantagens econômicas ou mesmo por acreditar nas mudanças, manifestavam-se pela imprensa” (FLORES, 2008, p. 53). Rui Barbosa⁸⁸ (1849-1923), Edmundo Bittencourt⁸⁹ (1866-1943), entre outros, vivenciaram a experiência de exercer duas profissões como a do jornalismo e advocacia de modos singulares. A imprensa não era uniforme, tinha grandes jornais que funcionavam como órgãos de poder⁹⁰, mas havia também jornais de resistência e combate⁹¹.

Entre Benjamim Mota e Rui Barbosa havia uma experiência comum: a participação no jornal *O Paiz*. Este último chegou a ser o redator-chefe em 1884, mas foi substituído no mesmo ano⁹². Eles vivenciaram, no entanto, fases diferentes no

XX. Durou até 18 de novembro de 1934, quando foi fechado pela Revolução de 1930.” Disponível: <http://bndigital.bn.br/artigos/o-paiz/>

⁸⁸ “Duas profissões tenho amado sobre todas: a imprensa e a advocacia. Numa e noutra me votei sempre à liberdade e ao direito”. Cf. Posse como sócio no Instituto dos Advogados, em 18 de maio de 1911. Discursos no Instituto dos Advogados Brasileiros. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002, p. 21.

⁸⁹ “Embora formado em Direito, seus pendores eram para o jornalismo. Por isso passou a trabalhar no jornal *A Imprensa*, de Rui Barbosa. Apesar de ser aquela uma época de grande efervescência política. Edmundo Bittencourt não se conformava com papel de subalterno. Queria ser rei de jornal e não príncipe. E se converte em soberano de jornal ao lançar o seu *Correio da Manhã* [em 15 de junho de 1901]” (MORALES DE LOS RIOS FILHO, 1966 p. 12).

⁹⁰ Lima Barreto, jornalista e escritor, afirmava: “*Era a Imprensa, a Onipotente Imprensa, o quarto poder fora da Constituição!*” (BARRETO, 1990, p. 72, grifo nosso).

⁹¹ “A luta por melhores condições de trabalho, em prol de questões sociais, resultou no surgimento de um jornalismo operário, o que permitiu ampliar o conhecimento sobre as reivindicações sociais. Entre 1889 e 1927 surgiram mais de 300 títulos de jornais operários, a maior parte de orientação anarquista ou anarco-sindicalista, folhas muito combativas e que em geral tinham uma existência curta” (GOMES, 2011, s/p).

⁹² “[...] em *O Paiz*, do qual em 1884 chegou a ser seu redator chefe, mas apenas por três dias, pois segundo Elmano Cardim, Rui discordou da

jornal, pois “a partir de 1888, o jornal passou a publicar artigos veementes contra a Monarquia, escritos por Silva Jardim com o apoio de Quintino Bocaiúva” (CPDOC, p.1).

A procura, a princípio, por textos de Mota neste periódico foi permeada pela incerteza do uso de pseudônimo, uma prática comum no período⁹³. Esta dúvida, no entanto, foi desfeita, ao ser encontrado um artigo datado de 10 de novembro de 1890, no qual afirmava:

Eu, como Emanuel Carnero, penso que todos devem assignar o que escrevem, e á custa de tudo, arrostando ódios e perigos hei de assignar sempre qualquer artigo que publique. [...].

Emanuel Carnero não tinha o direito de suppor que quem escreveu o *a pedido* fosse eu, mesmo porque, se o artigo fosse meu, não sairia naquella secção e sim na parte editorial, assignado por mim. [...].

Concluindo direi a Emanuel Carnero que é na secção onde vai inserido este artigo, e sempre com o meu nome publicarei qualquer escripto. BENJAMIM MOTA (O PAIZ, 10/11/1890, p. 3, grifo nosso).

A notícia foi publicada na secção intitulada “São Paulo” e apareceu como um sinal de que nossa pesquisa poderia ser realizada, na medida em que ele havia deixado registros identificáveis pelo seu nome⁹⁴. Este compromisso (de assinar

nova orientação do jornal sobre o trabalho escravo, deixando, por isso, a chefia de redação” (NOBRE, 1990, p.11).

⁹³ Recorreram a esta técnica, por exemplo, Rui Barbosa e Lima Barreto. Este último chegou a declarar: “ha quase seis annos, com o pseudonymo de Isaias Caminha, num periódico operário, “Voz do Trabalhador” contestei isso [...]” (A PLEBE, 1919, p. 2-3).

⁹⁴ Embora no registro de batismo o sobrenome de Benjamim Mota seja escrito com dois “t” (Motta), ele assina seus escritos apenas com um “t” (Mota), essa variação gráfica tornou-se uma das primeiras dificuldades encontradas para fazer a pesquisa “com busca pelo nome” nos jornais da época. Foi encontrada, também, variação gráfica no prenome Benjamim que ora aparece (com “m” ao final) e ora (com “n”). Isso não parecia ter outras consequências e relevância, até ser encontrado um texto de 1975 (*35 anos depois da morte de Benjamim Mota*) no jornal O

todos os textos) foi feito no início da carreira e Benjamim parece cumprir até o fim da vida. No ano de 1890, Mota se destaca entre os membros da imprensa e nos eventos sociais como um representante⁹⁵ do jornal *O Paiz*.

De acordo com Edgar Leuenroth, Benjamim dedicou-se continuamente ao jornalismo tendo trabalhado

“na imprensa diária, entre outros [em]: O País, do Rio; O Brasil, A Nação, O Jornal, Comércio de São Paulo, Diário Popular, de São Paulo; A Vanguarda, de Santos. Na imprensa de combate: Gil Blas, O Rebate, O Amigo do Povo, Avanti, A Lanterna, da qual foi fundador e diretor” (LEUENROTH, s/d apud RODRIGUES, 1994, p. 118).

Entretanto, entre dezembro de 1890 e 1896, não foram encontrados vestígios para falar da vida e do trabalho de Benjamim Mota. Por isso, a hipótese encontrada nas memórias de José Romero de que Mota havia viajado para Paris ganhou força. Esta informação pareceu razoável, pois Mota mantinha correspondência no estrangeiro⁹⁶ e era “em direção à França que

Estado de S. Paulo, que afirmava: “Benjamim Mota – que usava no sobrenome um t apenas e ficava desesperado quando lho escreviam com dois – [...]” (O ESTADO DE S. Paulo, 1975, p. 61). A informação de que a grafia incomodava Benjamim é passível de dúvidas, pois todo conteúdo do texto é pejorativo e insultuoso à pessoa de Benjamim Mota, chegando o autor a dizer: “Também, por essa época, devido a maluquice de Benjamim Mota [...]” (O ESTADO DE S. Paulo, 1975, p. 61). Importa acrescentar que tanto o pai quanto o irmão de Mota, também assinavam só com um T “Silveira da Mota” e “Renato Silveira Mota”. Portanto, o mais provável é a ocorrência de uma reforma ortográfica no período, o que modificava a escrita dos sobrenomes. Mais informações: CAMPACCI, Claudio. *Os sobrenomes mais comuns do Brasil*, 2012, p. 99.

⁹⁵ Centro da Imprensa Brasileira: Hontem, ás 3 horas da tarde, reuniram-se no salão do Club Juillet muitos representantes da imprensa fluminense, entre os quaes nos recordamos dos seguintes: [...] Benjamim Motta, do Paiz [...] (DIARIO DE NOTICIAS, 20/11/1890, p. 1).

⁹⁶ “CARTAS ESTRANGEIRAS DE 10 A 20 NÃO PROCURADAS: Ascanio Ambroggi, A. de Campos Pacheco. Benjamin Silveira da Motta. [...]” (A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 26/10/1886, p. 3).

as elites brasileiras se voltam para aí procurar os modelos de instituições científicas, os últimos livros científicos, [...]”⁹⁷ (PETITJEAN, 1996, p. 34). Além do mais, não seria improvável que Benjamim em 1890 tivesse ido a Europa, pois anos depois ele assim o fez⁹⁸. Talvez, o contato com as ideias que circulavam na França⁹⁹ pudessem explicar a defesa do evolucionismo-cientificista presentes nos livros *Rebeldias* (1898) e *A razão contra a fé* (1900).

A tarefa do historiador de “recuperar a estranheza, não a familiaridade, do que é dito; o esforço de evitar deixar-se levar por leituras pacíficas; o de ler e reler, pondo-se porquês a cada palavra, a cada conceito, a cada proposição, a cada “evidencia” [...]” (HESPANHA, 2005, p.73), levou-nos a procurar outras fontes que pudessem explicar esta lacuna de informações. Após um longo processo de pesquisa, foi encontrado um fragmento autobiográfico de Benjamim Mota, no qual revelava: “*ausente de S. Paulo, de 1890 a 1896, parte desse tempo no estrangeiro e parte no Rio de Janeiro*, de nada me recordo e narro apenas o que ouvi muitas vezes aos amigos e companheiros [...]” (A PLEBE, 1919, p. 4, grifo nosso).

Esta declaração explica a dificuldade na obtenção de dados sobre Benjamim Mota entre os anos de 1890-1896, configurando-se uma lacuna no nosso trabalho. Foi encontrado o informe de sua partida para a Europa¹⁰⁰, mas não os relatos

⁹⁷ “[...] a influência cultural francesa no Brasil e nos outros países da América Latina, cresceu na primeira metade do século XIX e declinou após a Primeira Guerra Mundial. Em certa medida essa influência, cujas origens são multiformes, serve, também, de contraponto à pressão econômica e política da Inglaterra. A ciência está, em grande parte, incluída nessa referência cultural” (PETITJEAN, 1996, p. 34).

⁹⁸ “Regressou da Europa o sr. Benjamin Mota” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 13 de Maio de 1907, p.1).

⁹⁹ “[...] o fim do século XIX é marcado, do ponto de vista do desenvolvimento científico, por uma fase de maturação ideológica, em que os laços intelectuais com a Europa são significativos. De lá os estudantes trazem todas as novas filosofias científicas: Darwin, Comte, Spencer etc. O positivismo traz, mesmo, uma teoria de mudança social na ordem, sem risco” (PETITJEAN, 1996, p. 36, grifo nosso).

¹⁰⁰ “SANTOS. [...] Embarcaram alli no << Bearn>> com destino á Europa, os srs. Antonio Pereira Pinto, Benjamin Motta e Pedro Chiquet Filho” (CORREIO PAULISTANO, 24/04/1891, p. 3, grifo nosso).

minuciosos de sua estadia. Por outro lado, seguindo os indícios, é provável que neste período tenha continuado a escrever, pois desde o início da sua atividade na imprensa (1890), sinalizava o interesse em publicar não apenas artigos em jornais, mas também trabalhos maiores. Conforme notícia veiculada no mesmo ano: “LÓLÓ e’ este um titulo de um romance naturalista que está escrevendo o nosso collega d’O Paiz, Benjamim Motta. E’ um estudo de costumes fluminenses”¹⁰¹ (O ESTADO DE S. PAULO, 21/09/1890, pag. 2). O anúncio oficial de afastamento do jornal O Paiz foi feito no começo de 1891¹⁰².

É necessário destacar, para fins da nossa pesquisa, que neste intervalo de tempo (1890-1896) o interesse de Benjamim Mota pelas questões sociais é intensificado¹⁰³. O que explica, por conseguinte, encontrá-lo em 1897 como diretor-chefe do jornal O Rebate (ver ANEXO Aa) e, mais que isso, como candidato a deputado do Estado de São Paulo, fora do P.R.P. Sem dúvida, o ano de 1897 é um divisor de águas para o pensamento social de Benjamim Mota, esta afirmação pode ser verificada no resumo histórico escrito anos depois por ele:

Interessando-me, desde 1897, pelo movimento social no Brasil, e principalmente no Estado de S. Paulo, com os militantes que encontrei na luta (Augusto Donati, Gigi Damiani, Campagnoli, Ing. Alcebiades Bertoletti, Estevão Estrella, George Zenker, Ambrosio Chiodi, Valentim Diego, Alfredo Mari e outros, cujos nomes me escapam) conversei varias vezes sobre o inicio do movimento em S. Paulo (A PLEBE, 1919, p. 4, grifo nosso).

¹⁰¹ Não é possível afirmar se ele chegou a concluir o trabalho e se publicou. Não foram encontradas nas Fontes esclarecimentos sobre este assunto.

¹⁰² “Com o fim de fundar nesta capital um novo orgam de publicidade, retirou-se ante-hontem da redacção do Paiz, o nosso collega Benjamin Silveira da Motta” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 15/01/1891, p. 1).

¹⁰³ “os que nos conhecem sabem que ha alguns annos nos dedicamos ao estudo da questão social” (O REBATE, 19/02/1898, p. 1, grifo nosso).

A preocupação com as questões sociais parece impulsionar o seu ingresso na vida política, combinado com o descontentamento com a República. Próximo às eleições de 1897, Benjamim Mota publica um texto no jornal *A Nação*, onde critica a situação política brasileira e coloca-se como um defensor dos ideais republicanos, os quais estavam sendo aviltados no Brasil. Nessa perspectiva, o discurso se direciona:

Ao eleitorado de S. Paulo

Concidadãos e companheiros

Falsificado como está actualmente no Brasil o regimen republicano; transformadas as urnas em meras chancellarias da vontade dos governantes, que desconhecem inteiramente o que seja a honestidade civica; rebaixado o caracter nacional pela continua reviravolta da opinião dos homens públicos, que não se envergonham de mudar de crenças como se muda de roupa branca, é ousadia inacreditavel aspirarem republicanos independentes um logar na assembléa de representantes do seu Estado.

Essa ousadia temol-a nós, entretanto, porque acima da vontade desses homens que *envergonham e desmoralisam a República, falsificando-a nos seus elementos básicos, vemos a vontade soberana e a altivez de um povo que ainda não se degradou bastante para se tornar escravo de meia dúzia de famílias*; essa ousadia temol-a nós, porque os applausos á nossa conducta na imprensa chegam-nos de todos os pontos do Estado, onde há homens sinceramente republicanos, que acima dos interesses mesquinhos e vis das camarilhas officiaes, collocam os sagrados princípios pelos quaes nos batemos até a aurora respendente de 15 de Novembro de 1889, e pelos quaes nos batemos ainda, *procurando Republicanisar a Republica!* (A NAÇÃO, 14/11/1897, p. 2, grifo nosso)

A insatisfação com os rumos da República não era uma atitude particular a Benjamim Mota. “No Brasil, as idéias e práticas chamadas de republicanas adquiriram, desde seus

primórdios, sentidos políticos diversos em um terreno de intensa disputa pelo poder entre as classes dominantes regionais.” (PAOLI, 2003, p.163). As críticas provinham de vários indivíduos¹⁰⁴ e segmentos políticos, e remontavam a divergente composição do movimento republicano¹⁰⁵. A tentativa de conservar prerrogativas incompatíveis com a nova ordem, logo criou

“o pior dos mundos: a República mantém, por um lado, certas formas exteriores do prévio sistema monárquico, boiando no espaço, ao passo que, por outro lado, evita os conflitos inevitáveis que ampliam e concretizam qualquer processo histórico próprio à modernidade” (PAOLI, 2003, p.167, grifo nosso).

O discurso de Benjamim Mota demonstra que passado oito anos do “15 de novembro de 1889”, a República brasileira parecia não ter se consolidado¹⁰⁶. Neste cenário, Mota definiu-se

¹⁰⁴ É possível, por exemplo, encontrar, neste mesmo ano (1897), correspondência de Euclides da Cunha em que confessava seu descontentamento: “Não quero referir-me a assuntos políticos: não te quero assombrar com a minha tristeza imensa e amarga ironia com que encaro aos maître-chanteurs que nos governam. Felizmente a República é imortal! Resistirá [...]” (CUNHA, E., 1897 apud GALVÃO, 1997, p.106).

¹⁰⁵ “Abrigou tendências diferenciadas entre as quais os chamados republicanos históricos - os signatários do Manifesto de 1870 -, os positivistas, os moderados, os liberais e tantos outros; cooptou descontentes com os rumos do Estado imperial - tais como os ironicamente chamados republicanos de 14 de maio, fazendeiros e proprietários de escravos que abandonam o barco da monarquia após a abolição de 13 de maio de 1888, ou Rui Barbosa, que em voto em separado no Congresso do Partido Liberal de maio de 1889 anuncia sua adesão ao ideal republicano, uma vez que a monarquia recusava a bandeira federalista [...]” (NEVES, 2008, p. 29)

¹⁰⁶ “Muitos daqueles que haviam lutado para criar um novo sistema político logo manifestaram seu desaponto. As oligarquias rurais continuavam a controlar os governos federal e estaduais. E a grande maioria da população brasileira, pobres livres, ex-escravos - e imigrantes - continuou explorada como sempre fora. Após duas

“republicano independente”, argumenta a necessidade de republicanizar o país e relaciona ao seu potencial político à atuação exitosa na imprensa:

Republicanos desde a mocidade, e republicanos que nunca titubearam na sustentação do seu ideal, um pela penna e outro nas luctas contra os restauradores de 6 de setembro republicanos que nunca souberam o que fosse uma curvatura diante dos europeis da realeza, *pleiteamos uma cadeira no congresso da nossa terra, porque nos sentimos fortes para verberar todos os abusos e todos os escândalos praticados por esses homens que assaltaram o poder pela fraude, e nelle querem perpetuarse para deshonra da Republica!* (MOTA, 1897, p.3, grifo nosso)

Se hoje há consenso na historiografia de que “a República brasileira encontrou seu fundamento na consolidação de uma lógica fortemente excludente e hierarquizadora” (NEVES, 2008, p. 37), é preciso ter cuidado ao lidar com as fontes primárias deste período, pois

“aos que viveram o sucedido entre 1870 e a primeira década de XX, [como é o caso de Benjamim Mota], só os fatos eram acessíveis. O acontecimento, com toda sua carga de significados e com a possibilidade de abrir-se a um sem-número de possíveis versões, quase nunca pertence à história vivida. Ele é, sobretudo, o território da história feita pelos historiadores. (NEVES, 2008, p. 34, grifo nosso)

No decorrer do texto publicado para campanha eleitoral, Benjamim Mota faz críticas ao sistema eleitoral e práticas advindas da época do Império, como a “camãra unanime” que

décadas de reforma, não parecia que o país tivesse mudado fundamentalmente” (VIOTTI DA COSTA, 2013, p. 705-706).

violava a garantia constitucional de representação da minoria, presente no artigo 28 da Constituição de 1891¹⁰⁷. Segundo Mota:

O governo de S. Paulo, a olygarchia que aqui se implantou pela fraude, nutre a pretensão de fazer camara unanime nas eleições a que se vae proceder no dia 1º de dezembro proximo, para a renovação da camara dos deputados e do terço do senado estadual, e, certamente, para conseguir os seus fins e ostentar um prestigio que não possui, fara uma orgia eleitoral, afim de que vençam os seus designados.

Jefferson, quando presidente da Republica dos Estados Unidos da America do Norte, disse numa das suas mensagens que *os direitos das minorias são sagrados*.

O ex-presidente de S. Paulo, sr. dr. Campos Salles, pensa diversamente.

S. exa. não quer respeitar o terço que a lei reservou às minorias; S. exe, quer camara unanime, camara bastante servil para não revelar ao povo os escândalos que ahi vão na celebração de contractos, no desperdicio dos dinheiros públicos pelas verbas secretas da policia e, finalmente, em todos os ramos da administração.

S. exc. sabe que o povo detesta-o, s. exc. sabe que é impopular, mas quer mostrar prestigio em proveito de sua candidatura á presidencia da Republica, e recorre então aos vilissimos expedientes que condemnava no regimen decahido.

E, para justificar o attentado que pratica contra as leis, s. exe. faz os seus continuos eleitores dizerem ao povo que apresentam listas completas, porque estudando com atenção a actual situação politica do paiz se convenceram de que isso era indispensável à boa marcha dos trabalhos legislativos!!

¹⁰⁷ “É da coexistência de uma Constituição liberal com práticas políticas oligárquicas que deriva a expressão *liberalismo oligárquico*, com que se caracteriza o processo político da República no período compreendido entre 1889 e 1930” (RESENDE, 2008, p. 91).

O sufrágio universal instituído pela Constituição de 24 de fevereiro; o voto livre e consciente do eleitorado amedronta-o, e daí a pressão eleitoral que já desenvolvem os lacaios e os empreiteiros de todos os governos e de todas as situações. (MOTA, 1897, p.3, grifo nosso)

Apesar do sufrágio universal está previsto no art. 70 da Constituição brasileira de 1891, a ampliação do direito de voto foi limitada, uma vez que permaneciam excluídos analfabetos, mendigos, mulheres, etc. Se por um lado o sufrágio universal significou um avanço, por outro solidificou uma barreira, pois *“numa república em que 85,2% da população total eram analfabetos, o Estado eximia-se da responsabilidade de fornecer educação pública e gratuita”* (OLIVEIRA, 2003, p. 19, grifo nosso). No estudo realizado por José Murilo de Carvalho ele demonstra a baixa quantidade de votantes na capital do país (Rio de Janeiro): *“Em 1890, a cidade tinha mais de 500 mil habitantes, e pelo menos metade deles era alfabetizada. Mesmo assim, na eleição presidencial de 1894 votaram apenas 7.857 pessoas, isto é, 1,3% da população”* (CARVALHO, 2002, p. 40).

Benjamim Mota defende o sufrágio universal, mas afirmava a necessidade de efetivar a obrigatoriedade escolar para que ele saísse do papel. Sendo assim, acreditava que só haveria igualdade política através da igualdade de educação e aproveitava para demonstrar o interesse das oligarquias locais em preservar a baixa instrução do povo. Sabia que, ao defender causas como estas, seria taxado de “socialista”, embora afirmasse ser um “republicano livre e independente”. Ele não deixou de demonstrar, porém, simpatia pelos princípios do socialismo, visto como aprofundamento e realização da democracia. É o que se pode deduzir do trecho abaixo:

A nossa constituição estipulou que a instrução primaria seria obrigatoria, no entanto, até agora ainda não se regulamentou esse ponto da lei, afim de que todas recebam instrução.

Porque? E' simples a resposta.

A olygarchia que governa S. Paulo nutre o desejo de perpetuar-se no poder, e sabendo que não póde haver egualdade politica

verdadeira sem egualdade de educação, deixa de parte a lei, porque a sua execução viria forçosamente dentro de poucos annos, em prejuizo dos que querem monopolisar o governo. Uma classe será assim, sem o ensino obrigatorio, apta para todas as altas posições socies e a outra ínfima, privada dos conhecimentos necessários para as carreiras liberaes.

Nobres e villãos do espirito, como outrora havia nobres e villãos pelo nascimento.

A lei que torne obrigatoria a instrucção será não somente liberal mas caridosa, pois foi para os desgraçados capazes de recusar o seu proprio bem que Jesus disse – COMPELLE INTRARE, farçai-os a entrar, - e assim vê-se a bondade soberana do grande philosopho manifestar-se até nos seus conselhos de rigor.

Muitos paes de familia, trabalhadores que de sol a sol procuram ganhar o pão quotidiano não podem mandar os seus filhos á escola, porque falta-lhes muitas vezes o necessário para sustental-os, quanto mais para vestil-os. Para que possam ser educadas as crianças que se debatem na miseria, e' que queremos que os municipios lhes forneçam alimentos e roupas.

E' socialismo puro, dirão, e não o contestaremos mas quem ousará nos contestar também que o socialismo só visa o bem estar geral; que o socialismo só defende os mais puros princípios democráticos, no interesse da collectividade social?

A liberdade do ensino secumulario e superior, não precisa ser justificada, porque ella é uma salvaguarda das liberdades publicas e uma garantia do futuro. (MOTA, 1897, p.3, grifo nosso)

No seu programa político, que fazia questão ser conhecido pelos eleitores¹⁰⁸, Benjamim Mota defende várias propostas,

¹⁰⁸ “Mas, como entendemos que o povo não deve votar sinão quando bem orientado sobre o que querem e o que pretendem fazer os que

entre os pontos principais estão: o cumprimento da Constituição Estadual, o fim dos privilégios, a eficácia dos direitos políticos, a assistência social e jurídica, assim como, a elaboração de uma legislação social para proteção do trabalhador, que tivesse por base uma jornada de oito horas de trabalho. O programa trazia a seguinte redação:

Queremos que a Republica, apoiada no suffragio universal, contribua para a melhoração physica, moral e intellectual da sorte de todos, e amplie, *tornando-os inviolaveis os direitos do homem*;

Queremos a renovação frequente das assembléas mandatárias da soberania popular, de modo que a communicação continua com a opinião da collectividade social impeça que os eleitores do povo se tornem seus senhores;

Queremos a revocabilidade do mandato, quando os mandatários forem de encontro ás idéas consignadas no manifesto do seu partido ou do seu programma, ou quando contrariarem os interesses dos mandantes;

Queremos que se cumpra a Constituição estadual, tornando obrigatoria a instrucção primaria e que a mesma seja gratuita e leiga, e administrada, sem distincção de classe sociaes, em escolas publicas municipaes;

Queremos que o ensino seja dirigido de modo a fornecer a manifestação das diversas aptidões e a desenvolver a liberdade das vocações;

Queremos que a instrucção secundaria e superior seja livre e independente da fiscalisação do governo, quanto á materia scientifica litteraria ou artistica ensinada e quanto aos programmas;

Queremos que o governo auxilie a instrucção profissional, offerecendo premios ás instituições creadas para esse fim, quer

disputam os seus suffragios, nos occorre o imperioso dever de leal e francamente expormos o nosso programma” (MOTA, 1897, p. 3).

sejam particulares, quer municipaes, desde que a ministrem gratuitamente;

Queremos a abolição da policia estadual e a sua substituição pela guarda civica municipal, sem organização militar;

Queremos que a centralisação administrativa do Estado seja substituída pela liberdade dos municipios, e, portanto, trabalharemos afim de que a estes sejam passados os serviços de hygiene e saúde publica, esgotos, águas, illumination, incêndios, hospitaes, hospicios, instrucção publica, bibliotecas, policiamento, estradas e viação;

Queremos que as crianças pobres sejam alimentadas e vestidas á custa dos municipios, emquanto frequentarem as escolas de instrucção primaria;

Queremos a criação da assistencia judiciaria, tanto no civil como no crime, para as classes desfavorecidas da fortuna, e bem assim que a justiça seja gratis, sem o que a equaldade perante a lei e equaldade civil tornam-se illusorias;

Queremos que todos os actos do registro civil, relativos aos nascimentos, casamentos e óbitos sejam gratis;

Queremos que seja dispensada a mais ampla protecção a todos os esforços individuaes ou collectivos, que tenham por fim fazer gradualmente desaparecer o proletariado, elevando-se assim o trabalhador á cathegoria de associado;

Queremos que sejam creados os juizes instructores do crime, para que o serviço importantíssimo dos inqueritos não fique mais a cargo da policia, devendo ser publica em todas as suas phases a instrucção criminal e abolidos para sempre os inqueritos em segredo de justiça;

Queremos que se torne effectiva a responsabilidade dos funcçionarios públicos, de qualquer cathegoria, tendo o Tribunal do jury competencia para os julgar;

Queremos que se cumpra a Constituição, abolindo-se as loterias e proibindo-se todos os jogos;

Queremos que a magistratura seja incompatível para exercer as funções de qualquer outro poder constitucional, e bem assim que a escolha dos seus membros seja feita fora da acção do governo;

Queremos que as eleições sejam realizadas sempre aos domingos, para que todos os membros da collectividade social possam exercer o direito do voto;

Queremos que sejam abolidos todos os privilegios e monopólios;

Queremos que todos os cidadãos tenham direito ao trabalho quando validos e que seja garantida a assistencia ás crianças abandonadas aos enfermos e a todos os membros da comunidade social, impossibilitados de trabalhar, por molestia, defeito fhysico incuravel ou velhice avançada;

Queremos que seja prohibida a mendicidade, e punida na reincidencia;

Queremos que sejam absolutamente inviolaveis a liberdade da imprensa, a liberdade de consciência e de suffragio, a liberdade de reunião e associação, todas as liberdades, enfim, pelas quaes, uma minoria pode tornar-se maioria, quando tiver razão e o provar;

Queremos como base de uma legislação protectora do proletariado, que se limite o dia de trabalho ao maximo de 8 horas para os adultos; que seja proibido o trabalho dos menores de 14 annos, de ambos os sexos, e reduzido a 6 horas o dia de trabalho para os jovens de ambos os sexos de 14 a 18 annos;

Queremos a reforma eleitoral tendo como base a divisão do Estado em districtos e o voto unominal;

Queremos, finalmente, que sejam consignados nas nossas leis os seguintes princípios:

A soberania reside no povo: elle a delega quando elege os seus representantes; elle a exerce, quando se revola contra as leis injustas ou contra a oppressão:

A Constituição e as leis devem restringir os poderes dos governos e nunca os direitos dos governados;

O povo terá sempre o direito de reformar ou rever as instituições que o regem. (MOTA, 1897, p.3, grifo nosso)

Pela leitura do texto-base da campanha de 1897, Benjamim Mota luta, sob um ponto de vista, pelo cumprimento das garantias civis e políticas, presentes na Constituição Federal e Estadual de 1891, esta proposta não era trivial num país que a regra era a violação dos princípios republicanos¹⁰⁹. Sob outra perspectiva, ele vai mais longe, ao defender a necessidade de uma legislação para proteção dos trabalhadores e assistência social e judiciária para os mais pobres, os quais eram marginalizados e excluídos da política e da sociedade. Essas reivindicações, anunciadas por Mota, serão motivos de lutas e manifestações ao longo da Primeira República por parte do movimento operário, uma vez que “os direitos sociais passam ao largo da Constituição de 1891” (RESENDE, 2008, p. 101).

Benjamim Mota sabia que estas propostas incomodavam as oligarquias de São Paulo e, nesse sentido, criticava os políticos por não saberem lidar com a oposição em um regime republicano. No final do texto-programa, Mota definiu-se um “republicano radical”, pois acredita que primeiro deveriam ser realizadas as reformas parciais, antes das reformas definitivas na organização social. O conceito de “radical”, todavia, segundo

¹⁰⁹ “*Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido*” (HOLANDA, 1995, p. 160).

Mota, era deturpado pelos adversários políticos que o vinculavam aos “demagogos”, “sanguinários Marat” e “jacobino terrorista”¹¹⁰.

A defesa de preceitos republicanos elementares como “a igualdade perante a lei” incomodava as elites locais. Ao perceber que a República não iria concretizar as demandas sociais necessárias, Benjamim passa a ser um crítico desta forma de governo¹¹¹.

1.2 N'Ô REBATE: ANÁLISE POLÍTICA, QUESTÃO SOCIAL E ADESAO AO SOCIALISMO

E' a politica de familia que faz essa gente; uns succedem aos outros no poder, tal qual como no tempo do imperio, em que havia a hereditariedade!

E dizem-se republicanos esses sujeitos; e querem que os tomemos a serio, vendo nos seus actos amor ás instituições?!

Não! Essa gente só cuida do interesse proprio. O que elles querem são os cargos da representação nacional para si e para os

¹¹⁰ “Temos um programma estabelecido, mas acceitaremos, ainda que por partes, as reformas incompletas que tornem mais fácil a reforma definitiva. Tal é a definição de Jules Simon da política radical, alterada aqui no Brasil pela especulação do governismo intolerante, que aponta ao povo os radicaes, de qualquer partido da opposicção, como demagogos, como sanguinários Marats, como jacobinos terroristas. Isso é uma mera especulação, porque mesmo os que se dizem jacobinos no Brasil, não são inimigos do estrangeiro; são unicamente republicanos exaltados pelo patriotismo, esse sentimento que ainda não se apagou do espirito dos homens, e que tem sido um dos flagellos da humanidade, e sempre o único móvel das estupidas guerras” (MOTA, 1897, p.3, grifo nosso).

¹¹¹ “A expectativa positiva com o novo regime foi seguida de uma igualmente grande desilusão, na medida em que este se mostrou incapaz de atender aos anseios da classe operária. Essa desilusão é um tema que aparece repetidas vezes na imprensa operária nos anos que se seguiram ao 15 de novembro de 1889. Muitos dos futuros socialistas, como o gaúcho Francisco Xavier da Costa, bem como futuros anarquistas, como os paulistas Benjamim Mota e Edgar Leuenroth, chegaram a essas concepções à medida que viram a República fechar as portas a toda esperança de transformação efetiva” (BATALHA, 2008, p. 173-174, grifo nosso).

parentes [...]; o que eles querem é especular com os dinheiros dos contribuintes; o que elles fazem é servir aos seus interesses [...], ao passo que o povo soffre miseria e supporta a carestia da vida, tornada insupportavel pela *benemerencia* dessa gente [...] (O REBATE, 1897 p. 2)

A oposição de Benjamim Mota a candidatura de Campos Sales para presidência da República e aos seus indicados nas eleições estaduais é expressa também nas páginas do jornal *O Rebate*, onde era redator-chefe. No editorial de 14 de Novembro de 1897, Mota rebateu o manifesto-programa da campanha de Campos Sales, argumentou que “analysar o manifesto é o nosso dever de jornalistas, e vamos nos desempenhar desse encargo com toda a franqueza, mas também com a máxima imparcialidade” (O REBATE, 1891, p.1)

A crítica de Mota concentrava-se em dois pontos: primeiro, as contradições e adaptações do discurso de Campos Sales na busca pelo poder político, segundo o desrespeito à coisa pública, as diversas ilegalidades praticadas por Campos Sales quando presidente do Estado de S. Paulo¹¹². O motivo que levava Benjamim a combater a campanha deste político à presidência do país era, de acordo com ele: “[...] o amor que votamos á República e o desejo que nutrimos de não vel-a entregue aos seus caprichos e á sua incapacidade administrativa [...]” (O REBATE, 1891, p.1).

Para Mota, Campos Sales afirmava na campanha presidencial possuir uma vida pública ilibada, pois sabia que as pessoas não iriam “revolver o pó dos archivos para descobrir os discursos do propagandista, do deputado provincial de 1867, ainda monarchista, e os discursos do deputado provincial republicano, de 1881 a 1884” (O REBATE, 1897, p. 1). Com o intuito de comprovar as inconsistências e mutabilidade das ideias de Campos Sales, Mota assume o compromisso de:

¹¹² Campos Sales “*governava S. Paulo sem dar satisfações a ninguém dos seus actos arbitrários, illegaes e violentos. Abusos e escândalos de toda a sorte foram praticados durante a sua administração, como demonstraremos depois, e S. Exa. em vez de punir os culpados, guindo-os as mais altas posições*” (O REBATE, 1897, p. 1, grifo nosso).

folhear os annaes da assembléa provincial, da assembléa geral, da Constituinte, do Senado e tambem as velhas e empoeiradas collecções dos jornaes, para trazermos á luz rutilante da verdade, as provas mais convincentes de que S. Exa [Campos Sales] zombou do povo, dizendo-lhe com seriedade de Tartuffo que não se encontraria na sua vida pública fraquezas moraes, contradições e incoherencias, ausencia de espirito de continuidade e de logica ou culposas transigencias! (O REBATE, 1897, p.1)

Nesse sentido, Benjamim Mota faz alusão a concepção da história como “mestra da vida”¹¹³ e cita Guerra Junqueiro: “a História é uma mulher sombria, gigante colossal, que conhece todo o bem e sabe todo o mal” (O REBATE, 1897, p.1). Para ele, as páginas da história serviriam para demonstrar as irregularidades da vida pública e arbitrariedades de Campos Salles, pois quando presidente de S. Paulo, “*mandava dissolver o povo a pata de cavallo sempre que elle se reunia pacificamente, confiado no art. 72, §8º da Constituição, para protestar contra a violação dos seus direitos, para protestar actos de S. Exa. que não soube governar sem despotismo [...]*” (O REBATE, 1897, p.1, grifo nosso).

A negação de direitos, segundo Benjamim Mota, era uma prática recorrente dos governos de todos os tempos, pois:

nas vespas de uma explosão popular, julgam-se fortes para reprimir a revolução eminente, violando as leis, espesinhando os direitos do povo, aggravando as condições das classes trabalhadoras e impedindo que o povo proteste contra as escandalosas orgias governamentais! [...]. [Porém] quando o povo não pode articular as suas queixas, quando o dissolvem brutalmente á pata de cavallo, impedindo que elle exerça um direito

¹¹³ “Assim, a história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou, nas palavras de um dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos” (KOSELLECK, 2006, p.42).

constitucional, quando o obrigam a assistir mudo [...] o odio cresce, avoluma-se cada vez mais e, dominando um dia os corações, irrompe, como as lavas de uma cratera, inexperadamente, com a brutalidade impetuosa de um furacão! (O REBATE, 1897, p. 2, grifo nosso).

Para ele, foi isso que ocorreu em 1789, quando o povo francês questionou os privilégios da nobreza, foi o que ocorreu também em 1848, quando “o povo de Paris destruiu num momento, em plena Camara dos Deputados o poder olygarchico e auctoritario de Luiz Philippe, levantando sob os escombros da realeza a gloriosa Republica” (O REBATE, 1897, p. 2). Essas manifestações históricas contra as opressões perpetuadas pelas elites, segundo Mota, serviam de exemplo e de esperança, pois acreditava que “o povo brasileiro ha de um dia levantar-se em explosões de odio stoico, *para expulsar do poder a olygarchia que o infelicitá, e que recorre a baixos, a vis expedientes para continuar a governal-o, zombando dos seus direitos [...]*” (O REBATE, 1897, p. 2, grifo nosso).

Entre as várias violações jurídicas do período, uma das mais evidenciadas por Benjamim Mota é o descumprimento ao direito de associação assegurado na Constituição de 1891, no art 72, §8º que dispunha: “A todos é licito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas; não podendo intervir a policia, sinão para manter a ordem publica.” De forma frequente, Benjamim noticiava n’O *Rebate* vários atos que negavam, na prática, este direito. Como é possível observar ainda em 1897:

A dissolução brutal, á pata de cavalo, do comício que se devia effectuar na Capital Federal, *para protestar contra o tratado franco-brazileiro, relativo ao territorio contestado, é um abuso, é um attentado á constituição da Republica, é a violação mais flagrante dos direitos dos cidadãos.* Um governo que lança mão desses meios para que não sejam desvendados os seus actos, prejudiciaes aos interesses do paiz, é um governo morto, é um governo que não encontra apoio na nação! (O REBATE, 1897, p. 2, grifo nosso)

Diante dos relatos da imprensa, é possível verificar que a atuação da polícia não foi direcionada a reprimir atos e protestos exclusivamente dos trabalhadores, mas manifestações sociais no sentido amplo. Se é correto afirmar que a Constituição republicana de 1891 centralizou “suas preocupações na organização do poder e na definição das instâncias de decisão, deixando de lado os problemas sociais e de participação política tornados candentes pela abolição da escravidão” (RESENDE, 2008, p. 98), é de igual modo correto que mesmo os direitos individuais¹¹⁴, garantidos na Constituição, eram violados no espaço público. Desse modo,

embora a Constituição de 1891 amplie juridicamente a participação política pelo voto e pelo direito de associação e reunião, a realidade que se impõe é uma verdadeira negação da idéia de participação política. A violência contida em um enorme aparato repressivo manifesta-se pela desqualificação e preconceito contra negros e imigrantes; pelo viés de uma “certa ciência” que relaciona tipos sociais a criminosos em potencial; pelo aparato de violência e repressão a quaisquer tipos de manifestações sociais; por uma visão atávica de que a questão social é caso de polícia; pelo falseamento das eleições; pela criminalização da capoeira, entre outras manifestações pontuais e representativas de um olhar preconceituoso sobre a população do país. Dessa forma, verifica-se que, ao instituir o regime representativo democrático, as leis da República abrem juridicamente a participação no processo político, ao mesmo tempo em que cerceiam, na prática, seu funcionamento. (RESENDE, 2008, p.102, grifo nosso)

¹¹⁴ “No que se refere aos direitos de cidadania, a Constituição de 1891 atém-se, basicamente, aos direitos individuais (art. 71). Trata, assim, de direitos relativos à liberdade de culto e de expressão de pensamento, de segurança individual, de igualdade perante a lei, e do direito de propriedade em sua plenitude” (RESENDE, 2008, p. 100).

A crítica da não eficácia do texto constitucional na prática brasileira é um tema recorrente nas páginas d'*O Rebate*, assim como, o descumprimento aos direitos políticos e as constantes fraudes eleitorais. Essas questões desencadeiam um olhar cético sobre as instituições republicanas, sobretudo, após as eleições estaduais de 1º de dezembro de 1897. O artigo principal na capa d'*O Rebate* em 1º de janeiro de 1898 intitulava-se “Servilismo”:

Essa cousa que por ahi anda falsificada com o pomposo titulo de Republica matou tudo isso. Essa Republica de hystriões venaes e de gastrônomos políticos, destruiu tudo desde o brio do povo, até o credito do paiz; [...] até os sentimentos nobres da massa, que covarde e miseravelmente foge das urnas, diante das ameaças dos rafeiros policiaes, deixando o pleito á mercê dos cafagestes e espoletas assalariados pela verbas secretas e favorecidos com contractos escandalosos. Quando um povo se degrada tanto; quando elle se escravisa assim miseravelmente aos salteadores do poder, *não ha mais recurso possivel nos limites constitucionaes; dentro da lei nada mais se poderá fazer.* (O REBATE, 01/01/1898, p.1, grifo nosso)

Embora nestes anos não faltem “entre intelectuais e/ou membros das elites políticas aqueles que contestem a República marcada pela busca de posições rendosas nos escalões administrativos do Estado, privilégios e concessões” (RESENDE, 2008, p.102), a particularidade da crítica de Benjamim está em ir além do discurso elitista, o qual permanecia inaudível às questões sociais dos estratos marginalizados e invisibilizados na sociedade brasileira. Como já afirmamos no item anterior, as críticas sobre o malogro da República vinham de várias vertentes e pouco dialogavam com a grande massa de excluídos no Brasil (negros, indígenas, mulheres, trabalhadores, imigrantes, analfabetos etc). Em 1898, Benjamim Mota rompe com os ideais republicanos e afirma-se socialista. Conforme é possível ler no número 50 d'*O Rebate*:

O que estamos assistindo são os funeraes de uma instituição!

Que a terra lhe seja leve, que das suas cinzas surjam invencíveis os combatentes de uma sociedade melhor, onde, a luta de classe não exista.

A Republica está morta porque apoia-se na burguezia e apoia-se no Capital, em vez de destruir este e apoiar-se no povo soberano; a Republica está morta porque, como a monarchia, considera a terra e os instrumentos de trabalho como propriedade individual, baseada num direito, em vez de considerá-la propriedade colectiva para o trabalho de todos.

A Republica está morta porque, como a monarchia, creou privilegios odiosos; levantou templos á vadiagem, considerando os cargos de eleição popular como uma profissão rendosa, que devia ser monopolizada aos filhotes da olygarchia e a todos os incapazes, nullos e imbecis que não sabem lutar pela vida, mas que são bastantes indignos para dobrar a cerviz ás ordens do poder e dos déspotas caricatos que se tem succedido na direcção dos negócios públicos!

E é por isso que somos socialistas, e que trabalharemos para que os proletarios se unam e trabalhem pela sua emancipação: trabalhem contra a actual organização social e contra todos os privilegios e monopólios oriundos de haver nas sociedades modernas duas classes de homens – os capitalistas e os trabalhadores – ladrões e roubados –, porque o capitalista, accumulando o dinheiro ganho com o suor dos trabalhadores, que sofrem muitas vezes fome e se cobrem de andrajos, commettem o maior de todos os roubos. (O REBATE, 01/01/1898, p.1, grifo nosso)

E conclui o texto dizendo: *“assim, desde este momento esquecemos para sempre que fomos republicanos, porque, Republica, como outra qualquer fórma de governo é incompativel com a sociedade nova, que, nós socialistas desejamos para o bem comum da humanidade”* (O REBATE, 1898, p. 1, grifo

nosso). Este artigo torna-se um ícone de mudança no pensamento político-social de Benjamim Mota. E teve, por conseguinte, repercussão entre os leitores do jornal¹¹⁵ e na imprensa de um modo geral, assim como, promoveu transformações nos aspectos informativos e ideológicos do periódico¹¹⁶. Essas circunstâncias motivaram Benjamim a escrever uma Carta ao jornal *O Comercio de S. Paulo* para explicar as alterações que estavam ocorrendo na linha editorial d'*O Rebate*. Escreveu ele:

Caros collegas d'O Commercio de S. Paulo
Confessando-nos immensamente gratos pela
noticia publicada hoje no Commercio a
respeito do ultimo numero d'O Rebate,
cumpre-nos, entretanto, pedir-vos uma
retificação.

O Rebate foi, em tempos que já lá vão, folha
republicana, e, mesmo sob a nossa direcção,
foi, durante alguns mezes jornal republicano
socialista. *Hoje, porém depois que nos
convecemos de que todas as fórmãs de
governo são mãs e oppresoras e só
beneficiam uma classe de privilegiados, O*

¹¹⁵ No número seguinte do periódico alguns telegramas são recebidos, dos quais destaca-se: “Ribeirão Preto, 7 – Felicitamos o valente jornalista Benjamim Mota, o Rochefort do Brazil, pelo vibrante artigo Servilismo! que é de uma verdade incontestável - Hygino Rodrigues, Francisco F. de Carvalho” (O REBATE, 05/02/1898, p. 2), ao que Mota respondeu: “A tão honrosos conceitos só podemos agradecer penhoradissimos, sentindo-nos felizes por ver que as nossas palavras são apreciadas pelos moços independentes e dignos, que acima de ambições vis e mesquinhas collocam o culto da verdade” (O REBATE, 05/02/1898, p. 2). Na mesma página, encontram-se críticas ao artigo Servilismo! e ao conteúdo anarquista do jornal.

¹¹⁶ Passa a dialogar com jornais socialistas e libertários de outros países e a divulgar o surgimento de jornais com estas perspectivas em São Paulo, como notícia “Il Risveglio é o titulo de um semanário libertario que apareceu nesta capital sob a direcção de Alfredo Mari. O texto é esplendido Cada artigo é um grito de guerra contra a actual organização social e uma prova de que os libertarios só desejam o bem da humanidade. Saudamos effusivamente o novo collega, desejando-lhe longa vida” (O REBATE, 05/02/1898, p. 2).

Rebate, que obedece á nossa orientação, não é mais folha republicana.

O ideal libertario que abraçamos não admite fórmulas de governo, não admite esse fetiche – o Estado - que é a causa de todos os males que affligem à Humanidade.

As convicções honestas e sinceras não temem, nem a critica nem a condemnação: por isso, peço vos que declarais que O Rebate é uma folha socialista libertaria, ou, para melhor precisarmos a nossa orientação e o nosso ideal – folha anarchista.

Porque ficamos anarquistas explicaremos brevemente no livro Confissão de um Rebelde que estamos escrevendo.

Saudações do collega e amigo Benjamim Mota – S. Paulo, 5 de fevereiro de 1898.

O que poderia explicar esta mudança intelectual e a posição política de Benjamim? É certo que as críticas realizadas à “República oligárquica”¹¹⁷, às irregularidades na administração pública e as constantes violações jurídicas acrescem as justificativas, mas não excluem outras explicações. Nessa linha de raciocínio, os conceitos utilizados por ele, a partir de 1898, como “classe”, “capitalismo”, “opressão”, “operário”, “fim do Estado” e até mesmo “revolução”¹¹⁸ indicam o contato com ideias e teorias que circulavam, sobretudo, na Europa. O próprio Benjamim nos ajuda a encontrar suas principais influências, quando afirma; “nos collocamos ao lado de Kropotkine, Rêclus, Jeán Grave, Sautarel, Malato, Tarrida del Marmol, Hamon, Merlino, Octavio Mirbeau e tantos outros escriptores, poetas e pensadores illustres que propagam as ideãs anarchistas [...]” (O REBATE, 19/02/1898, p. 1).

¹¹⁷ “[...] sistema baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria do processo de participação política. Coronelismo, oligarquia e politica dos governadores fazem parte do vocabulário político necessário ao entendimento do período republicano em análise” (RESENDE, 2008, p.91)

¹¹⁸ Acrescentava ele: “Apellar para a revolução é o dever daquelles que ainda se conservam fieis aos princípios, no meio dessa orgia sardanapalesca de interesses vis e ambições desenfreadas” (O REBATE, 01/01/1898, p. 1).

No número seguinte do jornal, Mota deixa de ser o redator-chefe d'*O Rebate* e torna-se apenas colaborador. Ele explica as razões que levaram sua saída no texto intitulado “Despedida”:

Deixando a redacção d'*O Rebate*, cuja chefia me foi confiada durante mais de um anno, cumpre-me declarar aos que me leram durante esse tempo porque assim procedo.

[...]

Ao proprietario d'*O Rebate*, meu amigo João da Cruz Soares, não agradou a orientação que dei ao seu jornal, orientação que não podia ser outra sinão a defeza e propaganda do ideal que eu abraçara, convicto de que só o communismo anarchista poderá fazer feliz á Humanidade.

Deixo, pois, o logar aos que ainda nutrem illusões e pensam que os males desta republica burlesca são devidos aos homens que a governam, e não procuram remontar ás causa primeiras de todos os males sociaes, onde encontrariam a origem de todas as nossas desgraças.

Deixo o logar, mas como não conheço fraqueza nem temores, dentro em pouco encetarei a publicação de um jornal para propagar as idéas anarchistas.

Apesar de deixar o cargo de redator-chefe, ele continuou a enviar, de forma assídua, textos para *O Rebate*, em que continuava demonstrando preocupação com as questões sociais. Entre os vários assuntos por ele tratados estão: as condições precárias dos negros, dos trabalhadores e dos oprimidos que viviam no Brasil. Sobre o processo de Abolição da escravidão, ele tratava do aspecto simbólico da Lei Áurea:

Enganam-se os que pensam ter sido a libertação dos escravos obra de ministros, deputados, senadores e da princeza Izabel. A escravidão acabou-se porque o escravo não quis mais ser escravo, porque o escravo revoltou-se contra o senhor e contra a lei que o escravizava a outro homem, como elle de carne e osso, como elle gerado por um espermatozoide que fecundara um ovulo!

E é assim, sò assim, que podem ser feitas as transformações sociaes. Acreditar nos paliativos parlamentaristas é utopia van, sinão torpe especulação.

A lei 13 de maio de 1888 não foi mais do que a sancção legal, para o poder não se desmoralisar, de um acto que já estava consummado pela revolta em massa dos escravos e pela vontade quase unanime do povo. (Benjamim Mota, 03/06/1898, p.1, grifo nosso)

Neste artigo, ele demonstra a necessidade de engajamento da população, pois só através das manifestações e da luta social é que seriam garantidos direitos inalienáveis. As leis e atos políticos seriam, portanto, ações posteriores que apenas reconheciam, com um rito oficial, o que já está consumado pelo desejo do povo. A par disso, situa-se ao lado dos companheiros anarquistas e dos interesses dos mais pobres, e declara: “temos prestado alguns serviços à causa dos oprimidos, defendendo os fracos contra os fortes; combatendo as injustiças dos governantes, desmascarando os covardes, os ambiciosos, os que exploram com a ignorancia do povo” (O REBATE, 19/02/1898).

1.2.1 Correntes do Socialismo: socialismo libertário versus socialismo autoritário

A própria origem e composição do grupo dirigente socialista pode ser um elemento explicativo para ao menos parte de sua dificuldade em produzir obras teóricas de maior fôlego. Os socialistas brasileiros e mesmo vários estrangeiros radicados no Brasil, provêm dos movimentos abolicionista e republicano, daquilo que poderia ser chamado de uma “ala esquerda”, que tende a se identificar com as posições de Silva Jardim e rapidamente percebe que a República não irá atender aos anseios das classes subalternas. (BATALHA, 1995, p. 28)

Não basta informar que Benjamim Mota aderiu ao socialismo; é preciso esclarecer o que este conceito significava

no seu tempo-espaço, com todas as suas particularidades e dissidências, com o intuito de evitar uma interpretação atualizante¹¹⁹ desse termo. Nesse sentido, é preciso destacar as adaptações locais porque passavam essas ideias e teorias advindas da Europa. Se “as fileiras do socialismo no Brasil não produziram nenhum grande teórico e nem ao menos uma única obra de grande importância para a orientação do movimento (BATALHA, 1996, p. 26); é necessário esclarecer que “mais do que as contribuições teóricas, foi a experiência de luta que marcou a esquerda brasileira no começo do século XX. A “dialética” talvez estivesse mais na ação política do que no pensamento social” (RIDENTI, 2014, p.131).

A heterogeneidade ideológica na composição do movimento socialista brasileiro foi uma constante na passagem do século XIX ao XX: muitos advinham do republicanismo e divergiam sobre questões políticas e sociais. Essa característica não foi exclusiva do Brasil. Podemos citar, por exemplo, “Portugal cujos principais dirigentes socialistas, em particular seu principal formulador, Magalhães Lima, saem do movimento republicano, ou, ainda, da Itália, onde parte do movimento socialista provém da esquerda mazziniana” (BATALHA, 1995, p. 29).

Para observar os dissensos e debates da época, é oportuno lançar luz ao texto de Benjamim Mota n’O *Rebate* em resposta ao artigo de Titolivio publicado no numero 61 no jornal *O Socialista*. Ambos os textos trazem por título “Socialismo Auctoritario e Socialismo Libertário” e têm o objetivo de apresentar as distinções entre essas correntes e apresentar suas escolhas ideológicas. Destarte, Benjamim reescreve os argumentos de Titolivio e rebate um por um:

[Titolivio]: “Donde vem ao socialismo, propriamente dito – o de Marx, Benoit Malon e outros – essa denominação de auctoritarios? Ella nasceu de uma antinomia. Gerou-se no dia em que os *theoricos da anarchia*, separados dos *dynamiteiros*, sentiram perante a opinião a necessidade de um nome que os differenciasse dessa gente –

¹¹⁹ Mais informações em Hespanha, 2005, p. 21-97.

loucos, criminosos natos. Os anarquistas chamaram-se <<libertários>>”

[Benjamim Mota responde]: que é erro histórico em que labora Titolivio, afirmando muito convictamente que os theoreticos anarquistas chamaram auctoritario o socialismo marxista, porque sentiram necessidade de se mostrarem com o qualificativo de libertarios para afastarem de si os dynamiteiros. Quem quer que tenha estudado um pouco o histórico do socialismo sabe que essa denominação vem de longe, das luctas entre Karl Marx e Miguel Bakounine. O qualificativo de libertários foi, ao contrário, adoptado pelos anarquistas que repellem toda e qualquer organização do partido, a não ser a que dá a comunidade de idéas, trabalhando para um determinado fim. (O REBATE, 16/06/1898, grifo nosso)

Segundo Titolivio, o termo socialismo autoritário não passava de uma invenção dos anarquistas, que tentavam se afastar da nomenclatura “dynamiteiro” (“estereótipo do “anarquista” no século XIX”¹²⁰), que fazia alusão aos “adeptos das idéias de ninguém menos que Ravachol, responsável por diversos atentados a dinamite em Paris em 1892 [...]”¹²¹ (LEAL, 2006, p. 223). Benjamim, por sua vez, para explicar as diferenças de nomenclaturas entre socialismo autoritário e libertário faz referência ao acontecimento histórico de 1864 (a grande reunião pública internacional dos operários no St. Martin's Hall de Londres que ficou conhecida mais tarde como Primeira Internacional); e evidencia os desacordos entre os simpatizantes de Bakunin e Marx que promoveu em 1872 a ruptura entre esses dois grupos. Nesta perspectiva:

Para entendermos o que significa o termo “marxista” em fins do século XIX é preciso

¹²⁰ Jornal Express Beta – Mídia Libertária, publicação da Federação Anarquista Insurreição, FAI, s/p.

¹²¹ “Os próprios anarquistas contemporâneos de Ravachol discutiam sobre a sua filiação, bem como aquela de seus atos, ao seu movimento e vai ser apenas muito tempo depois de sua morte que ele será tratado pelos libertários como um companheiro” (LEAL, 2006, p. 167).

voltar à cisão da Primeira Internacional em 1872, entre os partidários “antiautoritários” de Bakunin e o grupo heterogêneo dos que se alinharam ao Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Nesta disputa o termo “marxistas” passa a ser empregado pelos partidários de Bakunin para designar pejorativamente os seus adversários acusados de “centralizadores”. (BATALHA, 1995, p. 11-12)

No decorrer do texto de Benjamim Mota, ele traz a definição dos conceitos de socialismo libertário e socialismo autoritário, apontando suas diferenças e estratégias na luta social. Defende que

Os anarchistas são socialistas libertarios, porque o anarchismo è uma escola socialista, a mais adiantada de todas as escolas que procuram transformar as sociedades modernas. Os anarchistas são libertarios por que querem a liberdade ampla, sem restricções forçadas, sem códigos, sem leis, sem auctoridades que a concedam como um favor.

Os marxistas são socialistas auctoritarios, porque querem códigos, leis, auctoridades; por que querem a dictadura scientifica d'alguns, daquelles que forem, disem elles, capazes de dirigir as massas.

Os anarchistas querem ampla liberdade, sem códigos e sem leis, sem auctoridade e sem soldados, porque sabem que os homens são naturalmente amoraes, e que è o meio vicioso ou a miseria, a falta absoluta do indispensável á vida que os torna mãos, ou então a vontade de vingarem em outros os soffrimentos que os seus tyranos lhes tenham dirigido. Desapparecendo, portanto, as causas dos crimes desapparecerão os effeitos.

Os marxistas querem a liberdade restricta, em regulamentos e códigos, juizes e certamente policia tambem, porque julgam serem mãos os homens e incapazes de se

dirigirem por si mesmo sabendo respeitar os seus semelhantes. (O REBATE, 16/07/1898. p 1, grifo nosso).

De acordo com este trecho, é possível verificar que Benjamin Mota utiliza o termo “socialismo libertário” como um sinônimo de anarquismo, enquanto o conceito “socialismo autoritário” aparece como uma denominação para o grupo marxista. Apesar de utilizar com frequência o sinônimo (socialismo libertário), Benjamin ressalta que “*nenhum anarchista se envergonha de confessar-se tal*, mesmo porque ninguém deve envergonhar-se quando trabalha pela regeneração social, pelo bem da humanidade, victimada pelo systema que rege actualmente a sociedade humana.” (O REBATE, 16/07/1898. p 1, grifo nosso). Até porque “*ahi estão os livros de Bakounine, Grave, Rêclus, Kripothine, Hamon, Malatesta, Merlino, Silva Mendes, Sebastien, Faure, Mirbeau, Malato, Santarel, Domela Nienwenhuis e tantos outros [...] para demonstrar que nenhum anarchista theorico procura mascarar-se, chamando libertário*” (O REBATE, 16/07/1898. p 1, grifo nosso).

Em outro número do jornal *O Rebate*, Benjamin volta a tratar das diferenças teóricas e práticas destas correntes:

Entre socialistas libertarios ou anarchistas, e socialismo auctoritarios ou legalitarios, existe apenas dois pontos de divergencia. Nós repelimos a lucta eleitoral porque não queremos, como diz Merlino sancionar a nossa própria escravidão, nem queremos ser enganados pelos eternos mystificadores (os teus representantes do povo), que Misbeu tão apropriadamente denominou os máos pastores; e, não queremos auctoridade de espécie alguma na sociedade futura, porque entendemos que é a auctoridade a causa de todo o mal estar social, e tambem porque, abolida a propriedade privada os taes senhores por graça de Deus ou por vontade do povo não têm mais razão de ser. Os socialistas auctoritarios querem para a sociedade futura um Estado ainda mais poderoso, e portanto mais nefasto que o de hoje, porque terá a direcção de todas as

forças sociaes, e acceitam à lucta eleitoral, mystificando assim o povo, porque o suffragio eleitoral, como já dizia Montaigne, è o suffragio dos imbecis. (O REBATE, 24/06/1898, p.1, grifo nosso).

Neste momento, Benjamim Mota mostra-se contrário a luta eleitoral e a qualquer tipo de autoridade na sociedade futura. Além disso, desacredita na constituição de um partido político como instrumento de transformação social. De acordo com ele, “o partido socialista de S. Paulo mesmo, que quer chefes e sub-chefes, até hoje não conseguiu organizar-se [...], no entanto, nós, anarquistas, que não temos nem queremos chefes,[...] fortalecemo-nos no mundo inteiro” (O REBATE, 24/06/1898, p.1).

Embora Mota utilize o termo “socialismo marxista” em um sentido pejorativo, aludindo à cisão da Primeira Internacional, não há indicativo, no ano de 1898, nos artigos de Benjamim de que ele tivesse realizado uma leitura direta ou detalhada da obra de Marx. Diverso ocorre com os autores anarquistas, os quais Mota citava fragmentos direto das fontes em francês¹²² e italiano¹²³. Não é de estranhar esta atitude, pois:

Boa parte desses autores difundiam uma visão do marxismo que resultava de uma leitura positivista e/ou cientificista de Marx. Em outras palavras, Marx se insere na “ideologia socialista eclética” que domina o movimento no Brasil, como também ocorrera na Europa, ecletismo capaz de integrá-lo aos mais variados pensadores, como Ferdinand Lassale, Benoît Malon, Charles Darwin, Herbert Spencer, Ernst Haeckel, Max Nordau, Auguste Comte. (BATALHA, 1995, p. 14)

A formação teórica e prática do movimento social no Brasil foram construídas de maneira não uniformes e com

¹²² Grave, “La société mourante et l’anarchie”; Reclus, “L’évolution, la révolution et l’idéal anarchique”; Kropotkine, “L’Anarchie, sa philosophie, son idéal, La morale anarchiste”; Malatesta, “L’Anarchia”; Hamon, “Psychologie de l’anarchiste-socialiste”.

¹²³ Merlino, “Perchè siamo anarchici”; Bakunin, “Dio e lo Stato”.

singularidades no acesso e no manejo dos autores socialistas, anarquistas, positivistas. É possível encontrar, por exemplo, nos textos de Benjamim citação de pensadores de correntes distintas, o que demonstra que as influências estavam sendo adaptadas a circunstâncias e estratégias locais. Não havia uma simples reprodução do que os autores europeus escreviam.

No número 60 d'O *Rebate* em que confronta as ideias de Titolivio, Benjamim faz referência à obra *Les Anarchistes de Lombroso* e realiza várias críticas a teoria deste autor. Para Mota, a criminalidade está interligada a precariedade dos espaços urbanos e aos problemas sociais não a fatores físicos e psíquicos. Enfatiza:

Francamente, mas mesmo bem francamente, ficamos pasmos que Titolivio segundo constatamos é anarquista de coração. acredite ainda na panacéia criminal lombrosiana dos criminosos natos!

E, chamar criminosos-natos aos anarquistas que subiram ao patíbulo, guilhotinado na França; fuzilados ou garroteados na Hespanha, enforcados em Chicago, é um insulto á memória de homens que morreram, fanatisados talvez, mas pelo bem da humanidade. [...]

Titolivio acredita que um homem mata pelo simples prazer de ver a sua victima estrebuchar nas convulsões da morte, ou rouba unicamente pelo prazer de roubar?

Ah! Titolivio nunca soube certamente o que é ter fome e ver os entes que lhe são caros soffrer câimbras no estomago vazio; Titolivio sabe, talvez, quão triste é um homem viver longe da mulher amada ou não poder tel-a por companheira, por que falta-lhe esse vil metal circulante! Titolivio não viu ainda os quarteirões miseraveis de Paris e Londres, contrastando com o luxo dos Champs Elysées e da Regent Street; Titolivio, quem sabe? Não presenciou ainda a vida miseravel dos proletarios que vegetam em S. Paulo nos cortiços e casebres pertecentes a milionários e nas casas humildes anti-hygienicas e infectas do Braz, Bom Retiro e Barra Funda!

Titolivio não procurou jamais observar a vida miseravel dessas pobres crianças que crescem em plena rua, sem instrução, sem carinhos, sem hygiene, soffrendo fome e toda a sorte de misérias – a vida dos pequenos vendedores de jornaes, victimas da ganância dos paes ou parentes e de mil baixeiras a que indivíduos corrompidos os sujeitam.

E' por isso que Titolivio acredita ainda na theoria lombrosiona dos criminosos natos.

Além disso, como diz Kropotkine todo o conjunto da vida actual contribue para apagar o respeito pela vida humana. [...]. (O REBATE, 16/07/1989, grifo nosso)

Neste artigo, Mota refuta a tese dos anarquistas como criminosos natos, pois entendia o anarquismo como “uma doutrina de paz e de amor, um anhelos de igualdade e justiça, e não uma doutrina de odios sanguinaria” (O REBATE, 22/09/1898, p.1). Sendo assim, defende o respeito à vida e reitera: “daqui affirmamos, bem alto e bem cathegoricamente que somos contrários á violência, porque temos horror ao sangue derramado; porque a violencia, salvo no caso de Angiolillo, é ante revolucionaria” (O REBATE, 22/09/1898, p.1). Segundo Mota os crimes guardavam relação com fatores sociais não com patologias como insinuava a teoria lombrosiana e criminologia brasileira do século XIX¹²⁴.

1.3 DE REBELDIA EM REBELDIA: O ANARQUISMO

De rebeldia em rebeldia contra as mentiras e contra hyppocrisias, cheguei até o anarchismo, abracei o ideal mais humanitário que existe nas sociedades modernas, preocupando a atenção dos sábios, dos litteratos, e, principalmente, do proletariado, a eterna victima do regimen burguez. (MOTA, 1898, p. 11)

¹²⁴ Sobre esta questão ver: Cristiane Brandão Augusto e Francisco Ortega no artigo “Nina Rodrigues e a patologização do crime no Brasil”. Revista Direito GV, SP, 7 (1), jan-jun, 2011, p. 221-236.

Antes da publicação do livro *Rebeldias*, já havia anúncio nas páginas dos jornais sobre a sua elaboração. A notícia que circulava nos primeiros meses de 1898 informava: “*Confissões de um Rebelde* é o título de um livro que o nosso collega Benjamin Mota, redactor chefe d’O *Rebate*, está escrevendo e que será entregue, até o fim do mez de março proximo, à typographia que vae imprimir” (O *REBATE*, 19/02/1898, p.1). Sobre o conteúdo da obra, prosseguia o comunicado: “N’esse livro Benjamin Mota, cujo espirito revolucionario é conhecido de quantos com elle têm relações, explica longamente os motivos que o levaram a abraçar o ideal libertário, passando portanto para a vanguarda do socialismo” (O *REBATE*, 19/02/1898).

O opúsculo é publicado no 1º de Maio¹²⁵ em comemoração a classe trabalhadora¹²⁶ e sai com o título *Rebeldias* (ver ANEXO Bb). Benjamin o envia a jornais e a amigos, com o intuito de divulga-lo¹²⁷. Até aqueles que divergiam da orientação anarquista, não deixaram de reconhecer os méritos da obra, uma nota anônima n’O *Rebate* ratifica isso: “nós, pensando diversamente de Benjamin Mota, em certos pontos, somos, entretanto, obrigados a concordar que os diversos capítulos do opúsculo encerram muitas verdades” (O *REBATE*, 03/06/1898).

¹²⁵ “Realisa-se hoje, entre a classe operaria dos diversos paizes, a festa do trabalho. Nesta capital haverá á 1 hora da tarde uma sessão solemne no theatro Polytheama, estando inscriptos vários oradores. Commemorando o acontecimento, o sr. Benjamim Motta publicou o seu trabalho <<Rebeldias>>, de que recebemos um exemplar, que agradecemos” (CORREIO PAULISTANO, 01/05/1899, p. 1)

¹²⁶ “para commemorar a data de hoje em que o proletariado universal solememente protesta contra o systhema burguez [...]” (REBELDIAS, 1898, p. 12).

¹²⁷ “Foi hontem posto á venda o novo livro do nosso collega, ex-redactor d’O Paiz e director d’O *Rebate*. Intitula-se esse volume *Rebeldias* é dedicado á memoria de Miguel Angiolillo, o anarchista temivel, a quem a Hespanha deve a morte de Canovas del Castillo. A simples dedicatória dá já plenamente a idéa do volume de Benjamim Mota. E’ um grito de guerra contra a sociedade actual. Está escripto sem violencia de phrases, mas com energia de principios e de fé social. E’ quanto por agora podemos dizer do livro, cujo autor tem direito ao nosso immediato agradecimento pela remessa do seu volume” (A NAÇÃO, 01/05/1898, p. 1).

A obra *Rebeldias* passa a ser comercializada¹²⁸ e logo passam a circular comentários no jornal. Em uma “Carta Aberta” um leitor declarava:

A BENJAMIM MOTA

Li o vibrante pamphieto que publicaste commemorando a data em que o proletariado protestou contra a tyrania dos capitalistas.

Asseguro-te que melhor não podia ser a impressão deixada pelas 77 paginas dos Rebeldias.

O operario tambem precisa tomar parte no grande banquete da vida; o 4º estado, isto è, o povo necessita de liberdade.

Aproxima-se, portanto, a revolução social.

A utopia de Elisèo Reclus e Kropotkine dentro em breve se transformará em realidade.

Utopia era a Revolução Franceza; entretanto, ella se realisou há mais de um seculo – e a inexpugnável Bastilha cahiu.

Locura era a Idea de Colombo, o visionário de Genova, - e a America foi descoberta.

Chimera van era a emancipação da America do Norte; e, no emtanto, os Estados-Unidos hoje são livres.

Sim, todas essas illusões em poucos annos se transformaram em factos, em realidades.

Pois bem; a revolução do proletariado se realisarà, mesmo porque agora as cabeças de Caserio Santo e Miguel Angiolillo, tombando do alto das guilhotinas, se encarregaram de annunciar ao Mundo a ultima hora da prepotencia dos burguezes.

Então teu livro será comprehendido e teu nome laureado.

Com anciedade , aguardo o apparecimento de novos livros teus que, espero, serão rútilos na Fôrma, perfumados no Estylo, vibrantes de energia e opulentos de Arte.

¹²⁸ “Rebeldias, opúsculo por Benjamim Mota, acha-se a venda em todas as livrarias. [...] Preço: dous mil rês. Os pedidos devem ser dirigidos ao auctor, redacção d’O Rebate, S. Paulo” (O REBATE, 24/06/1898, p.1).

Nada tão nobre como desprezar-se todos os preconceitos das sociedades hodiernas para bater-se por um ideal, mormente quando sua realização fôr para felicidade de uma plêiade de oprimidos.

Adeus! Aceita um vigoroso shakehands em que vai consubstanciada a admiração do amigo e confrade em letras.

S. Paulo – VI – 98

Eduardo de Fonseca (O REBATE, 24/06/1898, grifo nosso).

O autor acima acredita que o livro de Mota só seria compreendido pelo público brasileiro após a revolução social, que segundo ele, estaria por vir. Este relato sugere a forte objeção às ideias anarquistas e os estereótipos construídos sobre os seus propagandistas no final do século XIX. O próprio Mota sabia que o anarquismo não tinha muitos adeptos no Brasil em 1898. Dizia ele: “os que nos conhecem, *e conhecem o ideal anarquista (estes infelizmente são pouquíssimos no Brasil)* [...]” (O REBATE, 19/02/1898, p.1, grifo nosso).

Apesar desses testemunhos, “é difícil termos uma idéia precisa das dificuldades enfrentadas pelos militantes socialistas numa sociedade conservadora como a brasileira na passagem do século XIX para o século XX” (BATALHA, 1995, p.30). Demonstramos que Benjamim Mota perdeu o cargo de redator-chefe no jornal *O Rebate* após afirmar sua adesão ao socialismo libertário, contudo “se o preconceito com relação às idéias que sustentavam atingia igualmente todos os socialistas, no caso daqueles de origem operária as consequências podiam ser bem mais duras, traduzidas, por exemplo, na dificuldade de obterem emprego” (BATALHA, 1995, p.30). Como aconteceu com Luiz França e Silva¹²⁹, um nome dentre tantos esquecidos, marginalizados e desconhecidos na historiografia¹³⁰.

¹²⁹ “Assim França e Silva, de 1890 e 1894, data em que floresceu na Capital Federal, sofreu as maiores perseguições e injustiças. Foi forçado a lutar desesperadamente para viver, porque os patrões chupadores de operários, fizeram tremenda parede em todo o Rio de Janeiro, contra França e Silva, negando-lhe trabalho, pão e água. Por toda parte França e Silva era apontado como um louco, um perturbador da ordem, um inimigo da pátria, da família, da propriedade, e de Deus, ate pelos operários imbecis que o intrigavam com os patrões chamando

No opúsculo *Rebeldias*, Benjamim traz vários capítulos em que é possível estudar a correlação entre as questões sociais e os aspectos jurídicos. Ao comentar os crimes mais praticados em 1897 na capital de São Paulo que entraram no cartório do crime (ver ANEXO Cc), entende-os como uma consequência da própria organização social¹³¹. Para ele:

A sociedade burgueza para garantir a exploração que faz do trabalho dos outros, denominou crimes tudo aquillo que póde lezal-a: estabeleceu penas para punil-os, construiu carceres para encarcerrar áquelles que ella condemna, e creou o cargo de assassino pago para executar aquelles que ella julga-se no direito de matar. (*Rebeldias*, 1898, p. 20)

Nesse seguimento, faz alusão as condições miseráveis que viviam os trabalhadores e a necessidade da plenitude dos direitos naturais, pois muitos dos crimes tipificados pelo Código

o de anarquista perigoso. [...] Desgostoso, abandonado França faleceu em 23 de abril de 1894 e seu cadáver arrastado num carro de misericórdia foi atirado na cova raza, n. 6.009 do cemiterio de S. Francisco Xavier. É sempre assim que o povo deixa findarem-se os seus maiores. [...]” (ESTRELLA, *Aurora Social*, p.2)

¹³⁰ “A partir dos anos sessenta, os debates metodológicos colocam em questão o modo tradicional, convencional, de pensar e abordar a história operária. Os trabalhos fundamentais de E. P. Thompson, Eric Hobsbawn, Rolande Treppe, Michèle Perrot, para só citar os mais importantes conseguem retirá-la do quadro estreito da história política e ideológica onde tinham sido confinada, conseguem dar-lhe uma nova orientação, obrigá-la a explorar novos domínios históricos, a abrir-se para campos teóricos mais vastos. A ênfase muda de lugar. A própria problemática muda. A relação entre história operária e historia social, tem, doravante, importância fundamental. Em suma, a história do movimento operário, rejuvenescida, vivificada, está hoje em plena transformação. (HAUPT, 1985, p. 209)

¹³¹ “Os jornaes burguezes desta Capital inseriram, sem um único commentario, a estatística do crime durante o anno de 1897. Lamentamos sinceramente a falta de dados, porque um retrospecto criminal bem feito seria util aos estudiosos e nos facilitaria a tarefa de demonstrar que, na sociedade nova que aspiram os anarchistas, esses crimes não poderão existir” (REBELDIAS, 1898, p. 18).

só existiam, em decorrência de uma perpetuação histórica de desigualdade entre os seres humanos. Argumenta Benjamin Mota:

Os poderosos julgaram-se e julgam-se ainda no direito de roubar o trabalhador, apossando-se da terra e dos instrumentos do trabalho, mas entendem punir o roubo, o furto e o estelionatário, que existem sómente porque existe a propriedade individual.

Não justificamos esses actos, porque elles são contrários á moral, mas o meio de acabar com elles não é o estabelecendo penas e presídios, é acabando com a propriedade individual, que não se basêa num direito natural. Essa propriedade é consequencia de uma organização social viciosa, que creou direitos fictícios, que tem a sua origem na força bruta, na conquista, na espoliação, no roubo, na fraude e na exploração do trabalho dos outros.

Destruida, senhores burguezes, a auctoridade; abolida a propriedade individual, o capital, e toda a vossa legislação convencional, que não se basêa nas leis naturaes nem nas necessidades reaes da humanidade; destruidos os vossos templos e esquecidas as vossas religiões de preconceitos e mentiras, desaparecerão todos os crimes, não existirá mais criminosos, porque o meio viciado é que torna o individuo máo, porque os vossos crimes é que provocam os crimes dos outros, desses infelizes que enviais à barra dos tribunais.

Assim, o roubo, o furto, o estellionato, a extorção e as tentativas destes crimes, existem porque vos apossasteis de tudo vós e os vossos antepassados, e entendeis pagar aos miseráveis salários e ordenados que nem sequer são sufficientes para garanti-lhes o pão quotidiano; porque, o vosso fauto, o luxo das vossas carruagens e dos vossos palácios, desperta em outros a vontade de gozzar, e como o trabalho só lhes abre as

portas da miseria, elles fazem o que fizeistes – roubam, commettem estellionatos. Quando roubam muito o provérbio já disse, são barões; quando roubam pouco, são ladrões.
(REBELDIAS, 1898, p. 20-22, grifo nosso)

Como se pode observar, Benjamim em 1898 manifesta seu protesto às instituições e às regulamentações jurídicas, cujos fundamentos resguardariam apenas os interesses burgueses e perpetuavam a exploração dos trabalhadores. Segundo ele, o que existia era apenas uma “legislação convencional”, que garantia “direitos fictícios” baseados nas violações das leis naturais, as quais eram inerentes a todos os cidadãos. Além de manifestar sua descrença para com o sistema jurídico (as leis, os tribunais e seus oficiais), Benjamim demonstra as contradições da ordem jurídica, que não garantia, na prática, o mínimo de um Estado civilizado: a igualdade na aplicação da lei. Sobre o tratamento criminal desigual, denunciava:

Condemnais, tambem, senhores burguezes, a vagabundagem dos párias no entanto, os vossos filhos, jovens que receberam educação, vivem ahi ás portas dos cafés difficultando o transito; vivem nos bilhares; nos vossos clubs, onde se joga pocker, lasquet e bacarat; nos frontões e nos chops em perfeita vagabundagem, até o dia em que se casam, unicamente por interesse, com uma mulher que lhes proporcione os meios de viver eternamente na occiosidade, explorando o trabalho dos outros.
(REBELDIAS, 1898, p. 22)

Esta sociedade baseada em leis, códigos, autoridades e na luta de classe estava em decomposição segundo Benjamim e “a sociedade futura que não é um sonho de utopistas, mas uma esperança dos corações abnegados e grandes é o *comunismo anarchista*” (REBELDIAS, 1898, p.45, grifo nosso). No que diz respeito ao termo “comunismo” este aparece utilizado por Benjamim Mota tendo mais por embasamento uma noção coletivista, influenciado nas ideias de Malon, que mesmo na visão

empregada por Marx. Apesar de haver diferenças teóricas¹³², “na prática, os termos coletivismo e comunismo [foram] frequentemente empregados no século XIX como sinônimos” (BATALHA, 1995, p. 12).

Por sua vez, Benjamim Mota cita Marx em outro momento do livro, quando trata do processo de transformação para a sociedade futura, descrente na luta eleitoral¹³³, ratifica que a emancipação deveria ser obra dos próprios trabalhadores e não de socialistas eleitos para exercerem cargos públicos. Nessa perspectiva, critica o modelo de representação política e reitera a necessidade de uma maior participação popular:

Em S. Paulo mesmo, onde o socialismo está ainda em gérmen, ha muitos socialistas, especialmente os allemães, *que nada mais fazem que ir votar nos dias de eleição*. Isto vimos quando o companheiro Estevam Estrella foi candidato a um lugar de vereador e ultimamente nas eleições estadoaes, nas quaes propositalmente apresentamo-nos candidatos, como a todos dizíamos, só no intuito de mostrarmos aos companheiros a inutilidade da lucta eleitoral.

¹³² “Diferentemente do marxismo que previa no comunismo o usufruto pela comunidade do produto do trabalho (“a cada um de acordo com sua necessidade”, [concepções coletivistas, incluindo Benoît Malon] previam na sociedade futura o controle do produtor sobre o produto do seu trabalho (“a cada um de acordo com o seu trabalho”))” (BATALHA, 1995, p. 12).

¹³³ “A conquista dos poderes publicos pela lucta politica é uma utopia porque a sociedade burguesa, deses que se sinta ameaçada fará leis de excepção afim de que só os poderosos possam votar. Isto é claro como água, e só não o querem ver os que aspiram os cargos de representação, onde, quando eleitos, não prestam serviço algum, nem mesmo o de propagar as nossas idéas, o que poderão fazer valendo-se das suas imunidades parlamentares. Este é o mal que ataca os eleitos. O que accommette os eleitores, isto é, o trabalhador, é ainda mais grave. O trabalhador, tal que como fazem hoje os burguezes, desde, que tenham exercido o direito do voto e nomeado um representante julgará nada mais ser necessario fazer a bem da propaganda; julgará nada mais ter necessidade de fazer para emancipar-se do jugo capitalista e da tyrania do estado” (REBELDIAS, 1898, p. 48-49).

Aqui no Brazil o governo vence e vencerá sempre nas eleições. Disso temos prova todos os dias; nos estados onde domina o P. R. F. vence sempre este partido, e naquelles cujos governadores apoiam a politica do governo federal, são eleitos por grande maioria os partidarios do snr. Prudente e de todos os governos.

Para que pois, entrarmos na lucta eleitoral?

Analysando sob outro ponto de vista a lucta eleitoral, ella é ainda mais perniciosa.

Dissemos, e repetimos, que o trabalhador depois de votar julga-se desobrigado de tomar parte activa na lucta sob outras formas, e a verdade desta affirmação encontramol-a examinado o que se passa na Allemanha, onde raramente surgem os movimentos de resistencia, que, ninguém ousará contestal-o, são os mais beneficos e promissores de resultados, pois mostram que os trabalhadores sabem rebellar-se; que se preparam portanto para a Revolução. (REBELDIAS, 1898, p. 49-50)

Para Mota, a soberania popular deveria ir além do direito de voto, pois as lutas ensejam a atuação constante dos trabalhadores nos movimentos sociais. Após não conseguir se eleger como candidato a deputado do Estado de S. Paulo nas eleições de 1º de Dezembro de 1898, Benjamim Mota expressa-se, de modo absoluto, contrário a conquista de direitos pela via eleitoral, cujas fraudes e oligarquias não permitiriam grandes transformações na organização social. No fragmento acima, ele chega a mencionar que se candidatou apenas para demonstrar a “inutilidade da luta eleitoral”. Não é possível comprovar a veracidade desta afirmação e se ele a teria feito, caso tivesse vencido a eleição.

Resta-nos, porém, ressaltar duas particularidades. Primeiro, mencionar que ele vai ingressar novamente na luta política como candidato, em outros contextos, por exemplo, em 1907 para o cargo de vereador (ver ANEXO Dd), em 1911 para Deputado (ANEXO Ee), em 1913 para vereador (ver ANEXO Ff) e em 1934 (aos 64 anos de idade), quando disputa na chapa “Aliança socialista e liberaes, pela justiça social” o cargo de

Deputado Estadual concorrendo com o jovem recém-formado Miguel Reale e o ainda estudante de Direito Goffredo da Silva Telles Junior candidatos da chapa *Integralismo* (atenção ao ANEXO Gg).

Segundo, é preciso sublinhar que o posicionamento contrário a via eleitoral em 1898 aparece também no livro *Rebeldias* e é este o argumento central que ele utiliza para distinguir as correntes ideológicas: socialismo autoritário do socialismo libertário. Mota sintetiza: “e’ por isso, que no terreno da lucta eleitoral socialistas auctoritarios e socialistas libertarios são inimigos irreconciliaveis” (Rebeldias, 1898, p. 55), essas divergências têm implicações maiores, sobretudo, na forma de organização política dos socialistas e dos operários na virada do século XIX¹³⁴. Benjamim continua apontando as dissidências entre os socialistas:

O socialismo auctoritario, o socialismo que acceita a lucta eleitoral e trabalha pela conquista dos poderes públicos, só quer a mudança de senhor. Em vez de um burguez coroado ou de um presidente de republica elles querem uma Juncta governativa, uma commissão ou cousa que o valha... [...]

Os socialistas auctoritarios visam mais o presente que o futuro; procuram vantagem que os cargos de representação popular proporcionam, mesmo entremeados de alguns dias ou mezes de cadêa, porque assim deliciam-se na legiferação [...]

E é por isso, porque os socialistas auctoritarios estão continuamente em metamorphose, que muitos abnegados, dando um passo para frente passam-se para o anarchismo em quantos outros continuam a

¹³⁴ “Há um nítido descompasso entre as tentativas de criação de um partido operário e o movimento sindical que ganha força e autonomia com relação aos grupos socialistas na primeira década do século XX. Apesar disso, os militantes socialistas só passam a mostrar uma efetiva preocupação em pensar a relação entre partidos e sindicatos no início dos anos de 1910, quando a fraqueza da corrente socialista já é manifesta e o divórcio entre essas correntes e o movimento operário organizado está em vias de se concretizar” (BATALHA, 1995, p. 20).

procurar descobrir que espécie de senhor arranjarão para a sociedade futura. (REBELDIAS, 1989, p. 54-55)

Nesse trecho, Mota expressa o componente evolucionista do seu pensamento, entre os socialistas autoritários e os libertários existe um aspecto progressivo. O que o leva a confessar que: “em busca da verdade evoluiu sempre, e de evolução em evolução, mas evolução consciente, nascida do estudo da questão social e das sciencias, cheguei até o anarchismo” (REBELDIAS, 1898, p. 11). Outro fator significativo do socialismo libertário (anarquismo), no discurso de Benjamim Mota é a preocupação com fundamentos morais e não apenas econômicos. Isso se torna evidente quando ele afirma:

Emquanto os anarchists procuram chamar a humanidade á verdadeira moral, a moral que não precisa de leis, nem de códigos; enquanto os anarchists trabalham, não em proveito proprio, mas para regenerar a humanidade, elevando moralmente o individuo, enquanto, enfim, os anarquistas crêm num renascimento humano, os socialistas auctoritarios, acompanhando neste modo de pensar a burguezia que actualmente é detentora do poder, *não acreditam na perfectibilidade do totum* e julgam necessaria a direcção das massas por *aquelles que forem capazes de dirigir-as!* (REBELDIAS, 1989, p. 55).

A partir dessa leitura, pode-se depreender na reflexão de Benjamim Mota a influencia do pensamento de Malon¹³⁵, autor que se fazia presente nas leituras dos socialistas brasileiros¹³⁶.

¹³⁵ “O socialismo integral de Malon sintetiza as suas concepções de um socialismo fortemente influenciado pelo positivismo e pela tradição humanista francesa, que pretende englobar não apenas a luta política e econômica (limitação que atribui ao socialismo marxista), mas todos os campos da atividade humana, como a ciência, a filosofia e a moral” (BATALHA, 1995, p. 23).

¹³⁶ “Benoît Malon representa, sem dúvida, a principal Fonte de influência do socialismo europeu entre os grupos socialistas brasileiros desse período [na virada do século XIX] (influência que parece bem menos

Isso não quer dizer que Mota foi um discípulo fiel de Malon no Brasil. Como foi mencionado, ele cita vários autores e reconhece ter múltiplas influências; o que torna, portanto, seu modo de pensar singular e, de certa forma, original.

De acordo com Benjamim, o único mérito do opúsculo *Rebeldias* está na “afirmação franca de uma convicção honesta que não teme nem a crítica nem a condenação, e desejo ardente de contribuir para arrancar da ignorância e da miséria os que nela tem vivido tantos séculos” (REBELDIAS, 1989, p. 12).

1.3.1 O caso Zola-Dreyfus

O impacto da prisão, julgamento e condenação do capitão Alfred Dreyfus, entre outubro de 1894 e janeiro de 1895, atravessou as fronteiras da França e fez da Escola Militar em Paris, onde o oficial foi degradado e despido de sua dignidade militar e humana, o alvo das atenções de todo o mundo civilizado. (SENNA, p.1)

O que ficou mais tarde conhecido como “A questão Dreyfus” foi o fato que “aconteceu na França no fim de 1894. Alfred Dreyfus, um oficial judeu do Estado-Maior francês, foi acusado e condenado por espionagem em favor da Alemanha. O veredicto – deportação perpétua para a Ilha do Diabo – foi unânime” (ARENDT, 1989, p.111). Na época, este acontecimento repercutiu na imprensa de vários países e debatia-se, sobretudo, a forma arbitrária como foi realizado o processo e o julgamento a portas fechadas que acresciam as suspeitas de erro judicial.

“Interessante para nós brasileiros, e para aqueles que se interessam pelo caso no plano jurídico, é um texto que Rui Barbosa redigiu, logo depois dos primeiros julgamentos e da condenação, no começo de 1895” (LISIAS, 2008, 2012, p. 24). Residindo na Inglaterra, Rui Barbosa escreve o artigo e “remete-o ao amigo no Jornal do Commercio, que o dá à estampa em 3 de fevereiro de 1895”. Mais significativo que o conteúdo do

texto¹³⁷, é refletir sobre as razões que motivaram Rui Barbosa a escrever este artigo. Seguimos a hipótese defendida por Marta de Senna:

[...] é, antes de tudo e sobretudo, o brasileiro revoltado contra o arbítrio que vê perpetrado em sua pátria, é o expatriado que se sentiu “esbulhado da liberdade em seu país”, que fustiga a República brasileira ao fustigar a francesa: “Mal honram a pátria as contorções de um patriotismo histérico, que vive a se superexcitar com a obsessão de traições, que julga de oitiva, fulmina por palpites, e instiga os magistrados a prevaricarem, antepondo a popularidade à justiça”. Primeiro homem público, advogado e jurista a manifestar pela imprensa o repúdio ao processo que culminou com a condenação o capitão Dreyfus, ao fazê-lo Rui fez também um gesto político, de repúdio aos regimes de exceção. (SENNA, 2005, s/p)

Na França, este caso recebeu a atenção especial do escritor Émile Zola, o que não foi de estranhar, pois ele participava ativamente das questões do seu tempo¹³⁸. Destarte,

¹³⁷ “O cerne do texto de Rui é uma comparação entre o sistema judicial francês e o inglês: segundo ele, esse último jamais permitiria ser influenciado pela opinião pública, decisiva no caso Dreyfus. Obviamente, o jurista brasileiro pende para o lado da “frieza” britânica, chegando mesmo a insinuar se não haveria algo de “latino” na propensão de alguns povos por condenar antes de qualquer julgamento. No caso de Dreyfus, inclusive antes de qualquer julgamento e sem nenhuma prova concreta” (LÍSIAS, 2007, p. 24).

¹³⁸ “[...] uma das principais características do trabalho de Émile Zola: a intervenção. Seja a partir da ficção, ou por meio de um texto para a imprensa, o autor de *Germinal* jamais deixou de intervir em tudo que lhe parecesse importante para a sociedade da época. Os romances tentavam, sempre com traços fortes e irônicos, apresentar a vida hipócrita e sem charme da burguesia francesa, tratando de acordos espúrios, traições, pequenos e grandes atos de corrupção e todo tipo de mesquinharia que sustentava certa camada social da época. Os textos centram-se em acontecimentos domésticos, mas através de uma enorme habilidade de estender a trama por longos braços, atigem tanto as classes mais abaixo quanto as que se localizavam acima dos

“Zola, feito advogado de defesa de Dreyfus e, principalmente, advogado de acusação do Estado-Maior do Exército francês, compõe a sua carta aberta ao presidente da República como um romancista experiente [...]” (SENNA, 2005, s/p). Na verdade,

Zola publica o primeiro artigo sobre o caso Dreyfus em 1897. No começo do ano seguinte, o jornal *L'Aurore* estampa, na primeira página, o famoso *Eu acuso!* O texto toma conta de Paris e rende a Zola um processo que o condenaria a um ano de prisão e uma multa de 3000 francos. [...] Depois de uma mobilização enorme, que movimentaria intelectuais de todo o mundo, em junho de 1899 o processo do capitão Dreyfus começa a ser revisto. Com a notícia, depois de 11 meses no exílio voluntário, Zola retorna à França. Um mês depois, aliás, o próprio Dreyfus desembarcaria em solo francês. O país continua abalado pelo caso, o que faz com que o escritor permaneça no centro dos debates. No final de 1900, uma lei anistia todos os envolvidos. (LÍSIAS, 2008, p. 14, grifo do original).

Outro brasileiro também se interessa pelo “Caso Dreyfus”, assim como, participa da mobilização em apoio ao escritor Émile Zola. Estamos falando de Benjamim Mota. Os textos são publicados, em 1898, nos jornais *A Nação* e *O Rebate*, e viram um capítulo no livro *Rebeldias* intitulado “Zola-Dreyfus”. Benjamim Mota argumenta que “jámais a França rebaixou-se tanto como nestes últimos mezes; jámais se viu um povo desmoralisar-se tanto como actualmente” (REBELDIAS, 1898, p.

Rougon-Macquart. A concepção de painel, que já vinha sendo praticada antes e se tornaria cara a grandes artistas da modernidade heroica (basta pensarmos, com consequências teóricas diferentes, em James Joyce ou Robert Musil), orienta o andamento da série, que tenta cobrir quase toda a segunda metade do século XIX. Mesmo sua concepção de ficção, enfeixada sob o impreciso rótulo de “realismo-naturalista”, orientava-se segundo uma idéia de que a arte poderia, a partir da compreensão de alguns pilares sociais básicos, não apenas compreender o ser humano, mas intervir concretamente no andamento de sua vida social” (LÍSIAS, 2007, p. 9-11)

29). Nesse aspecto, ele faz alusão a tradicional história da França:

Os jornaes francezes que temos a vista, e que noticiam todas essas vergonhas, deviam tarjar lucto, porque a liberdade de crenças está morta em França; os netos e bisnetos dos homens da revolução desmancharam com as suas ridículas manifestações a obra que os seus avós tinham cimentado com muito sangue. (REBELDIAS, 1898, p. 30-31)

Benjamim prossegue a crítica tratando do crescimento do antissemitismo e as implicações que guardava com o caso Dreyfus¹³⁹. Nessa direção, relata que:

ferozmente desencadeou-se, contra os defensores de Dreyfus, o bestial anti-semitismo e nós assistimos, nos últimos annos do seculo o doloroso espectaculo de um povo, de uma mocidade que devera ser generosa e grande, dando expansões nas ruas ao estúpido ódio das raças e a ainda estúpida guerra de religiões. (REBELDIAS, 1898, p. 30)

Ao acompanhar as notícias pela imprensa francesa, relata que “era tal a intensidade do odio contra os judeus que grupos de moços manifestavam em Nancy contra Zola, levando nas suas bengalas, como estandarte, números de um jornal catholico da cidade.” (REBELDIAS, 1898, p. 30-31). Anos depois, quando Benjamim Mota já havia falecido no Brasil, Hannah Arendt apresenta no livro *Origens do Totalitarismo* um estudo em que expõe a relação, de forma aprofundada, entre o caso Dreyfus e o antissemitismo. Para a autora, é o caso Dreyfus “em suas implicações, que traça a antevisão do século XX. [...]”. Não foi

¹³⁹ “A acusação de traição torna-se ruidosa e a França se vê ansiosa por achar um culpado. O judeu Dreyfus, em uma sociedade em que o anti-semitismo começava a crescer (e culminaria no vergonhoso apoio às políticas racistas da Alemanha de Hitler), torna-se um suspeito facilmente condenado pela opinião pública e, no final daquele mesmo ano, um conselho de guerra o obriga ao degredo na ilha do Diabo, além de expulsá-lo do Exército, com um ato de humilhação pública.” (LÍSIAS, 2007, p. 15).

certamente na França que ocorreu a seqüela exata do processo, mas, ao reler a história do caso, não é difícil de encontrar o motivo pelo qual a França foi uma presa tão fácil do nazismo" (ARENDT, 1989, p. 116).

Arendt faz uma leitura das consequências da Questão Dreyfus na história da França¹⁴⁰ e nas práticas antisemitas que foram desenvolvidas na Europa no decorrer do século XX¹⁴¹. De

¹⁴⁰ "Com o anti-semitismo francês ocorreu exatamente o oposto. O Caso Dreyfus trouxe à tona os elementos do anti-semitismo do século XIX em seus aspectos meramente ideológicos e políticos: foi a culminância do anti-semitismo resultante das condições especiais do Estado nação. Contudo, sua natureza violenta prefigurou acontecimentos futuros, de modo que os principais atores do processo parecem às vezes estar realizando um grandioso ensaio geral do espetáculo, que teria de ser adiado por mais de três décadas. O Caso Dreyfus reuniu todas as correntes, abertas ou subterrâneas, sociais ou políticas, que haviam levado a questão judaica à posição de predominância no século XIX; por outro lado, sua deflagração prematura fez com que permanecesse no quadro de uma ideologia típica do século XIX que, embora sobrevivesse a todos os governos e crises políticas da França, nunca realmente se encaixou no contexto político do século XX" (ARENDT, 1989, p. 66).

¹⁴¹ "A interpretação dada pela sociedade ao fato de se nascer judeu e ao papel dos judeus na estrutura da vida social está intimamente ligada à catastrófica minuciosidade com que os mecanismos anti-semitas puderam ser postos a funcionar. *O anti-semitismo tinha suas raízes nessas condições sociais, e não só nas circunstâncias políticas.* E, embora o conceito de raça tivesse outros fins e funções, mais imediatamente políticos, sua aplicação à questão judaica em seu mais sinistro aspecto *deveu muito do seu sucesso aos fenômenos e convicções sociais que virtualmente significavam o consentimento da opinião pública.* As forças decisórias nesse processo de levar os judeus ao centro da tempestade de acontecimentos eram indubitavelmente políticas; *mas as reações da sociedade ao anti-semitismo e o reflexo psicológico da questão judaica no indivíduo tiveram algo a ver com aquele tipo específico de crueldade, com aquela agressão premeditada contra todo indivíduo de origem judaica,* que já caracterizavam o anti-semitismo do Caso Dreyfus. Essa caça apaixonada ao "judeu em geral", "judeu de toda parte e de parte nenhuma", não pode ser compreendida se se considera a história do anti-semitismo como entidade própria, como mero movimento político. *Houve fatores sociais* não explicados na história política ou econômica, ocultos sob a tona dos acontecimentos, nunca percebidos pelo historiador, e registrados apenas pela força mais

acordo com esta filósofa, “ainda em nossos dias, o termo *antidreyfusard* pode definir na França, de modo aceitável, tudo o que é anti-republicano, antidemocrático e anti-semita.” (ARENDT, 1989, p. 115)

No Brasil, em 1898, vários Manifestos foram lançados em apoio a Émile Zola e em combate aos antidreyfusianos. Dentre eles, destacam-se a participação dos socialistas (ver anexo Hh), dos estudantes (ANEXO li) e dos livre-pensadores (ANEXO Jj), no qual se encontra a assinatura de Benjamim Mota. Este brasileiro envolve-se na mobilização dos intelectuais que apoiam a revisão do processo de Dreyfus, pois para ele:

A hipocrisia e a mentira se deram as mãos para combater aqueles que trabalhavam e trabalham ainda para que sejam espancadas as trevas de um julgamento inquisitorialmente secreto, e brilhe a verdade, pela revisão do processo do infeliz prisioneiro da Ilha do Diabo. (REBELDIAS, 1898, p. 31)

Se não é possível projetar a extensão adquirida pelos artigos publicados por Benjamim Mota sobre o caso Zola-Dreyfus, deve-se verificar como este acontecimento chamou sua atenção. Em 1899, ele chegou a publicar um folhetim, pela Klabin, intitulado “*Zola-Dreyfus*”. Embora este documento não tenha sido encontrado nos Arquivos do Brasil, há um exemplar no *Internationaal Instituut Voor Sociale Geschiedenis* de Amsterdã, conforme levantamento de Eric Gordon, Michael Hall e Hobart A. Spading, traduzido para o português por Claudio Batalha¹⁴².

Sobre a extensão do texto de Rui Barbosa, encontramos que “não existem sinais de repercussão do texto na Europa (muito menos na França), mas por aqui o estudo de Rui Barbosa

penetrante e apaixonada dos poetas e romancistas — homens que a sociedade havia impelido à desesperada solidão e isolamento de uma *apologia pro vita sua* —, fatores que mudaram o rumo que o mero *anti-semitismo político* teria tomado, se fosse abandonado a si próprio, e que o teria levado a leis antijudaicas, e até à expulsão em massa, *mas não ao coletivo extermínio indiscriminado*” (ARENDT, 1989, p. 109-110).

¹⁴² Mais informações ver: BATALHA, Claudio. *Um levantamento dos materiais brasileiros e argentinos no International Institut voor Sociale Geschiedenis de Amsterdã*. Campinas: Cadernos AEL, 1997.

circulou e chegou a ser publicado em Buenos Aires” (LÍSIAS, 2008, p. 24). Benjamim não faz referência ao artigo de Rui, mas é possível encontrar proximidade nos textos no que diz respeito a crítica à magistratura. Nessa direção, está o entendimento que “o poder perverte aqueles que o exercem, o militarismo e a disciplina rebaixam os caracteres e dão origem a todos os vícios; a magistratura, é a escrava humilde dos detentores do poder” (REBELDIAS, 1989, p. 38).

Por outro lado, quando se verificam os posicionamentos anarquistas do texto de Mota, é possível constatar os fundamentos políticos e jurídicos que distanciavam estes autores. A argumentação de Mota vai além da crítica a erros e ilegalidades judiciais, ele parece questionar a própria razão de ser do campo jurídico, sobretudo quando afirma:

Respeito á auctoridade; respeito as leis, respeito a magistratura, eis a trilogia sinistra dos que combatem a revisão do processo de Dreyfus, como se o povo ou o indivíduo devessem respeitar os magistrados quando elles se convertem em algozes; como se o respeito ás leis não importasse na abdicação da nossa liberdade e, quando, o respeito á auctoridade é a renuncia do respeito que devemos a nós mesmo como homens de essencia igual a desses, que cingindo uma corôa ou um barrete phrygio, julgam-se no direito de nos oprimir.

Respeito ás leis, respeito á auctoridade!....

Esse fetichismo, resto de barbária que ainda inspira os homens, póde servir de lemma para os escravos, mas jámais os homens livres poderão estender as mãos ás algemas escravisoras! (REBELDIAS, 1898, p. 31-32)

Por esse ângulo, faz-se necessário apontar as diferenças e as pretensões díspares dos textos de Rui Barbosa, Émilie Zola, Benjamim Mota e o de Hannah Arendt. Enquanto Rui Barbosa trata a questão sob a ótica de um político e advogado liberal inconformado com as irregularidades do processo¹⁴³, Zola busca

¹⁴³ “Onde o corpo de delito? Onde a identificação entre o seu autor e o acusado? Ninguém seria capaz de mostrá-lo. Ninguém viu o processo.

utilizar argumentos e seu reconhecimento como escritor perante a sociedade francesa para influenciar no desfecho do caso¹⁴⁴. Benjamim Mota, creio eu, não se interessa pelo caso apenas pela injustiça jurídica, mas sobretudo para comprovar e exemplificar a falência das instituições burguesas e, com isso, propagar o anarquismo¹⁴⁵. Por sua vez, Hannah Arendt faz uma interpretação filosófica do caso, não motivada pela comoção do momento da prisão de Dreyfus, mas como uma intelectual que participou e analisou os fatos sem desconsiderar os aspectos históricos¹⁴⁶.

1.4 JOGANDO O JOGO JURÍDICO EM DEFESA DAS CLASSES OPERÁRIAS: BENJAMIM MOTA, UM SOLICITADOR

Hay ahí una falsa alternativa que impide percibir que el derecho, en su coherencia de sistema de leyes, es el producto de un prolongado trabajo de sistematización acumulativo, pero de una acumulatividad que no es la de la ciencia; de un prolongado trabajo de producción de coherencia, de “racionalidad”, que se realiza en un espacio particular, al que yo llamo un campo, es decir, *un universo en el que se juega a un juego determinado según determinadas reglas, y en el que no se entra si no se ha pagado algún derecho de entrada, como el hecho de poseer una competencia específica, una cultura jurídica, indispensable*

Ninguém tem notícia de documentos, ou depoimentos. Fala-se em um papel, cuja letra se atribui ao condenado” (BARBOSA, 2008, p. 59)

¹⁴⁴ “Zola pretendia transformar inclusive a opinião pública, àquela altura manipulada por parte da imprensa e, em sua maioria, contra o capitão Dreyfus!” (LÍSIAS, 2007, p. 22)

¹⁴⁵ “Que poderemos desejar de melhor, nós, anarquistas? Tudo isso, serve para demonstrar ao povo a podridão da sociedade em que vivemos, com o seu halito empestado corrompe os caracteres e avilta as massas” (REBELDIAS, 1989, p. 38)

¹⁴⁶ “O texto da filósofa tem a vantagem de observar as consequências do caso de uma maneira ampla, inclusive para o desenvolvimento do pensamento nacionalista europeu, que culminaria, entre outros desenvolvimentos, no nazismo alemão” (LÍSIAS, 2007, p. 20-22).

*para jugar al juego, y una disposición a propósito del juego, un interés por el juego, al que denomino illusio [...]. Lo que un campo exige, fundamentalmente, es que se crea en el juego y que se le conceda al juego que merece ser jugado, que vale la pena.*¹⁴⁷
(BOURDIEU, 2003, p. 3, grifo nosso)

Sem dúvida, os rastros mais difíceis de serem decifrados foram os vestígios¹⁴⁸ do ingresso de Benjamim Mota no “espaço judicial”¹⁴⁹ na provável condição de “advogado”. Como já foi

¹⁴⁷ “Há uma falsa alternativa que impede perceber que o direito, em sua coerência de sistema de leis, é o produto de um prolongado trabalho de sistematização acumulativa, mas uma cumulatividade que não é a da ciência; de um prolongado trabalho de produção de coerência, de “racionalidade”, que se realiza em um espaço particular, ao que eu chamo um campo, quer dizer, um universo em que, se joga um jogo determinado segundo determinadas regras, e que não se entra se não pagar algum direito de entrada, como o fato de possuir uma competência específica, uma cultura jurídica, indispensável para jogar o jogo, e uma disposição para os propósitos do jogo, um interesse pelo jogo, ao que denomino ilusão [...]. O que um campo exige, fundamentalmente, é que se acredite no jogo, que conceda ao jogo algo que merece ser jogado, que vale a pena”. (Tradução nossa)

¹⁴⁸ “Depois do paradigma indiciário ou adivinhatório se entrevê o gesto talvez mais antigo da história intelectual do gênero humano: o do caçador preso na lama em que escruta os rastros da presa” (GINZBURG, 1990, p. 7-9)

¹⁴⁹ “Na realidade, a instituição de <<espaço judicial>> implica a imposição de uma fronteira entre os que estão preparados para entrar no jogo e os que, quando nele se acham lançados, permanecem de facto excluídos, por não poderem operar a conversão de todo o espaço mental – e, em particular, de toda a postura linguística – que supõe a entrada neste espaço social. A constituição de uma competência propriamente jurídica, mestria técnica de um saber científico frequentemente antinômico das simples recomendações do senso comum, leva à desqualificação do sentido de equidade dos não-especialistas e à revogação da sua construção espontânea dos factos, da sua ,<<visão do caso>>. O desvio entre a visão vulgar daquele que se vai tornar num <<justiciável>>, quer dizer, num cliente, e a visão científica do perito, juiz, advogado, conselheiro jurídico etc., nada tem de accidental; ele é *constituído de uma relação de poder*, que fundamenta dois sistemas diferentes de pressupostos, de intenções

exposto, em 1890, Mota inicia suas atividades no jornalismo, viaja para a Europa e, em 1897, candidata-se ao cargo de deputado Estadual de S. Paulo: em seu programa defende concretizar direitos civis e políticos presentes no texto da Constituição Federal e Estadual e criar assistência social para os pobres e o proletariado.

Ele perde as eleições e, em 1898, enquanto seu irmão Renato Fulton cola grau na Faculdade de Direito de S. Paulo, Benjamim adere ao anarquismo e passa a escrever textos em combate à propriedade individual, às autoridades e ao capital. Neste momento, diz-se um cético para com o sistema eleitoral, as leis e os códigos, os quais seriam os responsáveis por perpetuar a dominação burguesa sobre o proletariado.

O que teria motivado Benjamim Mota, um republicano desiludido e agora anarquista a adquirir competência jurídica para atuar no espaço judicial? Em um texto sobre a formação da classe operária, Claudio Batalha argumenta que a desilusão com a República:

Propiciou três tipos de resposta de parte do movimento operário. *A primeira foi a da busca de obtenção de direitos sociais, sem questionamento do sistema político*, sustentada pelo positivismo, cooperativista e toda uma série de manifestações do sindicalismo reformista [...].

A segunda resposta foi aquela que propunha a conquista de direitos sociais aliadas a direitos políticos, visando à mudança do sistema pela participação no processo político-eleitoral, posição dos socialistas e dos setores mais politizados do sindicalismo reformista. [...]

Finalmente, *a posição de negação da política institucional, depositando na ação direta a forma de pressão necessária para a obtenção de conquistas*, defendida por sindicalistas revolucionários e anarquistas. Apesar das implicações não inteiramente iguais em um caso e no outro da noção de

ação direta, para ambos a ação direta passava pela rejeição de intermediários, de mediadores, fossem esses mediadores os partidos políticos, indivíduos ou representantes do governo. (BATALHA, 2008, 174-175)

Durante a candidatura (1897), Benjamim Mota, embora republicano, demonstrava simpatia pelos princípios socialistas e acreditava na conquista de direitos através da luta político-eleitoral (incluía-se na segunda resposta da classificação de Batalha). Em 1898, ao publicar o opúsculo *Rebeldias* definia-se anarquista e defendia a ação direta como meio de transformação social (seria um adepto da terceira resposta pelo texto de Batalha). A classe operária e a posição dos militantes foram sendo constituída por uma miscelânea de correntes ideológicas e, por mais que haja literatura sobre o tema, existem particularidades, desvios e complexidades que fogem a regra coletiva tipificada. Minha impressão é que Benjamim Mota seja um desses casos¹⁵⁰.

Pois, se a partir dos escritos de 1898, ele define-se um anarquista, descrente das instituições burguesas e das legislações ilusórias, por que teria interesse em entrar no universo jurídico, que implicaria “aceitação tácita da lei fundamental do campo jurídico, *tautologia constitutiva que quer que os conflitos só possam nele ser resolvidos juridicamente – quer dizer, segundo as regras e as convenções do campo jurídico*”? (BOURDIEU, 2009, p. 229, grifo nosso). Como alguém que criticava, com veemência, as regras estabelecidas pelo Estado e a existência de leis, ingressa nesse universo? Neste momento, a perspectiva historiográfica de Giovanni Levi ganha

¹⁵⁰ “Por isso, devemos preservar, nos trabalhos dos historiadores, as particularidades, preservar o local — aqui entendido como uma situação específica. Esse é o grande problema da História. Trabalhar sobre o geral, mas um geral que sempre se configura como perguntas, não como respostas. [...]. A ideia de que podemos generalizar conclusões tem produzido muita história ruim. Por exemplo, quando fazemos uma biografia, não devemos procurar nela algo típico. Não podemos afirmar que a vida de cada um de vocês é típica da vida dos jovens brasileiros do século XXI. Não é possível, porque cada vida é uma vida” (LEVI, 2014, p.1).

sentido: “o verdadeiro problema da história é trabalhar sobre o que não se entende, não só sobre o que é evidente” (LEVI, 2013, p. 251).

Desse modo, havia duas hipóteses secundárias: primeiro, comprovar que ele não foi um advogado (e, com isso, refutar as constantes citações do tempo presente), ou, em segundo lugar, verificar se, quando “advogado”, havia distanciado dos preceitos do anarquismo. Estas duas explicações sustentaram-se até serem negadas pela fonte primária, em 1899, há o seguinte anúncio no jornal: “O sr. Benjamim Motta fez-nos hontem comunicação de ter aberto escriptorio de advocacia á rua de S. Bento n. 25.” (CORREIO PAULISTANO 30/07/1899. p.1).

A partir disso, duas perguntas exigiam respostas: (I) por que¹⁵¹ Benjamim Mota se interessou pela advocacia? e (II) como havia conseguido exercer esta profissão, se não era bacharel em Direito? A minha interpretação se direcionou a pressupor que, mesmo Benjamim Mota argumentando em seus escritos que as autoridades e as instituições burguesas eram instrumentos de dominação em detrimento do operário¹⁵², ele passou a visualizar na advocacia um espaço de lutas, de disputa de forças, em outras palavras, um campo de possibilidades¹⁵³. Se na política não havia conseguido ser eleito e proteger o proletariado mediante leis sociais (manifesto-programa de 1897), talvez na

¹⁵¹ “o mais importante não é o que se vê e sim o porquê das coisas” (LEVI, 2013, p. 254).

¹⁵² Afirmava Mota em 1898: “Proletários! A auctoridade, que se desdobra desde o chefe do Estado até o inspector de quartirão e o policia, sempre nefasta para vós, é vossa inimiga” (REBELDIAS, 1898, p. 56)

¹⁵³ “El derecho no es lo que dice ser, lo que cree ser, es decir, algo puro, completamente autónomo, etc. Pero el hecho de que secrea tal, y que logra hacerlo creer, contribuye a producir unos efectos sociales completamente reales; y a producirlos, ante todo, en quienes ejercen el derecho. [...]. Los juristas, en tanto que guardianes “hipócritas” de la creencia en lo universal, detentan una fuerza social extremadamente grande. Pero están atrapados em su propio juego, y construyen, con la ambición de la universalidad, un espacio de posibilidades, y por tanto también de imposibilidades, que se les impone a ellos mismos, ló quieran o no, en la medida en que pretendan permanecer em el seno del campo jurídico” (BOURDIEU, 2003, p.5)

advocacia pudesse intervir em defesa da classe operária, nem que fosse para combater as violações do texto constitucional¹⁵⁴.

Embora a maioria dos anarquistas atuasse mediante ação direta e pela propaganda na imprensa, é comprovado que adeptos do anarquismo e socialismo tenham atuado na advocacia. Essa, portanto, tornou-se a principal hipótese¹⁵⁵. Como afirma Edmundo Coelho, “o problema é que *muito pouco há o que dizer sobre a massa de advogados, [...] sobre os que não deixaram rastro nos arquivos e que a história ignora*” (COELHO, 1999, p.96, grifo nosso).

Um contemporâneo de Benjamim Mota que também seguiu a carreira do jornalismo e da advocacia foi o socialista Evaristo de Moraes (1871-1939), que atuava no Rio de Janeiro. Ele ingressa na advocacia, com o intuito de intervir na disputa entre operários e patrões. Apesar das estratégias diferentes entre socialistas e anarquistas, alguns militantes começaram a perceber que não bastava conhecer teorias sociais, pois o proletariado precisava de aliados também na prática. É essa perspectiva que Evaristo de Moraes sugere no livro “Reminiscência de um Rábula criminalista”:

*A minha entrada no movimento operario foi
quasi contemporanea do advento da*

¹⁵⁴ “Como no texto religioso, filosófico ou literário, no texto jurídico estão em jogo lutas, pois a leitura é uma maneira de apropriação da força simbólica que nele se encontra em estado potencial. Mas, por mais que os juristas possam opor-se a respeito de textos cujo sentido nunca se impõe de maneira absolutamente imperativa, eles permanecem inseridos num corpo fortemente integrado de instâncias hierarquizadas que estão à altura de resolver os conflitos entre os intérpretes e as interpretações” (BOURDIEU, 2009, p. 214).

¹⁵⁵ Não se descartam outros fatores possíveis para Benjamim ter se interessado pela advocacia, por exemplo, o impacto do julgamento de Dreyfus na época (a compreensão da força do Direito, de como pessoas inocentes poderiam ser vítimas de injustiças nos Tribunais), ou ainda, poderia ter interesses de ordem pessoais (influência de familiares). A suspeita de que Mota buscasse prestígio social é mais remota, pois como será abordado, apesar da advocacia ser uma profissão livre, era praticada de forma desigual, havia grande disparidade dos ornamentos e os “advogados de elite”. Benjamim, por sua vez, defenderá causas específicas e de forma gratuita.

Republica. Tomei posição ao lado de um propagandista de pouco cultivado, mas muita sinceridade, que era França e Silva, adversário do tenente Vinhães. Morto França e Silva, ajudei Gustavo Lacerda, este mais preparado, possuindo algumas noções de Socialismo. Mas, o fracasso da organização política tentada por Vinhães, a quebra de um <<Banco Operário>> e de uma suposta cooperativa a elle annexa, a falta de elementos de Gustavo Lacerda desanimaram, de um e do outro lado, os combatentes.

Durante alguns annos arrefeceu a campanha pela melhoria das condições do operariado. Por minha parte, fui dominado por outras preocupações, absorvido por outros assumptos. Voltei, porém (então já advogando) a me interessar pela sorte dos operários, quando se intensificou, entre nós, a agitação grévistica e começaram a se propor certos problemas, de character social-economico, provocados pela expansão do nosso industrialismo. Foi nessa época que me puz a ler as obras mais representativas do pensar renovador, desde as que sustentam o férreo Socialismo do Estado até ás que pregam o Anarquismo mais individualista.

Imbuído de theorias, empanturrado de doutrinas, almejava a applicação de algumas ao nosso meio, sem attenção ao seu desaparelhamento para receber a bôa nova, sem meditar na ignorancia das nossas classes proletárias, sem reflectir acerca do atraso – áquelle tempo – da mentalidade dos nossos industriaes.

Tive, entretanto, de intervir, constantemente, nos conflictos entre operários e patrões, agindo, ao mesmo tempo, como advogado e como adepto decidido da causa dos primeiros.

Espanta-me, agora, o recordar quanto fiz, sem medir consequencias, arrostando prevenções das classes conservadoras,

prejuízos na vida profissional, inimizades pessoas. Dir-se-ia que me cegava o fanatismo sectário...

Um pouco dessa minha actividade reflectiu em artigos de colaboração para o CORREIO DA MANHÃ, no período de 1903 a 1906. (MORAES, p. 211-212, grifo nosso)

A leitura das recordações de Evaristo de Moraes revela algumas incertezas e contingências da época que permeavam as decisões destes militantes em um cenário tomado por tensões sociais e políticas. Apesar de não haver encontrado uma documentação primária em que Benjamim Mota explicasse suas razões para ingresso na advocacia, após reler os trechos dispersos nos jornais e os relatos dos seus contemporâneos, “tudo começou a juntar-se, a relacionar-se em um mundo significativo, e eu acredito que é esse nosso trabalho, ter um problema, ter um documento difícil de interpretar e ao mesmo tempo ler o máximo possível sobre o contexto que pode explicar as coisas” (LEVI, 2013, p. 252).

Em outubro de 1899, Benjamim Mota participou de uma “Reunião de Comerciantes”, que tinha o objetivo de analisar o projeto de orçamento municipal em discussão na Câmara. Logo que entrou em questão o aumento dos impostos para os contribuintes, vários senhores pediram a palavras e demonstraram a dificuldade da população suportar aquela arrecadação. Entre eles:

O sr. Benjamin Motta declara que como contribuinte e representante das classes proletárias oprimidas, tomava parte naquela reunião de protesto e, depois de longo discurso, conclue aconselhando a greve geral como medida salvadora de todas as classes, o que mereceu calorosos apoios. (CORREIO PAULISTANO, 06/10/1899, p. 1, grifo nosso)

Benjamim se apresenta como um representante do proletariado e, de acordo com seu anúncio de advogado (atenção ao ANEXO Kk): “trabalha gratuitamente para todos os cidadãos, qualquer que seja a sua crença política, que sofram processos em consequência de manifestarem livremente as suas opiniões” (A LANTERNA, 07/03/1901, p. 4). No que diz respeito à

greve, Benjamim foi um defensor deste instrumento, sobre isso, voltaremos a tratar no terceiro capítulo.

A partir de 1899, Benjamim Mota é citado nos jornais acompanhado da qualificação profissional “advogado”¹⁵⁶. Neste mesmo ano foi encontrado um informe sobre sua admissão no quadro do Instituto Forense (ver ANEXO LI). Como poderia ser advogado se não havia concluído um curso jurídico? Teria ingressado no espaço judicial na categoria de rábula, como Evaristo de Moraes? As fontes da imprensa da Primeira República não auxiliavam a responder esta questão.

Até que uma comunicação da Ordem dos Advogados do Brasil (criada em 1930) esclareceu este dilema. Tratava-se da secção de São Paulo e assegurava: “foram ainda admittidos á inscripção, os seguintes solicitadores da Capital: Benjamim Franklin Silveira da Motta [...]” (CORREIO PAULISTANO, 31/10/1935). Benjamim Mota foi, portanto, um solicitador (atenção ao ANEXO Mm). Para compreender as diversas categorias na advocacia e suas diferenças será utilizado o trabalho de Edmundo Campos Coelho “Profissões imperias”. Antes, porém, é preciso mencionar que, mesmo após a Primeira República, nas notícias dos jornais Benjamim Mota é citado como advogado¹⁵⁷, o que sugere que a imprensa não fazia distinção entre advogados formados e solicitadores. Só depois de 1930, é possível encontrar na imprensa a qualificação de “solicitador” para Benjamim Mota, exclusivamente, quando se trata de notas oficiais como do Tribunal de Justiça (ver ANEXO Nn) e Tribunal de Apelação (ver ANEXO Oo).

De acordo com Edmundo Coelho:

A organização da advocacia no Brasil após a Independência seguiu muito de perto a da portuguesa. Havia, em primeiro lugar, o

¹⁵⁶ Entre outras notas, lê-se “*Antonio Rodrigues, por seu advogado, sr. Benjamim Mota, impetrou habeas-corpus ao sr. juiz federal, tendo sido hontem iterogado*” (O ESTADO DE S. PAULO, 27/09/1899, p. 2, grifo nosso)

¹⁵⁷ **ENFERMO:** Victima de um lamentável accidente em sua residencia, em Santo Amaro, recolheu-se ao hospital da Beneficencia Portuguesa, onde se acha em tratamento, o sr. dr. Benjamim Motta, advogado no foro da capital e nosso collega de imprensa (CORREIO PAULISTANO, 17/07/1934, p.7, negrito original).

bacharel em direito formado em Coimbra e, a partir de 1827, nas escolas de São Paula e Olinda (depois, Recife). O diploma era suficiente para o exercício da advocacia, dispensado exames e licenças e podendo o bacharel procurar em qualquer dos tribunais. Vinham em seguida os advogados provisionados, aqueles que, não tendo graus acadêmicos das escolas de direito, submetiam-se a exames teóricos e práticos de jurisprudência pelos presidentes dos tribunais da Relação. Podiam procurar apenas nos tribunais de 1ª instância e nos lugares onde não houvesse advogado formado ou os houvesse em número insuficiente para o bom andamento da justiça. Finalmente havia os solicitadores, sem diploma como os provisionados, que submetiam-se pelos juízes de direito a exames apenas sobre a prática do processo. Tantos estes quanto os advogados provisionados necessitavam requerer renovação de suas licenças ou provisões no prazo de dois a quatro anos. (COELHO, 1999, p. 167)

Esse era o modelo de funcionamento da advocacia no Brasil do século XIX, pois a medida que os estados começam a se organizar tendiam a regular a prática forense no território. No entanto, no Brasil, nem sempre funcionava como previsto¹⁵⁸.

¹⁵⁸ “Na prática, interesses os mais diversos criavam desvios que os repetidos avisos ministeriais eram incapazes de corrigir. Presidentes de Relação concediam número exagerado de provisões, presidentes de província usurpavam a atribuição de concedê-las ou eram as provisões concedidas para lugares onde já era bastante o número de bacharéis. O advogado provisionado podia livra-se da inconveniência da renovação periódica de sua licença pagando a taxa de 60 \$ (em 1841) pelo “emprego vitalício de advogado não formado” ou provisão vitalícia, e tendo notório saber e influentes relacionamentos poderia obter do governo a condição de doutor em leis. Tudo isso provocava razoável grau de incerteza, mesmo entre os peritos. [...] Mas para além dos “empenhos”, do favor prestado a correligionário ou amigo por via de uma provisão; para além dos interesses que interferiam na administração da justiça da qual advogados e solicitadores eram parte

Benjamim Mota, por sua vez, foi um solicitador que renovou suas licenças até os últimos anos de vida¹⁵⁹.

O Código Commercial (Decreto nº 737/1850) regulamentou a defesa em audiência sem a necessidade de advogado formado (caput do art. 703¹⁶⁰). Embora houvesse uma restrição expressa¹⁶¹, este dispositivo permitiu que os indivíduos tivessem mais opções. Assim,

se desejasse contratar serviços legais sua escolha não ficaria limitada a um advogado formado, pois havia ainda *os solicitadores, os advogados provisionados e os rábulas, todos eles com formação estritamente prática* e nem sempre da melhor qualidade. Quanto ao resto, nada impedia que um “prático” comprasse a assinatura de um pobre e obscuro bacharel; ou que a parte declarasse falta de confiança nos advogados do auditório a fim de entregar a causa a um rábula ou solicitador cujos serviços lhe saíssem mais em conta. É razoável supor

constituente, havia uma ampla margem de imprecisão acerca da própria natureza da advocacia, particularmente sobre suas incompatibilidades com o exercício de cargos públicos, o que também facilitava abusos de toda espécie” (COELHO, 1999, p. 167-169).

¹⁵⁹ Para compreender o campo de atuação de um solicitador no começo da República, apontamos como exemplo a seguinte descrição: “Adelino Augusto C. L., legalmente provisionado pelo Tribunal da Relação da Côte, trata de causas administrativas, cíveis, crimes, commerciaes, orphanologicas e redige contratos commerciaes; encarrega-se de defesas perante jurys e de todas e quaesquer questões attinentes á advocacia, quer dentro do Imperio, quer no estrangeiro; tem o seu escriptorio de advocacia [...]” (ALMANAK LAEMMERT, p. 1028)

¹⁶⁰ “Nas causas commerciaes é licito ás partes comparecer nas audiencias por si, seus Advogados, ou procuradores judiciaes, para inquirirem as suas testemunhas, reperguntarem ou contraditarem as da parte contraria, e requererem o que julgarem a bem dos seus direitos.”

¹⁶¹ “Deverão porém ser assignadas por Advogado as petições iniciaes das causas, e todos os articulados e allegações que se fizerem nos autos; salvo, não havendo Advogado no auditorio, ou não querendo prestar-se ao patrocínio da causa nenhum dos que houver, ou não sendo elles da confiança da parte.”

que tal liberalidade não era de molde a elevar o prestígio da advocacia; e não obstante a falta de critério mais rigoroso, era a forma pela qual os serviços de um “procurador judicial” ficavam ao alcance da massa da população, inclusive de escravos que iniciassem uma ação de liberdade, pois suspeito que a maioria dos tutores que lhe designavam os tribunais de primeira instância era composta de solicitadores. Era essa massa de bacharéis anônimos e de “práticos” que movimentavam o foro da Corte. (COELHO, 1999, p. 91)

Embora houvesse essas diferenciações na advocacia, era comum na imprensa não haver distinção entre as categorias de advogados formados e solicitadores. Também no *Almanak Laemmert*¹⁶², Benjamim Mota aparece na lista geral de advogados sem haver hierarquia entre eles (atenção ao ANEXO Pp). Se “o grosso da advocacia era feito por advogados provisionados, por solicitadores ou mesmo por leigos e não era raro que rúbulas estabelecessem reputação de notório saber jurídico” (COELHO, 1999, p. 235), isso não exclui, porém, a existência de uma “elite de profissionais”:

[...] fizeram parte Nabuco de Araújo, Saldanha Marinho, Franklin Dória (barão de Loreto), Rui Barbosa, Francisco Ignacio de Carvalho Moreira (barão de Penedo), Francisco Octaviano, Tito Franco, Francisco Gê de Acayaba Montezuma (barão de Jequitinhonha), Machado Portela, Perdigão

¹⁶² “Esse periódico anual foi o primeiro almanaque a circular regularmente ao longo de sete décadas – de 1844 a 1914 –, numa época em que publicações semelhantes costumavam durar, no máximo, quinze anos. Ao mesmo tempo, por ser impresso em capa dura, ele ostentava um luxo e um requinte que o diferenciavam dos demais. Sem contar a variedade de informações que suas páginas ofereciam: nada mais, nada menos do que variadíssimas novidades relativas às autoridades da Corte e à organização administrativa, jurídica, política, social, religiosa e cultural do Império”. Disponível: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/almanaque-de-primeira>

Malheiro e tantos outros figurões do Império e também da República. *Da lista é razoável inferir que o prestígio destes homens era função menos de sucessos no exercício da advocacia do que da atividade política, em particular das funções para as quais foram eleitos ou dos cargos que ocuparam na alta administração do Estado. Combinando em diferentes momentos de sua carreira passagens pela magistratura, ministérios, presidência de províncias, Conselho de Estado, Senado ou Câmara, via de regra esses advogados notáveis tinham o escritório de advocacia como uma estação inicial de onde embarcavam para a aventura da política, plataforma de baldeação entre dois ramos políticos ou administrativos e estação terminal no poente da vida pública. Seja como for, o que se conhece sobre a advocacia no século XIX refere-se a esses cavalheiros, os quais pelas razões expostas (e a exemplo das notabilidades médicas da Corte), não eram profissionais acessíveis a qualquer bolsa ou, pelo menos, à bolsa popular. Em uma ação de liberdade estariam certamente ao serviço do senhor de escravos, embora fossem muitos deles... abolicionistas!* (COLEHO, 1999, p. 91-92)

O campo da advocacia sofria interferência de aspectos econômicos, políticos e disputas ideológicas. A criação do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), em 1842, evidencia como os interesses financeiros circundavam a prática forense, uma vez que “o Instituto se pensava como uma organização da elite dos advogados e implementou um formato que lhe permitia ter controle de sua expansão. A sistemática de filiação baseava-se nas redes dessa elite [...]”. (BONELLI, 1999, p. 66).

Em contrapartida, existiram advogados que decidiram jogar o jogo jurídico em prol dos operários. Um nome, entre tantos desconhecidos e marginalizados, é Benjamim Mota¹⁶³. Apesar

¹⁶³ Em 1905, o jornal noticia: “Regressou hontem de S. Paulo pelo trem da tarde o sr. dr. Benjamim Mota, um dos advogados da Sociedade Internacional União dos Operarios. Antes de regressar teve uma

das limitações do campo jurídico, este se configurava como uma possibilidade prática de lutar contra as elites¹⁶⁴ junto à propaganda e à ação direta tornou-se um instrumento na luta por direitos e assistência sociais para o proletariado.

1.5 D'A RAZÃO CONTRA A FÉ: O ANTICLERICALISMO

As religiões só são uteis aos parasitas, aos que vivem de suor das classes trabalhadoras, que são as únicas que produzem. (Benjamim Mota, 1900)

Mais um livro de Benjamim Mota é anunciado nas páginas da imprensa¹⁶⁵. Trata-se, na verdade, de uma coletânea de artigos publicados no jornal *O Brazil* em 1899 e na introdução do livro Mota afirmava “o unico valor desses artigos está no titulo do volume – *A Razão contra a Fé*” (MOTA, s/p 1933). O intuito do texto era combater o “mostro clerical” que se personificava na figura dos jesuítas¹⁶⁶ e no aumento dos colégios religiosos¹⁶⁷ em São Paulo.

conferencia com o sr. dr. Meirelles Reis, chefe de policia [...]” (O ESTADO DE S. PAULO, 20/06/1905, p. 2, grifo nosso).

¹⁶⁴ “los dominantes se esfuerzan en imponer su propia visión y en desarrollar representaciones que ofrecen una "teodicea de su privilegio". Sin embargo, los dominados tienen una autoridad práctica, um conocimiento práctico del mundo social sobre el que la nominación puede ejercer um efecto teórico, um efecto de revelación: cuando está bien fundado em la realidad, el nombramiento encierra verdaderamente um poder creativo” (BOURDIEU, 2001, p. 128)

¹⁶⁵ “Deve hoje ser posto á venda o livro do sr. Benjamim Mota *A Razão contra a Fé*, analyse e refutação das conferencias realizadas pelo padre dr. Julio Maria, na Sé Cathedral, do anno de 1899” (O ESTADO DE S. PAULO, 31/12/1900, p. 2, grifo do original).

¹⁶⁶ “*Os jesuítas, a mais abominavel personificação da hypocrisia e da mentira religiosa, procuram por todas as formas bestificar o povo, é necessário que alguém os combata, mostrando aos homens as verdades, e, desmascarando essa religião de hostias e incesos, que tanto tem contribuido para o atrazo do Brasil*” (MOTA, 1933, s/p, grifo nosso).

¹⁶⁷ “Agora que São Paulo está infeccionado de collegios de jesuítas, acobertados com os nomes de salesianos, maristas, agostinianos e outros, e de collegios de freiras e irmans de caridade, é preciso que se mostre ao povo quão perverso é o ensinamento dos padres, frades e

Para Mota, derrotar os religiosos que “infestavam” o Brasil era uma tarefa difícil e reconhecia que “outros, mais ilustrados e mais ousados, completarão a obra que encetei, por julgal-a necessaria, [...] [quem] tão bem como eu conhece o inimigo, sabe quanto elle é perigoso e prejudicial” (MOTA, 1933, s/p). Não obstante, ele faz alusão à “cegueira” por parte de alguns intelectuais que não mostravam coerência entre as ideais defendidas e a vida pública¹⁶⁸.

Não era a esses indivíduos que Benjamim dedicava seu livro, pois suas palavras tinham outro destinatário. Segundo ele:

E' para uma outra classe, muitíssimo maior, e incomparavelmente mais digna.

E' ao povo, a vil canalha na phrase dos seus exploradores, que offereço este volume, e á mocidade ainda não corrompida pela sede de ouro e pela ambição das altas posições sociaes, que permittem viver na ociosidade á custa do trabalho dos outros.

O povo, que digno e nobre, que soffre e trabalha, que é a victima de todas as oppresões, de todas as tyrannias, lucha heroicamente pela verdade, quando comprehende ser alvo de torpes especulações e mentiras que lhe infiltram pelos cinco sentidos.

E' o povo que precisa saber o que é a mentira religiosa, porque della é elle a mais victima. Embrutecem-no com cathecismos e missas para melhor exploral-o, para conseguirem que elle não se revolte contra os seus oppresores. (MOTTA, 1933, s/p, grifo nosso)

Como se pode observar, começa a preponderar nos textos de Mota a noção do trabalho enquanto expressão do paradoxo riqueza para poucos versus pobreza para maioria; percebe,

jesuitas, e o grande risco que correm os seus filhos nesses antros de immoralidade e embrutecimento” (MOTA, 1933, s/p, grifo nosso).

¹⁶⁸ “Eu sei tambem que os livres-pensadores dessa espécie, bem como os que vão á missa dominical, assim procedem, ou por temerem o *diz-que diz-que* do vulgacho imbecil ou para não seus interesses financeiros. São homens práticos...” (MOTA, 1933, s/p, grifo do original).

então, que a maior das opressões é aquela exercida sobre a classe trabalhadora.

Este entendimento destoa da visão elitista da época, que vincula o trabalho ao aspecto positivo e mítico do “bom operário”¹⁶⁹. Benjamim Mota, por sua vez, identifica na expropriação do trabalhador a mola-mestra do capitalismo. Isso o levará a refutar, em 1917, a epígrafe do jornal *Correio Paulistano*, que proferia: “Em São Paulo, só não ganha dinheiro quem não trabalha, só é pobre quem é vadio”. Com um artigo no jornal *A Plebe* (ver ANEXO Qq), Mota responde:

Só é pobre quem é vadio?

O numero dos pobres no Estado de S. Paulo sendo de nove décimos da população, segue-se que nove décimos dos habitantes são vadios.

Pobres não são, como finge ignorar o Correio, sómente os mendigos que esmolam pelas ruas. Pobres são todos os operários e trabalhadores ruars explorados pelos patrões, que lhes pagam apenas o

¹⁶⁹ Os “sinais da condição operária a partir de sua existencia miserável não a distinguem do conjunto das classes subalternas, dos pobres em geral, em suma, das chamadas “classes perigosas”. O olhar das autoridades, assim como o dos memorialistas e cronistas, não diferencia trabalhadores de desocupados, mendigos, contraventores e criminosos. Os habitantes do Morro de Santo Antonio do Morro do Castelo e dos cortiços descritos por Luiz Edmundo, bem como os moradores das hospedarias baratas vistos por João Rio, fazem parte daquelas que, no século XIX, eram chamadas de “classes pobres e viciosas”. O vício sendo associado ao não trabalho, ao ócio. Esses moradores das habitações populares do início do século eram atingidos pelo mesmo estigma a que hoje estão sujeitos os favelados. *É, portanto, em torno da noção de trabalho que se incia a distinção entre “bons cidadãos” e “classes perigosas” nas sociedades capitalistas. O trabalho vem impregnado de uma conotação positiva, associada àquele que incorpora a ética do trabalho: o “bom operário”, laborioso, poupador, enquadrado numa perspectiva de ascensão social e, sobretudo, ordeiro. [...] No Rio de Janeiro da virada do século, é o imigrante português, identificado como portador da ideologia de ascensão social e como fura-greves, que encarna a imagem do “bom operário”, ainda que a docilidade e a falta de combatividade atribuída a esse trabalhador possa ser questionada*” (BATALHA, 1992, p. 118-119, grifo nosso).

necessário para não morrerem á fome. Pobres são todos aquelles que, numa sociedade que repousa sobre o direito inviolável e sagrada da propriedade, vêem-se obrigados a alugar, por vil preço, a força dos seus músculos ou da sua intelligencia, em proveito exclusivo da burguezia capitalista e parasita, que vive á custa do suor e dos esforços alheios.

[...] e o trabalhador humano, quando incapaz para serviço ou velho, dá-se-lhe um pontapé e elle que vá morrer miseravelmente no leito de um hospital ou em baixo de uma ponte, vendo passar em automóveis aqueles que o seu esforço tornou millionarios e poderosos; aquelles que, explorando-o são commendadores ou condes, e frequentam a alta sociedade, apesar da humildade da origem ou das masellas passadas e esquecidos pelo poder do ouro.

A fortuna accumulada, disse-o Carl Marx, e ninguém poderá demonstrar o contrario, é producto exclusivo de trabalho não pago. Logo, quem trabalha não ganha dinheiro, porque o lucro é todo do patrão, e o pobre não é um vadio, é apenas a victima lastimável de uma péssima e detestável organização social. (A PLEBE, 09/06/1917)

Neste texto, Benjamim faz referência às ideias de Marx da desvalorização do homem e do trabalho não pago que aparecem nos Manuscritos econômico-filosóficos¹⁷⁰ e ganham completude n' *O Capital*. “Esse coração é a teoria do mais-valor, que os proletários compreendem sem nenhuma dificuldade, já que é

¹⁷⁰ “O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (MARX, 2004, p. 80).

simplesmente a teoria científica daquilo que eles experimentam no dia a dia: a exploração de classe” (ALTHUSSER, 2013, p. 46).

A interpretação de Benjamim Mota sobre as questões sociais não surgiu de forma desconexa e acidental em 1917; pelo contrário, minha impressão é que ela é o reflexo de anos de leituras, de participação no movimento operário e de um mal-estar que se fazia presente desde 1897, quando candidato a Deputado do Estado de S. Paulo, em que fazia a defesa de uma “legislação protetora do proletariado”.

Muito das ideias de Benjamim Mota permanecem, outras sofrem adaptações ou são negadas por ele ao longo da vida. No que diz respeito a religião, admitia: “sendo assim, filho de catholicos, educado nessa religião de embustes, fui também crente até que o estudo fez-me saber como se formam os mundos e como o homem é producto de uma lenta evolução animal” (MOTA, 1933, p. 20). Diante disso, afirma-se um adversário de todas as religiões¹⁷¹ e tende a equiparar os países de tradição católica aos estágios primitivos¹⁷² e os padres, a homens fora de seu tempo¹⁷³.

¹⁷¹ “Eu sou, desde que estudei um pouco de sciencias physicas e naturaes, desde que, como quem quer aprender, estudei a physica, a chimica, um pouco de astronomia, de geologia e sobretudo de biologia, um irreconciliavel adversário de todas as religiões, quer sejam ellas atrasadas e reconheçam diversos seres amigos ou inimigos presidindo aos phenomenos da natureza, quer aperfeiçoadas pela concepção de um Deus único” (MOTA, 1922, p. 19)

¹⁷² “A Hespanha, paiz onde o catholicismo é uma potencia, cada dia mais se distancia da civilização moderna” (MOTA, 1933, p. 22)

¹⁷³ “O sr. padre dr. Julio Maria não é um homem do seu tempo. Das duas forças rivaes que disputam o homem – o atavismo e a força evolutiva – que Bakounine chamava o espirito de revolta, esta é que leva os individuos ao progresso, fazendo os homens se revoltarem, quando o meio e os costumes, sempre em atrazo sobre o espirito, não se transformam tão depressa quando desejariam. O atavismo, ao contrario, procura prender o homem ao passado, transmittindo-lhe pelo sangue, as idéas e os hábitos dos seus antepassados. Os atavicos, como o sr. dr. padre dr. Julio Maria, voltam-se com amor e entusiasmo para o passado, sonham com novas cruzadas, fogueiras [...]” (MOTA, 1933, p. 23).

No livro *A razão contra fé*, Benjamim Mota faz uma longa análise das conferências realizadas pelo padre Julio Maria em São Paulo, qualifica o seu antagonista da seguinte maneira:

O padre Julio Maria, bacharel em direito, que se ordenára depois de enviuvar, veio a São Paulo precedido da fama de notável orador sagrado. Foram os frades allemães do Mosteiro de São Bento que o trouxeram do Rio e o hospedaram. Toda a acção clerical desenvolvida no Brasil desde 1896 tem sido obra dos beneditinos, muitos dos quaes, como o abbade Miguel Krause, haviam sido expulsos do Equador pelo general Alfaro. (MOTA, 1933, s/p)

Embora Benjamim não tenha assistido às conferências, “porque são realizadas nessas casas de intolerancia, onde a livre discussão e a contradicta não são permitadas” (MOTA, 1933, p. 21), ele teve acesso aos resumos e aos argumentos que o padre utilizava para discorrer sobre a situação social brasileira. Mota propõe rebater cada premissa das Conferências, com a seguinte ressalva: “não discuto com quem, como ultimo recurso de defeza, appelle para a fé, e aponte os dogmas. Quero a discussão no terreno scientifico” (MOTA, 1933, p. 21). Embora ele estabeleça no inicio princípios para “o bom debate”, não demora muito para que o tom ofensivo cresça a cada réplica¹⁷⁴.

Desde a primeira conferência é possível verificar os díspares pontos de partidas de Benjamim Mota e do padre Julio Maria para explicar os problemas sociais no Brasil:

Diz o sr. padre que a crise tremenda porque estamos passando é “consequencia necessaria e fatal da educação pagan da

¹⁷⁴ Como se pode verificar na afirmação: “Antes de continuar na analyse da primeira conferencia do sr. padre Julio Maria, seja-me permittido ainda abrir outro pequeno parenthesis, para dizer aos que me lêem que estou agora convencido, depois da leitura da segunda conferencia, que o sr. padre Julio Maria não é o homem illustrado que hypocritamente diz cousas que não pensa. S. revdma. não vai além da craveira commum do clero brasileiro, que, como é sabido, é dos mais ignorantes do mundo” (MOTA, 1933, p. 32).

nova geração e do desprezo dos grandes principios christãos.”

E’ simplesmente absurda semelhante affirmativa, por dous motivos. Primeiramente, a nova geração educada no paganismo, como quer o sr. padre ainda não influe nos destinos sociaes, não podendo, consequentemente, ser a causadora da tremenda crise que nos assoberba, e em segundo lugar, essa crise, como em todos os paizes, é economica, tem a sua origem nas desigualdades sociaes, na actual organização das sociedades modernas, que deu origem ao proletariado. A crise que nos assoberba é puramente economica, producto tambem da nossa inércia, do nosso desleixo, pois vamos pedir aos mercados estrangeiros os gêneros mais indispensáveis á alimentação, quando temos terras que, cultivadas intelligentemente, prduziriam tudo, produzem tudo, como as experiencias o demonstram. (MOTA, 1933, p. 25)

Se para o padre a crise era moral e para Mota puramente econômica, o esperado era que eles dessem respostas diferentes para solucioná-la. De acordo com Mota, “o correctivo para essa crise será a grande revolução que lentamente se prepara, e que derrubando tudo que contribue para a sustentação do capitalismo e da propriedade – thronos e altares – declarará propriedade comum de todos” (MOTA, 1933, p. 26, grifo nosso).

À proporção que o padre criticava as representações artísticas e literárias da época pela suposta apologia do adultério, Benjamim saia em defesa dos intelectuais e, mais uma vez, argumentava que Julio Maria era um homem que representava o retrocesso. Segundo Mota,

Não comprehende o discípulo de Loyola que a litteratura moderna é representada pelo romance, pela poesia e pelo drama sociaes; que a litteratura moderna é essencialmente revolucionária em Emilio Zola, Jean Richepin, Guerra Junqueiro, Ibsen Tolstoi, Rainaldy e outros illustres escriptores que se revoltam

contra as mentiras da nossa civilização? Qual! O sr. padre dr. Julio Maria não compreende nada disso. Homem de idade média, elle não póde comprehender o presente e divisar o futuro. (MOTA, 1933, p. 36)

Nas réplicas, Benjamim contra-argumenta as premissas teológicas do padre com conhecimentos científicos, em especial, com as últimas descobertas no campo da biologia¹⁷⁵.

No transcorrer da polêmica, os artigos de Mota começam a ganhar repercussão social e ele mostra-se incomodado com os ataques que passara a receber do Pe. Julio Maria¹⁷⁶. Apesar disso, ele não deixa de fazer comparações e provocar o padre¹⁷⁷, ao mesmo tempo, em que também tenta convencer o leitor¹⁷⁸.

Ao longo do livro é difícil encontrar algum ponto em comum entre Benjamim Mota e Julio Maria. Até o ato de “dar esmola” tornava-se um grande tema no debate. Se para o padre dar esmola era um ato moral, Mota respondia que “moral seria a não exploração do trabalho de outrem em proveito proprio” (MOTA, 1933, p. 45). A partir do capítulo VII, contudo, o nível do debate é intensificado, pois passam a existir conflitos sobre preceitos do

¹⁷⁵ “[...] Eu desafiaria ao sr. padre dr. Julio Maria a vir provar que o homem não é producto de uma lenta evolução animal. Eu o desafia a contestar, com argumentos scientificos, Haeckel e Darwin; eu o desafia a demonstrar que a biologia é uma mentira e que o mundo foi creado em seis dias” (MOTA, 1933, p. 35)

¹⁷⁶ “O sr. padre dr. Julio Maria não podendo contestar os argumentos de que me tenho servido para pulverisar as suas conferencias, vomita do pulpito insultos contra tudo e contra todos” (MOTA, 1933, p. 36)

¹⁷⁷ “No terreno elevado de uma discussão scientifica, eu que não sou nenhum sábio, mas que tenho mais conhecimentos que o padre dr. Julio Maria; eu que não sou nenhum gênio, mas que me reconheço intellectualmente superior a S. Revdma. Hei de esmagar os seus argumentos sophisticos e contradictorios, hei de tirar-lhe a aureola de orador e de sábio e reduzi-lo ás suas verdadeiras proporções de padre vulgar, de pregador vulgarissimo” (MOTA, 1933, p. 36-37).

¹⁷⁸ “QUALQUER pessoa que tenha um cérebro capaz de raciocinar e tirar deducções pelo uso da razão, terá comprehendido, pela leitura da segunda conferencia do sr. padre Julio Maria, que S. Revdma. é um adversario do progresso e da liberdade [...]” (MOTA, 1933, p. 40)

anarquismo e insultos pessoais. Sobre o anarquismo Benjamim Mota responde:

*O sr. padre Julio Maria não conhece a philosophia anarchista, e como atrasado burguez, parasita da sociedade, confunde anarchia com desordem. Ignora S. Revma. que **Anarchia** significa unicamente ausencia de autoridade, pela origem grega da palavra. Si o padre tivesse estudado um pouco de linguistica não ignoraria cousa tão comesinha, mas toda a sciencia do sr. padre dr. Julio Maria consiste no que elle aprendeu na Biblia e em alguns livros pulhas de theologia dogmatica.*

Isto vem a propósito do furor do padre contra os anarchistas.

Elle que devia ser bom, como o divino mestre, enfurecido contra as considerações philosophicas que eu ia fazendo sobre sua primeira conferencia, na segunda fulminou-me do pulpito da Sé com uma descompostura, deixando entretanto de pé, sem respostas, todos os meus argumentos.

Pelo que vejo o que o padre quer é aprender alguma coisa nos meus artigos, por isso fallou em anarchismo para que eu lhe explicasse o que é esse monstro de sete cabeças do qual todos fogem sem o conhecerem. (MOTA, 1933, p. 47, grifo nosso)

Com o intuito de explicar mais ao leitor do jornal que ao padre, Benjamim faz um resumo dos motivos que o levaram a aderir ao anarquismo. É oportuno observar que ele não menciona as suas desilusões com o republicanismo e que essa omissão ganha relevância quando ele afirma sempre ter sido um anarquista, mesmo que de modo inconsciente. Ademais, aproveita para comparar os níveis de conhecimento dele e do padre Julio e, por fim, ressaltar o “abismo” que os separava. É incisivo ao declarar:

Eu sou anarchista porque estudando compreendi a desnecessidade de um

senhor, isto é, eu sou um homem emancipado do espirito de servilismo.

Antes de ser anarquista consciente, como sou hoje, já o era inconscientemente, pois nunca me curvei diante da vontade prepotente de quem quer que fosse.

O atavismo não tem influencia sobre o meu organismo. Eu sou impellido pela força evolutiva.

Existe, portanto, um abysmo entre mim e o sr. padre Julio Maria.

S. Revdma. nada sabe e por isso acceita o infinitamente grande creador do mundo. Eu sei alguma coisa, por isso, com a sciencia positiva do meu tempo, busco em tudo infinitamente pequeno. S. Revdma acredita piamente na criação biblica. Eu estou convencido da criação natural.

Sou anarquista e sei o que seja a Anarchia, assim como sei oq eu foram os patriarchados primitivos e o feudalismo; assim como sei o que é a monarchia e o que é a republica, assim como sei o que foi o christianismo primitivo e o que é o catholicismo atual.
(MOTA, 1933, 46-47)

Fica patente a revolta de Benjamim Mota, que tentava debater com o padre pela imprensa, para que ambos tivessem o direito de resposta; o padre, entretanto, parecia negar-lhe esta pretensão, o que deixava Mota inconformado. Isso, porém, não o fazia parar de refutar as Conferências de Julio Maria¹⁷⁹, a fim de

¹⁷⁹ “Eu havia resolvido prosseguir na minha analyse sem ligar importancia ás insolências do padre; havia resolvido esmagal-o, como vou esmagando, com argumentos scientificos, sem ligar importancia ás diatribes que, sem respeito pelos que o vão ouvir elle lança do alto do pulpito, mas a minha boa educação e o meu cavalherismo, foram tomados como fraqueza pelo padre e *elle cada vez que realisa uma conferencia julga-se no direito de injuriar-me, e á folha em que escrevo, de um modo covarde, pois sabe que não posso defender-me e responder-lhe da mesma tribuna, e que a maioria dos seus ouvintes não lerão a minha replica. Eu o havia desafiado para uma discussão no terreno elevado da sciencia; eu o havia desafiado para discutir pela impensa, mas o padre fugiu covardemente á discussão. O padre pensou que havia de vencer pelo insulto e pela diatribe; pensou que eu*

demonstrar que “a religião é que perpetua o mal; o livre-pensamento, destruindo-a, procura fazer a felicidade de todos” (MOTA, 1933, p. 52).

À medida que o padre pregava a obediência à lei de Deus e a desobediência como um pecado que levava à morte, Benjamim intitulava-se um rebelde e defendia a desobediência como um direito natural, o qual estaria sendo exercido por todos aqueles que trabalhariam para uma organização social mais justa e equânime. Nessa perspectiva, argumentava:

A obediência é uma monstruosidade. A obediência é um crime, e por isso nós desejamos vê-la substituída pelo respeito mútuo, e desobedecendo, isto é, nos revoltando contra tudo que representa uma opressão e uma tyrannia, exercemos um direito puramente natural, que algumas legislações sustentam, e que grandes amigos da liberdade proclamaram.

A obediência é um acto de servilismo, porque é o reconhecimento de uma auctoridade superior a nós.

O reconhecimento de uma auctoridade qualquer importa na abdicação dos nossos direitos de homem. (MOTA, 1933, p. 133, grifo nosso)

Por esse ângulo, acrescenta que “no dia em que o homem trabalhador resolver não trabalhar mais para sustentar vadios; no dia em que desobedecer, nesse dia a machina será a escrava do homem, em vez deste ser o escravo daquela” (Mota, 1933, p. 51-52). Além disso, aproveita para esclarecer algumas concepções comuns entre anarquistas e socialistas que estavam sendo adulteradas pelos seus opositores. Explica:

quando nós anarchistas, e conosco os socialistas de todas as escolas, pois o anarchismo é uma escola socialista, fallamos em revolução social, queremos nos referir unicamente ao movimento, mais ou menos

me acovardaria diante do seu furor. Engana-se. Eu continuo a analysar as conferencias” (MOTA, 1933, p. 65-66 grifo nosso).

brusco, que há de operar a transformação social.

Nós não queremos destruir aquillo que a nossa civilização tem de bom e aproveitável. Queremos sómente acabar com as injustiças e desigualdades da sociedade actual – desta anarchia (no sentido deturpado da palavra) que se chama sociedade burgueza, e implantar na terra a verdadeira liberdade, a egualdade e a fraternidade, que não existem actualmente.

E, si fallamos em revolução é porque é esse o sentido verdadeiramente scientifico do facto que ha de se dar, pois, como evolucionistas, sabemos que toda a evolução se termina por um movimento brusco. (MOTA, 1933, p. 88-89, grifo nosso)

Com isso, Mota afasta qualquer equivalência do movimento anarquista a atos de violência, e, mais uma vez, demonstra ser contrário a qualquer ofensa a vida de um ser humano¹⁸⁰. Embora reconheça haver no movimento social brasileiro uma heterogeneidade, composta por escolas de diversas matrizes ideológicas, para ele, isso não impedia de haver solidariedade¹⁸¹ entre os grupos e a existência de pautas em comum.

Alguns textos do começo do século XX demonstram as singularidades da formação das ideias sociais no Brasil e nos ajudam a entender este cenário diversificado. No que se refere

¹⁸⁰ Ratifica: “Para mim todo e qualquer attentado contra a vida humana é reprovavel. E’ por isso que sou inimigo da guerra, é por isso que eu fui inimigo desde muito moço da pena de morte, mas os que applaudem o carniceiro glorificado com os bordados de general, não têm o direito de exprobar o acto de revolta de um anarchista” (MOTA, 1933, p. 96).

¹⁸¹ “Da solidariedade dos nossos movimentos, em maior proveito da espécie, é que resultará a ordem social, a ordem pela anarchia, isto é, a ordem pela solidariedade das cellulas sociaes, que em movimentos diversos, simultaneos, aparentemente desordenados, produzirão a harmonia do conjuncto – a verdadeira ordem, a unica possivel nas sociedades humanas – a ordem pela ausencia de auctoridade e pela liberdade dos movimentos conscientes de todos, como a ordem cósmica se produz independente de um astro central” (MOTA, 1933, p. 103)

ao anarquismo, existiam várias subcorrentes, dentre elas, os anarquistas comunistas, os anarquistas individualistas e os socialistas revolucionários de tendências anarquistas:

Os primeiros, que têm por ideal o comunismo libertário como concebe Kropótkine, Reclus, Malatesta e Hamon, um sistema social no qual a propriedade (terra, instrumentos de trabalho, etc.) seja comum, são consideravelmente numerosos, calculando-se o seu número, entre nós, em perto de 10.000 seguramente. Eles são pela maior parte revolucionários, condenam toda a tática parlamentar, defendem a greve geral, apoiam o sindicalismo, pregam a revolução social e combatem a atual sociedade para estabelecer o comunismo, a sociedade futura sem governo, sem autoridade, sem leis, onde cada indivíduo produzirá segundo as suas necessidades, vivendo na mais completa liberdade... [Representantes citados: Neno Vasco, Benjamim Mota, Evaristo de Moraes, Angelo Bandoni, Manuel Moscoso, Juan Bautista Perez, T. Boni, A. Cherchiai, Fábio Luz, Maria d 'Oliveira, Sorelina Gordani, Diúlio Bernardoni, entre outros]

O anarquismo individualista, o defensor intransigente da autonomia individual absoluta, que está em minoria, é representado por Elysio de Carvalho, Juan Mas y Pi, (do Rio Grande do Sul), Mot'Assunção (J. Motta Assunção, do Rio de Janeiro), etc. O individualismo anarquista afirma que uma vez o Estado destruído, com todo o seu conjunto de leis e juizes, o indivíduo satisfará plenamente as suas necessidades por sua atividade privada, admitindo ainda como possível a vida em comum (teoria do eu associado), mas praticada por associação dos egoísmos absolutos, como quer Stirner, visto que a livre expansão das energias e das paixões humanas basta para assegurar uma vida harmônica entre os homens.

[...]

Não podemos, para sermos completos, deixar de falar no socialismo revolucionário com tendências anarquistas, cujos representantes mais conhecidos são Victor Viana, A. Guedes Coutinho, Estevam Estrela, etc. (KULTUR, 03/03/1904, p. 1)

As críticas e deturpações feitas pelo padre Julio Maria ao anarquismo não abatiam Benjamim Mota, que prosseguia: “fiquem certos os que me lêem, que não terei desfalecimentos. Hei de analysar cuidadosamente, como quem diseca um cadaver todas as conferencias que o padre realizar” (MOTA, 1933, p. 61)¹⁸².

Em uma das últimas pregações em São Paulo, o padre Julio Maria elabora mais uma indireta a pessoa de Benjamim Mota, insinuando que os livros que este anarquista tinha acesso eram obscenos e que as orientações revolucionárias eram aprendidas nos “antros da orgia”. Ao que Mota responde:

Com a mão na consciencia declaro que o unico livro obsceno que levei para o lar, do que muito me arrependo, foi um cathecismo da diocese de S. Paulo.

Os meus livros, os que compro para meu uso, nada têm de obsceno. Creio que as obras de Haeckel, de Huxley, e centenas de outras do mesmo genero, que compõem a minha humilde biblioteca, conjunctamente com obras de Voltaire, Rousseau, Condorcet, Marx, Kropotkin, Grave, Miron, Malato, Tolstoi, Ibsen, etc., nada têm de obscenas.

Quanto ao principio revolucionario sómente porque não acceito as idéas geraes do meio ambiente, e não porque queira a revolução, por gosto de fazer a revolução) saiba o sr. padre dr. Julio Maria, longe de auril-o nas casas de jogo

¹⁸² Benjamim, em uma parte do texto, comenta que os resumos das Conferencias do pe. Julio eram publicados no jornal *O Estado de São Paulo*, para apurar a veracidade da informação, foi procurado no acervo histórico do Estadão e, assim, foram encontradas as Conferências transcritas (ver ANEXO Rr).

(jâmais ás frequentei), nos lupanares e nos antros de orgia, *eu os hauri nos livros, no fundo do meu gabinete, e nos quarteirões miseráveis das grandes cidades que conheço, tanto no Brasil como no velho mundo, vendo a miseria dos que trabalham e produzem, ao lado do luxo e da ociosidade dos malandros e exploradores.* (MOTA, 1933, p. 130-131, grifo nosso).

Como pode se observar, os autores por ele citado não são todos ateus. Ao longo do livro aparecem, inclusive, autores com perspectivas teóricas diferentes do anarquismo, mas que ele respeitava como intelectual. É o que se compreende do testemunho: “escudado nas palavras de Ruy Barbosa, que apesar de crente combate o jesuitismo, como em Portugal outro crente – Alexandre Herculano também o combatia, eu terminarei a analyse da segunda conferencia do sr. padre. Dr. Julio Maria” (MOTA, 1933, p. 128)

Um ponto que aparece nas entrelinhas do capítulo X do livro, mas que merece destaque é a mudança de posicionamento sobre a teoria lombrosiana do delinquente nato. O anseio de confrontar os argumentos do pe. Julio, através das teorias científicas, faz com que Mota altere seu discurso e adapte-o às circunstâncias do debate. No item 1.2.1 deste capítulo, citamos as críticas feitas por Benjamim Mota nas páginas do jornal *O Rebate* às teses de Lombroso, no nº 60 do periódico, ele chegava a qualificar a teoria do delinquente nato de “panaceia criminal lombrosiana”. No livro *A razão contra fé*, entretanto, Benjamim (na posição de “defensor da ciência”) contrapõe o argumento do pe. Julio Maria sobre a criminologia¹⁸³ através dos

¹⁸³ “O sr. padre dr. Julio Maria, combatendo as novas doutrinas criminaes, está no seu papel, pois a egreja sustenta a pena de morte, e divorciada como está da sciencia contemporanea, não póde comprehender as locubrações dos Luys, dos Maudsley, dos Ribot, dos Bain, dos Hamon e tantos outros. Dahi a proposição do padre: No direito, o peccado gera as medonhas theorias de criminalidade ou textualmente: “Na esphera do direito é a preponderancia das medonhas theorias de criminalidade, isentando os maiores monstros e mais perversos, os mais provados criminosos, dizendo que são simples doentes, dignos da piedade e da compaixão, que devem ser antes

avanços médicos¹⁸⁴ e sai em defesa de Lombroso citado como “o illustre professor de medicina legal”.

Com isso, Benjamim assume (no debate) o papel de defensor das teorias criminais da “Escola Positiva”, cujo método estava baseado nas experiências. O livro *A razão contra fé* requer do leitor que seja lido, do início ao fim, ciente da intenção de Benjamim Mota, qual seja, derrotar o pe. Julio Maria (de a razão vencer a fé). Essa ressalva auxilia a não descontextualizar os fragmentos da obra, como o trecho a seguir:

Essas experiencias positivas da psychopathologia, levaram os homens de sciencia á piedade pelos desherdados da vida e da intelligencia – os anesthesicos, idiotas, aphasicos, epilépticos, etc., - cuja miseria, physico-psychologica os torna dignos de compaixão.

E' nessas classes de individuos que encontramos quasi sempre os criminosos. Elles não têm consciencia dos actos que praticam porque a vontade, como já analysei, é uma resultante de outras funcções cerebraes (a memoria, a percepção, etc.) anniquiladas nos degenerados inferiores. O anesthesico não póde ter as resultantes que são a percepção, a memoria e a vontade. Lombroso acredita, em virtude da tatuagem que observou na maior parte dos delinquentes que examinou que elles praticam essa dolorosa operação, porque a sensibilidade dolorosa nelles é muito mais limitada que no comum dos individuos Em alguns verificou mesmo o illustre professor de medicina legal que a analgesia era

postos nos hospitaes do que nas casas onde devem cumprir as penas que merecem” (MOTA,1933, p. 57-58)

¹⁸⁴ “A pathologia é sciencia que demonstra a anulação das faculdades cerebras e quaesquer outros defeitos organicos. O individuo (homem ou mulher, que para maior facilidade chamarei simplesmente – individuo) está constantemente sujeito aos estados normal ou anormal, ao funcionamento ou á atrophia dos órgãos sensiveis, e locomotores, e assim sendo não é senhor das suas faculdades organicas” (MOTA, 1933, p. 62)

completa. Um velho ladrão ao qual applicaram um ferro em braza nos texticulos não deu um grito sequer.

Essas observações generalizadas e evidentemente provadas pela pathologia, demonstraram que o delinquente é um doente, salvo em casos raríssimos, e deram origem ás novas doutrinas criminaes que o sr. padre dr. Julio Maria tão furiosamente combate, sem as conhecer, e fizeram outros negar em absoluto á sociedade o direito de punir.

Eu sou do numero destes. Penso que a sociedade não tem o direito de punir, porque o acto anti-social de um deliquente ou é producto do meio em que elle gravita ou da degenerescência, da qual os seus paes ou a sociedade, e não elle, são responsaveis. (MOTA, 1933, p. 63-64, grifo nosso)

Apesar de enaltecer os avanços científicos da criminologia, Mota deixa escapar os diferentes propósitos que existiam entre os teóricos criminalistas e ele, um anarquista. Em especial, quando confessa que “as novas doutrinas criminaes apesar da fúria do sr. padre dr. Julio Maria, hão de triumphar e *ir mais longe nas suas conclusões, negando comnosco o direito de punir*” (MOTA, 1933, p. 62, grifo nosso). Com esta afirmação, ele opta, como fez n’O *Rebate*, por combater a pena como meio de correção social; pois, para ele, era o modelo de organização social que propiciava a prática de delitos. O que muda no livro *A Razão contra fé* é que, para defender a criminologia do seu tempo, Mota acresce na sua argumentação as degenerescências hereditárias e sociais como razões para práticas de delitos. Com isso, adapta seu discurso às teorias científicas da criminologia: embora a conclusão do raciocínio permanecesse a mesma (questionar o jus puniendi do Estado), as premissas haviam sido alteradas, passavam a dialogar com a antropologia criminal.

Benjamim Mota não explicita isso ao leitor. Ao contrário, com o intuito de só demonstrar as supostas virtudes da criminologia positiva, ele silencia sobre as teses de Lombroso

acerca dos anarquistas¹⁸⁵ (como um protótipo de delinquente nato). Teses que havia criticado, de forma severa, nas páginas d'*O Rebate*.

Por sua vez, ele disserta, com detalhes, sobre o aspecto evolucionista da constituição da vida e da degenerescência do indivíduo:

A vida se perpetua pelo amor, sentimento imperioso que arrasta dous individuos de sexo diverso um para outro, e a embryologia nos ensina como as forças mechanicas e chimicas provocam o encontro do ovulo fecundo com o spermatozoide.

Na hereditariedade, que se transmite pelo sangue, dos pais aos filhos, está quasi sempre o germen do delicto. As causas da degenerescencia são muitas: o alcoolismo, a siphilis, a miseria, etc. Portanto, o acto anti-social de um deliquente recahe sobre a sociedade em torno da qual elle gravita que, pela miseria, o luxo ou a devasidão engendra a prostituição, elemento transmissor da syphilis, permite a fabricação e o commercio de bebidas alcoólicas e mantendo a propriedade privada, origina a miseria.

E não é só isso. A associação de individuos de um único sexo nos quartéis, nos conventos, nos seminários, leva-os á pratica de actos anti-naturaes que são outras tantas causas de degenerescencia. As guerras, que os povos que se dizem civilizados ainda sustentam, e que o sr. padre dr. Julio Maria não condemna, antes pelo contrário, acha que podem ser as vezes da vontade de Deus , são tambem causas de degenerescencia, pois revivem no homem os instinctos sanguinários do anthropoide nosso antepassado.

¹⁸⁵ “En estos tiempos en que todo tiende a complicar cada vez más la máquina gubernamental, no puede ser considerada una teoría como la anárquica que representa la vuelta al hombre prehistórico, antes que surgiese el paterfamilias, sino como un enorme retroceso” (LOMBROSO, 1977, p. 7).

Assim como pela hereditariedade conservadora ou pela hereditariedade progressiva, os pais podem transmitir aos filhos germens de molestia ou propensões delictuosas, podem também transmitir o que nelles há de bom – o vigor physico, a superioridade intellectual, etc. (MOTA, 1933, p. 59)

Esses fundamentos aparecem para legitimar a conclusão que vem em seguida: “Devemos, portanto, estudar o delinquente, sob o ponto de vista da psycho-pathologia” (MOTA, 1933, p. 59). Com os pressupostos deterministas e pelo atavismo, Mota alinha seu discurso às teorias da criminologia positiva. E faz isso sem mencionar suas discordâncias com as ideias de Lombroso sobre os anarquistas, registradas um ano antes (1898) n’*O Rebate*.

Isso é compreensível, se levado em consideração que no livro *A razão contra fé*, o inimigo de Benjamim Mota é o padre Julio Maria e suas teses teológicas, portanto ele não teria interesse (naquele momento) em questionar as teorias científicas da criminologia ou expor desavença com as pesquisas de Lombroso. Se assim o fizesse, estaria escrevendo argumentos contra si, contra as “evidências científicas” do seu tempo e poderia perder o debate. Mota, com a habilidade que tinha no jornalismo, é provável que tenha pensado nisso.

Chegando ao fim o ciclo de conferência realizadas em São Paulo pelo Pe. Julio Maria, Benjamim Mota se despede do religioso e finda o livro. Antes, porém, em tom de ironia, escreve:

Sr. padre dr. Julio Maria, boa viagem!
V. revdma. parte e nós ficamos, os livre-pensadores, os anti-clericaes, para combatermos unidos as tendências theocraticas de Roma, para combatermos a influencia perniciosa do jesuitismo na educação das creanças como no doutrinação dos povos!
Nós aqui ficamos firmes, unidos, e pela nossa propaganda de todos os momentos, havemos de arrancar ao confissionario e ao ensino jesuíta, toda essa mocidade que surge, scintillante de vitalidade, ávida de saber, sedenta de verdade. (MOTA, 1933, p. 127)

Na primeira edição do livro, Benjamim Mota anexa um pronunciamento oficial do dr. J. Pamphilo de Assumpção, presidente do Conselho de Kadosch, corporação superior da Ordem maçônica de São Paulo. Neste documento, J. Pamphilo felicita-o pela oposição às doutrinas clericais do pe. Julio Maria (atenção ao ANEXO Ss). Esta nota oficial repercute entre os maçons cristãos, que defendiam os vínculos entre a maçonaria e a religião. Em contraposição, eles escrevem um artigo em repúdio ao ato do presidente do Conselho de Kadosch (ver ANEXO Tt). A questão não cessa e, dias depois, aparece um texto em defesa do presidente, seguido do argumento de que a maçonaria havia sido instituída para combater o jesuitismo e o clericalismo, logo o ofício enviado a Benjamim Mota não era incoerente, pois somente neste aspecto é que os artigos de Mota mereciam ser felicitados (ver ANEXO Uu).

Benjamim prepara uma segunda edição do seu livro com acréscimo de um prefácio escrito por Felix Bocayuva¹⁸⁶. Na Carta Prefácio, Felix Bocayuva demonstra admiração¹⁸⁷ e pontos de divergência¹⁸⁸ com as ideias de Benjamim Mota. Ao final, sugere haver uma contradição entre o pensamento social de Mota e o

¹⁸⁶ Mantinha relação de convivência com Benjamim Mota no jornalismo conforme indica: “Juntos temos caminhado um bom trecho da nossa vida: no Gil Blas, n’A Nação, n’O Jornal e n’O Brazil, poemas embebidos nos mesmos ideias de liberdade, de amor, de justiça, de humanidade e progresso, hemos ferido, apesar da diversidade dos nossos temperamentos, mais de uma batalha generosa neste nosso meio apathico, refractario ao movimento de todas as idéas, de todos os sentimentos que enfebrecem a vanguarda dos pensadores” (BOCAYUVA, 1933, s/p).

¹⁸⁷ “[Meu caro Benjamim]. Não posso esquivar-me á honra de abrir essas paginas ardentes em que transparece, claro, vibrante, *todo o teu espirito de combatividade*, e apesar da profunda divergencia do nosso modo de ver e de sentir em muitas das conclusões do teu sincero trabalho, não me sinto absolutamente peado para algumas palavras a respeito, *tanto conheço eu o teu espirito tolerante e meigo*” (BOCAYUVA, 1933, s/p, grifo nosso)

¹⁸⁸ “Os nossos principios e processos eram antagônicos; mas o alvo era commum – a Egreja Catholica. Tú, atheu, vibrava golpes contra o catholicismo em particular e contra a Religião, em geral; eu, crente, atacava a Egreja Catholica, os seus dogmas, os seus vicios e os seus processos, a sua *politica*” (BOCAYUVA, 1933, s/p, grifo do original).

combate à religião, dizia: “atheu como és não devia atormentar-te o quadro doloroso do soffrimento humano, das injustiças e das revoltantes misérias de caracter e de coração, que salientas, dissecas e fulminas” (BOCAYUVA, 1901, s/p, grifo nosso). Para Bocayuva, as pessoas que possuíam bondade, defendiam a verdade e lutavam pelo ideal de justiça eram, de forma inconsciente, religiosas. Encerrava o prefácio com as seguintes palavras: “Continúa, pois, Benjamim, continúa, porque raros são os homens que têm a tua Fé robusta – esse vôo para o Ideal, entre as borrascas da Lucta, que é a Alegria dos fortes” (BOCAYUVA, 1933, s/p).

CAPÍTULO 2 – A LANTERNA: LIGA ANTICLERICAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

Neste despertar do século XX, a situação era a seguinte no Brasil: os estabelecimentos industriais totalizavam 2.998. A indústria açucareira era de 217 mil e a salineira de 25.400. A produção industrial de 668.843 contos subira para 2.987.176 contos. Só existia uma empresa elétrica.

As exportações eram da ordem de 1.769.700 contos, a importação de 2.090.600 e a população subira para 17.333 915. Desta, 6.376.880 viviam dos recursos do solo (lavoura) e 1.189.375 do aparelhamento industrial assim distribuído: profissões liberais, 168.879; comércio, 497.348; extração mineral, 74.650; administração e forças armadas, 160 mil.

Os construtores de estradas rodoviárias prometiam rasgar o ventre do território brasileiro. Nesta data só existiam 9.200 km de estradas de ferro e projetos para mais 20 mil km, formando-se para explorar esse filão 241 empresas e 33 bancos.

Em São Paulo, o Dr. Benjamim Motta, que residira alguns anos na Europa, começa a “soltar faíscas” anticlericais e anarquistas. [...] Em 7 de março de 1901 lança o semanário anticlerical libertário A Lanterna. [...]

Explodiam greves dos cocheiros no Rio de Janeiro e o Almanaque de Pernambuco dirigido por Júlio Pires Ferreira dedica um dos seus textos “Decálogo dos Anarquistas”. Em Santos, os trabalhadores da construção civil, Severino César Antunha, Florentino César Antunha, Eládio César Antunha, Luis Lascala, Alexandre Lascala, Serafim Solé e João Faria, formavam a libertária “Sociedade Primeiro de Maio” (RODRIGUES, 1988, p. 121-122, grifo nosso).

O objetivo deste segundo capítulo é compreender as razões que motivaram Benjamim Mota a criar o jornal *A Lanterna* em 1901, e, sobretudo, o conteúdo deste periódico. Antecipamos

que *A Lanterna* não é uma fonte inédita, pois alguns trabalhos já o adotaram como material de pesquisa historiográfica. Este jornal é farto em informações do início do século XX no Brasil. Por isso, existem dissertações que o analisam sob diversas abordagens temáticas; tendo como pergunta-problema, por exemplo, a educação¹⁸⁹, o cinema¹⁹⁰, o romance¹⁹¹, as imagens¹⁹², a partir de um amplo recorte temporal (1901-1935).

Conforme foi demonstrado no primeiro capítulo, Benjamim Mota colaborou com vários jornais, muitas vezes de modo simultâneo¹⁹³ e exerceu diversos postos na redação¹⁹⁴. A escolha em estudar a primeira fase d'*A Lanterna* justifica-se porque este jornal foi “criado sob a direção e responsabilidade”¹⁹⁵

¹⁸⁹ Ver: PERES, Fernando Antonio. Estratégias de aproximação: um outro olhar sobre a educação anarquista em São Paulo na Primeira República. Dissertação do Programa Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. SP, 2004.

¹⁹⁰ FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. O cinema do povo: um projeto da educação anarquista (1901-1921). São Paulo: PUCSP, 2003. Dissertação (mestrado em Educação). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹⁹¹ OLIVEIRA, Walter da Silva. Narrativas à luz d'a “Lanterna”: anticlericalismo, anarquismo e representações. 2008. 130 p. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

¹⁹² O Anticlericalismo do Jornal “A Lanterna” Narrado Através De Imagens. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

¹⁹³ “[...] verifica-se que havia a necessidade, para obter maiores proventos, de escrever em muitos jornais ao mesmo tempo” (MORALES DE LOS RIOS FILHO, 1966, p. 20).

¹⁹⁴ Chegou a ser redator da secção sportiva do jornal *O País* e d'*A Nação* em 1898.

¹⁹⁵ Quem era a redator-chefe de um jornal tinha posição de destaque entre os jornalistas. “Era o visível, o homem que aparecia, que frequentava a sociedade. O requestrado, enfim. Os demais viviam no anonimato, pois nem assinalavam seus artigos, comentários ou reportagens com umas simples iniciais. Mas todos viviam satisfeitos com suas funções, que não abandonavam por outra qualquer situação, pois tinham fetichismo pelo <<seu jornal>>” (MORALES DE LOS RIOS FILHO, 1966, p. 20).

de Benjamim Mota tendo por finalidade “desvendar todas as patifarias clericais e trabalhar pela emancipação da consciencia humana”. Consideramos este jornal uma fonte favorável para uma pesquisa em História do Direito, pois nele Benjamim Mota apresenta a defesa de direitos de liberdade de manifestação e reunião, assim como traz relatos de violação a essas garantias constitucionais. Essas narrativas, muitas vezes, são desconhecidas no tempo presente e escapam às fontes jurídicas formais.

Neste segundo capítulo e no terceiro, o ponto central será analisar como Benjamim Mota insere e aborda a afirmação de direitos no jornal anticlerical *A Lanterna*. Adota-se o recorte temporal de 1901 a 1904 (primeira fase do periódico) e o processo da pesquisa consiste fundamentalmente no acesso aos números publicados. Conforme se observa na tabela abaixo, durante a primeira fase do jornal não houve tanta regularidade em comparação com os demais períodos históricos. Isso decorre dos problemas financeiros e condicionantes específicas, que são relatadas nas próprias páginas da folha anticlerical. A publicação irregular, no entanto, não retira a relevância desta fase inicial do jornal dirigido por Benjamim Mota.

Tabela 3 – Quadro de Publicação d’ *A Lanterna*

	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1ª fase	1901	*	*	1 e 2	3 e 4	5 e 6	7 e 8	*	*	*	*	9	*
	1902	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	Sup.
	1903	*	*	*	*	*	1 a 4	5 a 8	9 a 13	14 a 16-17	18 a 20	21 e 22	23 a 35
	1904	1 a 15 e Sup.	16	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2ª fase	1909	*	*	*	*	*	*	*	*	*	1 a 3	4 a 7	8 a 11
	1910	12 a 16	17 a 20	21 a 24	25 a 29	30 a 33	34 a 37	38 a 42	43 a 46	47 a 50	51 a 55 e Sup.	56 a 59	60 a 64
	1911	65 a 68	69 a 75 e Sup.	76 a 79	80 a 84	85 a 88	89 a 92	93 a 97	98 a 101	102 a 106	107 a 110	111 a 114	115 a 119
	1912	120 a 123	124 a 127	128 a 132	133 a 136	137 a 140	141 a 145	146 a 149	150 a 154	155 a 158	159 a 162	163 a 167	168 a 171
	1913	172 a 175	176 a 179	180 a 184	185 a 188	189 a 193	194 a 197	198 a 201	202 a 206	207 a 210	211 a 214	215 a 219	220 a 223
	1914	224 a 228	229 a 232	233 a 236	237 a 240	241 a 245	246 a 249	250 a 253	254 a 258	259 a 262	263 a 266	267 e 268	269 e 270
	1915	271 a 273	274 e 275	276 e 277	278	279 e 280	*	281	282	283	*	*	*
	1916	284	285 e 286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296
	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
3ª fase	1933	*	*	*	*	*	*	354 a 356	357 a 360	361 e 362	363 e 364	365 e 366	367 e 368
	1934	369 e 370	371 e 372	373 e 374	375 e 376	377 e 378	379 e 380	381 e 382	383 e 384	385 e 386	*	*	*
	1935	387	388 e 389	390 e 391	392 e 393	394 a 395	396 e 397	398	399	*	401	402	*

Fonte: PERES, 2004, p.196.

Entre 7 de Março de 1901 e 29 de Fevereiro de 1904 (delimitação temporalmente da primeira fase d’ *A Lanterna*) foram editados 59 números do periódico, como pode ser visto de

forma detalhada na tabela a seguir. Nossa pesquisa, além de identificar o conteúdo jurídico, as formas de protesto social d'*A Lanterna*, investigará o público-alvo deste periódico e as comunicações com os outros jornais que circulavam na capital de São Paulo entre 1901-1904.

Tabela 4 – Quantidade de edições d'*A Lanterna* em cada mês

	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Totais
1ª fase	1901	*	*	2	2	2	2	*	*	*	*	1	*	9
	1902	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	0
	1903	*	*	*	*	*	4	4	5	3	3	2	13	34
	1904	15	1	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	16
	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Totais
2ª fase	1909	*	*	*	*	*	*	*	*	*	3	4	4	11
	1910	5	4	4	5	4	4	5	4	4	5	4	5	53
	1911	4	7	4	5	4	4	5	4	5	4	4	5	55
	1912	4	4	5	4	4	5	4	5	4	4	5	4	52
	1913	4	4	5	4	5	4	4	5	4	4	5	4	52
	1914	5	4	4	4	5	4	5	4	4	4	2	2	47
	1915	3	2	2	1	2	*	1	1	1	*	*	*	13
	1916	1	2	1	1	1	*	1	*	1	1	1	*	10
	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Totais
3ª fase	1933	*	*	*	*	*	*	*	3	4	2	2	2	15
	1934	2	2	2	2	2	2	2	2	2	*	*	*	18
	1935	1	2	2	2	2	2	1	1	*	1	1	*	15

Fonte: PERES, 2004, p.197.

Embora a primeira fase tenha durado quatro anos, a produção deste jornal não foi linear, ou seja, ele teve descontinuidades e rupturas em sua linha editorial. Em 1902, por exemplo, não foram publicados novos números, diante disso, verificamos que Benjamim Mota (neste ano) participou da criação de outro jornal (*O Amigo do Povo*) e colaborou no movimento dos trabalhadores. Essa questão aparece, portanto, de forma complementar neste capítulo.

2.1 OS COLABORADORES DOS JORNAIS E O ELEMENTO COMUM DO GRUPO

Quem somos? Que queremos, dil-o **A Lanterna**. Somos moços que não querem ver espesinhada pelo inimigo a bandeira que tremulou victoriosa nas mãos de Ganganelli! Somos soldados do progresso e da civilização, e não consentiremos que o Vaticano realise os seus planos abominaveis de imperar sobre as consciencias e sobre a

superfície da terra, com o Papa. (A LANTERNA, 1901, p. 1)

O trecho acima aparece no primeiro número do jornal *A Lanterna* publicado em 7 de março de 1901. Neste exemplar, encontram-se também as razões que motivaram a criação do periódico e a causa comum entre os colaboradores da linha editorial. Definem-se como um “grupo de homens” que lutavam contra um exército subordinado e fiel às ordens clericais. Reconhecia que a disputa era desigual, na medida em que os anticlericais não contavam com uma grande quantidade de simpatizantes, porém isto não era visto como um problema. Conforme sublinhava a redação:

Nós somos apenas um punhado de homens. Somos dez? somos vinte? Que importa? Seremos legião amanhã, quando todos que sabem quanto o clericalismo é prejudicial, quanto o jesuitismo é nefasto, quanto o beatismo embrutece os povos, decidirem-se a vir engrossar as nossas fileiras, fortalecendo o nosso campo.

Somos poucos, mas anima-nos o mesmo amor pela verdade e o mesmo horror pela hipocrisia e pela mentira; anima-nos para a luta a confiança na nossa causa, que é a do progresso e da civilização; couraça os nossos peitos de lutadores, que não temem nem os sofrimentos, nem as perseguições, nem a morte, a esperança de uma vitória decisiva sobre o exercito negro do Vaticano, [...].

Somos poucos! Insultam-nos os imbecis educados nas sachristias ou na escola do servilismo moral; insultam-nos esses que fizeram do crime uma virtude, e só vivem para fazer o mal, desde que tirem privilegio das lagrimas que arrancam a nove décimos da Humanidade. (A LANTERNA, 07/03/1901, p. 1, grifo nosso)

Nessa perspectiva, menciona, como ideais compartilhados pelo grupo, o progresso e a civilização, acrescentando no decorrer do artigo a defesa da liberdade de pensamento e a fraternidade humana. No que diz respeito à tese do progresso, ela não é

utilizada apenas para salvaguardar os avanços científicos, mas se manifesta em todas as esferas do conhecimento até na concepção da história, evidenciada pela tensão entre um passado arcaico e o presente civilizado.

De acordo com o jornal, “as hostes cléricas contam com os milhões de S. Pedro, com os milhões de jesuitas [...] para mover a guerra que encetou contra a sociedade moderna, afim de fazer voltar os povos a era que precedeu a Renascença” (A LANTERNA, 1901, p. 1, grifo nosso). Em oposição a Igreja Católica, ratificavam: “Queremos viver às claras porque amamos a luz. As trevas só convêm á gente negra do Vaticano, aos decendentes dos Torquemadas e dos Borgias” (A LANTERNA, 1901, p. 1).

Para combater este exército religioso, o redator-chefe acentua o papel pedagógico d’A *Lanterna* na sociedade brasileira, em especial, na formação dos jovens, que sofriam influência religiosa no país. Diante disso, afirmava:

A Lanterna é um toque de rebate.

Nós resolvemos despertar as consciencias que dormem e as energias accumuladas que precisam ser aproveitadas na campanha do bem, nas luctas que o presente empenhou com o passado tenebroso, para victoria do futuro.

Nós somos soldados da primeira batalha, depois da derrota.

Dormen, repousam nos túmulos os heroés de hontem – Saldanha Marinho, Rio Branco, Luiz Gama – que tanto trabalharam para abater no Brazil o monstro clerical e affastar o perigo jesuíta. (A LANTERNA, 07/03/1901, p. 1, grifo nosso)

Esta passagem d’A *Lanterna* assinala como “heróis de ontem”, personagens que protagonizaram no Segundo Reinado a tensão entre Igreja e Estado. Saldanha Marinho, o Ganganelli¹⁹⁶,

¹⁹⁶ Bacharel pela Faculdade de Direito de Olinda em 1836. Exerceu diversos cargos políticos no Império. Foi um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870. Escreveu artigos no *Jornal do Commercio* com o pseudônimo Ganganelli e participou do anteprojeto da Constituição de 1891.

foi um defensor do ensino laico e junto ao visconde do Rio Branco participou ativamente da chamada “Questão Religiosa”; Luiz Gama, por sua vez, foi um defensor da secularização da sociedade brasileira. Os três “heróis” citados eram maçons, o que não era de se estranhar¹⁹⁷.

O vínculo entre a maçonaria e o jornal *A Lanterna* é explicado no último número do periódico em 1904. Na ocasião Benjamim Mota declarava: “em 1901 surgiu *A Lanterna* graças aos esforços meus e de um grupo de maçons da Loja Luso-Brasileira, desta Capital” (*A LANTERNA*, 29/02/1904, p. 1). Isso explica as notícias frequentes no jornal sobre entidades¹⁹⁸ e eventos¹⁹⁹ da maçonaria, além da presença de maçons nas listas

¹⁹⁷ “Na segunda metade do século XIX, a maçonaria foi a principal porta-voz dos setores sociais defensores de posicionamentos anticlericais. O anticleticalismo maçônico era compatível com a defesa genérica do ideário liberal e cientificista da maior parte da ilustração brasileira no período. Inimigos desde meados do século XVIII, maçonaria e Igreja Católica protagonizaram um embate que cresceu ainda no século XIX” (COLUSSI, 2000, p. 47).

¹⁹⁸ “Grande Oriente de S. Paulo: No dia 10 de Outubro, no Templo da Benemerita Loja Amizade, instalou-se solemnemente o Grande Oriente de São Paulo, como parte integrante da federação maçônica do Grande Oriente Brazil. Está realizado o maior desejo dos maçons paulistas, que era a federação, e é de esperar que agora as Lojas que se achavam afastadas, ou sob os auspícios de Orientes estrangeiros, entrem para o grêmio da Maçonaria Unida do Brazil. Ocupa interinamente o alto cargo de Grão Mestre do Oriente de São Paulo o sr. Dr. Luiz Frederico Rangel de Freitas, ex-venerável da Grande Loja Estadual. No dia 21 realizou-se a primeira assembléa geral do GR. Oriente de São Paulo, sendo em possadados nos respectivos cargos os srs. Dr Rangel de Freitas, Grão Mestre; Dr. Carlos de Campos, Grão Mestre adjunto; Dr. Mario Buleão, 1º Grande Vigilante; Dr. Carlos Guimarães, 2º Grande Vigilante; Dr. Gomes Cardim, Grande Orador; Neves Junior, Grande Secretario e José Patricio Fernades, Grande Thesoureiro. Interinamente esta administração dirigirá o Gr. Or. até o mez de Junho do proximo anno” (*A LANTERNA*, 14-15/11/1901).

¹⁹⁹ “Congresso Maçônico: Nos dias 22, 23 e 24 do corrente mez realizou-se o congresso maçônico convocado pelo Grande Oriente de São Paulo. As theses sujeitas à discussão e votação do congresso foram as seguintes: 1º serie? Há conveniencia na aação conjuncta e uniforme da maçonaria do Sul da America, para fazer frente à invasão do clericalismo? A maçonaria ssim unida poderá conseguir que as

de subscrição para auxiliar os custos do jornal. O elo, então, entre *A Lanterna* e a maçonaria é combater o inimigo em comum: o clericalismo. Isso fica patente na afirmação “*A Lanterna que, como a Maçonaria Universal, bate-se pela liberdade de consciencia, combatendo o clericalismo e o jesuitismo [...], sente-se feliz porque muito espera da acção maçônica no sentido de ser debellada a invasão jesuita*” (A LANTERNA, 14/11/1901, p. 1, grifo nosso).

Como informava Benjamim Mota na primeira edição, “A Lanterna, é unicamente anti-clerical” e, em Carta Aberta ao Padre L. Donato, prosseguia: “*fiel ao programma* que, nos impusemos os que nos reunimos para a publicar, fazemos abstracção de nossas preferencias, para unidos, fortes pelo numero, combatermos o ultramontanismo” (A LANTERNA, 07/03/1901, grifo nosso). Os membros d’*A Lanterna* desejavam concentrar-se nas lutas anticlericais, evitando discussões outras sobre a política e a questão social, pois isso levaria à fragmentação do grupo editorial e à perda numérica de soldados pró- “civilização” e “progresso”. Naquele contexto, Mota criara o jornal para unir forças contra o jesuitismo, pois ainda parecia movido pelo debate com o padre Julio Maria descrito no livro *A Razão contra a fé*.

As divergências entre os indivíduos da redação sobre a questão política e social eram previsíveis, mesmo porque neste período Mota já era conhecido na sociedade paulista como anarquista²⁰⁰. Por sua vez, “entre os maçons, havia a divisão

nações sul-americanas reajam desde já contra semelhante invasão? Qaes os meios a empregra? As lojas sentem-se com força para a lucta e contam com elementos para agir por si ou auxiliando os poderes supremos? 2# série – Convem que a maçonaria intervenha de modo que as nações sul-americanas estabeleçam uma conceção no sentido de estabelecer um Tribunal Internacional no qual sejam desididas as questões diplomáticas entre as potencias, sempre que haja litígio que as possa levar à guerra? [...]” (A LANTERNA, 29/02/1904, p. 2).

²⁰⁰ Em 1898, Benjamim Mota é acusado de raptar uma menor, a mãe da menina defende existir vinculação ideológica: “Disse d. Gabriela que absolutamente não atribui o rapto de sua filha a causas amorosas, pois não acredita que ela, moça inteligente e de educação, se apaixonasse por Armando – um maltrapilho que tira seu sustento dos ganhos do serviço de lavar casas e de outros semelhantes. Atribui – declarou d.

permanente entre republicanos e monarquistas, acentuada pelo gradual afastamento das posições de maior radicalidade política, expresso através da adoção gradual do rito escocês nas lojas [...]” (PERES, 2004, p. 51). Sobre a questão social, Benjamim Mota mostra-se um defensor das causas dos trabalhadores, enquanto a maçonaria olhava com reservas as demandas populares²⁰¹. Ciente disso, Mota utiliza como estratégia de aproximação: o anticlericalismo, a defesa do progresso²⁰² e a liberdade.

2.2 O PÚBLICO-ALVO

Convido a propaganda anti-clerical ser feita gratuitamente nas escolas, fabricas e

Gabriela – a planos concebidos pelo sr. Benjamim Mota, moço muito conhecido nesta capital e que, de combinação com outros anarquistas de S. Paulo, pretende fazer de sua filha meio instrumento para a realização de suas idéias. Continuando as suas revelações, disse d. Gabriela que se dão reuniões de anarquistas na casa n. 114 da rua Sólon e na antiga venda do Renato, no Bom Retiro, e que essas reuniões são presididas pelo sr. Benjamim Mota. Disse ainda d. Gabriela que, convencida por esse moço, sua filha também frequentava as reuniões e recebia jornais anarquistas que o mesmo lhe mandava e ainda que, dentre os planos engendrados naquelas reuniões, sabe que existe o da destruição de cinco casas desta capital, por meio de dinamite, isto para comemorar o aniversário da morte do anarquista Angiolillo” (Inquérito policial, 1898, apud LEAL, 2008).

²⁰¹ Na ata do Congresso Maçonico lia-se o seguinte: “A maçonaria deve cogitar de estudar a questão social? Qual deve ser sobre ella o seu conceito e qual a solução do problema no ponto de vista americano e maçonico? Há ainda as seguintes em discussão: Considerando que a loja deve ser um foco de cultura moral e intellectual, qual é o grau de instrucção que se deve exigir dos obreiros em geral? Para o aperfeiçoamento intellectual dos actuaes maçons convem estabelecer palestras quinzenaes sobre diversos ramos de sciencia e humanidade? Qual a forma mais pratica de conseguir a presença e attenção dos irmãos a essas palestras? Para os que pretendem ser iniciados na Ordem deve ou não estabelecer-se rigor de forma a que não baste saber ler e firmar o nome, como tantas veses acontece, mas a certeza da capacidade intellectual do proposto?” (A LANTERNA, 29/2/1904)

²⁰² Era frequente o uso de pseudônimos dos colaboradores do jornal destaca-se: Galileu, Voltaire, Ganganelli I, Soldado Tártaro

quartéis, para que a criança não se deixe dominar pelo clericalismo, o operário e o soldado, em vez de serem braço forte de elementos reacionários sejam defensores da liberdade [...]. (A LANTERNA, 06/06/1903, grifo nosso)

A proposta inicial era que *A Lanterna* fosse distribuída de forma gratuita. A redação demonstrava interesse em fazer circular milhões de exemplares nos ambientes das escolas, fábricas, quartéis, batalhões do exército e de polícias estaduais. Admitia, porém, que isso só seria possível mediante o recebimento de auxílios e, por conseguinte, comunica: “nós não temos milhões acumulados, nem fazemos um jornal para explorar o povo. *A Lanterna* publica-se por subscrição voluntária e será distribuída gratuitamente” (A LANTERNA, 1901, p. 2)

Com o passar dos meses surgiram as primeiras dificuldades em realizar os projetos estabelecidos. Por isso foi preciso alterar a forma de aquisição²⁰³ do jornal e a periodicidade²⁰⁴. O programa d'*A Lanterna*, no entanto, permace o mesmo²⁰⁵. Esta era uma garantia firmada com os leitores e assegurada nas páginas do periódico: “saberemos cumpril-o para

²⁰³ “Inaugurando, portanto, com o presente numero uma nova phase, *com venda avulsa e assignaturas [...]*” (A LANTERNA, 14/11/1901, p.1, grifo nosso).

²⁰⁴ “Reapparecendo *A Lanterna*, forçados pela necessidade de regularisarmos a sua publicação todas as quintas feiras, somos obrigados a estabelecer venda avulsa e assignaturas, pois o systema de distribui-la gratuitamente por subscrição voluntaria demonstrou que havia muito bôa vontade em auxiliá-la, mas chegando as listas com muita irregularidade, *nunca foi possível publicar o jornal semanalmente, como desejávamos*” (A LANTERNA, 14/11/1901, p.1, grifo nosso).

²⁰⁵ “Depois de alguns mezes de interrupção reaparece hoje *A Lanterna*, fiel ao seu programma de combate á invasão e dominio do jesuitismo no Brasil e ao ultramontanismo que se vai alastrando medonhamente, perturbando a vida normal de um povo livre e a paz das familias, porque os jubileus e as espalhafatosas procissões, pavoros bandas que pasaeiam pelas ruas das nossas cidades, demonstram que o fanatismo afasta as mãos de familia das suas obrigações desprezando a tranquillidade dos seus lares para irem ouvir as palavras mentirosas dos mentirosos do Vaticano” (A LANTERNA, 14/11/1901, p.1).

o futuro, *sem desviarmo-nos jamais da linha que traçamos no primeiro numero d'A Lanterna*" (A LANTERNA, 14/11/1901, p.1).

A reação do público foi sendo registrada a cada exemplar que era publicado. No segundo número do jornal, o redator-chefe noticiou a devolução de alguns exemplares e a repercussão inicial do jornal. Manifestava-se:

E' interessante o facto, sem duvida, de serem devolvidos á redacção exemplares de um jornal cuja distribuição é gratuita.

Mas felicitamo-nos pelas devoluções feitas, o que nos permittiu servir com esses números, bem poucos aliás (8), numa remessa de 10.000 exemplares, a diversas pessoas que desejam ler, possuir e guardar *A Lanterna*.

A um nosso amigo coube o numero que havíamos endereçado aos jesuitas que exploram a credice popular na Apparecida os mesmos nos devolveram. Um numero devolvido por uma velha beata da mesma localidade, certamente a conselho do seu confessor, foi enviado a um amigo do Rio de Janeiro, que nos havia pedido 5 exemplares, e ao qual só pudemos fornecer o jornal devolvido.

[...]

Restam dous jornaes devolvidos. Um guardamol-o para nós, como documento precioso dos jesuitas salesianos do collegio N. S. Auxiliadora de Campinas, que a margem do jornal escreveram o seguinte:

<<O Lyceu de N. S. Auxiliadora já tem gaz, e breve terá talvez a luz electrica; portanto não precisa de uma Lanterna apagada e suja>>.

Têm espírito, não acham os filhos de Loyola? Em todo o caso, como nós sabemos de quanto são capazes os jesuitas, no numero que nos foi devolvido por tal gente só pegamos com uma pinça, para evitar algum envenenamento por drogas que lhes são familiares e com que mandaram muita gente para outro mundo.

O ultimo numero devolvido, peza-nos dizel-o, havia sido endereçado a distincto medico

residente em S. Paulo, mas como não conhecemos a sua calligrafia acreditamos que a devolução foi feita sem sciencia do illustrado moço.

Um medico, um homem que estudou biologia, não póde nem deve ser um jesuíta, sob pena de sendo-o dar logar a que se faça máo juízo dos seus conhecimentos e da sua cerebração.

Em todo caso, como somos leaes, registramos as devoluções de 8 exemplares.

Já é consolador. Certamente, entretanto, deve ter havido mãos que crispadas pela raiva tenham rasgado o jornal ou autos de fé, queimando-os como faziam os *santos* inquisidores em tempos que já se foram, e que os jesuitas de todo o jaez tentam reviver. (A LANTERNA, 24/03/1901, grifo do original)

A *Lanterna* foi distribuída a um público diversificado. Não só a jovens, mas a profissionais liberais, que segundo a redação apoiariam a causa do jornal, isto é, estariam ao lado da ciência (da razão) e não do jesuitismo (das crendices). Isso explica, no trecho acima, a surpresa e o questionamento por parte da redação de um exemplar endereçado a um médico ter sido devolvido. Além disso, entregava cópias aos seus adversários, em centros religiosos, para que os jesuitas conhecessem as críticas realizadas pelo jornal. Ao longo da primeira fase, a quantidade de exemplares variou muitas vezes. Iniciou em março com uma tiragem de 10.000 e terminou o ano de 1901 com publicação de 26.000 exemplares. Em junho, já constava na capa que *A Lanterna* seria, supostamente, o jornal de maior circulação no Brasil (ver ANEXO Vv).

Para a divulgação do movimento anticlerical, *A Lanterna* criou uma secção “destinada a inserção de todas as noticias nacionaes e estrangeiras relativas ao movimento anti-clerical, ao despertar das consciencias, que accordando ao appello da sciencia e da verdade, revoltam-se contra as mentiras [...] do Vaticano” (A LANTERNA, 24/03/1901). Com objetivo de uma maior adesão da sociedade e para que fosse criada uma rede de propaganda contra o clericalismo, a redação do jornal, desde o segundo número, solicitava “a todos os anti-clericaes do Estado de S. Paulo, e de outros estados do Brasil, onde chegue A

Lanterna que nos informem de tudo [...] como acções devassas e deshonestas do clero catholico e explorações dos missionarios” (A LANTERNA, 24/03/1901).

A partir desta comunicação, muitas cartas passaram a ser endereçadas ao redador-chefe d’*A Lanterna* e publicadas na secção “Rol de Culpados”, o objetivo era difundir fatos e acontecimentos indecorosos praticados pelos representantes da Igreja. Em um breve intervalo, chegaram cartas de todo Brasil e contribuições de leitores estrangeiros²⁰⁶ que viviam no país. Ademais, para fortalecer sua campanha anticlerical *A Lanterna* buscava compartilhar as lutas de outras nações contra o “monstro clerical”, a fim de demonstrar que se tratava de uma causa universal. Nesse sentido, já no primeiro número o jornal contava com uma “Sezione Italiana” e no terceiro exemplar foi criada uma “Sección Española”.

Diante da aceitação d’*A Lanterna* pelo público, a redação agradecia a propagação do jornal, assim como encorajava os indivíduos a contribuírem para a permanência e o fortalecimento do periódico:

Faltam-nos expressões para agradecer o fidalgo acolhimento dispensado á *A Lanterna*, tanto nesta capital como no interior do estado e em outros estados do Brasil.

Foram innumeras as cartas que recebemos, nos felicitando pelo apparecimento do nosso modesto jornal; enviando-nos a franca expressão de solidariedade na lucta, e todo

²⁰⁶ A primeira carta publicada no “Ról dos Culpados” foi escrita por dois italianos, que tiveram os nomes ocultados para não sofrerem perseguição. Nela havia a narração dos seguintes fatos: “Scrivo per comunicarvi semplicemente un fatto, che mi há orrorizzato. Como sapete, abbiamo qui al per pároco un brasiliano, canonico della Cattedrale che si chiama ****. Bene orribile a dirsi! Questo uomo, questo mostro, ha disonorato la propria sorella, la quale, prossima a divenir madre incestuosa, la si sarebbe fatta abortire. Questo sarebbe stato causa di una grave malattia. Quindi la trasportarono in Santo Antonio do *, dove attualmente risiede e risiederá finché non siano scomparsi i tali segni **caratteristici** della predetta malattia. Il fatto non merita commenti. Li farà il pubblico. [...]” (A LANTERNA, 24/03/1901, grifo do original). Abaixo do original Benjamim Mota traduzia para o português o conteúdo da carta.

apoio moral e material de que carecemos para levar a bom termo a nossa cruzada. A imprensa, também, desta Capital, do Rio e do Interior, recebeu-nos carinhosamente, e importante instituição enviou-nos a expressão da sua solidariedade.

A todos somos infinitamente gratos, e, mais de espaço, iremos publicando todas as cartas que nos foram enviadas.

O odio ao jesuitismo é enorme, não ha duvida, e nós folgamos em poder reunir todos os anti-clericaes á sombra da nossa bandeira de combate.

Assim unidos, seremos fortes, e ou mostraremos a toda essa fradaria inútil, a toda jesuitada o caminho dos nossos portos de mar, ou os obrigaremos a despir o burel aviltante e tomarem profissões honestas no seio da sociedade. (A LANTERNA, 06/04/1901, p. 4, grifo nosso)

Por mais que a linha editorial fosse heterogênea sobre questões políticas e sociais, a propaganda anticlerical criava uma rede de aproximação entre estes indivíduos. “Unidos, somos fortes”, era a tônica do jornal *A Lanterna*. Esse sentimento de reciprocidade e união também era transmitido aos leitores. De forma reiterada, estes eram convocados a lutar contra o “exército de jesuítas” que crescia no Brasil e a assumirem o lado da “verdade”, da “razão” e do “progresso”:

Humildes batalhadores da Verdade, sentimo-nos fortes com o vosso apoio; fortalecemo-nos para o combate, e vendo ao nosso lado bons e dedicados amigos e companheiros, que, de toda a parte deste Estado, e dos estados do Rio, Minas, Paraná, Rio Grande, Santa Catharina, Bahia e Pernambuco nos aplaudem, nós seguiremos na nossa santa cruzada, e só o punhal de um sicário qualquer do jesuitismo poderá desarmar a nossa penna. (A LANTERNA, 1901)

No Estado de S. Paulo, este jornal circulou em locais de ensino superior. Foi possível encontrar uma referência no jornal acadêmico “Justiça” – associação de estudantes do 3º anno da

Faculdade de Direito (ver ANEXO Ww). Na lista de periódicos recebidos, constava *A Lanterna* de Benjamim Mota (ver ANEXO Xx), o que demonstra que esta folha foi distribuída de forma gratuita apesar das dificuldades financeiras. Em contraposição às cartas que chegavam em favor d'*A Lanterna*, a distribuição a padres e centros religiosos também propiciava o recebimento de correspondências, porém de conteúdo antagônico aos anseios do jornal. Isso não impedia que a redação publicasse essas cartas contrárias:

Recebemos a seguinte carta que publicamos na orthographia original:

<<Srs. Redactores d'A Lanterna - São Paulo.

-

<< á igreja conta com muitos centos de annos e tem lutado sempre com bantagem graças a Deus.

<<é não é com meia ducia de canalhas bêbados bagabundos gente sem critenix sem dignidade sem pudor que pretende derribala misseraveis pulhas vos lanterneiros de uma figa e que estais explorando os incautos não tendes coragem de trabalhar e atiraivos como cães danados contra a santa religion tropeiros sem educaçãi didicaivos ao trabalho malandros burros que mal vos ficerão os padres e frades respondei canalhas, chega por hoje seus arreieiros de uma figa.

Um padre catholico

Apparicida, 5 de maio de 1901>>

(A LANTERNA, 14/11/1901)

Logo em seguida às cartas publicadas dos religiosos, a redação d'*A Lanterna* respondia com um texto irônico. O diretor admitia a frequência no recebimento de correspondências dos representantes do clero e entendia que isso só demonstrava a relevância do jornal e fortalecia, por conseguinte, o desejo de prosseguir na luta. Face a carta acima transcrita, respondia a redação:

Outras escriptas no mesmissimo bello estylo chegam-nos quase diariamente. E' a saudação matinal que encontramos no correio, o que nos é feita por um expulso das

Filipinas, alojado actualmente no sanctuario da Aparecida.

O menos que esses bandidos fazem é deturpar a nossa bella lingua. Quanto á linguagem que empregam mostra bem como são mal educados.

Burros são elles, os *santos vagabundos*, que escrevem uma carta como a que acima ficou transcripta para edificação dos leitores, e que, com as demais recebidas, fica nesta redacção a disposição de quem quizer divertir-se á custa do tonsurado luar. (A LANTERNA, 14/11/1901, grifo do original)

O endereço da redacção do jornal *A Lanterna* era o mesmo do escritório de advocacia de Benjamim Mota (atenção ao ANEXO Yy), que em 1903 também passou a defender causas cíveis e comerciais. Conforme noticiava a diretoria: “Toda a correspondencia d’*A Lanterna*, relativa á redacção, deve ser dirigida a Benjamim Mota – Caixa do Correio 256, São Paulo – Brazil” (A LANTERNA, 14/11/1901). Com isso, busca-se evidenciar que ele exercia a carreira de jornalista e advogado de forma simultânea. Quanto á edição do jornal para haver a publicação precisava do consentimento de Benjamim Mota.

2.3 UM JORNAL “DENTRO DA LEI”: EM DEFESA DA LIBERDADE DE REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO DE PENSAMENTO

Em quanto não forem revogadas as Constituições Federal e do Estado, na parte em que garantem a liberdade de reunião e de manifestação do pensamento, a *Liga Anti-Clerical* e o seu orgam *A Lanterna*, se manifestarão *dentro da lei*, a despeito das ameaças ou perseguições com que quaesquer verdugos procurem aniquilar esses direitos cívicos e sagrados. (A LANTERNA, 19/05/1901, p.1)

Desde o primeiro número, o jornal *A Lanterna* estampava na capa dois dispositivos constitucionais. Tratava-se do art. 72, § 12 da Contituição Federal que assegurava: “Em qualquer assumpto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa

ou pela tribuna, sem dependencia de censura, respondendo cada um pelos abusos que commetter, nos casos e pela fórma que a lei determinar. Não é permittido o anonymato”. Ilustrava também o art. 57, IX da Constituição Estadual de S. Paulo que dispunha “e’ inteiramente livre, sem dependencia de censura prévia, a manifestação do pensamento por qualquer modo; respondendo cada qual nos termos da lei ordinaria, pelos abusos que commetter no exercicio deste direito. E’ vedado o anonimato.”

Por que Benjamim Mota, fundador do jornal, fazia questão de demonstrar que aquele periódico estava em conformidade com direitos garantidos na Constituição Brasileira? Em primeiro lugar, vincular o jornal ao argumento de legalidade, possibilitava que ele não fosse proibido de circular e seu redator-chefe não sofresse maiores consequências. Segundo, Benjamim Mota começava a perceber que, diante de tantas violações e ameaças a direitos, ele poderia ser um “transgressor” se lutasse dentro do campo jurídico para que a lei fosse cumprida. Com isso, ele adaptou seu “ímpeto anarquista” às estratégias do momento: **o direito, portanto, deixava de ser visto como um instrumento de autoridade da classe burguesa (como expressava no opúsculo *Rebeldias*), para se tornar um campo de luta.**

Pierre Bourdieu verificou esta particular força do direito, quando argumentou que:

No basta decir que el derecho se produce y se ejerce en un espacio relativamente autónomo en el que los efectos de las coerciones económicas y sociales sólo se ejercen de un modo mediatizado. También hay que recordar que el campo jurídico es lugar de luchas, pero de luchas que, incluso cuando tratan de transformar las reglas del derecho, de operar una revolución jurídica [...], tienen que producirse *según las reglas*.²⁰⁷ (BOURDIEU, 2003, p. 4)

²⁰⁷ “Não basta dizer que o direito se produz e se exerce em um espaço relativamente autônomo em que os efeitos das coerções econômicas e sociais apenas se exercem em um mundo mediatizado. Também há que recordar que o campo jurídico é lugar de lutas, mas de lutas que, inclusive quando tratam de transformar as regras de direito, de operar

Embora a posição política de Benjamim Mota fosse de um anarquista contrário às leis impostas pelas autoridades estatais, no decorrer dos anos e em paralelo ao exercício da advocacia, ele começava a perceber que seus inimigos (os chefes de estados e as instituições por eles protegidas) cometiam diversos abusos pelo descumprimento da legislação vigente. Com isso, de “crítico das leis”, Benjamim Mota torna-se um defensor da “Declaração de Direitos” expressos na Constituição Federal e Estadual.

Se no jornal *A Lanterna* ele parece conter seu ponto de vista sobre a questão social e política (acordo estabelecido com os colaboradores), isso não o impedia de criticar as constantes ameaças a direitos regulados na legislação brasileira. Como leitor de Benoît Malon, desde 1897, Benjamim Mota indicava agora seguir a trilha desse teórico, “que o levava a concluir: “sejamos revolucionários quando as circunstâncias o exigem e reformistas sempre.” [...] E, dentro da via reformista, os socialistas dev[eriam] procurar alcançar seus objetivos arrancando o máximo de concessões do poder através da pressão [...]” (BATALHA, 1995, p. 23).

Nesta dissertação, não cabe enquadrar Benjamim Mota como reformista ou revolucionário. É, pelo contrário, mais frutífero entender suas ações e estratégias disponíveis em cada momento específico de sua vida de propagandista, advogado e militante.

Se *n’A Lanterna*, na condição de redator-chefe, ele registrava de maneira recorrente a censura à liberdade de pensamento e liberdade de reunião, no exercício da advocacia Benjamim Mota também apontava ilegalidades. Afirmava: “O Tribunal, de algum tempo para cá, vive a censurar juízes, promotores, escrivães, etc., mas só de bocca, porque, e nisto dando razão ao provérbio popular “que lobo vão come lobo”, não têm coragem de tornar effectiva a responsabilidade daquelles que censura” (O ESTADO DE S. PAULO, 22/03/1901, p. 4).

Esta declaração é feita por Benjamim Mota, na condição de advogado de Miguel Guglielmini. Mota impetrara um habeas

corpus, garantia estabelecida na Constituição de 1891²⁰⁸. O procurador do Estado concordara com a liberdade de Guglielmini, mas o Presidente do Tribunal não concedera o habeas corpus. Diante disso, Benjamim Mota escreveu um artigo intitulado “Tribunal de Injustiça”, veiculado no jornal *O Estado de S. Paulo*.

Narrando os fatos, tenta demonstrar que a prisão teria sido arbitrária. Denunciava a seguinte contradição: as instituições que deveriam cumprir a lei são as primeiras a violarem:

Hoje, 21, compareceu o paciente perante o Tribunal, e o dr. Mello Alves, juiz da 1ª vara, que decretou a prisão, lá esteve também. Não ouvi as conversas havidas na sala reservada aos exmos. Srs. Ministros.

O que sei é que, relatando o feito, o sr. dr. Presidente do Tribunal concordou na ilegalidade do constrangimento, e, dando a palavra ao illustre dr. Antonio Carlos, digno procurador do Estado, s. exa., nobremente, como bom applicador da lei, opinou pela soltura do paciente.

Tomei em seguida a palavra, e não disenti o caso, porque em se tractando UNICAMENTE de materia de direito, clara e terminantemente estabelecida na nossa lei orgânica e nas leis e regulamentos do processo criminal, a minha palavra não era necessaria, porque em nada podia esclarecer a juizes que devem conhecer melhor do que eu, que sou leigo, os textos legais.

Qual não foi o meu espanto, porém, quando o sr. dr. Presidente do Tribunal, sophismando a materia, e dissentindo questão de facto, que não vinha ao caso, e fugindo da questão de direito, que era a UNICA applicavel, propoz o adiamento do julgamento para a sessão de segunda-feira, porque, disse s.exa., só concederia a ordem de soltura votando pela

²⁰⁸ Art. 72, § 22: “dar-se-á habeas-corpus sempre que o indivíduo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência ou coação, por ilegalidade ou abuso de poder”.

responsabilidade do m.juiz que havia decretado a prisão, do dr. promotor publico e do escrivão.

Porqué não o fez? E' ou não illegal o constrangimento que soffre o paciente, era a única questão a discutir-se? Desta fugiram os exmos. Srs. Ministros, só a abordando e decidindo com nobreza de character, como bom juiz, o exmo. sr. dr. procurador do Estado.

Guglielmini está preso há 45 dias. Foi preso em 2 de fevereiro no Rio e desde 4 de feveiro está preso em virtude de mandado expedido pelo dr. juiz de direito da 1ª vara criminal.

O inquérito policial foi remetido a juizo no dia 27 de fevereiro, e no entanto, até o dia 18, em que impretei o habeas-corpus a denuncia não havia sido apresentada.

A nossa lei estabelece o prazo de cinco dias para o inquérito, quando o réu está preso, e o de oito dias para a formação da culpa, no mesmo caso.

E estando Guglielmini preso há 45 dias, SEM CULPA FORMADA, o Tribunal não concebe a ordem de soltura!

Há juízes em Chateau-Thierry – o presidente Magnand -, e em Londres, o juiz Haw-Kinsmas aqui...

E é assim que querem moralisar a justiça! Desrespeitam e violam a constituição e as leis, com argumentos que não valem sequer a honra de uma discussão, e julgam-se paladinos da justiça, com direito de censurar Deus e todo mundo.

Segunda-feira um amigo meu sustentará perante o tribunal o habeas-corpus de Miguel Guglielmini; ca não perderei mais o meu tempo dirigindo a palavra a quem applica a lei a seu bel prazer.

S. Paulo, 21 de março de 1901.

BENJAMIM MOTA.

(O ESTADO DE S. PAULO, 22/03/1901, p. 4,
grifo nosso).

Diante do posicionamento do Presidente do Tribunal, Benjamim Mota testemunhava, com revolta, que uma decisão judicial nem sempre resulta na justiça ou no cumprimento da lei²⁰⁹; é, muito mais, uma deliberação de um corpo hierarquizado²¹⁰. Conhecedor dos regulamentos e leis do processo criminal (requisitos para ser solicitador), Benjamim Mota, apesar de “um leigo” (como se definiu), esperava que os juízes fossem melhores aplicadores da lei e concedesse a ordem de soltura de Guglielmini, cuja prisão lhe parecia irregular. O que não aconteceu, para a surpresa de Mota, em virtude do dissenso do Presidente do Tribunal, sob o manto de vícios formais²¹¹. Desse modo, Benjamim Mota reconhecia que os direitos do cidadão, previstos no texto constitucional, eram ultrajados pelos órgãos institucionais que deveriam protegê-los.

²⁰⁹ “É tanto menos difícil ao corpo de juristas convencer-se de que o direito tem o seu fundamento nele próprio, quer dizer, numa norma fundamental tal como a Constituição como *norma normarum* de que se deduzem todas as normas de ordem inferior, quanto a *communis opinio doctorum*, com raízes na coesão social do corpo dos intérpretes, tenda a conferir a aparência de um fundamento transcendental às formas históricas da razão jurídica e à crença na visão ordenada da ordem social por eles produzida” (BOURDIEU, 2009, p. 214).

²¹⁰ “[...] a concorrência entre os intérpretes está limitada pelo facto de as decisões judiciais só poderem distingui-se de simples actos de força políticos na medida em que se apresentem como resultado necessário de uma interpretação regulada de textos unanimemente reconhecidos: como a Igreja e a Escola, a Justiça organiza-se segundo uma estrita hierarquia não só as instâncias judiciais e os seus poderes, portanto, as suas decisões e as interpretações em que elas se apoiam, mas também as normas e as Fontes que conferem a sua autoridade a essas decisões” (BOURDIEU, 2009, p. 214).

²¹¹ “Esta retórica da autonomia, da neutralidade e da universalidade, que pode ser o princípio de uma autonomia real dos pensamentos e das práticas, está longe de ser uma simples máscara ideológica. Ela é a própria expressão de todo o funcionamento do campo jurídico e, em especial, do trabalho de racionalização, no duplo sentido de Freud e de Weber, a que o sistema das normas jurídicas está continuamente sujeito, e isto desde há séculos” (BOURDIEU, 2009, p. 216).

2.3.1 Repressão às manifestações anticlericais: o caso *Electra*

Temos em nossa mão o extraordinario drama *Electra*, que um nosso amigo nos enviou para traduzirmos.

Este drama – que é uma tragédia pungentissima – vem de agitar a Hespanha inteira – o vigor da verdade que encerra repercutiu em Portugal e Buenos Ayres, e chegou em nós n'um grito violentissimo contra os jesuitas que seduzem donzellas. [...]

Não queremos retroceder, queremos avançar. Não queremos sobre a consciencia o jugo do jesuíta, -- queremos o pensamento livre, a acção desembaraçada, a alma liberta de todas as mentiras de Roma. Mentiras papistas, festividades que cheiram a sebo e procissões de frades, não podem convir á Razão.

[...]

O ELECTRA está na índole d'esse jornal; o protesto do drama affirma e dá vigor á nossa opinião...

(A LANTERNA, 06/04/1901, p. 2, grifo nosso)

Em março de 1901, o drama *Electra* de Pérez Galdós estreou em São Paulo. Neste mesmo mês, havia sido publicado n'A *Lanterna* uma lista de sugestões feita por um leitor para fortalecer a propaganda anticlerical do jornal (ver ANEXO Zz). Dentre os itens, constava a recomendação para A *Lanterna* promover peças teatrais em S. Paulo, a fim de difundir, de forma pedagógica e cultural, as ideias veiculadas no jornal. A sugestão foi aceita pela redação que respondeu: “a direcção d'A *Lanterna* vai trabalhar para organizar uma semana de espectaculos, com dramas anti-clericaes, em São Paulo” (A LANTERNA, 06/04/1901). Entre a série de dramas, estava *Electra*, que

acabara de ser traduzida para o português pela redação desta folha²¹².

Nessa direção, *A Lanterna* passou a contribuir com iniciativas educacionais na sociedade paulista do início do século XX. É preciso salientar que uma das formas mais eficazes de criticar as instituições na Primeira República, de divulgar obras literárias estrangeiras e promover formação política foi materializada mediante a imprensa de combate²¹³.

Um caso que merece destaque é a representação do espetáculo *Electra* em São Paulo, que desencadeou uma série de manifestações anticlericais e, com isso, a repressão policial. Esses acontecimentos não só ganharam as páginas do jornal *A Lanterna*, como foi a principal notícia de 20 de Abril de 1901. Até porque o redator-chefe (Benjamim Mota) estava envolvido na situação. O jornal narra os fatos:

A Electra, de Perez Gáldós, já foi representada em S. Paulo.

Na noite de sabbado de alleluia, em que pela primeira vez subiu o já celebre drama a scena, o publico enchia o *Sant'Anna*, dando provas do seu ódio ao jesuitismo, que se implantava no Brazil com a protecção criminosa de um governo republicano, applaudiu enthusiasmicamente a obra anti-clerical e anti-jesuitica, e sempre que appareciam em scena Pantoja e as freiras, personificação do jesuitismo, os espectadores prorompiam em assobios, manifestando assim o seu terror pela seita maldita e contra a canalha clerical.

²¹² Anunciava: “A redacção d'A Lanterna não obdeceu a intuitos especulativos, nem gananciosos traduzindo o ELECTRA. Quer a propaganda desse revolucionario e util drama e endereçou a um editor afeiçoado e amigo que o imprimiu para ser vendido pela insignificante quantia de 2000 reis” (A LANTERNA, 06/04/1901, p. 2).

²¹³ Era “[...] através de artigos nos jornais socialistas, operários ou oralmente, através de conferências ou discursos, para um público que, mesmo alfabetizado, deveria ter uma considerável dificuldade para acompanhar a argumentação das lideranças nas questões de cunho teórico” (BATALHA, 1995, p. 27).

O nosso director devia fallar, a pedido de grande parte do publico, quando cahisse o panno sobre o ultimo acto, mas não o fez porque procurou-o o sr. major José Bento e em nome do sr. Dr. Saraiva Junior, 2.º delegado auxiliar, pediu-lhe *por favor* que não falasse.

Findo o espetáculo o povo que enchia o theatro percorreu as ruas da cidade, podendo-se sem faltar a verdade avaliar em 500 ou 600 pessoas o numero dos manifestantes, levantando vivas á liberdade e morras ao jesuitismo.

Encontrando a massa popular o nosso director á rua de S. Bento pediu-lhe que fallasse, dirigindo Benjamim Mota a palavra ao povo de um sobrado, á rua José Bonifácio, saudando a todos aquelles que vinham de affirmar de modo tão cathegorico, franco e leal o seu ódio ao jesuitismo, e incitando o povo a continuar na sua obra de saneamento social, até que o ultimo frade e o ultimo jesuíta de batina despissem a sotaina immunda ou, se tanto fosse preciso, até que estivesse exterminada a raça desses parasitas sociaes.

As palavras do nosso director foram cobertas de calorosos applausos da massa popular, que ergueu vivas á *Lanterna* e á liberdade e morras ao jesuitismo.

Depois percorreu o povo ainda diversas ruas da cidade, indo até o Largo de S. Bento, onde, em signal de protesto contra o baixo mercantilismo que caracteriza a ordem religiosa MAIS RICA do Brazil, foram quebradas algumas vidraças do mosteiro de S. Bento.

Depois dirigiu-se o povo ao Largo do Rosario, onde fallou o nosso director novamente, pedindo que se dispersasse e continuasse preparado para todas as luctas que devam ser travadas, em qualquer terreno, contra os jesuitas infames que estão infestando o Brazil.

No café *Guarany*, onde se reuniram muitos dos manifestantes, falou ainda uma vez o nosso director, limitando-se a ler estas palavras anunciadas por Maximo, no ultimo acto da Electra: << Sejam como eu, sinceros, francos, valentes. Vamos de viseira erguida contra o inimigo! Destruamol-o, si o pudermos, ou sejam por elle destruidos... mas, de uma vez para sempre numa só lucta, numa só investida, de um só golpe... Ou elle, ou nós!>>.

Eis a verdade sobre os acontecimentos que se passaram na noite de sabbado, justas explosões do odio popular contra o nefasto jesuitismo que nos avassala com a acquiescencia criminosa de um governo republicano que não cõra vendo os exemplos que lhe dão Portugal e Hespanha, paizes regidos pela fõrma monarchica. (A LANTERNA, 06/04/1901, p. 2).

O episódio relatado pelo jornal *A Lanterna* buscava não só promover visibilidade para a manifestação anticlerical, mas questionar a versão apresentada por outros jornais, sobretudo, o *Commercio de S. Paulo* e *O Imperio*. Segundo a redação d'*A Lanterna*, este periódico havia deturpado os fatos e mentido²¹⁴, enquanto o *Commercio* havia feito comentários questionáveis²¹⁵.

²¹⁴ “**MENTIROSO**: Mentiu conscientemente; mentiu sabendo que mentia, *O Imperio*, escrevendo que o nosso director Benjamim Mota, havia sido intimado a comparecer a delegacia, porquanto o *Commercio*, sendo clerical, disse a verdade sobre os factos, noticiando que o nosso director declarara, quando procurado, que si era uma intimação, a exigia por escripto, revestida das formalidades legais [...]. Mentiu mais *O Imperio* narrando o que se passou na policia, o que não repetimos porque já está dito em outro lugar desta folha. E nada mais temos a dizer ao órgão monarchista clerical. Mas é bom que os monarchistas anti-clericaes mesmo vejam que espécie de monarchia querem os do *Imperio* – é um jesuita, confessor de Isabel, dirigindo os negocios públicos” (A LANTERNA, 1901, 20/04/1901, p. 1).

²¹⁵ “O *Commercio*, assoalhando um clericalismo que não fica bem aos seus directores, moços conhecidos como anti-clericaes, fez relativamente a manifestação commentarios que muito pouco o honram” (A LANTERNA, 1901, 20/04/1901, p. 1).

Para contrapor-se a estas versões, *A Lanterna* dizia veicular a notícia de forma impessoal e objetiva (o uso de expressões no texto como “sem faltar com a verdade” e “eis a verdade sobre os acontecimentos” demonstra isso). Além do mais, aconselhava aos seus leitores, em sinal de protesto, boicotar estes periódicos, pois dar dinheiro a estes jornais seria, consequentemente, financiar as ideias por eles defendidas: o clericalismo e a monarquia.

Da mesma forma, que refutou a versão de alguns jornais de São Paulo²¹⁶, a redação d'*A Lanterna* logo tratou de explicar o que ocorrera no dia seguinte à manifestação:

Os tartufos beneditinos, logo pela manhã, confiados no jesuitismo do governo de S. Paulo, requereram auto de corpo de delicto nos vidros quebrados.

Foi bom. Assim ficou oficialmente consignado que o jesuitismo já levou uma bofetada, vibrada pela nobre população de S. Paulo.

Em virtude disto o chefe de policia prohibiu a representação do drama de Perez Galdós, o que é altamente censurável, quando na Hespanha que elle deu logar a luctas violentas continua ella em scena, e... mandou convidar o nosso director a ir conferenciar com S. Ex..

Benjamim Mota, recebendo na nossa redacção a visita do funcionario policial que procurou-o em nome do sr. Dr. Chefe de Policia, declarou que si era uma intimação para ir à policia, só iria quando a recebesse por escripto, revestidas das solemnidades legais, e que si fosse prisão, resistiria a ella, por quanto não estando em flagrante delicto de crime só poderia ser preso em virtude de mandato de auctoridade competente.

Respondendo-lhe com a cortesia o funcionário, que não se tratava nem de

²¹⁶ “Um facto sem importancia serviu de pretexto ao *Popular*, *Platée*, *Commercio* e *Imperio* para atacarem os anti-clericaes, fazendo a defesa do jesuitismo. Vós deveis levantar a luva desses jornaes, acceitando a lucta” (A LANTERNA, 1901, 20/04/1901, p. 1).

intimação, nem de prisão, mas apenas de um convite amistoso, o nosso director dirigiu-se á Repartição Central de Policia, e já não encontrando o sr. Dr. Chefe de Policia, que se havia retirado, conversou longamente com o 1.º delegado, Dr. Antonio Godoy, que lhe communicou, de parte do sr. Dr. chefe de Policia, que quaesquer manifestações anticlericaes seriam reprimidas com toda a energia, bem assim que estavam prohibidas as representações da Electra.

O nosso director agradeceu a amabilidade do aviso e declarou que, em todo caso, quando sentisse que era de seu dever affirmar materialmente, ao lado do povo, o seu horror ao jesuitismo, saberia soffrer corajosamente as consequencias dos seus actos.

Depois retirou-se da policia, acompanhado por numeroso grupo de amigos que o haviam esperado no jardim do Palacio.

Eis a verdade sobre os acontecimentos. (A LANTERNA, 1901, 20/04/1901, p. 1)

O conhecimento prático de Benjamim Mota sobre as leis e regulamentos nesta ocasião e em outras (citadas no capítulo 3) contribuiu para que ele não fosse preso de forma arbitrária. No começo do século XX, a República convivia com a violação ao direito de liberdade de reunião e manifestação de pensamento. Esse quadro levou Benjamim Mota a enviar, em 1902, uma carta a Rui Barbosa (ver ANEXO Aaa), que tratava (entre outros assuntos) do excesso de violência policial em eventos populares em S. Paulo e do desrespeito ao texto constitucional. Benjamim pleiteava de Rui Barbosa (referido na correspondência como “defensor dos fracos e dos desprotegidos”) um Memorial que tratasse da perseguição a manifestantes e a defesa de direitos políticos (mais informação ver ANEXO Bbb).

Pode-se presumir, pelas notícias de jornais, que as manifestões ocorridas na estreia de *Electra* tiveram proporções consideráveis. Ao ponto do jornal *A Lanterna* sugerir que não fossem realizadas mais manifestações, antes ou depois da representação do drama no teatro Sant’anna (ver ANEXO Ccc). O que pode ser lido nas entrelinhas é que a redação d’A

Lanterna, naquele momento, acreditava ser mais proveitosa para causa anticlerical a trégua nos protestos, em prol do acesso no meio social às ideias propagadas em *Electra*. É o que se depreende da nota a seguir:

Consta-nos que a companhia do actor Christiano de Souza levará a scena no Sant'Anna no dia 3 de julho, o drama Electra, de Perez Galdoz.

Aos nossos amigos pedimos que se abstenham de quaesquer manifestações, durante ou depois do espetaculo, para não dar pretexto á policia de fazer violências estupidas, que depõe contra os nossos foros de povo civilizado.

Fazemos este appello porque as representações da Electra, por uma companhia de primeira ordem, como a que trabalha actualmente no Sant'Anna, muito concorrerão para mostrar ao povo os horrores do jesuitismo.

(A LANTERNA, 24/06/1901, p. 3)

2.4 EM 1902: O SILÊNCIO D'A LANTERNA

[...] é preciso que este jornal saia regularmente; é preciso que *A Lanterna* viva! E, para, isso, é preciso um esforço e um sacrificio de todos nós. Assim, a redacção d'*A Lanterna* pede a todos os homens de consciencia pura, aos grupos de coração que crêm na regeneração social, façam um pequeno sacrificio pecuniário, afim de que seja mantida a publicação regular d'*A Lanterna*, que vive exclusivamente do favor dos homens de bem, e é gratuitamente distribuída ao povo, aos chefes de estado, aos sachristãos e aos padres! Quem quiser servir a causa do progresso e da liberdade não deve ser surdo ao nosso appello. (A Lanterna, 06/04/1901, p. 1)

As dificuldades financeiras eram a maior adversidade d'*A Lanterna*, o que refletia na forma descontínua da publicação do jornal. Em vários números veiculados em 1901, é possível

encontrar apelos da redação e dos colaboradores para o auxílio financeiro dos leitores. Estas solicitações podiam ser localizadas até nas seções estrangeiras²¹⁷ destinadas, em princípio, a divulgar acontecimentos anticlericais no exterior ao público de imigrantes que viviam no Brasil. Em 1902, não houve publicação d'A *Lanterna*, exceto um suplemento impresso no fim do ano. O que teria provocado um ano de silêncio deste jornal?

A hipótese mais plausível era a falta de recursos, assinalada desde os primeiros meses de publicação do jornal. Outros fatores poderiam ter contribuído em menores proporções, como perseguição ideológica e outros interesses de Benjamim Mota. Diante disso, fica a pergunta: se no ano de 1902 não houve edição d'A *Lanterna*, o que fez o redator-chefe neste ano?

Antes de investigar a ligação de Benjamim Mota a outro jornal (*O Amigo do Povo*), é preciso fazer uma ressalva sobre um afastamento do programa editorial d'A *Lanterna* em 1901. Como já foi examinado, o elemento que havia em comum entre os redatores d'A *Lanterna* era a questão anti-clerical. As visões políticas e sociais (acordo entre os redatores) não seriam tratadas no jornal, pois a heterogeneidade do grupo dispersaria e inviabilizaria o sustento da impressão. “Juntos somos fortes” era o lema do jornal, que buscava mais indivíduos, mais “soldados” para combater o inimigo comum: o jesuitismo.

Apesar de o programa afirmar ser “unicamente anticlerical”, o número 7 do jornal distancia-se da regra e trata de política, tendo como argumento a urgência da situação:

*Nós não somos políticos, mas diante da
eminência de um perigo, não podemos
deixar de chamar a postos todos os anti-*

²¹⁷ A “Sezione Italiana” reiterava a importância dos auxílios intelectuais e materias por parte dos antiericais, como se verifica no trecho: “[...]. Noi contiamo adunque sulla buona volontà di tutti i anti-clericali sulla loro coadiuvazione intellettuale e finanziaria. Certo il nostro appello non sarà vano certo che il desiderio nostro che è quello di tutti gli uomini civili sarà presto un fatto, se n'è sufficiente garanzia le simpatie che raccogliemmo fino ad oggi in un colle esuberanti prove di solidarietà morale e... sonante. Avanti adunque!... e che a dispetto, dei preti tutti A LANTERNA presto, assai presto, giorno per giorno venga a dar colpi di piccone al santuario d'ogni più turpe menzogna, all'usbergo d'ogni tirannide. [...]”. (A LANTERNA, 03/05/1901, p. 4, grifo nosso)

clericaes, afim de que, do norte ao sul do paiz, se levante um grito de protesto contra a candidatura do sr. Dr. Rodrigues Alves, que, na suprema magistratura da nação, seria capaz de chamar por conselheiras as damas de São e para ministros o frade Miguel Kruse, expulso do Equador e outros jesuitas de igual jaez. (A LANTERNA, 03/06/1901, p. 1, grifo nosso)

Se nas edições d'A *Lanterna* Benjamim Mota continha sua posição política, no trecho acima o redator-chefe declarava seu ponto de vista e clamava ao combate à candidatura de Rodrigues Alves à presidência do país (neste período ele era presidente de S. Paulo). No artigo, Benjamim Mota parece voltar às lutas travadas no jornal *O Rebate* contra Campos Sales e seus aliados.

Tal postura difere da adotada usualmente n'A *Lanterna*, na qual o fundamento anticlerical visava a unir posições distintas no que se referia à política. Nessa lógica, Mota tentava envolver, em uma causa comum, as mais diversas perspectivas ideológicas, quando afirmava:

Mas, o povo brasileiro deve repellar a candidatura que lhe é imposta. Os Maçons, protestantes, catholicos anti-clericaes, livre-pensadores – devem unir-se para suffragar nas urnas o nome de qualquer cidadão que represente uma barreira á invasão jesuítica, pelo respeito á lei fundamental do paiz, que separando a Igreja do Estado, estabeleceu por isso que o Brazil não pôde manter relações de quaesquer espécie com o velho avaro do Vaticano. (A LANTERNA, 03/06/1901, grifo nosso)

As críticas feitas em 1901 resgatavam a descrença de Benjamim Mota no país republicano, que, mesmo com a nova ordem, parecia perenizar resquícios do Brasil Império. Nessa perspectiva, “perguntar quais foram as chances reais de republicanização acolhidas no Brasil pelo século XX é referir-se, necessariamente, à capacidade de expressão, palavra e ação coletiva que possa fundar um espaço não capturável por lógicas privatistas [...] (PAOLI, p. 171). A desaprovação dos anticlericais

evidenciava a tensão entre o Estado e a Religião. Mesmo a Constituição de 1891 não fora suficiente para romper a influência política da Igreja e os favorecimentos obtidos nos setores públicos. Até porque a tradição da Igreja se fazia presente não só na esfera política, mas jurídica e cultural e a implementação da República teve de se defrontar com estes vínculos, como já foi demonstrado em outros trabalhos²¹⁸.

A redação d'A *Lanterna* não deixou de se posicionar, mesmo que não fosse, de forma declarada, uma folha política. Combate a candidatura de Rodrigues Alves e procurava apoio nos órgãos de propaganda. Afirmava:

E' preciso que toda a imprensa liberal do Paiz inteiro desde já comece a combater a candidatura nefasta que nos querem impor; é preciso que todos os homens livres se congreguem para no dia 1.º de Março de 1902 derrotar nas urnas a candidatura do sr. Dr. Rodrigues Alves. (A LANTERNA, 03/06/1901, grifo nosso).

2.4.1 Benjamim Mota alia-se ao jornal *O Amigo do Povo*

“Precisamos de um jornal”, disseram-se um dia os camaradas Benjamim Mota, Neno Vasco, Alessandro Cerchiai, Juan Bautista Perez, em uma das reuniões em que junto a outros anarquistas trocavam sonhos de uma sociedade futura. Diversos grupos articularam-se em torno do novo jornal e uniram os empenhos de propaganda num esforço coletivo. Era o ano de 1902. Esforços para viver de outra forma. Criar o homem

²¹⁸ No texto de Michael Dionisio de Souza, é possível visualizar “como as normas da Igreja continuavam sendo usadas na jurisprudência como Fontes formais ainda no século XIX, demonstrando como o direito da Igreja, em terras brasileiras, foi usado enquanto Fonte formal em nossos tribunais até o final do século XIX.” (p. 60-61). O que leva o autor a “concluir que não só a história política entre Igreja e Estado no Brasil se “arrastou” até o final do século XIX, mas também a jurídica, mostrando que o século XIX jurídico brasileiro ainda resistia plural. Seja pelos cânones, pela moral ou mesmo pelas explicações teológicas, [...]” (SOUZA, 2011, p. 65).

novo e com ele um mundo novo. Um jornal em português, tentativa de criar uma identidade. (TOLEDO, 1992, p. 48-49)

Em 1902, *A Lanterna* não publicou novos números, exceto um suplemento em dezembro. Por onde esteve Benjamim Mota neste ano? A resposta traz como resultado outro jornal: *O Amigo do Povo*. Junto a outros militantes anarquistas, Benjamim Mota passa a escrever nesta folha. Diferente d'*A Lanterna*, n'*O Amigo do Povo* Mota não tinha outras amarras ideológicas que não a da perspectiva anarquista. No primeiro número do jornal, constava: “Nós somos socialistas. [...] nós socialistas tendo a Anarchia como fim e como meio, devemos réivindicar esse appellido, que é o pavão com cujas pennas tantas gralhas pretendem adornar-se” (O AMIGO DO POVO, 19/04/1902, p.1).

Da mesma forma que os aliados d'*O Amigo do Povo* eram outros, o público-alvo pretendia ser mais abrangente que o d'*A Lanterna*. Segundo a redação do jornal “a todos nos dirigimos: aos proletários, às victimas de todas as injustiças, de todas as oppressões, aos homens de coração, aos homens de boa-fé, aos proprios dominadores” (O AMIGO DO POVO, 19/04/1902, p.1). Outro ponto que merece ser contrastado é a Seção de Bibliografia do jornal *O Amigo do povo* (ver ANEXO Ddd) e d'*A Lanterna* (ANEXO Eee). Neste espaço, a linha editorial indicava suas influências teóricas e ideológicas, assim como, as traduções e os livros originais que tinha acesso. Enquanto no primeiro jornal encontrava-se à venda “A sociedade futura” de Jean Grave e “Entre Camponeses” de E. Malatesta, no segundo havia divulgação de obras do evolucionista Herbert Spencer, do jurista Enrico Ferri e a autobiografia de Kropotkine.

No que diz respeito à participação de Benjamim Mota no jornal *O Amigo do Povo*, logo no primeiro número há um artigo de sua autoria em que traça um panorama da imprensa operária em S. Paulo. Testemunhava que:

Mais um campeão da idéa socialista-anarchista surge com *O Amigo do Povo* no jornalismo de S. Paulo. *Diversas tem sido as tentativas feitas por dedicados companheiros para que a nossa voz se faça ouvir sempre ao proletariado brasileiro*, mas, ou porque os companheiros dispersos no territorio brasileiro não tenham sabido cumprir com os

seus deveres, ou porque a falta tenha sido dos que os dirigiam, *o que é certo é que os nossos jornaes tem vivido penosamente e com vida ephemera.*

Surge agora o *Amigo do Povo* redigido em portuguez, *afim de que o proletariado manual e intellectual indigena possa conhecer os princípios da nossa escola socialista*, e, para que elle viva vida gloriosa, eu venho appellar para todos os companheiros, pedindo-lhes, que auxiliem mais esta tentativa que faz um grupo de dedicados em prol das nossas ideas.

Nestas columnas, *redigido como vai ser O Amigo do Povo em linguagem clara*, ao alcance de todas as intelligencias, não sò aquelles que ignoram as nossas ideas podem conhecê-las mas também os nossos companheiros e os sympathisantes *poderão aprender muita cousa e conseguirem assim formar uma consciencia anarchica*, para que não se reproduzam factos que deslustram a Idea praticados por companheiros e também para que formada a consciencia anarchica em todos os companheiros não mais se entreguem, como acontece a alguns, a vicios degradantes (O AMIGO DO POVO, 19/04/1902, p. 1, grifo nosso).

Este comentário poderia ser uma referência aos acontecimentos vivenciados no jornal *A Lanterna*, cuja publicação estava interrompida. Ao anunciar o surgimento d'*O Amigo do Povo*, Mota destacava a contribuição para época, pois ele seria redigido em português e naquele momento a maioria dos jornais anarquistas era escrito em língua estrangeira²¹⁹. Esse

²¹⁹ “São também desse periodo vários outros jornais anarquistas, que no entanto tiveram uma vida mais breve e eram escritos sobretudo em italiano: **La Terza Roma** (publicação do grupo socialista-anarquista Pensiero e Azione n. único, 20-09-1901), **Germinal** (editado pelo Círculo Educativo Libertário Germinal sob a responsabilidade de Angelo Bandoni e Diulio Bernardoni, 1902.), **La voz del destierro** (n. único em 1903, publicado por ocasião da expulsão de anarquistas argentinos), *La Nuova Gente* (publicação do grupo La Propaganda, 10-09-1903), com o

fator demonstrava o interesse dos redatores d' *O Amigo do Povo* em propagar a “consciência anárquica” entre o público brasileiro.

No texto de Mota, há uma particularidade, pois ele menciona de forma igualitária os trabalhadores intelectuais, manuais e os indígenas, quando o frequente neste período era apontar a diferença étnica e a ausência de uma classe operária fabril organizada como obstáculos à conscientização revolucionária dos trabalhadores no Brasil²²⁰. Ele exige, também, coerência entre os militantes anarquistas para não haver disparidade entre as ideias defendidas e a ação prática. Admite, mais uma vez, a tese determinista (o meio é o responsável pela prática de atos adversos e não o arbítrio do ser humano). Por fim, faz alusão a sociedade futura onde haveria justiça social. Afirmava:

Para que a idèa caminhe, progrida, è preciso que os que a professam, sejam anarchistas não só de bocca, mas que provem com os seus actos, pelo exemplo, que è a melhor das propagandas, que realmente o são.

Assim, em todas as relações com o mundo burguez, o anarchista deve procurar mostrar ser realmente um homem emancipado de todos os preconceitos; ser bom, ser leal, não guardar rancor nem aos que o fizerem soffrer, porque è nisto que està a superioridade dos homens que luctam por um ideal, e que, apoiando a sua critica na sciencia peritiva dos nossos dias, e sabendo

mesmo título **La Nuova Gente** (redigido por Giulio Sorelli e Luigi Magrassi, 1903) **La Battaglia** (publicado por Oreste Ristori, com a colaboração de Damiani, Cerchiai e outros, é fundadoem 1904” (TOLEDO, 1992, p. 50, grifo do original).

²²⁰ Essa visão foi propagada por militantes operários durante a Primeira República e registrada na imprensa. Além disso, foi difundida por uma historiografia acrítica, que estigmatizou a heterogeneidade da classe operária brasileira (negro, índio, mulher, trabalhador urbano, rural etc) e os reduziu a uma falta de “consciência de classe” em comparação ao proletariado europeu. Para mais informações ver: BATALHA, Cláudio. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 12, n. 23/24, p.111-124, set. 1991/ ago. 1992.

que todos os seres humanos são irresponsáveis moralmente, pelas acções que praticam, porque é o meio que os leva a praticar de mãos atadas, não há razão alguma para se odiar o burguez, mas somente dever para nós todos de combater o *systhema*, a fim de que possa chegar mais depressa o dia da redenção humana, numa sociedade de homens livres e iguais. (O AMIGO DO POVO, 19/04/1902, p. 1).

A propaganda anarquista d'O *Amigo do Povo* teve “uma publicação regular durante seus três anos de existência (1902, 1903 e 1904), o grupo conseguiu criar 63 números do jornal”²²¹ (TOLEDO, 1992, p. 50). Conforme constava na capa do periódico, toda a correspondência deveria ser dirigida a Neno Vasco²²² que desempenhou um papel de protagonista no grupo, sem haver hierarquia formal e sem excluir a colaboração de outros militantes. Dado que demonstrando o alcance nacional d'O *Amigo do Povo* quanto à relevância de Benjamim Mota no grupo é a nota encontrada no jornal *Il Diritto* (“periódico comunista anarchico” que circulava em Curitiba e havia sido criado pelo italiano Egicio Cini). No número 32 deste jornal, consta uma nota de agradecimento da redação a Benjamim Mota e a Neno Vasco pelo recebimento d'O *Amigo do Povo* (ver ANEXO Fff).

²²¹ O jornal *O amigo do povo* foi o objeto da dissertação de Edilene Toledo, para mais informações conferir seu trabalho: TOLEDO, Edilene. *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Campinas, SP: [s.n.], 1993. Dissertação de Mestrado. IFCH / UNICAMP.

²²² “Gregório Nazianzeno de Vasconcelos, o Neno Vasco era um dos militantes que estavam à frente do jornal. Era um advogado português, que chegara a São Paulo por volta de 1900. Logo tomou contato com outros anarquistas, difundindo a idéia do grupo de propaganda. De 1901 a 1911, data do seu retorno a Portugal, Neno Vasco teria papel importante no movimento anarquista brasileiro” (TOLEDO, 1992, p. 51).

2.4.2 *Ligas de Resistência: organização operária para conquista de direitos*

Para honra de todos os companheiros procurarei provar, com algarismos, a solidariedade que existe na nossa “Liga”, o que estimulará os outros operarios desorganizados a reunirem-se em Ligas de Resistencia. [...]

Estes dados provam que a Liga nunca recusou auxilio a qualquer companheiro, indistinctamente, porque o principal intento d'uma Liga é o apoio mutuo entre os trabalhadores.

A sociedade podia achar-se com maiores progressos, se muitos dos nossos companheiros tivessem ouvido o appello que fizemos. (O AMIGO DO POVO, 01/05/1902)

Desde o primeiro número, havia uma seção n’ *O Amigo do Povo* denominada “Movimento Social” no Brasil, que tratava de divulgar questões dos trabalhadores e atos de greves e boicotagem, sobretudo dos operários de S. Paulo. Informava a edição inaugural: “continua ainda a grève que os operarios da fabrica de chapêos de Serrichio, Matanò, Diodato Leme e Cia., da rua Visconde de Rio Branco, principiaram em virtude de não quererem os proprietarios fazer o pagamento no principio de cada mez” (O AMIGO DO POVO, 19/04/1902, p. 2).

A disputa entre os chapeleiros e os donos da fábrica italiana ganhou proporções maiores, já que os patrões rejeitavam qualquer forma de acordo. Isso levou os trabalhadores a promover: (I) o boicote²²³ aos produtos desta fábrica, (II) a criação de um manifesto reivindicando direitos e (III) a procura por apoio “dirigindo-se a todas as sociedades, circulos, grupos, etc. [...] representantes dos partidos populares, dos jornaes, das sociedades, etc [...]” (O AMIGO DO POVO, 19/04/1902, p. 2). O

²²³ **“Boycotagem:** *Está declarada em boycotagem, pelos seus operarios, injustamente desattendidos, no protesto, a fabrica de chapéus de Matanò Serricchio & Cia, da rua Visconde de Rio Branco 70, com loja na rua João Alfredo n. 22^a. A todos os proletarios, a todos os camaradas pedimos solidariedade. Não comprem nessa casa* (O AMIGO DO POVO, 01/05/1902, p. 2, grifo do original)

pedido de auxílio foi correspondido por indivíduos e grupos de correntes ideológicas distintas, inclusive, pelos anarquistas. Benjamim Mota foi um dos apoiadores da causa dos chapeleiros e, no momento, destacou a necessidade de criação de Ligas de Resistência para organização do proletariado e fortalecimento para a conquista de direitos. O jornal *O Amigo do Povo* noticiava estes acontecimentos:

Ultimamente os chapeleiros de Sorocaba exprimiram a sua solidariedade para com os companheiros grevistas desta cidade, offerecendo o seu auxilio material. No passado domingo partiram para essa cidade os operarios Arthur Hersch, Armindo Zamboni, José de Souza Ramos, Henrique Arappe, acompanhados pelo camarada Benjamim Mota. As 10 horas da manhã, chegaram, à estação de Sorocaba, onde eram esperados pelos companheiros, que, em numero de 45 assistiram depois a uma sessão, onde falaram o chapeleiro Sorocabano Pedro Marcellino, dando boas vindas, e o camarada Hirsch, apresentando Benjamim Mota, que tratou das <<Ligas de Resistência >> durante uma hora. Neste sentido, falou ainda o companheiro Pereira. Ficou organisada uma secção da <<Liga de Resistencia entre chapeleiros>> de S. Paulo. Saudando os grevistas, separaram-se os operarios, que de novo se reuniram à noite, no Circulo Socialista; onde Benjamim Mota retomou a palavra para explicar a conveniencia d'um accordo entre todos os socialistas para o bem da propaganda incipiente no Brazil, para se organizar o proletariado brasileiro.

Esta greve è um ensinamento: embora nos mostre ser difficil o triumpho de greves parciaes, prova-nos tambem a utilidade d'essas greves para o desenvolvimento da solidariedade effectiva entre os operarios. Do mesmo modo a vantagem das <<Ligas de Resistencia>> claramente ressalta de tudo que fica escripto. (O AMIGO DO POVO, 19/04/1902, p. 2)

O papel das ligas de resistência era prestar auxílio financeiro e pedagógico aos operários em luta contra a classe patronal. Segundo Benjamim Mota, a diversidade das correntes socialistas não deveria ser um óbice para o crescimento do movimento operário no Brasil. Impunha-se estabelecer lutas em comum, que resultassem em mais ação estratégica e solidariedade social. É preciso recordar que, em 1898, no opúsculo *Rebeldías*, Mota demonstrava o quanto havia de distanciamento entre os “socialistas autoritários” e os “socialistas libertários” (os anarquistas). Em 1902, ele parece defender muito mais uma aproximação entre essas perspectivas que propagar suas diferenças.

A heterogeneidade ideológica do proletariado e dos simpatizantes da causa operária era relatada pelos militantes do período e cada vez mais ganhava como centralidade o trabalho. Dizia o operário Arthur Hirsch: “A todos parecia impossível que a nossa classe não sentisse a necessidade de defender os seus direitos; que, para isso, não sentisse cada um de nós a urgência de unir-se ao companheiro de trabalho, com o qual tem de commum as dores e as esperanças” (O AMIGO DO POVO, 10/05/1902, p. 2). A estratégia dos que participavam das ligas de resistência era sublinhar que a força dos trabalhadores residia na união e para contrapor os abusos dos patrões, eles precisavam estar juntos em prol da mesma causa.

A liga de resistência dos chapeleiros e os apoiadores da greve publicaram um manifesto, do qual se extraem os seguintes trechos:

Os operarios da fabrica de chapéus Diodato Lemme de Matanó, Serricchio & C., da Rua Visconde de Rio Branco n. 70 com Loja na Rua João Alfredo, 22ª, puzeram-se em grêve por um motivo bem justo: os pagamentos estavam sempre em atraso, nunca eram feitos em dias convenientes, isto è, nos dias 1 e 16 de cada mez. *Toda a gente compreende, sem grande custo, os transtornos que taes demoras trázem a homens, que não tem outros rendimentos além do seu salario, que não vivem senão do magro e insufficiente productos do seu trabalho. A grande maioria do povo – os que como nós trabalham – todos os homens de*

coração hão de dizer que tem razão: se os patrões, que auferem grossos lucros graças ao nosso trabalho, se nós que, além de não recebermos senão uma insignificante parte do que produzimos, ainda por cima somos obrigados a esperar, a esperar o tempo que aproveur ao senhor, esquecido de que nós temos necessidades e compromissos a satisfazer.

[...]

O boycottage é uma arma de defeza contra os patrões poderosos, fortes em frente os operários, sobretudo quando estes são desunidos.

E' pois, muito justo que lancemos mão d'essa arma, que bem poucas são aquellas de que podemos dispor. O nosso grito de defesa, de protesto, o nosso pedido é: “não comprem” “não tenham negocios com a fabrica de chapéus Diodato Lemme” “de Matanò, Serricchio & C.a”.

Estamos certos de que seremos ouvidos, tal é a justiça da nossa causa.

Os trabalhadores, sobretudo, por simples espirito de camaradagem, na justa compreensão dos seus próprios interesses, não hesitarão um momento em auxiliar-nos. Noutras ocasiões auxiliial-os-emos nós: é a solidariedade. Se a não praticarmos, se estivermos divididos, desunidos, nesta luta de todos os dias para a conquista dos nossos direitos, o nosso poderoso inimigo facilmente nos vencerà, nos esmagará. (O AMIGO DO POVO, 01/05/1902, p. 2, grifo nosso).

No manifesto ficavam patente as condições de vulnerabilidade dos trabalhadores, que reconheciam a exploração da força de trabalho e o produto do trabalho não pago, mas na disputa travada com os patrões (em 1902) lutavam pela garantia mais básica de qualquer relação de trabalho: o recebimento dos salários em dia. A estratégia utilizada pelos operários foi a greve parcial e o boicote aos produtos da fábrica de chapéus “Diodato Lemme”, com adesão dos brasileiros e dos

estrangeiros²²⁴. O boicote e a greve (parcial ou geral) eram vistas como armas de luta do proletariado e a depender da situação deveriam ser empregadas a forma mais adequada.

As ligas de resistências buscavam unir os trabalhadores construindo uma solidariedade operária para a defesa de direitos, mas havia operários que não aderiam a causa comum²²⁵. Segundo Giovanni Levi, estes atores são um interessante objeto de estudo, pois não podemos reduzir a história do movimento dos trabalhadores àqueles que participavam das greves. É preciso entender por que havia operários contrários a atos de protestos e reivindicação. Esses sujeitos também precisam ser estudados até “porque ao final o papel da história [...] é historiar as complexidades, não as simplicidades” (LEVI, 2013, p. 225).

Em 1902, com o surgimento do jornal *O Amigo do Povo*, as lutas dos trabalhadores passaram a ser divulgadas com mais amplitude para o público brasileiro, fortalecendo-se a rede de apoio dos anarquistas ao movimento sindical. Essa afinidade será fundamental e levará nos anos seguintes a linha editorial a fazer considerações sobre o papel dos sindicatos²²⁶ na sociedade. Para fins do nosso trabalho, importa o registro de em 1902, quando a publicação d'A *Lanterna* foi interrompida, Benjamim Mota participou da criação do jornal anarquista *O Amigo Povo*, o qual veiculou no mesmo ano diversos protestos dos trabalhadores e a atuação das ligas de resistência.

²²⁴ “**Boicotaggio:** Non comprate i cappelli della fabbrica Diodato Lemme, di Matanó Serrichio & C.” (O AMIGO DO POVO, 01/05/1902, p.3).

²²⁵ Eis o relato do operário Arthur Hirsch na Liga de Resistência entre chapeleiros e anexos: “Tivemos alguns traidores, é verdade: aparecem muitas vezes. Incapazes de compreender os próprios interesses, julgando melhorar a situação própria, sacrificam-se, atirando á lama a sua dignidade de homens. Deixemo-los e evitemo-los: são a grangena das nossas sociedades, são os nossos peores inimigos. Confio em não quereis imitar o pessimo exemplo d’esses traidores dos próprios companheiros e faço voto pra que a greve termine rápida e satisfatoriamente.” (O AMIGO DO POVO, 10/05/1902, p. 3)

²²⁶ Ver: TOLEDO, Edilene. *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Campinas, SP: [s.n.], 1993. Dissertação de Mestrado. IFCH / UNICAMP.

2.5 EM 1903, REAPARECE A *LANTERNA*: CONSIDERAÇÕES SOBRE A LIBERDADE DE CULTO E ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA

Reapparece hoje *A Lanterna*, e, fiel ao seu programma, continuará a combater a invasão jesuítica e o dominio do ultramontanismo no Brazil. Mais do que nunca é necessaria agora a nossa propaganda, pois o inimigo já conseguiu aliados até nas mais altas espheras de poder, já conseguiu transformar ministros de uma republica que separou a Igreja do Estado em lacaios da cúria romana e, corrompendo para se impor evidentemente comprou alguns dos grandes órgãos fluminesees que, na questão beneditina, se collocaram ao lado dos frades estrangeiros, aves de rapina que a igreja romana está soltando sobre o Brazil.

A luta franca e a descoberta contra a corja fradesca, contra a clericanalha expulsa de outras terras é uma necessidade inadiavel. (A LANTERNA, 6-7/06/1903)

Em junho de 1903 *A Lanterna* volta a ser impressa. Este é o ano de maior publicação do jornal (34 edições) e de regularidade. Benjamim Mota retoma o periódico anticlerical, sob o argumento do crescimento da influência religiosa nas instituições públicas do Brasil. Havia, ainda, o descontentamento na política, pois *A Lanterna* chegou a fazer, em 1901, campanha contra Rodrigues Alves e viu, no final de 1902, este se tornar presidente da República.

Mota tinha o receio de que fosse violado “o pouco de liberdades” garantidas aos cidadãos, também no que dizia respeito à liberdade de cultos. Por isso, na primeira edição de 1903, os colaboradores reproduzem um manifesto ao povo, em que defendiam: a liberdade de consciência, o combate aos “privilégios” das ordens religiosas e o funcionamento republicano dos órgãos públicos do país.

Este Manifesto havia sido elaborado em 1899 pela “Liga Anti- Clerical”, mas permanecia na redação d’A *Lanterna* para obtenção de mais assinaturas. Na lista, encontram-se o nome de Benjamim Mota e do seu irmão, João Evangelista Silveira da Mota. O público-alvo d’A *Lanterna* permanecia o mesmo, assim como o desejo de distribuí-la de forma gratuita em escolas, fábricas e quartéis. Para uma maior arrecadação, acrescentava-se ao sistema de subscrição, o sistema de assinaturas e vendas avulsas. Além disso, A *Lanterna* tornava-se uma cooperativa²²⁷.

Para explicar a importância d’A *Lanterna* no cenário brasileiro e para conquistar mais leitores, o redator-chefe faz uma análise do papel desempenhado pela folha no ano de 1901 e convida os anticlericais para retomar a luta. Nessa direção, afirmava:

A Lanterna, que o povo brasileiro já conhece, porque a leu, applaudiu e deu-lhe vida gloriosa, resurgindo para a lucta, conta com os antigos colaboradores e tem agora uma organização que garante a sua publicação regular aos sabbados.

Não dispõe de capital, pelo que precisa do auxilio dos seus bons amigos, mas organizada sob a forma de cooperativa, poderá resistir muito tempo e vencer as dificuldades que surgirem.

Prometendo, pois, fidelidade ao nosso programa e pontualidade na publicação, esperamos que os nossos bons amigos nos auxiliem e que durante algum tempo, ao menos, *todos os anti-clericaes se devotem afim de assegurar a esta folha a sua*

²²⁷ “A Lanterna reaparece hoje com uma organização que lhe garante a existencia apoiada numa cooperativa, da qual farão parte todos os que a auxiliarem. [...]. Está claro que quanto mais assignantes tiver A Lanterna, mais solida será a sua existencia, e, aos nossos amigos pedimos especialmente que, si nos quizerem auxiliar, procurem muitos assignantes para este jornal. A venda avulsa é também um solido apoio do jornalismo, e della cuidaremos, para diffundir A Lanterna por toda a parte. E, acceitaremos os auxílios expontaneos de quantos queiram tornar forte esta folha, garantindo-lhe a existencia” (A LANTERNA, 6-7/06/1903).

existencia, tão necessaria a salvação do Brazil porque de norte a sul do paiz ella levará o grito de combate ao inimigo do progresso e da liberdade. Não fôra a consciencia de um dever a cumprir e não attenderiamos ao chamado dos que resolveram fazer reapparecer A Lanterna porque a lucta tem espinhos e o adversario, poderoso pelo dinheiro, zomba dos que só levam para a arena o esforço intelletual e a dedicação a uma causa.

Poderemos ser vencidos. Que importa! Cahiremos envoltos na nossa bandeira, e o nosso exemplo não será em vão, mas a fradaria emigrada verá que despertaremos de novo o povo brasileiro e o chamaremos a postos todos os anti-clericaes, todos os bons brasileiros que amam ao Brazil e todos os filhos de outras terras, que vindo trabalhar connosco no nosso progresso amam bastante esta terra para desejar-lhe o supremo bem de não ser dominada pelos masmarrros das ordens regulares, expulsos de outros paizes.

A postos, pois, anti-clericaes do Brazil! (A LANTERNA, 6-7/06/1903).

Uma das maiores preocupações dos redatores e colaboradores d'A *Lanterna*, em 1903, era o crescimento da força religiosa na administração pública brasileira: “não podemos ver impassíveis os favores e os privilegios que a Republica concedeu ao clero e a egreja catholica, favores que vão até a auxiliar a construção de egrejas, como acontece em S. Paulo com os benefícios das loterias” (A LANTERNA, 04/07/1903). Embora a luta lhes parecesse desigual e extenuante, os anticlericais proclamavam o seu dever de combater o “jesuitismo” e de propagar as violações ao texto da Constituição de 1891, cujo artigo 72, § 7º dispunha: “Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção official, nem terá relações de dependência, ou aliança com o governo da União, ou o dos Estados”.

Neste contexto, ganha evidencia o Projeto de Erico Coelho, deputado pelo Rio de Janeiro, que questionava a lei n. 173 de 10 de Setembro de 1893 (ver ANEXO Ggg) e buscava um disciplinamento que melhor regulamentasse as associações

religiosas tratadas o art. 72 § 3º da Constituição de 1891²²⁸. De forma sintetizada, o projeto apresentado na Câmara dos Deputados, “divide-se em tres títulos: o 1º trata da liberdade de culto e o 2º da associação religiosa; 3º estatue as disposições transitórias, indispensaveis para o pleno vigor do determinado no 2º titulo” (A LANTERNA, 22-23/08/1903). Ao longo de 1903, *A Lanterna* acompanhou a tramitação deste projeto e, antes mesmo de que fosse apresentado na Câmara, os redatores mostravam-se informados do processo de elaboração e demonstraram cautela antes de manifestar apoio ao projeto. Asseguravam:

Aguardamos a apresentação do projeto para estudal-o detidamente.

Si, interpretando a Constituição Federal affastar o perigo do jesuitismo e de ultramontanismo, *sem lesão á liberdade individual e ao direito á livre manifestação de pensamento*, que cada um tem, elle terá os nossos applausos. Mas, si offender aos direitos que queremos inviolaveis para todos, da livre manifestação do pensamento e de reunião, nós combateremos. (A LANTERNA 4-5/06/1903, p. 1, grifo nosso).

Na folha de 29-30 de Agosto, *A Lanterna* publica na íntegra o Projeto de Lei e o discurso de Erico Coelho realizado na Câmara Federal (ver ANEXO Hhh). Nele, o deputado defendia que a associação religiosa deveria ser destinada exclusivamente ao culto, logo não poderia aplicar os seus bens e função para fundação de escolas, asilos e hospitais. Esta limitação era uma das diferenças entre o Projeto Erico e a Lei 173/1893 que regulava a organização das associações para fins religiosos nos termos do art. 72, § 3º, da Constituição. Entendia Erico Coelho que:

O Congresso Nacional de 1893 instituiu caprichosamente a associação religiosa (*sui generes* de typo constitucional invariável) em commum com diversas especies de

²²⁸ “Art. 71, § 3º Todos os individuos e confissões religiosas podem exercer publica e livremente o seu culto, associando-se para esse fim adquirindo bens, observadas as disposições do direito commum.”

associações civis para varios fins, no numero das que figura na lei n. 173, de 10 de setembro, uma entidade coletiva, extravagante em boa doutrina de direito publico, refiro-me á aggremação politica, talvez revolucionária, investida de individualidade jurídica.

Omite a lei, que critico, os preceitos a que a associação religiosa se deve cingir observando a sua funcção exclusiva e restricções da respectiva capacidade jurídica, livre no adquirir bens de fortuna, mas obrigada a não distrahir-os do culto em misteres estranhos ao seu destino na sociedade.

Deixou assim o Poder Legislativo sem sancção penal as transgressões da ordem constitucional attento o § 3º, do art. 72 em hypothese da associação religiosa degenerar; *verbi gratia*, em entidade collectiva de mero recreio, ephemera por indole, do numero das associações que a lei de 10 de setembro de 1893 estatuiu em commum. (A LANTERNA, 29-30/08/1903, p. 1)

A redação d'A *Lanterna* ao examinar o Projeto de Lei de Erico, observou que ele trazia mais mecanismos jurídicos para compelir a separação da Igreja e do Estado, que de maneira formal estava consagrada desde 1890, pelo decreto nº 119-A (ver ANEXO Iii), mas na prática a relação entre política e religião era mais complexa e indiscriminada. Diante disso, A *Lanterna* veiculou um artigo a favor do Projeto Lei Erico, afirmava que esse disciplinamento não violava os direitos da igreja, pois a liberdade para professar rituais religiosos era mantida, mas de forma restrita e separada da ordem pública.

Nesta linha de raciocínio, as associações para fins religiosos deveriam ter outro disciplinamento jurídico, pois eram distintas das associações civis. Concluía o texto “os amigos da liberdade devem, pois, se unir para prestigiar o projecto Erico, que si fôr convertido em lei, nos pouparará maiores dissabores e desditas no futuro” (A LANTERNA, 5-6/09/1903, p. 1). Apesar desse esforço, é só com o Código Civil de 1916 que haverá um

novo tratamento jurídico sobre a Igreja, que se torna “sociedade religiosa” (pessoa jurídica de direito privado²²⁹).

²²⁹ “Art. 16. São pessoas jurídicas de direito privado: I – as sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações; II – as sociedades mercantis; III – os partidos políticos.”

CAPÍTULO 3 – DISSOLUÇÃO DA PRIMEIRA FASE D'A LANTERNA E O “ESPÍRITO DE COMBATIVIDADE” DE BENJAMIM MOTA: A LUTA POR UMA LEGISLAÇÃO SOCIAL

Tudo que interessa ao movimento social deve ser endereçado ao Secretario da Redação [do jornal A Lanterna]. Os grupos e mais associações operarias devem mandar as comunicações até ás 2 horas da tarde, para serem publicadas no mesmo dia. (A LANTERNA, 22/12/1903, p. 2, grifo nosso)

Em 1903, quando o jornal *A Lanterna* reaparece, o tema central nos primeiros meses é a questão dos direitos políticos, evidenciados a partir da tensão entre Igreja e Estado. O argumento da interferência da religião nas instituições públicas e relatos indecorosos dos representantes do clero é uma constante até o último número do jornal, contudo paralelo a estes assuntos ganha evidência, sobretudo em 1904, a questão social no Brasil.

Se o projeto d'A *Lanterna* em 1901 era ser apenas uma folha anticlerical (acordo estabelecido entre Benjamim Mota e os colaboradores), não é este o direcionamento que a redação transmite no fim de 1903 (segundo nossa interpretação). Coadunada a esta nova tendência, é criada uma seção para divulgar associações civis, ligas de resistência²³⁰ e manifestações operárias. O redator-chefe, por sua vez, passa a expor o seu posicionamento político-ideológico e utiliza *A Lanterna* como um instrumento para propagar eventos de tendência socialista-anárquica²³¹.

²³⁰ “Agora que *A Lanterna* se publica regularmente todos os sabbados pomos esta columna á disposição das associações liberaes que della queiram se utilizar para convocações ou comunicações de qualquer especie [...]. Assim, pois, fica esta secção á disposição das lojas Maçonicas e de todas as associações liberaes e ligas de resistencia desta Capital, do Interior e Estados” (A LANTERNA, 15-16/08/1903, p. 3, grifo nosso).

²³¹ “**Circulo Socialista “Aurora” da Barra Funda: Convida-se o povo para assistir a uma publica conferencia que o cidadão Benjamim Mota fará a rua Souza Lima 34, as duas horas, de amanha 17 do corrente sobre o thema: <<Evolução da propriedade.>>**” (A LANTERNA, 16/01/1904, grifo nosso).

O objetivo deste terceiro capítulo é lançar luz sobre as mudanças e direções do jornal *A Lanterna* até o último número dirigido por Benjamim Mota. Nesse sentido, destacamos o apoio da linha editorial ao movimento grevista dos trabalhadores do Rio de Janeiro. A partir deste item será possível fazer um balanço e apontar a questão trabalhista como uma das lutas travadas por Benjamim Mota. Este pensador defendeu uma legislação social ampla, que abrangia também a matéria previdenciária e assistencial.

Em um segundo momento, haverá referência às causas que motivaram Benjamim Mota a se afastar d'*A Lanterna* e com isso, pôr fim a primeira fase do jornal²³². Faremos, ainda, referência à controvérsia entre Benjamim Mota e Everardo Dias silenciada na história do movimento operário brasileiro. Ao final, há menção a trajetória de Mota em paralelo aos movimentos sociais no Brasil.

3.1 O APOIO À GREVE DOS TRABALHADORES MARÍTIMOS (1903-1904)

Nós estamos ao lado dos grévistas e conosco todos os homens livres, e saberemos estyhmatar as infamias de que sejam vítimas. (A LANTERNA, 29/12/1903, p. 2, grifo nosso)

Ações relacionadas a greves passam a ser ressaltadas no jornal *A Lanterna* no fim de 1903. Há notas e informações tanto no plano nacional quanto no internacional²³³. Neste periódico, a greve é vista como um instrumento da luta e reivindicação de

²³² “A segunda fase, sob direção de Edgar Leuenroth, durou sete anos, estendendo-se de 1909 a 1916, com a publicação de 293 números” (A LANTERNA, 13/07/1933, p. 1).

²³³ “GREVE (Paris, 15): O syndicato dos padeiros de Paris e do departamento do Seine-et-Oise resolveu marcar a grêve geral da classe passada o dia 31 do corrente, caso não sejam atendidas as reclamações dos operarios da alimentação. Na Bolsa do Trabalho tem havido grandes reuniões, e reina grande animação pela perspectiva de uma grêve geral não só da classe, mas de todos os trabalhadores, pois os syndicatos estão resolvidos a promover uma grêve de solidariedade” (A LANTERNA, 15/12/1903, p. 2).

direitos contra a classe patronal²³⁴ e medidas abusivas do Estado.

O direcionamento político e social, em favor da causa dos trabalhadores, leva os historiadores a identificar esta folha com a imprensa operária. Para Boris Fausto, “A Lanterna é o veículo mais consistente do anticlericalismo anarquista, embora seja razoável supor que ele tenha sido temperado pelo propósito de aglutinar outros círculos além dos libertários” (FAUSTO, 1977, p. 83, grifo nosso). O que este capítulo tenta demonstrar é a descontinuidade temática do jornal, pois nos primeiros números há quase que exclusividade em defesa das “luzes” e o combate a religião nos diversos setores da sociedade brasileira²³⁵. No entanto, em 1903-1904, a linha editorial passa a propagar várias manifestações e colaborar com a causa dos operários. É nesse momento, que a greve dos trabalhadores marítimos no Rio de Janeiro ganha relevância e aprovação nas páginas de *A Lanterna*.

A redação noticiava em 29 de Dezembro de 1903:

Estão em grêve as tripulações das barcas, lanchas, rebocadores e todas as pequenas embarcações do porto, em signal de protesto contra o sorteio para armada a realizar-se amanha em virtude da lei ultimamente sancionada.

O serviço de transportes maritimos entre esta Capital, Petropolis, Therezopolis, Paquetá e Nitheroy estão interrompidas desde pela manhan.

Todos os rebocadores do porto estão de fogos apagados. (A LANTERNA, 1904, p. 2)

²³⁴ “A greve dos sapateiros continua. A intervenção do sr. chefe do policia foi nulla e inepta. A classe dos sapateiros em grêve está se deixando illudir pela *A Nação* e por isso a grêve com pasmaceira difficilmente obterão os grevistas os desejados fins. Os patrões podem resistir e reduzil-os pela fome, a volta ao trabalho desde que não sejam mais energicos na sustenção de seus direitos” (A LANTERNA, 19/12/1903, p. 2.).

²³⁵ “No plano educativo, a presença da Igreja continua sendo dominante nas faixas estratégicas do ensino primário e secundário, a tal ponto que somente no início do século XX surge a primeira escola leiga gratuita de São Paulo” (FAUSTO, 1977, p. 83).

A lei que se refere o texto e que contrariava os interesses dos grevistas era o resultado de uma ampla reforma urbana, realizada no governo de Rodrigues Alves²³⁶. Essas obras públicas, longe de serem projetadas para melhoria da qualidade de vida da população geral, acabaram intensificando tensões e contradições sociais. “Milhares de pessoas ficaram desabrigadas e tiveram seu quadro cotidiano de existência pulverizado pelas obras, e pelas normas e proibições que foram instituídas concomitantemente” (BENCHIMOL, p. 258).

A zona portuária do Rio era bastante desenvolvida (em comparação com o porto de Santos, em São Paulo) e tinha setores comerciais que traziam recursos e movimentação no setor econômico desde o século XIX²³⁷. Este local, em contrapartida, “inspirava reações dúplices às elites: repulsa aos perigos que emanavam dos setores populares lá concentrados, fascínio pelo exotismo e o pitoresco de suas comunidades estrangeiras, as casas de ópio dos chineses, as polacas e francesas dos prostíbulos [...]” (BENCHIMOL, 2008, p. 256).

Com o intuito de remodelar a cidade, há uma grande quantidade de demolições e desapropriações na área portuária, assim como passa a haver forte atuação do Estado em questões que antes ficavam alheias à ação do governo federal. “*Foi preciso arrancar do Congresso, a duras penas, novas leis que conferissem ao Estado os mecanismos jurídicos e os recursos financeiros para a obra de destruição e reconstrução planejada*” (BENCHIMOL, 2008, p. 261, grifo nosso). Dentre as medidas legislativas implantadas, estão:

o presente da República, Rodrigues Alves, através do Decreto n.º 4.939, de 22 de agosto de 1903, anula os planos

²³⁶ “No programa de governo apresentado em outubro de 1901 pelo candidato à Presidência da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves, o saneamento do Rio de Janeiro era prioridade. A cidade de São Paulo acabara de ser remodelada durante seu mandato como presidente do estado. Nos jornais, Buenos Aires era exaltada como o exemplo a seguir, com seu porto modernizado, as belas avenidas [...]” (BENCHIMOL, 2008, p. 243)

²³⁷ No final do século XIX, o Rio de Janeiro era um dos “15 principais portos do mundo e em terceiro no continente americano, após Nova Iorque e Buenos Aires” (LOBO, 1978, p. 448).

apresentados, os contratos e estatiza as obras de melhoramentos do porto do Rio de Janeiro. Em 18 de setembro de 1903, através do Decreto n.º 4.969, são apresentados novos planos, visando à aplicação do empréstimo de 8.500.000 libras esterlinas (Decreto n.º 4.889/1903) contraído junto à Inglaterra. Ressalva-se a autorização para a desapropriação de terrenos e prédios para a execução das obras necessárias. Os decretos números: 4.839, prevê o levantamento de um empréstimo de 8.500.000L com os banqueiros N. M. Rothschild & Sons, de Londres; 4.859, estabelece, em regime especial, a execução das obras de melhoramentos dos portos com a criação da Caixa Especial dos Portos; 4.860, providencia sobre a encampação das antigas concessões para obras de melhoramentos da cidade e do porto do Rio de Janeiro; 4.865, autoriza a emissão de apólices especiais, no valor de 17.300 contos para serem aplicados no pagamento relativo às concessões de que estava em gozo a Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil; 4.799, cria a taxa de 1,5%, posteriormente elevada para 2%, sobre a importação efetuada pelo porto do Rio; 4.939, declara sem efeito as aprovações dos antigos planos e orçamentos para o melhoramento deste porto; 4.939, declara sem efeito as aprovações dos antigos planos e orçamentos para o melhoramento deste porto; 4.956, aprova o regulamento de consolidação, com modificações, do processo sobre as desapropriações por necessidade ou utilidade pública.

Ocorre que, neste momento, todas as obras ficaram com o próprio governo federal. Outra mudança importante é o de monopolização das atividades portuárias (operação, armazenagem etc) nas mãos do governo federal que podia conceder a exploração a terceiros. (HONORATO, 2011, p. 132-133, grifo nosso)

Tendo feito campanha em 1901 contra a candidatura de Rodrigues Alves à presidência do país, o redator-chefe d'*A Lanterna* observava essa série de reformas com um olhar crítico, sobretudo pelo ônus causado às camadas mais populares. Naquele momento, “as demolições levantavam densa nuvem de interesses feridos, de ódios contra o governo e as oligarquias” (BENCHIMOL, 2008, p. 262). Coube *À Lanterna* acompanhar os acontecimentos no Rio de Janeiro, denunciar ao público paulista os abusos do Governo Federal e apoiar os trabalhadores grevistas.

Com o tratamento habitual e esperado, a polícia logo tratou de ocupar o litoral para reprimir os protestos, segundo relato da redação do jornal:

O governo como se vê pelos telegramas da manhan não quer ceder e pretende sustentar a lei, haja o que houver. Os grevistas contando com a sympathia de toda a imprensa vespertina e da maioria do povo mantêm-se firmes.

Consta que os estivadores do porto adheríram ao movimento grevista. O governo está disposto, parece, enveredar pela senda criminosa da represão violenta dos heroicos trabalhadores do mar afim de obriga-los a curvar-se ao despotismo de uma lei de excepção. (A LANTERNA, 29/12/1903, p. 2, grifo nosso)

Antes de tudo, este fragmento exalta o interesse pela questão social, pois outrora (no primeiro número do jornal) são intitulados “heróis de hontem” Saldanha Marinho, visconde de Rio Branco; neste trecho, porém, aparecem encarnados na figura de heróis: os trabalhadores. Essa mudança de perspectiva indica que a *A Lanterna* foi mais que uma folha anticlerical, tendo se posicionado ideologicamente em favor dos excluídos da sociedade, dentre eles: os trabalhadores, os imigrantes²³⁸ e as mulheres²³⁹.

²³⁸ A redação d'*A Lanterna* manifestou-se contrária a aprovação de lei que previa a expulsão dos estrangeiros. Conforme anunciava, “o governo amedrontado com a “grêve” que os seus mãos actos provocaram reuniu em palácio alguns senadores e deputados, ficando,

A greve dos trabalhadores do Rio de Janeiro tem repercussão direta nos trabalhadores de São Paulo²⁴⁰. É criada uma rede de solidariedade para além da esfera local e das categorias profissionais. Diante disso, *A Lanterna* intercedia: “desde já lembramos a todos os trabalhadores marítimos do Brasil e a todos os trabalhadores em geral a necessidade de apoiarem o movimento grevista, declarando-se a grêve geral si tanto for necessario” (A LANTERNA, 29/12/1903, p. 2). A última notícia veiculada no jornal sobre a greve é a expectativa de ser deflagrada uma greve geral²⁴¹ em virtude da insatisfação com a

já que o governo assim o queria, combinado que seria pedida ao congresso a aprovação de um projecto sobre a expulsão de estrangeiros” (A LANTERNA, 12/01/1904, p. 1, grifo nosso).

²³⁹ O tema dos direitos e participação política das mulheres não foi central no jornal *A Lanterna*, entretanto isso não impediu que a questão fosse abordada de forma secundária. A capa do dia 8 de janeiro de 1904 trazia o artigo intitulado “Emancipação da mulher”, assinado por Rogerius (um provável colaborador ou redator do jornal), ele encerra com a seguinte defesa: “E’ preciso promover a liberdade da mulher tanto do prejuizo religioso, como do convencionalismo hypocrita da nossa sociedade; é preciso que se lhe abram de par em par as portas do saber para que ella venha a prestar á humanidade, com o concurso da sua intelligencia um dos mais poderosos beneficios – a educação duma geração que está por vir. E’ necessario levantar da lama a sua dignidade até hoje contaminada pela baixa opinião a que está sujeito o seu sexo, a sua missão de mãe. *Aos incançaveis luctadores do ideal libertino compete o dever de estender a mão amiga a esse ser até hoje infeliz, para eleval-o a altura de uma entidade distincta e nobre e evitar que as vergonas de hoje nivelem a mulher ao simples papel de femea. A mulher não deve ser a necessidade puramente phisiologica do homem porque se de um lado o homem completa a mulher, de outro a mulher completa o homem*” (A LANTERNA, 1904, p. 1, grifo nosso).

²⁴⁰ “Em Santos realizou-se hontem o sorteio dos maritimos matriculados para o preenchimento dos claros da armada. A favor dos 105 que foram sorteados vae ser impetrado um *habeas-corpus* preventivo. Consta-nos que todos os trabalhadores do mar do porto de Santos se declararão em greve caso seja negado o *habeas-corpus* e corram elles risco de soffer um constragimento ilegal. No Rio continúa a greve dos homens do mar” (A LANTERNA 30/12/1903, p.1)

²⁴¹ “GREVE GERAL: Ao que consta as classes trabalhadoras como um protesto contra a lei de execção votada sobre o sorteio marítimo, e também por causa da terrível crise economica, preparam a greve geral.

política do governo federal. Esses primeiros anos do século XX são de intenso confronto e movimentos grevistas no Rio de Janeiro²⁴² e em São Paulo²⁴³ (atenção ao ANEXO Kkk).

Resta-nos, então, apontar a relevância do movimento operário na linha editorial d'A *Lanterna*, que passa (a partir de 1903) a propagar que: “a greve é alma do trabalhador contra a opressão capitalista e deve ser também arma poderosa contra a opressão governamental” (A LANTERNA, 29/12/1903, grifo nosso). Benjamim Mota, por sua vez, defenderá as manifestações sociais e as greves para além das páginas d'A *Lanterna*. Ele se afastará, por exemplo, do jornal *O Comércio de São Paulo*, onde era redator, por divergir da linha dos proprietários sobre a greve dos trabalhadores da Companhia Paulista em 1906. (FAUSTO, 1977, p. 135).

3.2 A TRAJETÓRIA DAS LEIS SOCIAIS NOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XX NO BRASIL: UM BREVE BALANÇO

“E, como de ha muito, desde o dia em que ella foi promulgada, a Constituição é um papel sujo que os olygarchas desprezam [...]. Enfim parece que o povo cansado de soffrer vae despertando para a liberdade que lhe não deram os revolucionários caricatos de 15 de novembro”. (A LANTERNA, 08/01/1904, p. 1, grifo nosso)

Constando mais que o governo planeja abafar a greve quando Ella rebente com meios violentos, reina grande animação nos círculos operários e, si tal boato confirmar-se esta cidade assistirá scenas horrorosas, pois os trabalhadores não estão dispostos a ser espesinhados” (A LANTERNA 16/01/1904, p. 2)

²⁴² Ver GOLDMACHER, Marcela. A “*Greve Geral*” de 1903 – O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

²⁴³ Para entender os significados e implicações do direito de greve no movimento da Companhia Paulista, ver: SIQUEIRA, Gustavo. *História do Direito pelos movimentos sociais*: Cidadania, Experiências e Antropofagia Jurídica nas Estradas de Ferro (Brasil, 1906).

Desde o texto-base da campanha de Benjamim Mota em 1897, (abordado no item 1.1.4 do primeiro capítulo), ele demonstrava a necessidade de criação de leis sociais. O intuito era dar eficácia aos direitos políticos presentes no texto Constitucional de 1891, garantir assistência social aos setores populares e criar proteção para o trabalhador, também em situações de enfermidade e invalidez.

Embora no jornal *A Lanterna*, haja uma aproximação mais perceptível com a causa dos trabalhadores em 1903-1904, outros setores marginalizados da população (menores e idosos abandonados, por exemplo) não tiveram seus sofrimentos silenciados por parte do redator-chefe. Nessa linha de raciocínio, Benjamim Mota foi um defensor de uma ampla legislação social²⁴⁴, dando voz a vários sujeitos excluídos da cidadania e política brasileira.

Um aspecto singular do movimento social no início da Primeira República é a composição das estratégias de luta para a obtenção de direitos. Embora haja na historiografia uma versão genérica de que o ecletismo das teorias propiciou o fracasso do movimento operário na Primeira República, o nosso trabalho verifica outra realidade. As correntes ideológicas distintas não impediram de fazer com que anarquistas como Benjamim Mota apoiassem ligas operárias e conquistas no campo jurídico-político.

Se os direitos sociais passaram ao largo da primeira constituição republicana, as pautas reivindicatórias defendidas por Benjamim Mota aludem a uma multiplicidade de direitos, desde a assistência judiciária gratuita à jornada de 8 horas de trabalho. Em contraste a isso, o que se observa por parte do

²⁴⁴ No presente, a legislação social é dividida *lato sensu* em três categorias: “A legislação trabalhista refere-se às prerrogativas que determinam uma melhoria das condições de trabalho dentro da empresa, privada ou pública. A legislação previdenciária refere-se às prerrogativas que determinam uma melhoria, presente ou futura, das condições de vida e de consumo dos que trabalham. A legislação assistencial refere-se às prerrogativas que determinam uma melhoria imediata das condições de vida e de consumo de todos os necessitados, independentemente de estarem, ou não, integrados ao mercado de trabalho: crianças, idosos, desempregados, indigentes, etc.” (SAES, 2006, p. 26, grifo nosso).

Poder Público não é apenas o intuito de não legislar sobre questões sociais nos primeiros anos do século XX, mas a utilização dos instrumentos jurídicos para repressão dos movimentos sociais. A redação d'A *Lanterna* descreve essa contradição:

O regimen da Constituição de 24 de fevereiro de 1891 é o da absoluta independencia dos differentes ramos dos poderes públicos, mas, o que nós vemos todos os dias é um congresso de nomeados fazer tudo que o executivo deseja, porque lhe falta independencia e há muito perdeu a dignidade.

Assim, tendo mais uma vez o executivo ordenado aos lacaios da camara dos deputados e do senado a votação de uma lei inconstitucional e sclerada, a lei será votada.

Muito temos a dizer a respeito dessa medida odiosa que se quer enxertar na legislação brasileira, como meio de refreiar os protestos e as reivindicações do proletariado [...]. (A LANTERNA, 12/01/1904, p. 1, grifo nosso)

Nesse aspecto, fica patente a descrença na República brasileira, que não garantia os direitos civis e políticos da Constituição nem instituiu as leis protetivas e sociais defendidas naquele ano por Mota. A redação afirmava: “Republica para os fortes, para os grandes, para os potentados..., nunca para os pequenos e para os humildes, nunca jamais para o povo!... República – governo do povo pelo povo... que irrisão!” (A LANTERNA, 03/01/1904, p. 2). Os abusos dos governantes e a criação de leis repressivas e antipopulares, como as da reforma urbana e expulsão dos estrangeiros, faziam com que o grupo d'A *Lanterna* manifestasse ceticismo em relação ao sistema de justiça brasileiro: “o povo afinal, compreenderá que a lei só vale contra elle, nas suas justas reivindicações [...]” (A LANTERNA, 12/01/1904, p. 1, grifo nosso).

Apesar da ação repressiva do Estado, o número de associações e organizações sociais foi bastante expressivo em São Paulo na primeira década do século XX (ver ANEXO LII). Nesse prisma, é preciso ressaltar, porém, que não havia

necessariamente uma solidariedade automática da classe trabalhadora as redes de apoio eram construídas em cada caso, com suas particularidades e diferenças. Havia, por exemplo, quem integrasse a linha editorial d'A *Lanterna* em sua perspectiva social, mas não compartilhasse de uma “consciência de classe” genérica e abstrata. O colaborador, que assinava os textos com o pseudônimo “Zé Povo” reconhecia: “Eu não sou socialista por amor ao povo operario, e mentiria si tal affirmasse. Sou socialista porque, rebelde por natureza, destesto as hypocrisias da sociedade actual” (A LANTERNA, 12/01/1904, p. 1).

Pela leitura dos documentos (os textos escritos por Benjamim Mota e pelo editorial do grupo A *Lanterna* até 1904), podemos compreender a história das leis sociais nos primeiros anos do século XX, sob a forma de uma tensão. A luta dos movimentos sociais e dos trabalhadores para conquista de proteção e direitos e a reação (não raro de resistências) do Governo brasileiro. Dessas disputas, poucas leis foram criadas em benefício do operariado (atenção ao ANEXO Mmm). Esta materia ganha gênese institucional apenas nas décadas de 1910 e 1920²⁴⁵.

O que não quer dizer que não houvesse conquistas individuais e reparação a direitos violados no âmbito do Judiciário. Conforme relato veiculado n'A *Lanterna*:

O juiz federal substituto concedeu o <habeas-corpus> preventivo impetrado em favor dos pescadores matriculados na Ilha do Governador, visto não pertencerem os

²⁴⁵ “Nesse período, um grande número de projetos referentes às áreas trabalhista e previdenciária é apresentado no Congresso. A intensificação da atividade legiferante nesse domínio levará inclusive à criação, em 1917, da Comissão de Legislação Social na Câmara dos Deputados (comissão pela qual passaram todos os projetos antes de serem encaminhados à votação em plenário); bem como à transformação, por obra da reforma constitucional de 1926, da “legislação referente ao trabalho” em matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional. Contudo, dos projetos apresentados apenas alguns poucos serão aprovados.” (SAES, 2006, p. 33). Para obter acesso a Lista dos Projetos e Leis surgidas, sobretudo, a partir de 1917 sobre o operariado e as condições de trabalho, consultar: SIMÃO, 2012, p. 114-120.

mesmo á marinha mercante e terem provado estarem na iminência de soffrer um constrangimento illegal.

O dr. Lauro Sodré, senador do Districto Federal em carta que dirigiu ao dr. Rodrigues Alves, presidente da Republica, pediu a reconsideração da lei do sorteio por ser a mesma inconstitucional” (A LANTERNA, 29/12/1903, p. 2)

As conquistas no Judiciário eram pontuais e não garantiam um maior alcance aos trabalhadores. Apesar de várias categorias profissionais estarem organizadas e realizarem várias greves em São Paulo (ver ANEXO Nnn), o Poder Público atuou, sobretudo, de forma a reprimir os movimentos sociais. Para Assis Brandão, este comportamento é um reflexo do caracter privado nas questões econômicas, pois a primeira interferência do Estado brasileiro remontaria aos atos da abolição do regime escravista. Nessa perspectiva, “a diferença entre o braço escravo e o livre representava apenas uma diferença na forma de investimentos em mão de obra – *nunca a negação do direito privado de determinar as condições de locação da força de trabalho*” (SIMÃO, 2012, p. 84, grifo nosso)²⁴⁶.

Um agravante no caso brasileiro é que “tal privatismo não foi aqui uma consequência da simples adoção de ideias do liberalismo econômico, criadas nas áreas europeias em que se originou a sociedade capitalista” (SIMÃO, 2012, P. 84). Como foi abordado no primeiro capítulo, mesmo com o advento da República, muitas práticas do regime anterior permaneceram, o que originou a expressão “liberalismo oligárquico” para designar a experiência brasileira. Um redator d’A *Lanterna* publica um artigo (sem assinatura) em que aborda a situação social do país e direciona sua argumentação em favor da monarquia. Para ele,

O regimen das olygarchias que infelicitas e degrada o Brasil, nivelando-o aos territorios

²⁴⁶ Esta tendência não foi exclusiva do Brasil. De acordo com o professor Giovanni Cazzetta, “la disciplina giuslavoristica si affermò in Italia non contro, ma *entro* i confini tradizionali del diritto privato” (CAZZETA, 1988, p. 155, grifo do original). “A disciplina do direito do trabalho se afirmou na Itália não contra, mas *dentro* dos limites tradicionais do direito privado”. (Tradução nossa)

tyranisados pelos regulos da Africa, já não é sómente a immoralidade, a opressão dos cidadãos, o desrespeito as garantias constitucionais. Esse regimen nefasto é de há muito o crime tambem, a protecção a bandidos da peor especie, a fascinoras que servem os interesses do coronelismo lacao e servidor das olygarchias, a miseráveis mais infames ainda que os seus amos.

[...]

Nessa jornada destruiu-se uma monarchia liberal, banuiu-se um monarcha philosopho que durante 50 annos havia sido um esteio da liberdade politica e social do Brazil e alguns homens que na véspera não tinham um tostão para o bonde, assaltaram o poder proclamando a República que tem sido o regimen da fraude, do roubo, do assassinato e do aniquilamento de todas as liberdades do povo brasileiro". (A LANTERNA, 08/01/1904, p. 1)

Fragmento como este torna-se essencial para ilustrar que, mesmo a linha editorial d'*A Lanterna* apoiando as manifestações sociais no Brasil, não existiu uma homogeneidade na forma de pensar a política entre os redatores e colaboradores do jornal. Havia o compartilhamento de ideias e crenças, mas isto não restringia ou cerceava as particularidades e escolhas individuais dos membros do periódico. Um dos críticos mais severos da República (como expomos no primeiro capítulo), Benjamim Mota, não guardou nenhum saudosismo do período Monárquico brasileiro. Por isso, no número seguinte ao do depoimento transcrito acima, Mota refuta a tese de que no regime anterior havia mais liberdades e direitos à população. Nessa lógica, declara:

[...] o Brasil desde 15 de novembro de 1889 não é mais a monarchia tyranna de Pedro II, como a chamavam os nossos republicanos e nós tambem que desde menino abraçamos essa crença para abandonal-a quando a razão nos mostrou a iniquidade de todos os governos. (A LANTERNA, 10/01/1904, p.1, grifo nosso)

A trajetória das leis sociais no Brasil, na nossa interpretação, é o reflexo de uma história de tensão entre os trabalhadores, anarquistas, socialistas, simpatizantes e o Poder Público, que, não raro, utilizou da força policial para conter a população²⁴⁷. Assim sendo, para promover um balanço desse período, é preciso fazer uma análise-síntese da história do movimento social em São Paulo no começo do século XX. Nesse sentido, recorremos a um texto de Benjamim Mota escrito em 1919, em que ele elabora “notas para a história” sobre esse momento conflituoso.

Assim sendo, o nosso trabalho exalta que tratar de “legislação social” é ir além dos números dos decretos e leis aprovadas, devendo-se olhar nos interstícios das lutas por direito, muitas vezes solapadas e esquecidas pelos juristas do tempo presente. Seguimos, portanto, a perspectiva teórica de Giovanni Cazzeta, quando reconhece que:

L'affermarsi o il permanere di norme non può essere considerato il dato decisivo per una storia del diritto del lavoro. È noto che le stesse normative possono assumere in un diverso contesto socio-economico nuovi significati e svolgere funzioni sociali completamente differenti da quelle per cui erano state pensate e attuate in un primo momento. Ma non si tratta solo di quest'aspetto sociale.²⁴⁸ (CAZZETTA, 1988, p. 163)

²⁴⁷ Dentre tantos relatos, reporta-se: “As autoridades policiaes continuam, sob o pretexto de perseguir vagabundos, a praticar violências inqualificáveis” (A LANTERNA, 29/12/1903, p. 2)

²⁴⁸ “O aparecimento ou a permanência de normas não pode ser considerado o dado decisivo para uma história do direito do trabalho. Sabe-se que as mesmas normativas podem assumir, em um contexto sócio-econômico diverso, novos significados e realizar funções sociais completamente diferentes daquelas para os quais foram concebidas e implementadas em um primeiro momento. Mas não se trata somente deste aspecto social”. (Tradução nossa)

3.2.1 “Notas para a História: violências policiais contra o proletariado”

Dentre os editores “perigosos” que atuaram em São Paulo cabe ressaltar: Benjamim Mota, o italiano Luigi (Gigi) Damiani, o espanhol Primitivo Raymundo Soares, conhecido pelo pseudônimo de Florentino de Carvalho (1883-1947), o português Gregório Nazianzeno Moreira de Queiroz e Vasconcelos (1878-1920), também identificado como Neno Vasco, e os italianos Oreste Ristori e Antonio Piccarolo. O jurista Benjamim Mota pode ser considerado um dos expoentes do anarquismo em São Paulo. (CARNEIRO; KOSSOY, 2003, p. 29).

Estudar a história das leis sociais nos primeiros anos do século XX implica a reflexão sobre a prática dos movimentos sociais e a repressão policial. Benjamim Mota, no ano de 1919, fez um balanço histórico da sua experiência e dos grupos anarquistas que atuaram em São Paulo. Este reexame é uma referência importante e chegou a ser lido na Câmara Federal pelo deputado Nicanor Nascimento.

Havia alguns nomes, expoentes da classe média urbana, que defendiam, no âmbito parlamentar, a criação de leis e reformas sociais já nos primeiros anos da República, mas estas pautas ganharam significância na dimensão legislante por volta de 1910-1920. O artigo de Benjamim Mota, publicado no jornal *A Plebe* em 1919, traz por subtítulo “Ontem como hoje” e se baseia em dados memorialísticos sobre a formação dos movimentos sociais em São Paulo. O deputado Nicanor Nascimento realiza a leitura deste artigo na Câmara para aludir à luta histórica dos trabalhadores e ratificar as “miseráveis violências praticadas pela polícia contra o operariado”.

No início do texto, Benjamim Mota anuncia: “procurando lembrar-me desses factos, narrados tantas vezes em vários jornaes, e anteriores á pouca ação que tenho tido nas lutas sociaes, faço este rápido resumo histórico” (A PLEBE, 31/05/1919, p. 3). Nessa direção, prossegue:

O movimento social, em S. Paulo, foi iniciado pelos anarquistas que fundaram, entre outros

jornaes, em 1892 ou 1893, um periodico chamado *Gli Schiavi Bianchi*. Como é de ver esse jornal, *num meio então adverso e refractario á propaganda*, doutrinava procurando incutir nos meios trabalhadores (S. Paulo quase não tinha industria, então), os princípios da Internacional. A policia entrou logo a perseguir esses propagandista (Donati, Campagnoli, Vesani, Galileu Botti e outros), e, a pretexto de uma bomba que explodiu na casa do Dr. Carlos Paes de Barros, sem causar danos e cuja procedencia nunca foi verificada, *encarcerou todos os militantes* (18 ou 19), conservando-os numa prisão de cadeia, sem fôrma alguma de processo, durante nove longos meses. Postos em liberdade, quando as autoridades assim o entenderam voltaram alguns desses propagandistas a lutar pelo seu ideal, e outros, como Felix Vesani, retiraram-se do paiz. Creio que Campagnoli tambem foi para o exterior, regressando depois ao paiz. Estes factos poderão ser narrados, com mais fidelidade, por Campagnoli, pois os outros são mortos ou estão fora de S. Paulo e talvez do Brasil. Vitaliano Rotellini, director do Fanfulla, e que a esse tempo era anarchista, talvez se recorde tambem de tudo isso”. (A PLEBE, 31/05/1919, p. 3, grifo nosso)

Nas datas mencionadas (1892-1893), Benjamim Mota estava com 22/23 anos e ausente de São Paulo, pois parte deste decênio viveu na França e no Rio de Janeiro (cf. o capítulo 1). Ao regressar para São Paulo, Mota participa de protestos e grupos de resistências. No resumo histórico de 1919, ele delimita o seu ingresso na vida político-social: “do dia 1º de maio de 1897 para cá, que me interesse pelo movimento social e que tenho militado na propaganda, activamente até 1909, posso dizer o seguinte” (A PLEBE, 31/05/1919, p. 3, grifo nosso). E acrescenta:

Eram publicados em S. Paulo em 1897, dous jornaes de propaganda – *O Socialista*, collaborado por Ambrosio Chiodi, Estrella, Bernardino Ferraz, Arthur Breves, Beriolotti, Valentim Diego e outros e *Il Risveglio*,

anarchista, redigido por Alfredo Mari e colaborado por diversos militantes.

Apezar dos pontos de divergencia nos princípios, anarquistas e socialistas agiam quasi de accordo nas manifestações, comemorações e comícios de propaganda. (A PLEBE, 31/05/1919, p. 3, grifo nosso).

Enquanto no primeiro capítulo (sobretudo no item 1.2.1), verificamos nos textos Benjamim Mota a exaltação da diferença entre socialistas autoritários (“marxistas”) e socialistas libertários (anarquistas), no artigo de 1919, cujas fontes são as recordações do passado, ele demonstra aproximação dessas duas tendências nas lutas no início da Primeira República. Embora na teoria houvesse distinções entre essas correntes ideológicas (delimitadas nos textos de Benjamim nos anos de 1889-1900), na prática as redes de solidariedade dos militantes ultrapassavam qualquer visão homogênea e imóvel sobre o movimento social brasileiro e suas estratégias de ação.

Poder-se-ia questionar tanto a veracidade das lembranças de Mota e quanto a tentativa de “construir” a história do movimento social brasileiro sob sua ótica de interpretação. Para comprovar sua tese, ele traz, porém, uma série de exemplos em que socialistas e anarquistas lutaram juntos em São Paulo. Dentre os fatos citados, estão:

O dia 1 de maio de 1898 foi aproveitado para intensificação da propaganda em todo o Estado tendo diversos oradores realizado conferencias em Santos, São Paulo, Jundiahy, Campinas e Ribeirão Preto.

Recomeçaram as perseguições por esse motivo e, a cada passo, eram os militantes mais activos presos ilegalmente.

Entre italianos e brasileiros haviam ficado latente ódios profundos em virtude da *Questão dos Protocollos*, em agosto de 1896, e os socialistas e anarquistas procuravam, com a sua propaganda, apagar esses ódios, comndenando a realização de festas patrióticas italianas e procurando inculir nos trabalhadores italianos a convicção da inutilidade dessas comemorações, porque a pátria madrastra

os obrigara a procurar no estrangeiro um pedaço de pão.

O capitão Nicoláo Matarazzo, subdelegado do Bom Retiro e verdadeiro chefe dos secretas naquelle tempo, era um feroz inimigo dos anarchistas e socialistas, e servia ao governo de então perseguindo-os. (A PLEBE, 31/05/1919, p. 3, grifo nosso).

Neste fragmento, Benjamim se refere à atuação da polícia no governo de Campos Sales e faz referência aos acontecimentos conhecidos como “Questões Italianas” ou dos Protocolos, uma “pendência internacional relativa a indenizações pleiteadas por colonos italianos e discutidas no Congresso Nacional” (TAUNAY, 2004, p. 92), de que decorreu uma série de conflitos e tensões em São Paulo. Os socialistas e anarquistas buscaram unir forças para aproximar trabalhadores brasileiros e italianos, a fim de lutarem juntos por melhores condições de vida e trabalho.

A violação a direitos e garantias constitucionais foi uma constante no começo do século XX Benjamim Mota relata, em vários textos, prisões arbitrárias e desrespeito à liberdade de pensamento, domicílio e manifestação. No resumo histórico, ele descreve a perseguição da polícia aos militantes e simpatizantes. *É possível* observar, inclusive, como Benjamim Mota, *mesmo anarquista, utiliza o argumento jurídico da legalidade para não ser preso*, o que não aconteceu com outros indivíduos. No artigo de 1919, relata:

No dia 11 de novembro de 1898, commemorando os martyros de Chicago publicaram os anarchistas e socialistas um manifesto assignado por Gigi Damiani, Bruschi, Zeferino Bartolomazi, Estevam Estrella e quem estas notas subscreve [Benjamim Mota].

Apenas affixado o manifesto, na noite do dia 10, a policia mandou prender todos os signatarios. Gigi, Bruschi e Bartolomazi foram arrancados violentamente dos seus domicilios, durante a noite e Estevão Estrella foi preso em um baile, onde se achava com a sua familia. Só não foi preso o signatario desta [Benjamim Mota], porque resistiu, em

sua residencia, declarando ao dr. Alberto de Oliveira Fausto, que o ia prender, que quem penetrasse no seu domicilio seria por elle atirado.

Não pararam ahi as perseguições da policia. Esta querendo levantar o espirito publico contra os anarquistas e socialistas, fez affixar em boletim que haviam sido presos dous anarchistas, na Cantareira, quando pretendiam envenenar os reservatórios de agua que abasteciam a capital. (A PLEBE, 31/05/1919, p. 3, grifo nosso)

A cada ação repressiva ficava visível para os anarquistas e socialistas a necessidade de unir forças, para além das diferenças ideológicas e de nacionalidade. Os jornais de combate e operários auxiliaram este papel de integração entre os indivíduos que guardavam em comum o interesse pela questão social e política do Brasil.

3.3 AS REDES DE COLABORAÇÃO: A LANTERNA, O LIVRE PENSADOR, L'AZINO E SEMPRE AVANTI!

Ed io, modesto milite d'un Ideale di libertà e di giustizia, io che ho amato ed amo il tuo Brasile, in cui ho trovato, nei tristi giorni della persecuzione e della proscrizione votatami dalla borghesia della mia patria, un asilo generoso, saró ben lieto di collaborare come le poche mie forze mi consentono all'opera che tu hai intrapreso, non senza incitare tutti i miei compagni delle battaglie di un giorno che costi vivono ad unirsi alla nobile falange da te condotta, amico Mota [...].²⁴⁹

Alceste de Ambrys

²⁴⁹ “E eu, modesto soldado de um ideal de liberdade e justiça, eu que amei e amo o teu Brasil, onde eu encontrei, nos dias tristes de perseguição e da proscrição consagradas pela burguesia da minha patria, um generoso asilo, estarei muito feliz de colaborar como as minhas poucas forças me permitem ao trabalho que tu se comprometeste, não sem convidar todos os meus companheiros das batalhas de um dia, que a qualquer custo vivem, para se unir a nobre *falange* da tua conduta, amigo Mota [...]”. (Tradução nossa)

Savona, 9 Dicembre 1903
(SEMPRE AVANTI, 08/01/1904)

De 1901 a 1904, *A Lanterna* veiculou, de modo frequente, comunicados solicitando auxílio financeiro, pois a arrecadação da venda do jornal não era suficiente para suprir as despesas. A iminência do encerramento da publicação foi uma constante, o redator-chefe chegava a requisitar dos leitores: “NOS REMETT[ÃO] IMEDIATAMENTE qualquer quantia que recebam, pois A LANTERNA é pobre, vive *au jour le jour*, e são pobres também os que a dirigem, não podendo entrar todos os dias com dinheiro para cobrir os *deficits*” (A LANTERNA, 19-27/09/1903, p. 1).

Uma dentre tantas tentativas de melhorar as condições foi transformar *A Lanterna* em uma sociedade anônima. Apesar do esforço de manter a circulação do jornal, o grupo de redatores em 1903, já mostrava certo desânimo, conforme se observa na leitura do artigo de Benjamim Mota:

Agora que tratamos de constituir uma sociedade anonyma para a publicação diaria, é preciso que nos auxiliem os verdadeiros anti-clericaes.

Si não conseguirmos formar a sociedade anonyma para a publicação diaria desta folha, e, si ella continuar abandonada, sem o auxilio daquelles que tudo promettem e nada fazem, contando apenas com um cento de fieis e bons amigos, então, rendo como somos, e já o dissemos, muito pobres e não podendo cada semana entrar com 30\$000, 40\$000 ou 50\$000 do nosso bolso para a publicação regular da folha, preferimos, com um sacrificio maior, mas feito logo de uma vez, REEMBOLSAR AS ASSIGNATURAS não vencidas ainda, e suspender definitivamente a publicação da A LANTERNA.

Posto de combate e posto de sacrificio este em que estamos, só nos manteremos nelle si os nossos amigos nos auxiliarem, correspondendo aos nossos esforços como sabemos corresponder aos pedidos que recebemos para fazer conferencias, ou, para

no exercício da nossa profissão, defender os que são perseguidos por motivos de suas crenças.

Nós não exploramos a propaganda: nós não tiramos um único real desta folha, mas para que ella se publicasse regularmente entramos com sommas apreciáveis, apesar de vivermos do nosso trabalho cotidiano.

Temos dito. Não voltaremos mais a tratar deste assumpto. Os nossos amigos devem comprehender que o desanimo começa a se apoderar de nós; si acham a nossa propaganda util e necessaria, auxiliem-nos; si não, deixem A LANTERNA extinguir-se. (A LANTERNA, 19-27/09/1903, p. 1, grifo nosso)

Para demonstrar as reais condições dos custos do jornal, o redator-chefe publica um balanço financeiro realizado no dia 25 de Setembro de 1903. Diante do exposto, verifica-se um déficit de 950\$400 (ver anexo O’). Benjamim Mota acrescenta que o intuito de publicizar as dificuldades é “para que todos fiquem sabendo que não vivemos a custa da propaganda, nem deste jornal que é um posto de sacrificio tão sómente” (A LANTERNA, 19-27/09/1903 p.1). Um problema recorrente era o não repasse dos pagamentos das assinaturas para a redação do jornal.

Nesse momento de adversidade, Benjamim Mota contextualiza a sua atuação na luta anticlerical e social, assim como, as razões que o levaram a criar *A Lanterna*. Demonstra em meados de 1904 um desalento e dúvidas sobre possibilidade de mudanças no Brasil. Nessa linha de análise, afirma:

E nós, que há cinco annos vimos lutando contra o clericalismo e o ultramontanismo, defendendo todos os opprimidos e todas as victimas de perseguições, si não pudermos manter esta tribuna que elevamos para nella se faserem ouvir os homens emancipados e todos os espíritos liberaes, abandonaremos então o campo da lucta a outros mais capazes, que melhor saibam aggremiar as forças do paiz contra os missionários do embrutecimento que Roma espalha sobre a terra, e atirou sobre o Brazil.

Convicções honestas e sinceras fizeram de nós um luctador; um natural desanimo, diante da apatia geral e da inconsciência de muitos que exploram até folhas de combate, que vivem difficilmente, talvez faça de nós amanhã um sceptico e um descrente, não acreditando mais no futuro do paiz, e resolvendo nunca mais luctar pela penna ou pela palavra, si chegarmos a acreditar que os nossos concidadãos não precisam dos nossos serviços. (A LANTERNA, 19-27/09/1903, p.1, grifo nosso)

Um acontecimento, porém, trará colaboração para permanência do jornal *A Lanterna* no final de 1903: a união com outras folhas anticlericais. Esta estratégia atenuava, pelo menos de forma momentânea, os graves problemas financeiros e a falta de incentivo por que passava os jornais de combate em São Paulo. A redação d'*A Lanterna* explica os motivos e a importância dessas redes de confluência na imprensa:

As necessidades da lucta contra a invasão fradesca no Brasil e contra o progresso sempre crescente do clericalismo e do jesuitismo deviam conduzir todos os anti-clericaes e todos livre-pensadores a uma união estreita, como meio de oppôr uma organização poderosa dos elementos liberaes do paiz á organização das forças reaccionarias, exercitadas nas sachristias na pratica de todas as hypocrisias.

Assim, comprehendendo a necessidade dessa cohesão, as redacções d'A Lanterna, d'O Livre Pensador e de L'Asino resolveram a fusão das tres folhas anti-clericaes desta Capital, isto no interesse da propaganda.

Em virtude dessa fusão A Lanterna, no dia 15 de dezembro proximo, encetará a sua publicação diaria, apparecendo ás 7 horas da noite, com uma pagina em italiano, intitulada Sempre Avanti!

E, como nesta época de mentiras e baixezas um jornal absolutamente independente é necessário em S. Paulo, A Lanterna, mantendo o seu programma, que é o de

todos os jornaes da fusão, será ainda uma sentinella avançada das reivindicações humanas e sempre fará ouvir a sua voz de protestos contra as injustiças sociaes e os escandalos que todos os dias são affrotosamente praticados, com desprezo da opinião publica. (A LANTERNA, 29/11/1903, p. 1, grifo nosso)

No fragmento acima, é comunicado a fusão de três jornais *A Lanterna*, *O Livre Pensador*, *L'Asino*. O ponto comum entre eles é a crítica anticlerical e, de modo secundário, o interesse em combater as injustiças sociais e apoiar as reivindicações. Um aspecto que deve ser observado é a divisão da sociedade brasileira sugerida pela redação d'*A Lanterna*, de um lado estariam as forças reacionárias e do outro as liberais. Neste ponto, Benjamim Mota não faz referência ao anarquismo ou socialismo; para combater, portanto, a influência religiosa na vida pública do país fazia necessário agregar várias visões ideológicas e políticas. Nesse sentido, com o intuito de unir forças e alcançar seus objetivos, Benjamim Mota soube adaptar seu discursos às circunstancias do momento e dialogar com diversos setores da sociedade brasileira.

N'A *Lanterna* também havia militantes (de múltiplas correntes), por exemplo, o redator-chefe da Seção Italiana em 1904 (com a fusão dos jornais, passou a se chamar folha *Sempre Avanti!*) era o sindicalista revolucionário Alfredo de Ambrys²⁵⁰. Este italiano era próximo a Benjamim Mota e endereçava cartas ao brasileiro mesmo quando estava no exterior. Uma dessas correspondências chegou a ser publicada no jornal *A Lanterna*, onde é possível verificar o incentivo e o apoio a Mota. É o que se depreende dos seguintes trechos:

*Mio caro Mota,
La tua Lanterna – che hai saputo tener
accesa, attraverso a tante e cosi gravi
difficoltà, mercé uno sforzo continuo di*

²⁵⁰ “E’ redattore-capo della sezione italiana <Sempre Avanti!> il cittadino Alfredo de Ambrys” (A LANTERNA, 10/01/1904, p. 3). Mais informações sobre este militante italiano ver: TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias*. Idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas SP, Editora da Unicamp, 2004.

abnegazione e di fede – diventa dunque quotidiana. L'annunzio mi è giunto supremamente grato, come grato deve esser giunto a tutti coloro che in cotesto paese pensano liberamente, qualunque sai la loro fede politica.

[...]

Ed io credo perciò, amico Mota, che la tua andace impresa avrà buon esito, como fervidamente ti auguro.

[...]

Avanti dunque! Insieme ai tuoi compagni lotta, continua – amico Mota – l'opera buona, continua la buona battaglia. (A LANTERNA, 08/01/1904, p. 1, grifo nosso)

Nesta passagem, verifica-se a complexidade das redes de solidariedade construídas entre os redatores, militantes e simpatizantes do jornal *A Lanterna*. O fator de aproximação não se baseava em uma “consciência de classe abstrata”, mas numa concepção liberal acerca das instituições públicas e das injustiças sociais, independente da crença política de cada indivíduo.

Essa heterogeneidade do grupo incomodava outros jornais operários. Em 1904, os redatores do “*Avanti!*” recusaram-se a receber o jornal *A Lanterna*, com a afirmação de que eles eram socialistas e não compartilhavam do programa anticlerical.

Esta atitude Benjamim Mota desaprovou publicamente:

Os colegas do *Avanti!* que deveriam ter exultado com o aparecimento diário desta folha [A Lanterna], por que há sete para oito annos vimos sustentando juntos na imprensa e na tribuna as reivindicações humanas, ao que parece não apreciaram essa publicação, tomando-nos, talvez, por um concorrente importuno, pois disseram apenas que se tratava de um jornal anti-clerical, quando no nosso artigo programma deixamos bem patente que lutamos contra todas as oppressões, incluídas portanto a do capitalismo explorador e do estado destruidor das energias individuais.

Brasileiro, emancipado do preconceito patriótico, fizemos sentir que para nós os

deveres de solidariedade humana vão além das fronteiras artificiaes creados pelos tyrannos dos povos para separar a Humanidade. (A LANTERNA, 13/01/1904, p. 1)

Verifica-se com a resposta de Benjamim Mota, que o fato do jornal *A Lanterna* ser anticlerical, não impedia que fossem veiculadas notícias sobre violações de direitos e injustiças sociais. Com isso, insinuava que as redes de solidariedade humana deveriam ser construídas para além dos estereótipos políticos “socialistas”, “anarquistas”, deveriam ser resultado da constituição plural da práxis social.

3.4 DISSOLVIDA A SOCIEDADE D'A LANTERNA: O AFASTAMENTO DE BENJAMIM MOTA

O primeiro dever de um bom anti-clerical, de um livre-pensador, é auxiliar, diffundindo-o entre os seus amigos, e pagando pontualmente a sua assignatura, o orgam da propaganda. A Lanterna, que foi e será sempre esse orgam por excellencia, não sòmente em S. Paulo, mas em todo o Brasil, precisa que a auxiliem os amigos conhecidos e desconhecidos; precisa do apoio de todos os que sentem profundamente a imminencia do perigo que ameaça as liberdades publicas neste vasto pedaço da America do Sul, desgraçado pela inépcia de nullidades arvoradas em supremos pilotos da não do Estado.

Eu me affasto da lucta.

Consola-me a lembrança de que A Lanterna està entregue a moços devotados à causa e que, ao lado della, no jornalismo de S. Paulo o velho luctador ex-padre Guilherme Dias vai, pel'A Reforma , fustigando o mostro clerical e o polvo jesuítico.

S. Paulo, 22-2-1904

Benjamim Mota

(A LANTERNA, 29/02/1904, grifo nosso)

Em 1904, chega ao fim a publicação do jornal *A Lanterna*. O último número sai em 29 de fevereiro e consta um depoimento detalhado de Benjamim Mota sobre as justificativas para o fim do periódico anticlerical. O título do artigo é provocador “Destruindo Calumnias” e, na maior parte, trata de explicar aos leitores os problemas e conflitos que surgiram na redação. O texto termina com o fragmento transcrito acima e, apesar da saída de Benjamim Mota, havia a expectativa de continuar a circulação da folha sob a direção de outros redatores, o que não veio a acontecer tão cedo. *A Lanterna* só volta a ser publicada em 17 de outubro de 1909, já sob a responsabilidade de Edgard Leuenroth.

No depoimento de 1904, antes de se pronunciar sobre o término d’*A Lanterna*, Benjamim Mota faz uma análise da sua trajetória na imprensa de combate e no movimento social. Aproveita para expor as dificuldades das lutas e das ameaças sofridas no percurso. Relata que:

Desde 1896 com maior ou menor actividade, tenho procurado sempre cumprir o meu dever de homem emancipado de preconceitos estupidos prejudiciaes ao individuo e à Humanidade, e, na minha não curta vida de propagandista alguns sacrificios tenho feito pela causa que me tem como humilde legionario.

Os meus artigos ahi estão esparsos numa infinidade de jornaes e revistas, e alguns foram reunidos em volume.

Mais de uma vez a minha vida correu sério perigo. Em Itapetininga esperou-me, quando eu alli devia ir em 1902, uma caipirada fanatisada pelos missionários da Sagrada Viscera de Maria e devo a vida sòmente ao facto de ter recebido o telegramma em que me chamavam com atraso de quase 24 horas.

Em Jundiahy, em Sorocaba, em S. Roque, em Taubaté, em Ribeirão Preto, em S. José dos Campos, em S. João da Bôa Vista e nesta Capital celebrei numerosas conferencias de propaganda até na tribuna judiciária quando nella tenho subido em serviço profissional, tenho propagado o livre-

pensamento, procurando concorrer assim para a emancipação dos meus concidadãos e de todos aquellos com os quaes convivo em sociedade. (A LANTERNA, 29/02/1904, p. 1, grifo nosso)

A leitura dos 59 números do jornal *A Lanterna* parece dar lastro à descrição acima, pois nos quatro anos de existência do periódico era frequente localizar notas sobre conferências de Benjamim Mota e os perigos do exercício da propaganda (convocações a polícia, infâmias e até agressões²⁵¹). No texto de 1904, sobre as razões que levaram ao fechamento do jornal, Benjamim Mota escreve com certa reverência acerca da fundação e do papel do jornal anticlerical no cenário um tanto conservador de São Paulo. Na releitura construída, afirma: “o que foi essa primeira phase desta folha está na consciencia de todos, já pela tiragem enorme a que *A Lanterna* átingiu, já pelo despertar de consciencias que provocou” (A LANTERNA, 29/02/1904, p. 1).

Aproveita para esclarecer as interrupções do jornal, sobretudo, em 1902. Ao que assegurava: “motivos particulares deram logar a suspensão d’A Lanterna, mas eu não cessei de lutar, como provam artigos publicados em muitos jornaes e conferencias effectuadas em diversas cidades e nesta Capital” (A LANTERNA, 29/02/1904, p. 1). Reconhece, ainda, a autoria da ideia de fusão entre os jornais anticlericais *A Lanterna*, *O Livre Pensador*, *L’Asino*; não sabia, contudo, que surgiriam conflitos

²⁵¹ “**Amordaçamento da imprensa:** A olygarchia paulista, personificada no sublime e divino Bernadino de Campos, já conseguiu amordacar grande parte da imprensa paulista e agora não quer tolerar que em S. Paulo uma voz independente se faça ouvir, condemnando as poucas vergonhas de uma administração nefasta ao Estado de S. Paulo e deprimento dos brios de uma população de melhor sorte. [...]. A consequencia foi a aggressão covarde hoje pela manhan feita ao redator-chefe desta folha [Benjamim Mota] e que vem narrada em outro logar. Mas essa aggressão e a ameaça de novas não amedrontam a nenhum dos que trabalham nesta casa, e que, dispostos a cumprir o seu dever, estão tambem dispostos a todo e qualquer sacrificio para que o dia de amanha sejaa melhor do que este presente de misérias, do que esta época de corrupções” (A LANTERNA, 24/12/1903, p. 1, grifo nosso).

personais entre os membros da redacção nem que se acentuaria a crise financeira e encerramento d'*A Lanterna*.

A respeito disso, testemunha Benjamim Mota:

Convidei para uma reunião o sr. Antonio Garcia Vieira, que só então vim a conhecer pessoalmente, e elle acceitou a proposta, bem como o sr. Everardo Dias, dizendo ambos que elles na sociedade, enquanto o jornal luctasse com difficuldades financeiras seriam quatro operarios a trabalhar gratuitamente – elles e dous aprendizes que lhes deviam a aprendizagem.

[...]

Feito o contrato de fusão, de acordo com o que foi publicado no numero 22 d'*A LANTERNA*, no dia 15 de dezembro surgiu como diário da noite esta folha.

Desde os primeiros dias o sr. Antonio Garcia Vieira queixava-se do sr. Everardo Dias, dizendo que este não trabalhava, motivo esse porque o jornal sahia sempre atrasado. Eu como verão os meus amigos pelo balanço que sahirá noutro numero com o que ganhava na advogacia, fui fasendo face às despesas, sendo por isso o maior prejudicado no máo negocio. Procurei sempre encorajar os meus socios, dando o exemplo de um trabalho indefeso e de uma dedicação sem limites. Dias e noites passei-os na redacção e na officina, chegando a não dormir para auxiliar até na remessa da folha. Faltavam recursos, pela natural demora na cobrança das assignaturas, e eu ia pedir aos meus constituintes e clientes o pagamento de honorários para com esse producto do meu labor fazer face às despesas. (*A LANTERNA*, 29/02/1904, grifo nosso)

Verifica-se que o fim do jornal *A Lanterna* teve como estopim o desentendimento entre os membros da redacção após a fusão das folhas anticlericais (transtornos em especial com o director d'*O Livre Pensador* Everardo Dias). O problema financeiro d'*A Lanterna*, que já perdurava há algum tempo, não foi resolvido ao unir forças com outros periódicos. Pelo contrário, segundo o

relato de Benjamim Mota, teria acarretado mais gastos que resultados benéficos. Por fim, acrescenta que utilizava o dinheiro obtido no exercício da profissão de advogado para custear as despesas do jornal.

3.4.1 As dissidências: o caso Everardo Dias

Mais de uma vez no meu caminho de propagandista tem a infâmia procurado oppôr obstáculos à minha marcha, mas, quando ella vinha de adversários desleaes e indignos só respondi algumas vezes para esmagar com a verdade e seguir meu rumo.

Benjamim Mota
(A LANTERNA, 29/02/1904)

Há muitos textos sobre a atuação de Everardo Dias no movimento operário brasileiro, mas o desentendimento com Benjamim Mota passa ao largo deles. Abordar as tensões entre militantes e propagandistas torna-se pertinente para evidenciar aspectos tangíveis das redes de relações e se distanciar de uma visão romantizada destes personagens.

No artigo escrito por Mota, em fevereiro de 1904, sobre o fim d'A *Lanterna* ganham particular atenção as ofensas proferidas por Everardo Dias no jornal *O Livre Pensador*. Benjamim Mota elenca testemunhas e cita pessoas que frequentavam *A Lanterna* para confirmar a veracidade dos fatos narrados.

Desde o início da fusão dos jornais anticlericais passou a haver problemas entre os sócios. Mota descreve a situação:

Em quanto eu assim procedia, não desanimado e procurando incutir nos outros socios e companheiros a confiança que me anima na victoria final o sr. Antonio Garcia Vieira me dirigia, a cada instante, bilhetinhos como o seguinte, que foi o último, pois eu tambem já estava cansado de lidar com gente desanimada e molle:

<<Mota

<< Estou aborrecidíssimo e desacoroçoado. Até agora estou eu e dous aprendizes aquí.

Não conto com auxilio de nenhum typographo. E' impossível continuar neste estado de cousas. O Everardo não tem mais vontade de continuar e eu em me vendo só não tenho coragem de affrontar este trabalho que está-me escangalhando a saúde.

<<Veja o que se faz.

<<Hoje não tenho elementos com que possa contar para dar o jornal.

Vieira>>.

(A Lanterna, 29/02/1904, p. 1)

Após receber este bilhete, Benjamim Mota dirigiu-se a oficina para conversar sobre os rumos do jornal com Garcia Vieira, que fez “queixas e mais queixas contra o seu companheiro Everardo que o deixava com o peso de todo o trabalho e uma confissão de fraqueza, de falta de coragem para as grandes lutas” (A LANTERNA, 29/02/1904). Diante das circunstâncias, Benjamim Mota decide dissolver a sociedade e sugere que as folhas anticlericais *O Livre Pensador* e *A Lanterna* voltem a ser escritas de forma separada. Benjamim descreve os fatos que ocorreram após o sucedido:

Dissolvida a sociedade em 21 de janeiro o *activo* recebido até essa data pertencia A Lanterna, mas quando Angelo de Ambrys chegou do interior, e na sua prestação de contas declarou ter recebido no dia 11 (notem bem), em Jardinópolis, 5\$000 de uma assignatura só do Livre Pensador eu disse-lhe que estando dissolvida a sociedade e nós nada mais tendo com o referido jornal, elle desse o valor dessa assignatura ao sr. Antonio Garcia Vieira, e a este, na presença do sr. Everardo Dias, communiquei depois isso.

Pòis bem! Por causa dessa miseria de 5\$000, que pertencia de direito aos socios que haviam ficado com o *activo* e *passivo* d'A Lanterna; por causa dessa miseravel quantia que eu mandei o viajante dar ao sr. Antonio Vieira e não quis d'elle receber, o Livre Pensador, ao qual eu havia feito presente dos typos em que é impresso, publicou, no seu numero de 7 do corrente uma declaração

velhaca, infame, declaração que o Avanti! canalhesca e loyolescamente reproduziu na sua secção livre, thesourando-a no Livre Pensador.

Apenas acabei de ler essa declaração abjecta, declaração verrina, corri ao Estado de S. Paulo, em cuja officina trabalha o sr. Everardo Dias, e, perguntei-lhe, mostrando-lhe o jornal, o que significava aquella indignidade? (A LANTERNA, 29/02/1904, p. 1)

Diante dessa conjuntura, Benjamim Mota e Everardo Dias encontram-se na redação d'A Lanterna para resolver o dissenso. Na ocasião, havia a presença de outros propagandistas e militantes (Angelo de Silvio, Conrado Pucciarelli, Luiz Rogerio, entre outros). Esclarecida a questão do pagamento dos 5\$000, Everardo prometeu escrever uma nota que deveria ser publicada no próximo número do jornal O Livre Pensador, no qual haveria uma retratação e menção honrosa a Benjamim Mota e a Angelo de Ambrys.

As acusações persistiram e outros jornais operários, como o Avanti!, incentivaram o enfrentamento entre os redatores d'A Lanterna e d'O Livre Pensador, pois publicavam comunicações incompletas e ambíguas, o que acirrava a tensão. Nesse contexto, Benjamim volta a criticar a postura dos jornalistas d'O Livre Pensador, pois entendia que

[...] para ser digno, para ser honrado, devia ter feito o que eu faço, isto é – narrar o que se passou entre nós, na presença de testemunhas, e para que os que ignoravam tudo, contar tudo, contar toda a história da sociedade da Lanterna, em que eu saio perdendo dous contos de réis ganhos na advocacia e o Livre Pensador sahiu ganhando uma typografia.

Estas explicações dou-as porque homem publico quero que me julquem os meus concidadãos, os meus companheiros de luctas, os amigos que tenho espalhados em todo o Brazil, muitos dos quaes aos meus esforços devem a sua emancipação.

A maldade, que é a fiel aliada da ignorancia pretenciosa não conseguirá ainda dessa vez amesquinhar-me, porque felizmente, tenho centenas de testemunhas para provar que *para elevar a Lanterna não houve operario mais dedicado do que eu, e, para provar tambem que não passam de calumnias essas infâmias que uns publicam e outros reproduzem*, pretendendo matar a Lanterna diffamando-me perante o publico e perante os companheiros de jornada, e isso porque elles visam sómente ganhar dinheiro e não podem tolerar o propagandista que ganha na sua profissão para gastar na propaganda, que se individa para sustentar um jornal do qual não tira proveito financeiro algum! (A LANTERNA, 29/02/1904, p. 1, grifo nosso)

Pela leitura do fragmento, observa-se que a preocupação de Benjamim Mota não era apenas a controvérsia específica com os jornalistas do Livre Pensador. Incomodavam-no, sobretudo, as repercussões destas calúnias no espaço público. Para ressaltar sua atitude ilibada na propaganda e na direção d'A *Lanterna* destaca, mais uma vez, que não lucrava com o jornal e não raro utilizava o dinheiro recebido no exercício da advocacia para suprir os gastos da folha anticlerical. Descontente com o falatório e com a especulação de outros jornais sobre a dissolução d'A *Lanterna*, Mota escreve aos seus leitores:

Tenho dito. O publico que julgue. Pedi noites inteiras trabalhando; perdi tempo e perdi dinheiro, tentando fazer ir por deante A Lanterna, a bem da propaganda, e o resultado é ser agora calumniado vilmente. Mas, não me arrependo de haver tentado dar à propaganda anti-clerical um diário na imprensa paulista, como não me arrependo de haver feito o bem que pude ao ingrato que me calunhia.

Tudo quanto affirmei é a expressão da verdade, como podem testemunhar todos que trabalham n'A Lanterna, o dono da typografia em que ella è impressa e os demais socios da empreza.

Faço ponto, pois, a esse respeito, e, qualesquer que possam ser as provocações ou as novas aggressões calumniosas e infames, não darei aos seus autores a honra de uma resposta porque não a merecem. (A LANTERNA, 29/02/1904, p. 4, grifo nosso)

Verifica-se que em 1904, Benjamin Mota, paralelo ao desfecho do jornal que criou, faz um balanço dos anos de luta na propaganda e no movimento social. Embora as dificuldades e as adversidades tenham sido diversas, não se mostra arrependido. Da leitura do último número publicado d'A Lanterna, depreende-se que a solidariedade entre os militantes e jornalistas no começo do século XX foi mais complexa do que se possa imaginar. Durante quatro anos *A Lanterna* dialogou com diversos setores da sociedade (indivíduos que compartilhavam da crítica da interferência da religião no Estado brasileiro); a fusão, no entanto, com jornais operários e anti-clericais, como *O Livre Pensador*, previsto como um fator de fortalecimento, acelerou o fim da publicação d'A *Lanterna*. A dissidência entre Benjamin Mota e Everardo Dias demonstra um exemplo no cenário de disputa e rivalidade entre os militantes da Primeira República.

3.5 BENJAMIM MOTA ENTRE EXPERIÊNCIAS E EXPECTATIVAS: “O QUE ME ANIMA É O IDEAL DE LIBERDADE”

Eis-me chegado ao fim.

Ha alguns annos, sob o peso de uma accusação tão injusta quão infame, num desses momentos em que o homem sente-se quase afogado pelo lodo das misérias humanas, eu declarei que quebrava a penna de jornalista e abandonava a propaganda.

Não consentiram amigos e companheiros de crença e de luctas que eu me mantivesse muito tempo affastado da imprensa, e por isso hoje, mais uma vez, sou forçado a declarar que cansado, com a saude visivelmente abalada, não me resta sinão o recurso de depor a penna de propagandista e ir buscar no campo, longe da vida agitada da cidade um pouco de paz para o meu

espírito tribulado e um pouco de repouso para o meu physico abatido. Não fujo ás luctas de propaganda; não furtar-me-ei a cumprir o meu dever em outra occasião, mas neste momento não posso absolutamente ficar á frente do jornal, sendo forçado a ganhar o pão quotidiano numa outra profissão que me permitta viver longe dos centros populosos, que devo evitar a conselho medico.

Acresce que nos ultimos mezes decorridos, foi doloroso o meu calvário de propagandista, muitíssimo mais doloroso do que o lendario soffrimento do martyr lendario tambem de que nos fallam uns livros apocryphos que circulam, como sendo obra de uns apóstolos tão lendarios como o mestre. Si é certo que a minha honra não foi maculada nem pelos adversários desleaes nem pelos falsos companheiros, que, bem cedo se mostraram em toda a hediondez dos Judas impenitentes, pois nas linhas que atraz ficaram eu creio haver pulverizado as infâmias, não e menos certo que um homem leal e de sentimentos nobres soffre duplamente essas dolorosas miserias que deixam o coração a sangrar.

(A LANTERNA, 29/02/1904)

Com essas palavras, Benjamim Mota se despede da luta em 1904 e finda *A Lanterna*. Este discurso é permeado pelo aspecto emotivo e poderia ser feito uma longa análise subjetiva sobre ele; nos resta, ao menos, sublinhar as transformações suscitadas pelo autor. Benjamim, ao escrever este texto, não é mais aquele indivíduo que descrevemos no capítulo primeiro, não é o mesmo jovem que 1890 revindicava a construção de mais uma linha de bonde, um espectador ativo e afeito pela modernidade que via ser disseminada em São Paulo.

No texto de 1904, almeja a tranquilidade do campo e um espaço alheio às lutas e correrias que estava acostumado. As projeções feitas por ele nem sempre foram concretizadas, pois no decorrer do ano seguinte (1905) ele volta a escrever para jornais e, em 1909, estará na condição de diretor da folha independente *A Vanguarda*. Não retoma mais a publicação do

periódico *A Lanterna*, mas apoia o jovem Edgard Leuenroth, que em 1909 vem a reeditar o jornal. No primeiro número, inclusive, aparece um artigo de Benjamim Mota contextualizando a importância do retorno d'*A Lanterna*. Para ele, os objetivos originais da folha não ficaram restritos às críticas anticlericais, tratou de evidenciar as injustiças sociais e violações a direitos civis e políticos no Brasil. Nessa perspectiva, a afirmação a seguir ganha sentido:

A LANTERNA conta exclusivamente com o auxílio do povo porque ella narrará, sem dramatisar, a sombria historia das suas misérias, dos seus soffrimentos e das suas necessidades, e sendo o orgam das suas justas reivindicações exprimirá as revoltas que animam a alma proletária, a alma de um povo que geme na appressão e sente á fome bater a porta de todos os lares. (A LANTERNA, 16/12/1903, p. 3)

A trajetória de Benjamim Mota esconde muitas nuances, adversidades e conflitos. Ao seguir os vestígios do seu nome, encontramos mais do que era esperado: histórias de reivindicações sociais, que não se restringiam a uma dimensão particular, misturavam-se a várias vozes heterogêneas do movimento social brasileiro no início do século XX. Os rastros do indivíduo nos fez chegar a pluralidade do grupo *A Lanterna*. Sem perder de vista o itinerário de Benjamim Mota²⁵².

Até os últimos anos de sua vida, ele viveu um dilema interno de crença e descrença na transformação do país, porém não deixou de lutar. Afirmava não acreditar na política, mas se candidatou na década de 30 ao cargo de Deputado Estadual pela

²⁵² “[...] num texto um tanto provocador de C. Ginzburg e C. Poni que propõe fazer do “nome” – do nome próprio, ou seja, da marca mais individual, menos sujeita à repetição que existe – a baliza que permitiria construir uma modalidade nova de história social atenta aos indivíduos. Pois a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve” (REVEL, 1998, p. 21).

chapa “*Aliança Socialista e Liberaes, pela Justiça Social*”; criticava o sistema jurídico, mas renovava sua licença de solicitador; ameaçava abandonar a propaganda, mas entre um jornal e outro, consta um escrito de Benjamim Mota.

Aos 63 anos, escreveu um texto para o jornal *A Lanterna*, que seguia sobre a direção de Edgard Leuenroth. Nele, exaltava as reminiscências da experiência vivida na propaganda e construía um horizonte de expectativa permeado de esperança. Afirmava: “unamo-nos, pois, novamente os anticlericais, numa união permanente e indestrutível, que nos conduza á vitoria, em defesa da liberdade de consciencia e contra o polvo clerical. Moço, encetei a luta. Já velho, não fugirei dela, porque me anima o mesmo ideal de liberdade” (A LANTERNA, 13/07/1933, p. 2).

3.5.1 A relação entre o pensamento político e o discurso jurídico de Benjamim Mota: a modernidade enquanto fábrica de mitologias

No projeto jurídico burguês, abstração e igualdade jurídica (ou seja, a possibilidade de igualdade de fato) são noções “constitucionais” que fundamentam o mesmo projeto. E a muralha chinesa que separa o mundo do direito (e da relevância jurídica) do mundo dos fatos é compactíssima, impenetrável. Tão compacta e impenetrável como talvez nunca se tenha realizado na história jurídica ocidental. Sinal de que o projeto se misturava também com estratégia, com a exigência de um controle rigoroso no ingresso dos fatos na cidadela do direito. (GROSSI, 2007, p. 105)

Ao longo do nosso trabalho, foi sendo traçado, de forma paralela, o pensamento político e o discurso jurídico de Benjamim Mota. Por fim, resta-nos acrescentar, algumas observações peculiares sobre o que está no interior e liga as ideias políticas e jurídicas deste personagem a um projeto maior: o individualismo moderno, tanto no que diz respeito às configurações seculares do poder político quanto à nova fundamentação da ordem jurídica.

Para examinar os pilares da modernidade jurídica, lançaremos luz sobre a França, que é,

[...] para o cientista político e para o jurista, o extraordinário laboratório histórico onde o “moderno” por primeiro toma o seu vulto mais determinado, incrementando cada vez mais os seus traços. A história da monarquia francesa do século XI ao século XVIII é a história de uma cada vez mais intensa tomada de consciência por parte do Príncipe, da sua cada vez mais precisa percepção da essencialidade do direito no âmbito do projeto estatal, da exigência sempre maior de propor-se como legislador. (GROSSI, 2007, p. 37)

Benjamim Mota conhecia os aspectos e a tradição histórica da França, tanto que durante o processo de Dreyfus evocou os princípios paradigmáticos da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Embora não cite a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” (1789), ele faz menção ao iluminismo político-jurídico, ao “espírito da época moderna”, em que declarações reconheciam “a conservação de direitos naturais e imprescritíveis do homem”. Nesse sentido, sinaliza simpatia pelo movimento moderno do Constitucionalismo, na medida em que este se propunha a limitar o poder político e a conferir garantias liberais aos indivíduos. Este modelo se distingue do antigo regime, pois

a nova ordem sociopolítica deve ser democrática, em oposição à decrépita ordem classista, exprimindo a vontade geral da nação; a qual tem o seu único e conveniente instrumento de expressão na representação política entendida como representação de vontade; o novo Parlamento é, portanto, o depositário da vontade geral e, a sua voz em nível normativo – a lei – identifica-se com a vontade geral; o princípio de legalidade, ou seja, a conformidade de cada manifestação jurídica com a a lei, torna-se a regra fundamental de toda democracia moderna. (GROSSI, 2007, p. 54, grifo nosso)

Na nossa linha de interpretação, estes fundamentos teóricos faziam parte do imaginário jurídico-político de Benjamim Mota, o que explica, ainda, sua adesão ao movimento republicano, à defesa das Instituições e o apego à Constituição Federal e Estadual de 1891. É preciso mencionar a frequência com que aparecem nos textos de Mota os conceitos: “igualdade perante a Lei”, “igualdade civil”, “direitos dos cidadãos”, “direito de voto” e a defesa recorrente as “liberdades individuais”. Conforme se detecta, há alusão às representações construídas no jusracionalismo moderno²⁵³ e aos valores garantidos nos textos Constitucionais liberais, dentre eles, a Primeira Constituição republicana brasileira.

Até 1897, Benjamim Mota visualiza na “República” e na “Constituição”, respectivamente, a forma de governo e o instrumento jurídico, capazes de eliminar os excessos e de restringir o poder do Estado. No plano teórico, esses modelos poderiam até fazer sentido, mas a realidade brasileira da Primeira República impulsiona Mota, cada vez mais, a confrontar na prática estas ideias. Assim sendo, ele começa a perceber que

por trás desse palco cênico em que tudo é idealizado, por trás desse raciocínio realizado através de modelos, fica escondido o Estado monoclássista, o espesso extrato de filtros entre sociedade e poder, o elitismo exclusivo das formas de representação, a grosseira defesa de ricos interesses que todo o puríssimo teorema vinha a tutelar e a consolidar. (GROSSI, 2007, p. 54)

A falta de cidadania e de participação política em meados do século XX no Brasil, assim como, a existência formal de uma ordem jurídica (republicana e constitucional) incapazes de findar as práticas oligárquicas do Regime anterior levam Benjamim Mota a questionar em seus artigos as fundamentações teóricas e as mitologias do mundo moderno. A partir de 1898, quando se define “socialista libertário”, modifica os conceitos e define o Estado como “a causa primeira de todos os males”, os

²⁵³ “O jusracionalismo baseia-se, portanto, numa nova antropologia. O homem aparece, não mais como uma obra divina, eterna e desenhada à semelhança do próprio Deus, mas como um ser natural; [...]” (WIECKER, 1967, p. 288).

representantes políticos como “eternos mistificadores”, os Códigos e a Leis, como opressão e “abdição da liberdade” e o sufrágio universal como “mistificador da luta de classes”.

Um aspecto importante a ser destacado é que nesse momento de crítica ao racionalismo jurídico, Benjamim Mota faz referência expressa ao pensamento de Montaigne, ao afirmar, “à luta eleitoral, mystificando assim o povo, porque o suffragio eleitoral, como já dizia Montaigne, è o suffragio dos imbecis.” (O REBATE, 24/06/1898, p.1, grifo nosso). A escolha em citar especificamente este autor não é por acaso, pois

talvez ninguém melhor do que Michel de Montaigne, impiedoso, mas agudíssimo observador de si e do mundo, na segunda metade do século XVI, soube expressar essa verdade elementar: “as leis possuem crédito não porque são justas, mas porque são leis. É o fundamento místico da autoridade delas; não têm outro fundamento, e é bastante. Frequentemente são feitas por imbecis”. (GROSSI, 2007, p. 38)

Com isso, verifica-se, também, como Benjamim Mota conhecia a literatura francesa sobre a formação dos Estados Nacionais e os modelos de soberania. Para criticar os elementos artificiais da modernidade como “Estado”, “igualdade jurídica” e “povo soberano” no Brasil em meados do século XX, ele remete a tensão histórica e ao ceticismo do século XVI na França²⁵⁴. Ao passar para a vanguarda do “socialismo libertário”, critica os

²⁵⁴ “A visão pessimista – que Montaigne, especialista no direito, contempla com os seus olhos eivados de um corrosivo ceticismo – traduz-se em um diagnóstico preciso do que tinha se transformado a *loy* na França na segunda metade do século XVI: uma norma que se autolegitima como lei, ou seja, como volição de um sujeito soberano. O organismo político, já ordenado em uma robusta – sempre mais robusta – estrutura autenticamente estatal, precisa de um instrumento normativo capaz de conter o fenômeno jurídico e de vinculá-lo intimamente ao detentor do poder, instrumento indiscutível e incontrolável, que finalmente permita livrar-se das velhas salvaguardas que falavam, com uma linguagem cada vez menos receptível pela Monarquia, de aceite por parte do povo ou dos organismos judiciários e corporativos” (GROSSI, 2007, p. 39).

valores consagrados nas Constituições liberais como a “propriedade individual” e qualifica a “obediência como monstrosidade” e o “respeito às leis e às autoridades” como um fetichismo que ainda inspira os homens.

Após a análise dos textos de Benjamim Mota, um aspecto singular que conecta seu pensamento político ao discurso jurídico é a plasticidade do argumento do direito natural. Quando “republicano independente” defendia a ordem jurídica Constitucional brasileira sob o argumento que aquele instrumento “tornaria inviolável os direitos do homem” em ruptura com o passado. Quando “socialista libertário” apresenta, também, nos artigos o argumento “do exercício de um direito natural” de não prestar obediência às leis e às autoridades Estatais. Nota-se, com isso, que a noção de direito natural utilizada por Benjamim Mota legitima diferentes formas de governo, desde uma ordem Constitucional moderada como em 1891 à futura organização no socialismo anarquista.

O ponto em comum entre estes dois usos do “direito natural” é a versão radicalmente racionalista, despida de qualquer conteúdo teológico. Constata-se que, embora “crítico confesso” do modelo jurídico-político e dos abusos de poder da sua época, Benjamim Mota, ao fazer apologia à sociedade do futuro, ainda faz sob o manto de uma mitologia jurídica da modernidade: os direitos naturais.

O trabalho, portanto, tentou contribuir para que essas narrativas históricas sobre as lutas sociais e os usos do direito natural, que aparecem nos textos de Benjamim Mota, não ficassem silenciadas nos arquivos históricos. Afinal, “em um mundo que não acredita mais na possibilidade de encontrar fundamentos comuns e universais, a indagação sobre como organizar os homens e dar sentido ao mundo de cada um continua a exigir de nós exercícios de micro-história” (LEVI, 2009, p. 16).

CONCLUSÃO

O ar está pesado como chumbo
Eu grito, grito, grito, grito

.....
Estar preso, não é esse o problema
Trata-se de não entregar os pontos.
(Nazim Hikmet)

O dom de despertar no passado as centelhas
da esperança é privilégio exclusivo do
historiador convencido de que também os
mortos não estarão em segurança se o
inimigo vencer. E esse inimigo não tem
cessado de vencer.

(Walter Benjamin)

Benjamim Mota foi um homem que vivenciou a tensão do seu tempo histórico: do encantamento com as modernidades e transformações científicas à melancolia com o excesso de trabalho e a vida acelerada nos meios urbanos. Foi um indivíduo que participou ativamente da vida pública de São Paulo, sobretudo, nos primeiros anos do século XX. Deixou muitos textos esparsos nos jornais diários e operários. A pesquisa sobre esse personagem continua ainda aberta e rica de possibilidades.

Não seguiu a tradição familiar de estudar Direito no Largo de São Francisco. Aos vinte anos, viaja para Europa e conhece revolucionários em Paris, assim como testemunha a degradação dos bairros proletários. Ao retornar ao Brasil, demonstra interesse (a partir de 1896) pela questão social, escreve artigos n' *O Rebate* e, de “republicano independente”, torna-se um defensor do socialismo libertário (anarquismo), perdendo o cargo de diretor do jornal, por causa da sua militância e propaganda ideológica. Lança-se, em vários momentos históricos, como candidato político, mas diferentemente do seu pai e do seu avô, não consegue ser eleito. Em 1897, é visto pelos seus adversários como um radical, intitulado de “sanguinários Marat” e “jacobino terrorista”.

Por outro lado, a leitura dos seus artigos demonstra que ele foi um defensor do cumprimento da Constituição Estadual e Federal, além de pré-anunciar a necessidade de uma legislação social, assistencial e jurídica para pobres, crianças e trabalhadores. Não deixou de reconhecer a relação dos

problemas sociais com a face histórica da escravidão no Brasil e das oligarquias locais, das quais foi um crítico severo. De modo habitual, fez menção aos “direitos inalienáveis do homem” e ao “exercício de um direito natural” ora para defender o cumprimento da legislação liberal e a “execução do direito constitucional”, ora para questionar o dever de submissão ao Estado.

Embora acreditasse que as verdadeiras transformações fossem produto das lutas e reivindicações sociais, tornou-se um solicitador (advogado sem formação jurídica), condição que o fez prestar auxílio jurídico a muitos imigrantes e, inclusive, o ajudou a não ser preso em alguns momentos. Foi um narrador da repressão policial, da violação às garantias individuais e do desrespeito à legalidade no Brasil. Mesmo desiludido com o movimento republicano, manifestava mais a posição pacífica de respeito à “coisa pública” que a tomada do poder político pela via revolucionária. Fez críticas severas à influência e interferência religiosa na política. Travou debates com pessoas de visibilidade política e da Igreja não medindo esforços argumentativos para vencer um debate.

Esta dissertação não buscou construir uma história laudatória sobre Benjamim Mota, apenas lançar luz sobre a sua trajetória, o que incluiu observar as mudanças e adaptações dos seus discursos jurídicos e políticos. A partir da leitura atenta das fontes, construímos uma imagem contingente sobre Benjamim Mota e como toda pesquisa questionável.

A nossa pretensão foi retirar do desconhecimento, sobretudo, para o público jurídico, este ator histórico, que junto a outros participantes, lutou por justiça social e por melhores condições de vida (ver anexo P' e Q'). Se foi um homem do seu tempo, também não deixou de ser um visionário ao pleitear direitos que não se faziam presentes na Constituição de 1891.

O objeto do nosso estudo foi seguir os rastros desse indivíduo que nasceu há quase 150 anos (atenção ao anexo R'); o que exige de nós, portanto, o reconhecimento das limitações e das dificuldades do trabalho. Ao menos, espera-se que após a leitura desta dissertação as pessoas saibam que por trás da “Rua Benjamim Mota” (localizada em SP), por trás daquele nome, daquela marca individual, existe uma história de luta compartilhada por vozes de trabalhadores, imigrantes e uma

memória social que precisa está latente em nós, sujeitos do presente.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

1. JORNAIS:

A) Imprensa diária

A NAÇÃO: 1897-1898.

A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO: 1883-1887.

CORREIO PAULISTANO: 1862-1865; 1884; 1891; 1899; 1903; 1906-1908; 1910; 1914; 1935-1936.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS: 1890.

O ESTADO DE S. PAULO: 1890-1891; 1898; 1900; 1903-1904; 1906; 1913-1914; 1925-1917; 1960; 1963; 1975.

B) Imprensa operária ou irregular

A JUSTIÇA: 1903.

A LANTERNA: 190-1904; 1904; 1933.

A PLEBE: 1919.

AVANTI!: 1901.

O AMIGO DO POVO: 1902.

O REBATE: 1897-1898.

SEMPRE AVANTI. SUPL.: 1903-1904.

2. REVISTAS:

KULTUR: 1904

3. LIVROS:

MORAES, Evaristo de. *Reminiscências de um Rábula Criminalista*. RJ: Grande Livraria Leite Ribeiro, 1922.

MOTA, Benjamim. *Rebeldias*. Segundo Milheiro. São Paulo, 1898.

_____. *A razão contra a fé*. Analyse das Conferencias Religiosas do Padre Dr. Julio Maria. 3 ed. Edição do autor, 1933.

SILVEIRA DA MOTA, R. F. *Questões Judiciaes*. Collecção de despachos e sentenças, compediados pelo seu prolator. S. Paulo, Escolas Prof. Salesianas, 1913.

4. PUBLICAÇÕES OFICIAIS:

BRASIL. Constituição (1891) Constituição da República dos Estados Unidos

do Brasil. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o91.htm>.

Acesso em 7 set. 2015.

SÃO PAULO. Constituição política do Estado São Paulo, 1891. Disponível em < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/224222>>. Acesso em 12 out. 2015.

LITERATURA:

ABREU, Alzira Alves de [coord]. Dicionário histórico-biográfico da Primeira República: 1889-1930. [Recurso eletrônico], 2015.

ALTHUSSER, Louis. Advertência aos leitores do livro I d' O Capital. In: MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. Prefácio. In: SANTOS DE BRITO, Rose Dayanne. *A Que(m) pode servir o direito? Críticas marxistas à função ideológica do direito*. Olinda: LR, 2013, p. 7-17.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Cidadania: do direito aos direitos humanos*. São Paulo: Acadêmica, 1993.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BAKUNIN, Mikhail Aleksandrovich. *Estatismo e anarquia*. (trad. Plínio Augusto Coelho). São Paulo: Nu-Sol Imaginário Ícone, 2003.

_____. *Deus e o Estado*. São Paulo: Cortez 1988.

BARBOSA, Rui. O processo do capitão Dreyfus. In: *Eu acuso!* O processo do capitão Dreyfus/ Émile Zola, Rui Barbosa. São Paulo: Hedra, 2007, p. 53-76.

BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Ática, 1990.

BASTOS, José Tavares. *O Registro Civil na República*: nascimentos, casamentos e óbitos. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1909.

BATALHA, Claudio H. M. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”, In: QUARTIM DE MORAES, João (org.), *História do marxismo no Brasil, os influxos teóricos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, v. 2, 1995, p. 11-44.

_____. *Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920)*: atipicidade ou legitimidade. Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH-Marco Zero, v. 12, n.23/24, p.111-124, set.1991/ago.1992.

_____. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente*. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 161-189.

BELLO, Enzo. *A cidadania na luta política dos movimentos sociais urbanos*. Caxias do Sul, RJ: EDUCS, 2013.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: _____. *Obras Escolhidas*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.

_____. A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 12ª ed., p. 209-254, 2009.

_____. *Los juristas, guardianes de la hipocresía colectiva.* Jueces para la democracia, n. 47, p. 3-5, Jul., 2003.

BEVILAQUA, Clovis. *Historia da Faculdade de Direito do Recife.* 1ª edição. II Volume. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927.

CAMPACCI, Claudio. *Os sobrenomes mais comuns do Brasil.* Volume I, Agbook, 2012.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil.* São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem.* Teatro de sombras. 2ª edição. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

_____. *Cidadania: Tipos e Percursos.* In: Estudos Históricos, vol. 9, n. 18, 1995, p. 347-359.

_____. *Cidadania no Brasil.* O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAZZETTA, G. *Leggi sociali, cultura giuridica ed origini della scienza giuslavoristica in Italia tra Otto e Novecento.* In: “Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno”, vol. 17, 1988.

COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro. 1822-1930.* Rio de Janeiro, Record, 1999.

COLUSSI, Eliane Lucia. *A Maçonaria brasileira e a defesa do ensino laico* (século XIX) Hist. Ensino, Londrina, v. 6, p. 47-56, out., 2000.

COSTA, Adailton Pires. *A história dos direitos trabalhistas vista a partir de baixo: a luta por direitos (e leis) dos trabalhadores em hotéis, restaurantes, cafés e bares no Rio de Janeiro da 1ª República* (DF, 1917-18). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

COSTA, P. *Passado: dilemas e instrumentos da historiografia.* Revista da Faculdade de Direito UFPR, n. 47. Curitiba: UFPR, 2008, p. 21-28.

_____. *Uno 'spatial turn' per la storia del diritto?* Una rassegna tematica. Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series N°. 2013-07.

CPDOC – FGV. Verbete: *O País (jornal)*. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PA%C3%8DS,%20O.pdf>>. Acesso em 9 set. 2015.

_____. Verbetes: *O Estado de São Paulo (jornal)*. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/ESTADO%20DE%20S.%20PAULO,%20O.pdf>>. Acesso em 20 out. 2015.

_____. Verbetes: *O Partido Democrático de São Paulo (PD)*. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/PartidoDemocraticoSP>>. Acesso em 9 nov. 2015.

CRUZ, Heloisa de Faria. A imprensa paulistana: do primeiro jornal aos anos 50. In: PORTA, Paula (org.) *História da cidade São Paulo – a cidade no Império 1823-1889*. V. 2. São Paulo: 2004, p. 351-386.

CUNHA, Cilaine Alves. Notas e posfácio. In: AZEVEDO, Álvares de. *Macário*. Noite na Taverna. São Paulo: Globo, 2006.

CUNHA, Juliane Guimarães. *O discurso abolicionista no século XIX: processos argumentativos nos textos do Diário da Bahia de 1884*. Dissertação de Mestrado da Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2012.

DAVIS Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Entrevista. In: PALLARES-BURKE Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: Nove entrevistas*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

_____. *Pasión por la historia*. Entrevista con Denis Crouzet. Valencia, Publicacions de la Universitat de València, 2006.

DULLES, John W. F.. *Anarquistas e comunistas no Brasil: (1900-1935)*. 2. ed.. rev. amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

FARINATTI, Luís Augusto. "Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de Fontes para a história social". Anos 90, Porto Alegre, UFRGS, vol. 15, n. 28, jul. 2008, p. 57-72.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. Rio de Janeiro e São Paulo: Difel, 1977.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano - O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Livro 1. 3 ed, 2008

FONSECA, Ricardo Marcelo. *Vias da modernização jurídica brasileira: a cultura jurídica e os perfis dos juristas brasileiros do século XIX*. Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 98, p. 257-293, 2008.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. 22. ed.. Rio de Janeiro: Record, 1995.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *Os andarilhos do bem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. *O fio e os rastros*. Verdadeiro, falso, ficcional. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário". In: _____. *Mitos, Emblemas, Sinais*. 2. ed. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 143-179.

_____. Historia e Cultura: Conversa com Carlo Ginzburg. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, n.6, 1990, p. 254-263.

_____. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Tradução de Antônio Narino. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.

_____. “*Latitudes, escravos e a Bíblia: um experimento em micro-história*”. Tradução de Henrique Espada Lima. ArtCultura – Revista de História, Cultura e Arte, Uberlândia, UFU, vol. 9, n. 15, jul./dez. 2007, p. 85-98.

GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais*. A construção da Cidadania dos Brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

GOMES, Edgar da Silva Gomes. *A Separação Estado-Igreja no Brasil (1890): uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca*. Dissertação de Mestrado em Teologia Dogmática. São Paulo, 2006.

GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge E. *A bibliografia libertária: um século de anarquismo em língua portuguesa*. São Paulo: Imaginário, 1999.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *A luta de brasileiros contra o miguelismo em Portugal (1828-1834): o caso do homem preto Luciano Augusto*. Revista Brasileira de História, vol. 33, 2013, p. 211-234.

GOUVÊA, Flavia Mengardo. *Os imigrantes alemães em Rio Claro: estratégias de sobrevivência e redes de sociabilidades nos séculos XIX e XX*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”. Franca, 2011.

GRENDI, Edoardo. “Micro-análise e História Social”. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de & ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 19-38.

_____. *Paradoxo da história contemporânea*. In: Exercícios de micro-história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 39-49.

_____. “*Repensar a micro-história?*”. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 251-262.

GROSSI, Paulo. *Mitologias jurídicas da modernidade*. 2. ed. rev. e atual. Trad. Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

HAKKERT, Ralph. *Fontes de dados demográficos*. Belo Horizonte: ABEP, 1996.

HAUPT, Georges. *Por que a história do movimento operário?* Rev. Bras. de Hist. São Paulo, v. 5, nº10, março/agosto, p. 208-231, 1985.

HESPANHA, António Manuel. *A História do Direito na História Social*. Lisboa: Horizonte, 1978.

_____. *Guiando a mão invisível: direitos, Estado e lei no liberalismo monárquico português*. Coimbra: Almedina, 2004.

_____. *Cultura jurídica europeia*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

HOBSBAWN, E. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. *Marxismo e Historia Social*. Puebla: Universidad autónoma de Puebla, 1983.

_____. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HONORATO, Cezar. "O Porto do Rio de Janeiro: entre o passado e o futuro". In: SANTOS, Flávio Gonçalves dos Snatos. *Portos e cidades: movimentos portuários, atlântico e a diáspora africana*. Ilhéus: Editus, 2011, p. 123-144.

HORTA, José Silvério Baia. *Direito à educação e obrigatoriedade escolar*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 104, p. 5-34, 1998.

KOERNER, Andrei. *O poder judiciário no sistema político da primeira república*. Revista USP, n. 21, 1994, p. 58-69.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

LAMOUNIER, Aden Assunção. *José Oiticica: itinerários de um militante anarquista (1912-1919)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina- UEL. Londrina, 2011.

LEUENROTH, Edgar. *A organização dos jornalistas brasileiros, 1908-1951*. São Paulo: COM-ARTE, 1987.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Carreira de um exorcista no século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 134-161.

_____. *O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar*, Tempo, Vol. 20, 2014, 1-20.

_____. *Os perigos do geertzismo*, História Social, nº 6, 1999, p. 137-146.

_____. “Un problema de escala”, en *Relaciones*, vol. 24, Nº 95, Colegio de Michoacán, México, 2003, p. 279-288.

_____. *Los usos de la biografía*. Traducción de Araceli Rodríguez Tomp. Annales ESC, núm.6, noviembre de 1989, p.1325-1336.

_____. *Il piccolo, il grande e il Piccolo*. Entrevista a Giovanni Levi, in << Meridiana >>, 1990, n.10, pp. 211-234.

_____. *La discusión histórica tiene consecuencias políticas*. Entrevista con el historiador italiano Giovanni Levi, Brecha, 16 oct.1998, p. 16-17.

_____. *A ciência das perguntas gerais e das respostas particulares: entrevista com Giovanni Levi*. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol 6, n.2, jul-dez, 2013.

_____. *Perspectivas historiográficas: entrevista con el profesor Giovanni Levi*. In: Historia Crítica, n.40, Bogotá, enero-abril, 2010, p. 197-205.

_____. *Crisis y resignificación de la microhistoria*. Una entrevista a Giovanni Levi. *Prohistoria* 3, 1999, p.1987-191.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana*. Escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. “Micro-História”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus; Elsevier, 2012, p. 207-223.

_____. *E. P. Thompson e a micro-história: trocas historiográficas na seara da história social*. Esboços (UFSC), Florianópolis, v. 12, 2004, p. 53-74.

_____. “Pensando as transformações e a recepção da micro-história no debate histórico hoje”. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de & ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 131-154.

_____. *Narrar, pensar o detalhe: à margem de um projeto de Carlo Ginzburg*. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 15, p. 99-111, jul./dez. 2007.

LÍSIAS, Ricardo. Introdução. In: *Eu acuso! O processo do capitão Dreyfus/ Émile Zola*, Rui Barbosa. São Paulo: Hedra, 2007, p. 9-30.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro* (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LOMBROSO, Cesare. *Los anarquistas*. Madrid: Jucar, 1977.

LOPREATO, C. S. R.. *O (des)encontro do Brasil consigo mesmo: ditos e escritos de Edgard Leuenroth*. Verve (PUCSP), v. 15, 2009, p. 201-220.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 225-250.

_____. Entrevista. In: SOUZA, Adriana Barreto de; LOPES, F. H. *Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema*. Ouro Preto: Revista História da Historiografia, 2012, p. 26-37.

MAIA, Julio Joaquim Gonçalves. *Lista geral dos bachareis e doutores formados pela Faculdade de Direito de S. Paulo e dos lentes e directores effectivos até 1900*. Organizada pelo bacharel Julio Joaquim Gonçalves Maia subsecretario da mesma Faculdade. Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, Brasil, v. 8, jan, 1900.

MARSHALL, Thomas Hamprey A. *Cidadania, classe social e status*. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MIRANDA, Jussara Valeria. *“Recuso-me”!* Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura. Dissertação. Uberlândia: UFU, 2006.

MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. “O Rio de Janeiro da Primeira República (1889-1930)” In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro, vol. 273, out-dez, 1966, p. 3-29.

MORSE, Richard M. *Formação Histórica de São Paulo* (de Comunidade à Metrópole). São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1970.

MOTA, Paula de Brito. *A cidade de São Paulo de 1870-1930 - café, imigrantes, ferrovia, indústria*. CAMPINAS: PUC, 2007.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano - O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Livro 1. 3 ed, 2008, p. 13-44.

OLIVEIRA, Jane Souto de. *“Brasil mostra a tua cara”*: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.

PAOLI, M.C. Movimentos sociais, movimentos republicanos? In: Silva, F.T et al. (Org.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Unimep, 2003, p. 163-189.

PERES, Fernando Antonio. *Estratégias de aproximação*: um outro olhar sobre a educação anarquista em São Paulo na

Primeira República. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2004.

PETITJEAN, Patrick. Ciências, Impérios, Relações Científicas Franco-Brasileiras. In: HAMBURGER, A. [et al.]. *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 25-39.

PRADO, Maria Ligia C. "O Partido Democrático de São Paulo: adesões e aliciamento de eleitores (1926/1934)". *Revista de Historia (USP)*, São Paulo, v. 117, n. 117, p. 71-85, 1985.

RAMENZONI, Gabriela Lima. *A construção de uma cultura jurídica: análise sobre o cotidiano do bacharel na Academia do Largo de São Francisco entre 1857-1870*. Dissertação USP: São Paulo, 2014.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L.A.N. (Org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 91-120.

REVEL, Jacques. Apresentação. In:_____. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 7-14.

_____. Microanálise e construção do social. In:_____. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 15-38.

_____. *Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado*. Tradução de Anne-Marie Milon de Oliveira. Revisão técnica de José G. Gondra. *Revista Brasileira de Educação* v. 15 n. 45 set./dez. 2010, p. 434-444.

RIDENTE, M. Everardo Dias. In: *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. Organização Luiz Bernardo Pericás, Lincoln Ferreira Secco.- 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 129- 138.

RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros*. Vol 1. VJR: Rio de Janeiro, 1994.

SALDANHA, Nelson. *O jardim e a praça: ensaio sobre o lado privado e o lado público da vida social e histórica*. Ciência e Trópico, v. 11 (jan./jun.), 1983, p. 105-121.

SANTOS, Fábio Alexandre. *Rio Claro: uma cidade em transformação, 1850-1906*. Dissertação apresentada no Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, 2000.

SCHMIDT, B. B. *Biografia e regimes de historicidade*. Métis: história & cultura, Caxias do Sul, v. 2, n.3, 2003, p. 57-72.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez. *Crianças e escolas na passagem do Império para a República*. Rev. bras. Hist. Vol.19, n.37, São Paulo, Sept., 1999.

SENNÁ, Marta de. *O advogado escritor e o escritor advogado: Rui Barbosa, Zola e o caso Dreyfus*. Cadernos Neolatinos (UFRJ), UFRJ, 2005.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, 39-62.

SILVA, Cesar Mucio. *Poder Político e Distribuição Orçamentária em São Paulo na Primeira República – 1890-1920*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica. São Paulo, 2006.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

SIQUEIRA, Gustavo. *História do Direito pelos movimentos sociais: Cidadania, Experiências e Antropofagia Jurídica nas Estradas de Ferro (Brasil, 1906)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

SISSON, S. A. (Ed.). *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999. 2 v., II. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1027>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

SOUZA, Michael Dionísio. *O Direito canônico e a cultura jurídica brasileira*. Monografia no Curso de Direito da UFPR. Curitiba, 2011.

TAUNAY, Afonso de E. *História da cidade de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, 2004.

TINOCO, A. M. *As Práticas Institucionais do Poder Judiciário Brasileiro: da Primeira República à Constituição Federal de 1934*. Legis Augustus, v. 5, p. 179-196, 2014.

TOLEDO, Edilene. *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Campinas, SP: [s.n.], 1993. Dissertação de Mestrado. IFCH / UNICAMP.

_____. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *Imigração, sindicalismo revolucionário e fascismo na trajetória do militante italiano Edmondo Rossoni*. Cadernos Arquivo Edgar Leuenroth (UNICAMP), v. 15, p. 119-169, 2009.

TOLEDO, Lafayette de. *Imprensa paulista*. RIHGSP, São Paulo, vol. III, 1898, p. 303- 521.

TOMICH, Dale. “A ordem do tempo histórico: a *Longue Durée* e a Micro-História”. Almanack, Guarulhos, UNIFESP, n. 2, dez., 2011, p. 38-51.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a Academia de São Paulo*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1924, vol.1.

VIOTTI DA COSTA, Emília. Brasil: A Era da Reforma, 1870-1889. In: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: De 1870 a 1930*, Vol V, 1. Ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

WIECKER, Franz. *História do Direito Privado Moderno*. 3ª edição, Fundação Calouste Gui Benkian, Lisboa, Tradução de A. M. Hespanha, do original intitulado *Privatrechtsgeschichte Der Neuzeit Unter Besonderer Berücksichtigung Der Deutschen Entwicklung*, 2ª edição, Revista Vandenhoeck & Ruprecht, Göttingen, 1967.

WOLFE, Joel. *Working women, working men* - São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900-1955. Durham, Duke University Press, 1993.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Constitucionalismo e direitos sociais no Brasil*. São Paulo: Acadêmica, 1989.

WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. Porto Alegre. Ed. L & PM Pocket, 2002. Volume 1 – A idéia.

APÊNDICE– A ESCOLHA DAS LENTES TEÓRICAS E PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA: UM COMENTÁRIO

A micro-história não é, necessariamente, a história dos excluídos, dos pequenos, dos distantes. Pretende ser a reconstrução de momentos, de situações, de pessoas que, investigadas com olho analítico, em âmbito circunscrito, recuperam um peso e uma cor; não como exemplos, na falta de explicações melhores, mas como referências dos fatos à complexidade dos contextos nos quais os homens se movem. (LEVI, 2009, p. 14, grifo nosso)

Desejo com este acréscimo esclarecer o pressuposto teórico-metodológico que serviu de inspiração na execução do trabalho. Longe de querer conceber o que é a micro-história²⁵⁵ e suas variações teóricas (pois sobre isso há textos clássicos²⁵⁶ e referências no debate nacional²⁵⁷), o que nos motiva, portanto, é explicar ao leitor como esta prática historiográfica e os historiadores citados ao longo do texto auxiliaram na construção da narrativa sobre Benjamim Mota e o grupo *A Lanterna*.

²⁵⁵ “Io non credo che la microstoria sia una dottrina. Tutte le volte che ci siamo messi a discutere cos'è la microstoria, nessuno di noi è stato in grado di dirlo e nessuno di noi è poi in grado di teorizzare un'ortodossia. La microstoria è una pratica e specialmente è una scommessa, una discussione: è un tentativo di lavorare mutando le scale di lettura della realtà” (LEVI, 1990, p. 219-220).

²⁵⁶ GINZBURG, Carlo. “Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito”. In: *O fio e os rastros*. Verdadeiro, falso, ficcional. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 249-279; LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (org). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p.133-161; GRENDI, Edoardo. “Repensar a micro-história?” In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 251-262.

²⁵⁷ LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana*. Escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

A noção empregada por Giovanni Levi de “redução de escala” e a leitura genealógica de Carlo Ginzburg sobre o “paradigma indiciário” influenciaram a elaboração do nosso trabalho. Nas citações dispersas sobre Benjamim Mota (encontradas em textos acadêmicos) foram verificadas visões descontextualizadas e genéricas sobre a atuação deste personagem no movimento social brasileiro. Ao examinar, por sua vez, os fatos concretos da vida pública e privada de Benjamim Mota foram encontrados detalhes e situações singulares²⁵⁸. Logo, foi possível fugir a indução ao erro que tende a analisar a ação dos indivíduos do começo do século XX de forma homogênea, simplista e anacrônica.

Para ir além das abordagens genéricas, a nossa pesquisa tentou reduzir a escala de observação para verificar os fatos silenciados e as particularidades de Benjamim Mota. O resultado foi a apreciação das variações, complexidades e adaptações do pensamento e das estratégias de ação de Benjamim Mota e do grupo *A Lanterna*. Nesse sentido, dialogamos com Giovanni Levi, para quem, “o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados” (LEVI, 1992, p. 139). Com base nesta linha teórica, podemos afirmar “que a micro-história nasceu da necessidade de recuperar a complexidade das análises; da renúncia, portanto, às leituras esquemáticas e gerais, para realmente compreender como se originavam comportamentos, escolhas, solidariedades” (LEVI, 2009, p. 11).

A dificuldade e a incompletude das informações sobre Benjamim Mota para elaboração, principalmente do primeiro capítulo, nos levou a adotar na metodologia “uma atitude orientada para a análise de casos individuais, reconstruíveis somente através de pistas, sintomas, indícios” (GINZBURG, 1989, p. 154), o que justifica também o título do trabalho. No transcorrer dos capítulos, algumas hipóteses iniciais foram desfeitas e comunicadas ao leitor, isso foi uma estratégia inspirada na prática historiográfica de Carlo Ginzburg. Segundo a

²⁵⁸ “[...] o estudo dos indivíduos nesse tipo de profundidade é tão valioso quanto as abordagens coletivas mais familiares à história social. Resta o problema, é claro, da representatividade de tais indivíduos, mas os estudos de caso deste tipo, tratados de forma adequada, podem ser imensamente esclarecedores” (SHARPE, 1992, p. 50, grifo nosso).

qual, os obstáculos postos à pesquisa fazem parte do relato (GINZBURG, 2007, p. 265).

Aos que devem estar questionando nomes de historiadores do direito, influíram na feitura do trabalho do jurista Pietro Costa cuja percepção historiográfica aparece desde a primeira citação (no capítulo 1). No texto “Passado: Dilemas e Instrumentos da Historiografia”, este historiador italiano apresenta as limitações do ofício de historiador, que, para ele, “trabalha sobre sinais e testemunhos. Estes sinais podem ser os mais variados: [...] um resto de uma imagem, o fragmento de um vaso, um texto escrito (e esta última categoria, para o historiador dos saberes e também para o historiador do direito, tem uma importância determinante, senão exclusiva)” (COSTA, P., 2008, p. 23). De modo igual, serviram de inspiração as lições de António Manoel Hespanha sobre a história do direito²⁵⁹ e o tempo histórico²⁶⁰.

Assim sendo, os autores de história social e história do direito que aparecem ao longo do trabalho compartilham os aspectos principais acerca da tarefa de historiador, como também, das dificuldades deste exercício. O ponto em comum é o reconhecimento que “trabajamos sobre restos o evidencias muy fragmentarias de la vida de las personas: los documentos.

²⁵⁹ “O passado jurídico devia ser, portanto, lido de forma a respeitar a sua alteridade, dando conta do caráter “local” do sentido dos problemas, da justeza das soluções, da racionalidade dos instrumentos técnico-dogmáticos utilizados, Ou seja, do modo como todos estes elementos dependiam de condições históricas concretas de produção de sentido, quer estas condições se ligassem aos contextos sociais da prática discursiva, quer se relacionassem com os particulares universos culturais dos actores históricos” (HESPANHA, 2005, p. 59).

²⁶⁰ “A ideia de descontinuidade, se nos dá uma perspectiva sobre o presente, também influencia nosso modo de observar o passado. Este deixa de ser um precursor do presente, um ensaiador de soluções que vieram a ter um completo desenvolvimento no presente. E, com isto, deixa de ter que ser lido na perspectiva do que veio depois. O passado é libertado do presente. *A sua lógica e as suas categorias ganham espessura e autonomia. A sua diferença emerge majestosamente. Esta emergência da diferença, dessa estranha experiência que nos vem do passado, reforça decisivamente o olhar distanciado e crítico sobre os nossos dias (ou, no nosso caso, sobre o direito positivo), treinando-nos, além disso, para ver coisas diferentes na aparente monotonia do nosso tempo*” (HESPANHA, 2005, p 43, grifo nosso).

[...] Es por eso que debemos trabajar también con los no documentos, dándole sentido a estas huellas en su contexto”²⁶¹ (LEVI, 2010, p. 203).

A nossa dissertação, ao traçar a experiência de Benjamim Mota com relação ao movimento social da Primeira República, dialoga com o tipo de pesquisa desenvolvida na UNICAMP desde os anos de 1980²⁶². Sobretudo, aquelas que estudam a classe a operária (o vínculo entre resistências individuais e coletivas), no tocante à dimensão jurídica da luta por direitos e da historiografia social do trabalho. Na área de pesquisa jurídica, aproximamos dos estudos realizados na UFPE pelo professor Everaldo Gaspar de Andrade²⁶³.

No que diz respeito a teses e dissertações recentes que trouxeram contribuição para a história do direito sob a ótica dos movimentos sociais, destacamos as de Gustavo Siqueira²⁶⁴ e

²⁶¹ “Trabalhamos sobre restos ou evidências muito fragmentárias da vida das pessoas: os documentos. [...] é por isso que devemos trabalhar também com os não documentos, dando sentido aos vestígios em seu contexto”. (Tradução nossa)

²⁶² Ver a entrevista: “História Social do Trabalho no Brasil: conversa com Alexandre Fortes”. In: PAZ, Adalberto [et al.]. Dossiê. Revista Litteris, n. 14, 2014, p. 1-16.

²⁶³ Relata que: “A partir de uma nova pauta hermenêutica e de outros fundamentos teórico-filosóficos, em que se põem em relevo a *Teoria Social Crítica*, em geral, e as *Teorias dos Movimentos Sociais*, em particular, foi possível, nestes últimos dez anos, identificar uma produção acadêmica diferente, no âmbito do Direito do Trabalho e forjada no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPE. Daí ser ainda possível constatar a existência de dissertações e teses que, nos âmbitos das relações sindicais, individuais e internacionais de trabalho, enveredam por um caminho oposto àquele seguido pela velha doutrina, porque não estão centradas na subordinação da força do trabalho ao capital - como objeto deste ramo direto - e na prevalência do sindicalismo de raiz reformista - como centro catalisador dos movimentos coletivos -, prevalência que, no fundo, serve para legitimar este modelo de Estado, de sociedade e de direito” (ANDRADE, E., 2013, p. 12).

²⁶⁴ SIQUEIRA, Gustavo. *História do Direito pelos movimentos sociais: Cidadania, Experiências e Antropofagia Jurídica nas Estradas de Ferro* (Brasil, 1906). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

Adailton Costa²⁶⁵. Se por um lado, há no nosso trabalho aproximações com estas pesquisas supracitadas, há também distanciamentos, principalmente do ponto de vista metodológico.

A partir da década de 70 e 80, a historiografia passou por grandes transformações refletindo as mudanças e a crise da época²⁶⁶. Diante disso, surgiram “várias reações possíveis para a crise, e a micro-história em si nada mais é que uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes” (LEVI, 1992, p.35).

Guiados pela influência da micro-história, começaram a surgir trabalhos sobre a história do movimento operário com perspectiva metodológica diversa da marxista, como o livro de Maurizio Gribaudi “sobre os trabalhadores de um bairro operário de Turim no Entreguerras – um trabalho marcado por uma desconstrução da ideia de “classe trabalhadora” homogênea e dotada de interesses comuns e coerentes” (LIMA, 2009, p. 147).

Isso não quer dizer que os autores que utilizam a abordagem micro-histórica realizem pesquisas neutras²⁶⁷ ou

²⁶⁵ COSTA, Adailton Pires. *A história dos direitos trabalhistas vista a partir de baixo: a luta por direitos (e leis) dos trabalhadores em hotéis, restaurantes, cafés e bares no Rio de Janeiro da 1ª República* (DF, 1917-18). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

²⁶⁶ “Os anos de 70 e 80 foram, em quase todo o mundo, anos de crise para a crença otimista prevalecente de que o mundo seria rápida e radicalmente transformado em linhas revolucionárias. Naquela época, muitas das esperanças e mitologias que antes haviam orientado uma parte importante do debate cultural, incluindo o domínio da historiografia, estavam longe de estar em conformidade com os modelos otimistas propostos pelos grandes sistemas marxista ou funcionalista” (LEVI, 1992, p. 134).

²⁶⁷ “[...] escolher uma escala de observação significa escolher um instrumento analítico que não é neutro, e de que a escala dos fenômenos não está inscrita na realidade. A escala não é um dado preestabelecido, mas resulta de uma escolha estratégica que envolve a própria significação da pesquisa: o que vemos é aquilo que escolhemos fazer ver. Obter (e fornecer) a visão global de um problema passa necessariamente por simplificações que podem dar origem a verdadeiras ilusões de óptica e a interpretações inconscientemente – ou

neguem a relevância da historiografia marxista. Pelo contrário, “aqueles historiadores que aderiram à micro-história em geral tinham suas raízes no marxismo, em uma orientação política para a esquerda e em um secularismo radical com pouca inclinação para a metafísica” (LEVI, 1992, p. 135). Podemos citar, por exemplo, as primeiras pesquisas de Carlo Ginzburg, em que ele admite: “a hipótese com que iniciei minha pesquisa – a de que a feitiçaria podia ter sido, em alguns casos, uma forma rústica e elementar de luta de classes – parece-me hoje [...] uma pesquisa desprovida de uma verdadeira legitimação historiográfica” (GINZBURG, 2007, p. 300). Ele acrescenta ainda, a influência do marxismo na juventude²⁶⁸ e dos ensaios de Eric Hobsbawm: “*Primitive Rebels*” e “*Per la storia delle classi subalterne*”.

Salientamos neste item as aproximações e distanciamentos do nosso trabalho com as linhas de pesquisas realizadas no Brasil e no exterior. Abordamos o lugar de fala da micro-história, a interlocução com o pensamento de Marx²⁶⁹ e a

mesmo conscientemente, nos casos menos defensáveis – errôneas” (LEVI, 1998, p. 203).

²⁶⁸ Em entrevista, afirma: “Realmente, como todos sabem, a vida intelectual na Itália foi impregnada pelo marxismo. Meu encontro com Gramsci sem dúvida foi muito importante. Lembro-me do momento em que comecei a ler suas Cartas da prisão: era 1957, eu estava terminando o colégio, e foi muito marcante. Depois conheci Cantimori, que havia sido membro do Partido Comunista e tinha trazido o primeiro volume de O capital como dever de militância. Cantimori talvez tenha sido o historiador comunista mais importante depois da guerra. Li Hegel e Marx no curso de um intelectual comunista chamado Cesare Luporini, uma figura interessante. [...] Lembro que quando fui para Londres, ainda estudante, Cantimori me mandou procurar um amigo seu que falava muito bem o italiano. Era Eric Hobsbawm. Eu era muito tímido e não o procurei. Só o conheci mais tarde, e é engraçado, porque ele foi o primeiro a escrever sobre meu livro Os andarilhos do bem” (GINZBURG, 1990, p. 259).

²⁶⁹ “Não somos obrigados a concordar nem com suas conclusões, nem com sua metodologia. Mas seríamos imprudentes em negligenciar a prática do pensador que, mais do que nenhum outro, definiu ou sugeriu o conjunto de perguntas históricas para as quais são atraídos hoje os cientistas sociais” (HOBSBAWN, 2013, p. 117).

história marxista²⁷⁰ e, sobretudo, as razões que motivaram a escolha desta prática historiográfica.

A abordagem micro não é o melhor método de análise, mas o que se adapta as pretensões desta dissertação²⁷¹. Buscamos recuperar a complexidade da narrativa individual sobre Benjamim Mota através de um do olhar circunscrito sobre o movimento operário.

Embora haja pontos comuns entre a micro-história italiana e a história social britânica²⁷², é preciso evidenciar as diferenças. A experiência de Benjamim Mota (que vinha de uma família de tradição letrada e da convivência com a alta sociedade paulista

²⁷⁰ “A história marxista hoje não é, e nem pode ser, isolada do restante do pensamento e da pesquisa histórica. Essa é uma proposição bilateral. Por um lado, os marxistas não mais rejeitam – exceto como Fonte de matéria-prima para seu trabalho – os escritores que não afirmam ser marxistas, ou que são, de fato, antimarxistas. Se constituem boa história, devem ser levados em conta. Por outro lado, o marxismo transformou tanto a viga-mestra da história que hoje é quase impossível dizer se uma determinada obra foi escrita por um marxista ou por um não-marxista, a menos que o autor anuncie sua posição ideológica. Isso não é motivo para se lamentar. Gostaria de pregar um tempo em que ninguém pergunte se os autores são marxistas ou não, porque os marxistas poderiam então estar satisfeitos com a transformação da história obtida com as ideias de Marx. Mas estamos longe de tal condição utópica: as lutas de classe e de libertação, ideológicas e políticas, do século XX são tais que isso é até inconcebível. Quanto ao futuro previsível, teremos que defender Marx e o marxismo dentro e fora da história, contra aqueles que os atacam no terreno político e ideológico. Ao fazer isso, também estaremos defendendo a história e a capacidade do homem de compreender como o mundo veio a ser o que é hoje, e como a humanidade pode avançar para um futuro melhor” (HOBSBAWN, 2013, p. 238-239, grifo nosso).

²⁷¹ “Como se vê, a abordagem micro-histórica se propõe enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis. Mas esse individualismo metodológico tem limites, já que é de um conjunto social – ou melhor, de uma experiência coletiva – que é sempre preciso procurar definir as regras de constituição e de funcionamento” (REVEL, 1998, p. 23)

²⁷² Ver: LIMA, Henrique Espada. *E. P. Thompson e a micro-história: trocas historiográficas na seara da história social*. Esboços (UFSC), Florianópolis, v. 12, 2004, p. 53-74.

do século XIX) e do grupo *A Lanterna* (que demonstrou elitismo em determinadas ocasiões) não se equipara à história de sujeitos pobres, excluídos ou sem oportunidades. Portanto,

Yo no estoy de acuerdo con la idea de que hacemos historia desde abajo. [...] Nuestro propósito no es pensar desde abajo o desde arriba, sino hacer la historia de los hombres, de la sociedad, de la totalidad. Jamás decimos que los pobres son más interesantes que los ricos o que los ignorantes son más interesantes que los cultos. Todos son interesantes y por ello se debe estudiar la totalidad, las interacciones entre los distintos grupos sociales.²⁷³ (LEVI, 2010, p. 198, grifo nosso)

Através da redução de escala de observação, dos rastros e retalhos da experiência de Benjamim Mota analisamos a complexidade do jogo jurídico e as singularidades dos indivíduos na organização social da Primeira República.

²⁷³ “Eu não estou convencido com a ideia de que fazemos história de baixo. [...]. Nosso propósito não é pensar de baixo ou de cima, mas fazer a história dos homens, da sociedade, da totalidade. Jamais dissemos que os pobres são mais interessantes que os ricos ou que os ignorantes são mais interessantes que os cultos. Todos são interessantes e por isso se deve estudar a totalidade, as interações entre os distintos grupos sociais”. (Tradução nossa)

ANEXOS

ANEXO A – DIVISÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO POR ZONAS



Fonte: SILVA, 2006, p. 47, grifo nosso.

ANEXO B – LISTA DOS MUNICÍPIOS DA 5ª ZONA²⁷⁴

5ª zona: Baixa Paulista

<i>Municípios</i>	<i>Data de criação</i>		
Rio Claro	7-3-1845	Descalvado	22-4-1865
Anápolis	21-6-1897	Porto Ferreira	29-7-1896
Itirapina	25-3-1935	Piraçununga	22-4-1895
Araras	24-3-1832	Leme	29-8-1895
Araraquara	10-7-1832	Sta. Cruz da Conceição	4-7-1898
Barreto	10-3-1885	Limeira	8-3-1842
Cajobi	30-12-1926	Palmeiras	20-3-1885
Olímpia	7-12-1917	Jaboticabal	5-7-1867
Colina	24-12-1925	Bebedouro	19-7-1894
Guairá	18-3-1928	Monte Azul	22-12-1914
São Carlos	18-3-1865	Pitangueiras	6-3-1893
Santa Rita	10-3-1885	Guariba	6-11-1917
		Viradouro	26-12-1916

Fonte: SILVA, 2006, p. 56.

²⁷⁴ “A quinta zona localizada na parte “baixa” da Estrada de Ferro Paulista, corresponde à porção do Estado servida pela mesma estrada de ferro e também pela Estrada de Ferro São Paulo – Goiás. Ambas avançaram gradualmente em direção ao norte, alcançando os já prósperos municípios de Rio Claro, primeiramente, depois São Carlos e, em 1885, Araraquara. Fora a última zona a ser ocupada no século XIX, reduto final de dependência da mão-de-obra escrava para a lavoura cafeeira. Considerada no final do século XIX e início do XX como das zonas agrícolas mais desenvolvidas do Estado de São Paulo, chegou a possuir, nesse período, o número impressionante de 150 milhões de pés de café, responsáveis por uma produção de 7,5 milhões de arrobas/ano. Para o ano de 1920, experimentou significativa redução na produção do produto (50%), mesmo vendo que o número de cafeeiros continuava a aumentar. A sua população cresceu vertiginosamente, sobretudo no período que vai de 1836 a 1900, chegando a somar, no ano de 1886, mais de 133 mil habitantes” (SILVA, 2006, p. 56).

ANEXO C – RESUMO DOS JORNAIS, REVISTAS, PERIÓDICOS, ETC. PUBLICADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE 1827 A 1896

ESTADOS	TOTAL
São Paulo	664
Santos	130
Campinas	66
Taubaté	52
Guaratinguetá	49
Mogy-mirim	24
Pindamonhangaba	37
Bragança	26
Casa Branca	23
Rio Claro	25
Amparo	23
Franca	20
Bananal	19
S. Carlos do Pinhal	21
Sorocaba	16
Areias	15
Iguape	15
Ribeirão-Preto	21
Piracicaba	15
Limeira	14
Pirassununga	13
Lorêna	13
TOTAL	1.275

Fonte: TOLEDO, L., 1898, p. 517-519.

ANEXO D – LISTA DAS FALTAS DOS ESTUDANTES ATÉ
MAIO DE 1862: ALFREDO SILVEIRA DA MOTTA (PAI DE
BENJAMIM MOTA)

[illegible]

Fonte: CORREIO PAULISTANO, 1862, s/p, n. 1835, anno IX, grifo
nosso.

ANEXO F – LISTA DAS FALTAS DOS ESTUDANTES ATÉ JULHO DE 1864: ALFREDO SILVEIRA DA MOTTA

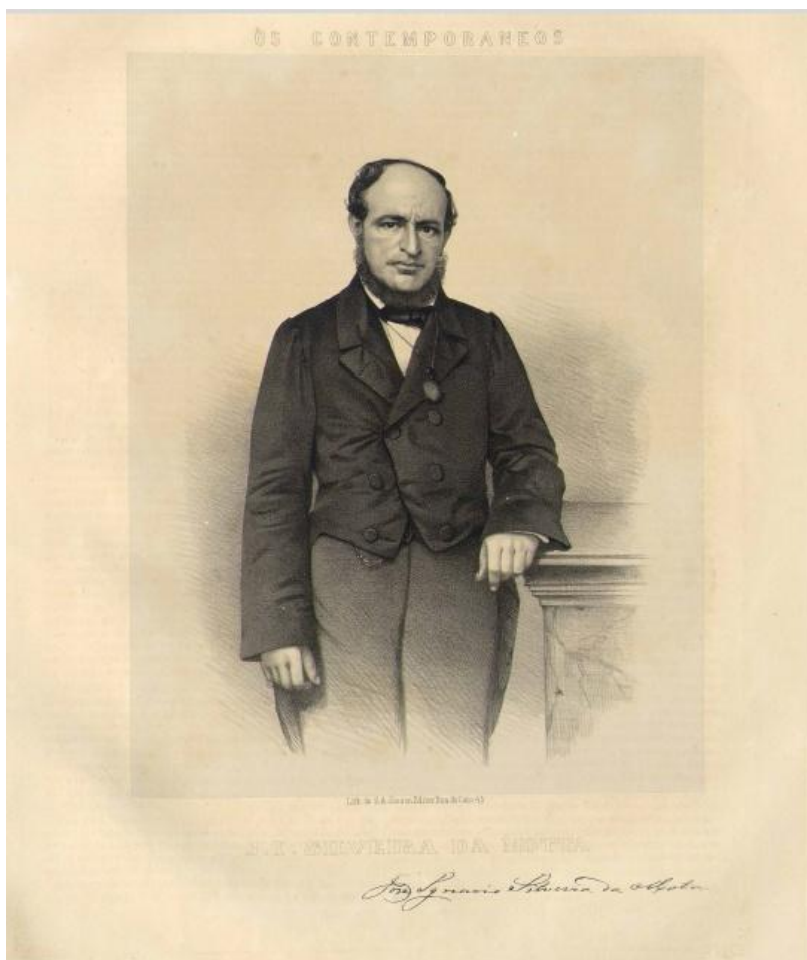
[illegible]

ANEXO G – LISTA DE BACHAREIS FORMADOS PELA
FACULDADE DE DIREITO DE S. PAULO: ALFREDO SILVEIRA
DA MOTTA (PAI DE BENJAMIM MOTA)

	NATURALIDADE	SCIENCIAS	
		Juridicas e Sociais	Juridicas Sociais
Alfredo Leite Ribeiro	Rio de Janeiro	1868	
» Lisboa	Rio G. do Sul	—	1896
» Lopes Baptista dos Anjos.	Bahia	1882	
» » da Cruz	Rio de Janeiro	1892	
» Machado Guimarães	Côrte	1889	
» Mario Vieira	S. Paulo	—	1895
» Olympio de Oliveira Duarte	Rio G. do Sul	1886	
» Patricio do Prado Paulista	S. Paulo	1892	
» Penteado	»	—	1895
» Ribeiro dos Santos	»	1883	
» Rodrigues Fernandes Chaves	Côrte	1867	
» » Jordão	S. Paulo	1886	
» Seraphico de Assis Carvalho	Pernambuco	1883	
» <u>Silveira da Motta</u>	S. Paulo	1864	
» Thomaz Whately	Rio de Janeiro	1861	
Alipio Alves da Silva Mello	Minas Geraes	1886	
» Benjamin Gonçalves Ferreira	»	1894	
» Esteves	Santa Catharina	1892	
Alonso Guayanaz da Fonseca	S. Paulo	1883	
» Starling	Minas Geraes	—	1896
Altino Arantes Marques	S. Paulo	1895	
Alvaro Augusto da Costa Carvalho	»	1886	
» » de Andrade Botelho	Minas Geraes	1883	
» » » Carvalho Aranha	Sergipe	1898	
» » » Toledo.	S. Paulo	1891	
» Benicio Gonçalves	Rio de Janeiro	1891	
» Carlos de Arruda Botelho	S. Paulo	1882	
» da Rocha Pereira da Silva.	Rio de Janeiro	—	1895
» de Cantanheda	Capital Federal	—	1895
» » Macedo Guimarães	S. Paulo	—	1894
» » Souza Queiroz	»	—	1897 1896
» Ernesto da Cunha	»	1868	
» Gomes da Rocha Azevedo.	Minas Geraes	1888	
» José Gonçalves Chaves	Rio G. do Sul	1883	
» Ribeiro de Faria	Rio de Janeiro	1890	
» » » Oliveira.	S. Paulo	—	1896
» Teixeira d'Assumpção	»	1882	
Amador Alves da Silva.	Minas Geraes	1868	
» Brandão Carneiro Nogueira Cobra	»	1888	
» da Cunha Bueno	S. Paulo	1879	
Amancio Guilhermino de Oliveira Penteado	»	1884	
» Olympio d'Andrade Barros	Minas Geraes	1876	
Amaro José d'Ávila Silveira	Rio G. do Sul	1842	
Ambrosio Leitão da Cunha	Pará	1845	
Americo Annibal de Abreu	Rio de Janeiro	1891	
» Antonio Ayres	S. Paulo	1857	
» Brasileiro da Costa Moreira.	Rio de Janeiro	1866	

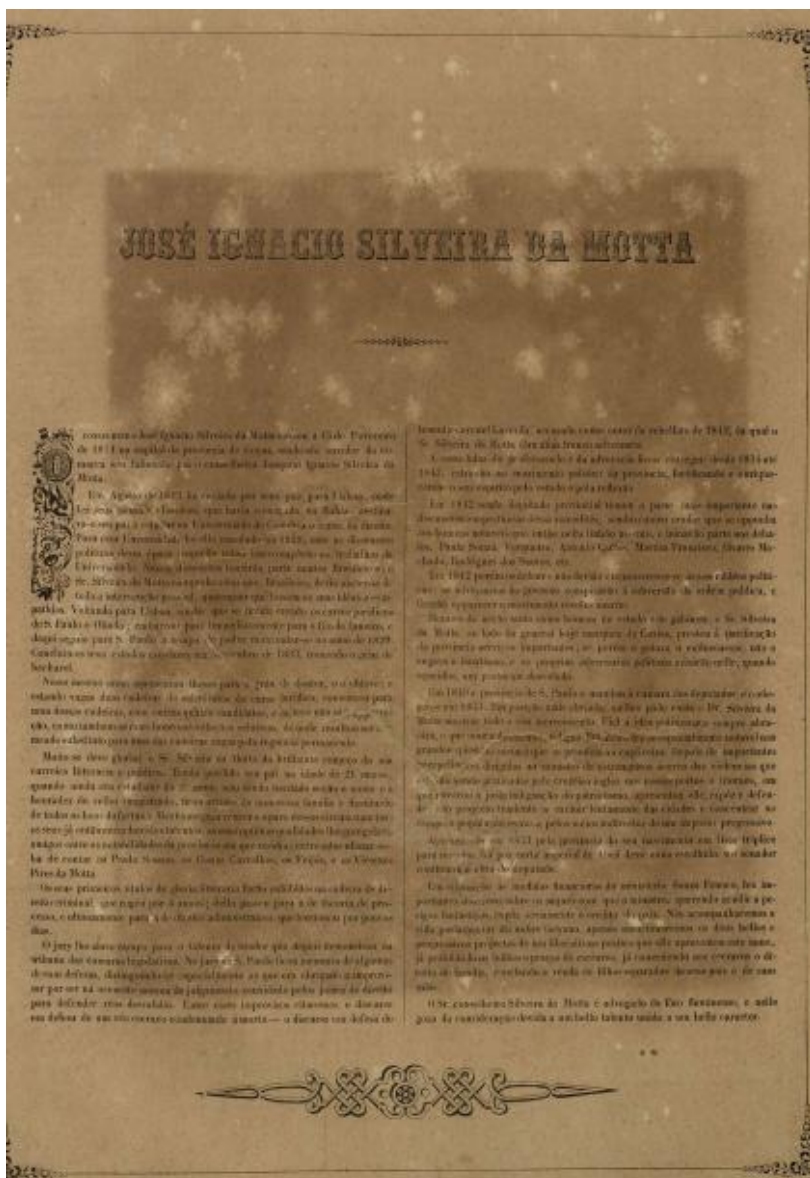
Fonte: MAIA, 1900, p. 212, grifo nosso.

ANEXO H – RETRATO DE JOSÉ IGNACIO SILVEIRA DA MOTA (AVÔ DE BENJAMIM MOTA)



Fonte: SISSON, 1999, p. 296.

ANEXO I – GALERIA DOS BRASILEIROS ILUSTRES: JOSÉ IGNACIO (AVÔ DE BENJAMIM MOTA)



Fonte: SISSON, 1999, p. 297.

ANEXO J – LISTA DE BACHAREIS FORMADOS PELA
FACULDADE DE DIREITO DE S. PAULO: JOSÉ IGNACIO
SILVEIRA DA MOTTA (AVÔ DE BENJAMIM MOTA)

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
José Gomes de Souza Portugal Junior.	Rio de Janeiro	1860		
» » Pinheiro	Minas Geraes	—	1895	
» » » Machado.	S. Paulo	1878		
» » Varella Lessa e Silva.	»	1834		
» Gonçalves da Silva Junior	Bahia	1859		
» » de Souza	Minas Geraes	1886		
» » Maia	Pernambuco	1888		
» » Marques	Paraná	1871		
» » Viriato de Medeiros	Ceará	1858		
» Grey	Capital Federal	1890		
» Guilherme da Silva Martins	Alagoas	1883		
» Henrique de Sampaio	S. Paulo	1889		
» » Souza Ramos	Côrte	1879		
» Hyppolito de Oliveira Ramos	S. Paulo	1859		
» Ignacio de Barros Cobra Junior	Minas Geraes	1864		
» » » Macedo	»	1864		
» » » » Guimarães	S. Paulo	1891		
» » Gomes Ferreira de Menezes.	Rio de Janeiro	1863		
» » » Guimarães	Bahia	1857		
» » Nogueira Penido	Minas Geraes	1834		
» » <u>Silveira da Motta.</u>	Goyaz	1833		
» » Vaz Vieira Filho.	Rio de Janeiro	1832		
» Ildefonso de Souza Ramos	Minas Geraes	1834		
» Innocencio de Campos	S. Paulo	1836		
» » » Moraes Vieira.	»	1845		
» Jacintho de Azevedo Baeta	Minas Geraes	1871		
» Joaquim Alves.	Rio de Janeiro	1867		
» » Baeta Neves Filho	Pernambuco	1882		
» » Cardoso de Mello	S. Paulo	1858		
» » » » Junior	»	1880		
» » da Costa Pereira Braga.	Capital Federal	1890		
» » » Silva	Bahia	1834		
» » de Almeida Reis	»	1861		
» » » Andrade Neves Netto	Rio G. do Sul	1894		
» » » Moraes Junior	S. Paulo	1866		
» » » Siqueira	Rio de Janeiro	1834		
» » » Souza.	Goyaz	1865		
» » do Carmo Junior	Rio de Janeiro	1854		
» » dos Santos Prado	S. Paulo	1895		
» » » Werneck	Rio de Janeiro	1870		
» » Fernandes Torres	Minas Geraes	1862		
» » Ferreira da Costa Braga Junior	Côrte	1878		
» » » Veiga.	Rio de Janeiro	1836		
» » » Rebello.	Minas Geraes	1857		
» » » Valle	Maranhão	1849		
» » Guimarães	Rio de Janeiro	1834		
» » Landulpho da Rocha Medrado	Bahia	1853		

Fonte: MAIA, 1900, p. 260, grifo nosso.

ANEXO K – TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOSÉ IGNACIO SILVEIRA DA MOTTA (AVÔ DE BENJAMIM MOTA)

Mandatos

- Deputado Provincial - 1842
- Deputado Geral - 1850 a 1852
- Deputado Geral - 1853 a 1854
- Senador - 1855 a 1856
- Senador - 1857 a 1860
- Senador - 1864 a 1866
- Senador - 1867 a 1868
- Senador - 1869 a 1872
- Senador - 1872 a 1875
- Senador - 1877 a 1878
- Senador - 1878 a 1881
- Senador - 1882 a 1884
- Senador - 1882 a 1884
- Senador - 1885 a 1885
- Senador - 1886 a 1889

Homenagens Recebidas

- Oficial da Ordem da Rosa.

Trabalhos Publicados

- A Emissão do Papel Moeda.
- Discurso proferido na Sessão do Senado de 20 de agosto de 1867.
- Discurso em resposta ao Senador Silveira Martins, pronunciado na Sessão de 27 de março de 1879.
- Denegação do Sistema Representativo, RJ, 1969.
- Discussão da Fala do Trono e Fixação das Forças de Terra, Sessão de 27 de março de 1879, RJ, 1979.
- Jornal das Conferências Radicais do Senador Silveira Mota, RJ, 1870/1871.
- Conferências oficiais sobre a Instrução Pública e Educação Nacional, RJ, 1878.
- O Federalista, São Paulo, 1832.
- Revista da Sociedade Filomática, São Paulo, 1833.

Fonte: ARQUIVO DO SENADO (ONLINE).

ANEXO L – HOMENAGEM EM 2014: 100 ANOS SEM ARTUR SILVEIRA DA MOTA (TIO DE BENJAMIM MOTA)

DECRETO Nº 164 DE 21 DE JANEIRO DE 2014 - E.: V.:

DECRETA O ANO DE 2014
“1914 / 2014 - 100 ANOS
SEM ARTUR SILVEIRA DA
MOTA” - O BARÃO DE JACEGUAÍ”

EDIMO MUNIZ PINHO, Grão – Mestre do GRANDE ORIENTE DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, federado ao GRANDE ORIENTE DO BRASIL, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que, **Artur Silveira da Mota**, nascido em São Paulo, SP, no dia 26 de maio de 1843, tendo vivido no Rio de Janeiro, RJ, desde os seus 15 anos, aonde veio a falecer em 6 de junho de 1914, e que, no ano de 1882, recebeu o título de Barão de Jaceguai;

CONSIDERANDO que, foi Almirante, Escritor, Diplomata e Membro da Academia Brasileira de Letras; Herói da Guerra do Paraguai, Conselheiro da Ordem Imperial Cruzeiro do Sul; Adido Naval do Império em Londres; Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha Brasileira; Redator da Revista Marítima Brasileira; e Diretor da Escola Naval;

CONSIDERANDO que, é reconhecido como um dos maiores quadros, de todos os tempos, da Marinha de Guerra do Brasil, na qual chegou ao posto de Almirante;

CONSIDERANDO que, em 1865, aos 22 anos de idade, foi nomeado Ajudante de Ordens do Almirante Tamandaré (Comandante em Chefe das Forças Navais Brasileiras em operações de guerra no Rio da Prata), e que devido ao seu desempenho, foi promovido a Capitão-Tenente;

CONSIDERANDO que, tendo se destacado na batalha de Curupaiti e gozando da confiança do então Marquês de Caxias, bem como de Joaquim José Inácio - o Visconde de Inhaúma, assumiu a liderança na Batalha de Humaitá, realizando, talvez o maior dos feitos de sua vida: forçou e venceu, de forma espetacular, a perigosíssima passagem pelo Rio Paraguai, sob o fogo incessante dos canhões paraguaios;

CONSIDERANDO que, tendo em vista os relevantes serviços prestados à Marinha do Brasil, foi agraciado com o **Título de Barão de Jaceguai**, ao mesmo tempo em que foi promovido a Comandante de Esquadra;

CONSIDERANDO que, teve uma brilhante carreira militar aliada à vocação de escritor, produziu várias obras de cunho militar, tendo publicado os seguintes títulos: em 1896, *Organização Naval – Reunião de Artigos*; em 1897, *O dever do momento* e *Carta a Joaquim Nabuco*; em 1900, *Quatro séculos de atividade marítima Portugal e Brasil*; em 1903, *Ensaio histórico sobre a gênese e desenvolvimento da Marinha Brasileira*; nos anos de 1906, 1909, 1910, 1913 e 1917 publicou os 5 volumes da obra intitulada *De aspirante a almirante, memórias*; e, em 1935, *Reminiscências da Guerra do Paraguai*;

Continua

Continuação.....

CONSIDERANDO que, em 28 de Setembro de 1907 foi eleito para a Cadeira de nº 6 da Academia Brasileira de Letras, sucedendo a Teixeira de Melo, e empossado em 9 de Novembro do mesmo ano, ocasião em que foi recebido pelo acadêmico Afonso Arinos;

CONSIDERANDO que, em 1880, intercedeu pessoalmente junto ao Grão-Mestre da Grande Loja Unida da Inglaterra, e logrou êxito, para que o Grande Oriente do Brasil fosse reconhecido, na mesma ocasião, tornou-se representante daquela Grande Loja junto ao Grande Oriente do Brasil, oportunidade em que, na condição de emissário desse Grande Oriente, concedeu o título de Membro Honorário ao príncipe de Gales;

CONSIDERANDO que, em julho de 1881, foi eleito Grão-Mestre Adjunto do Grande Oriente do Brasil e, como Grão-Mestre, João Alfredo Correa de Oliveira, o qual, em razão de suas viagens não tomou posse nesse cargo;

CONSIDERANDO que, em 29 de setembro de 1881 foi empossado como Grão-Mestre Adjunto do Grande Oriente do Brasil, tendo renunciado em 05 de maio de 1882, em razão de João Alfredo, Grão-Mestre eleito, desistir de tomar posse; e

CONSIDERANDO que, o Barão de Jaceguai é Patrono da Cadeira Nº 9 da Academia Maçônica de Artes, Ciências e Letras do Estado do Rio de Janeiro – AMACLERJ, e que foi Grão-Mestre em Exercício do Grande Oriente do Brasil de 29 de setembro de 1881 a 05 de maio de 1882, portanto, durante 7 meses e 6 dias;

RESOLVE:

Art. 1º - **DECRETAR** o ano de dois mil e quatorze, intitulado:

“1914 / 2014 – 100 ANOS SEM ARTUR SILVEIRA DA MOTA – O BARÃO DE JACEGUAÍ”.

Art. 2º - Ficam todas as Lojas Simbólicas da jurisdição obrigadas a organizar, sozinhas ou em conjunto, neste ano, pelo menos uma Sessão Magna Comemorativa aos **100 anos sem o Barão de Jaceguai**.

Art. 3º - Ficam os Veneráveis Irmãos Coordenadores do Grão-Mestre, incumbidos de atuarem nas suas Circunscrições pelo cumprimento do Artigo anterior.

Art. 4º - Ficam todos os Órgãos do Grão-Mestrado e todas as Lojas Simbólicas da Jurisdição, obrigadas a apor ao preâmbulo de todos os seus documentos, o dístico:

“1914 / 2014 – 100 ANOS SEM ARTUR SILVEIRA DA MOTA – O BARÃO DE JACEGUAÍ”.

Continua.....

Art. 5º - Fica o Secretário Estadual de Administração e Patrimônio, incumbido das comunicações de estilo.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dado e traçado no Gabinete do Grão-Mestrado, aos 21 de janeiro de 2014 - E.:V.: 193º da fundação do GOB e 37º da fundação do GOB-RJ.

EDIMO MUNIZ PINHO
Grão-Mestre

MANOEL PEIXOTO BARBOSA
Secr.: Est.: Administração e
Patrimônio

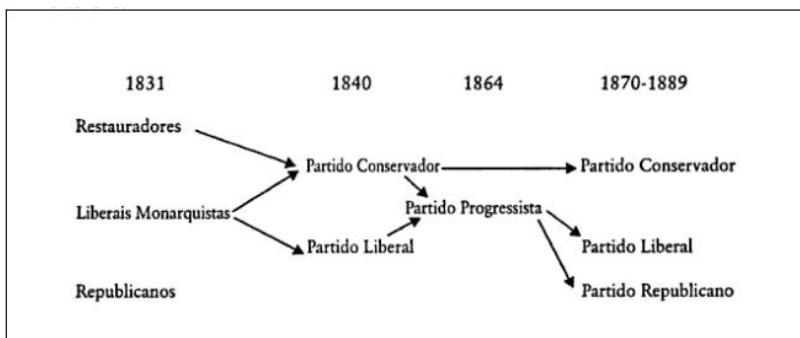
GILBERTO JORGE DA CRUZ ARAÚJO
Secr.: Est.: de Educação e Cultura

ANTONIO JOSE FERREIRA
Secr.: Est.: Interior, Rel. Públicas,
Transp. e Hospedagem

IVAN PAEZ SOARES
Secr.: Est.: da Guarda
dos Selos

Fonte: <http://gob-rj.org.br/portal/images/stories/2013/pdf/Decreto%20164%20-%20DISTICO%202014.pdf>

ANEXO M – EVOLUÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO DO IMPÉRIO 1831-1889



Fonte: CARVALHO, 2007, p. 185.

ANEXO N – LISTA DE BACHAREIS FORMADOS PELA FACULDADE DE DIREITO DE S. PAULO: RENATO FULTON SILVEIRA DA MOTTA (IRMÃO DE BENJAMIM MOTA)

S	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
Raymundo da Matta de Azevedo Corrêa (2.º)	Maranhão	1883		
» Silva Cunha Filho	Pará	1893		
» Furtado de Albuquerque Cavalcanti Filho	Paraná	1892		
» Leonardo Pereira Brandão	Minas Geraes	1891		
» Martiniano Alves de Souza	Maranhão	1863		
» Pennaforte de Toledo Black	S. Paulo	1889		
» Pereira Smith	Maranhão	1900		
Regino Antonio de Carvalho	»	1891		
<u>Renato Fulton Silveira da Motta</u>	S. Paulo	—	1898	1896
» Gomes Flôres	Capital Federal	1890		
Reynaldo Porchat	S. Paulo	1891		
Ricardino Sygmaringa de Moraes Cordeiro	»	1890		
Ricardo Irineo de Souza	Côrte	1879		
Rivadavia da Cunha Corrêa	Rio G. do Sul	1887		
Roberto Jorge Haddoch Lobo	Côrte	1886		
» Sabiniano de Barros	Minas Geraes	1869		
Rodolpho Custodio Ferreira	»	1886		
» de Faria Pereira	»	1891		
» Ferreira dos Santos	S. Paulo	1886		
» Leite Ribeiro	Minas Geraes	1865		
Rodrigo Antonio Monteiro de Barros	S. Paulo	1854		
» Augusto da Silva	»	1856		
» Bretas de Andrade	Minas Geraes	1891		
» Lobato Marcondes Machado	S. Paulo	1867		
» Marcondes Romeiro	»	1886		
» Netto Firmiano de Moraes	Alagôas	1850		
» Octavio de Oliveira Menezes	Bahia	1861		
» » Langgard Menezes	S. Paulo	1886		
» Pereira Barreto	Rio de Janeiro	1860		
» » Leite	S. Paulo	1863		
Rogério O'Connor Lopes de Camargo	»	1886		
» Dauntre	»	1884		
» Pinto Ferraz	»	1882		
Romão Teixeira Leomil Junior	Rio de Janeiro	1874		
Romualdo de Andrade Baena	Minas Geraes	1836		
Roque de Souza Dias	Rio de Janeiro	1846		
Rufino d'Avila Rebouças	Ceará	1866		
» Furtado de Mendonça	Minas Geraes	1843		
» Theotônio Segurado	Parahyba	1891		
Rufiro Tavares de Almeida Junior	Bahia	1870		
Ruy Barboza	Minas Geraes	1894		
Sabino Alexandrino Pinheiro Junior	»	1884		
» Alves Barroso Junior	»	1891		
» de Almeida Lustosa	Rio de Janeiro	1836		
» Francisco Frougethe	Bahia	1892		
» Gomes da Silva				

Fonte: MAIA, 1900, p. 279, grifo nosso.

ANEXO O – TRANSCRIÇÃO DO DISCURSO DE RENATO FULTON NA COLAÇÃO DE GRAU DA FACULDADE DE DIREITO DE S. PAULO (1898)

Collação de gráo

Revestida da maior solemnidade, abrilhantada com o concurso de numerosas famílias da nossa melhor sociedade, realisou-se hontem, ao meio dia, no salão de honra da Faculdade de Direito, a collação de gráo aos estudantes que acabaram o curso.

Aberta a sessão pelo venerando director dr. barão do Ramalho, foi dada a palavra ao orador eleito dos bacharelandos, o sr. Renato Fulton Silveira da Motta.

O orador, depois de fazer considerações ácerca da transformação porque iam passar desde aquelle momento, de estudantes que se tornavam defensores do direito, força suprema, reguladora da vida social, baseou o seu discurso na apologia das sciencias juridicas, dizendo, com Tobias Barreto, que o direito não era “um filho do céo, das inspirações divinas, mas sim um phenomeno histórico, producto cultural da humanidade”.

A serpente que não devora a serpente, disse o orador, não se faz dragão; a força que não vence a força, não se faz direito.

O direito é a força que matou a própria força.

O sr. Renato Motta terminou fazendo votos para que se estabelecesse e firmasse a mais intima cordialidade entre os que naquelle instante saiam do velho mosteiro de S. Francisco e os estudantes e mestres que alli ficavam.

O discurso do sr. Renato Motta foi bastante applaudido.

Em seguida o sr. dr. barão de Ramalho confiou o gráo de bacharel aos seguintes srs.: Olyntho de Lima, natural do Pará; Ernesto Pujol, do Rio de Janeiro; Maximo Pinheiro Lima, Renato Motta, Basileo Soares Muniz, José Ferreira da Silva, Flavio de Barros Franco e Issac de Mesquita, de S. Paulo.

Uma salva de palmas rompeu quando o sr. dr. João Monteiro, paranympo do acto, subiu á tribuna.

O illustre professor declarou que se achava alli por instancia dos doutorandos e que não sobrara tempo para a confecção de um discurso.

No improviso feito, s. exa. aconselhou á mocidade que trabalhasse com o mais vivo ardor para o restabelecimento do glorioso passado brasileiro.

Disse que, no homem, por mais independente que seja, a corda sensitiva, moral ou intellectual, havia de vibrar sempre de accôrdo com a nota tónica do dia, e por isso, naquelle acto, cheio de solemnidade, o orador aconselhava os que deixavam a vida académica a trabalhar pelo triumpho do direito.

Se alguma vez, disse o sr. dr. João Monteiro, o interesse mesquinho da politica dos partidos, quizer offuscar o brilho do direito, tomae a vossa bandeira de defensores, e se isto não bastar, reclamao dos céos o cruzeiro das Americas, para com elle fustigar os mercadores do templo.

Depois de ter convidado os srs. bacharelados a restaurarem para o direito a imponencia e magestade insubmersível, que sempre o acompanhou, o illustre paranympho aconselhou á mocidade que se esforçasse sem tréguas, para romper a nuvem negra de desalento que envolve a Patria, restituindo felicidade e amor á Republica.

O sr. dr. João Monteiro finalizou a sua oração erguendo um viva á Republica, que foi calorosamente correspondido.

A' uma hora da tarde, o sr. dr. barão de Ramalho deu por terminada a cerimônia.

O edificio da Faculdade achava-se enfeitado, e no saguão, á entrada, tocou a banda de musica do 3º batalhão de policia.

Ao saírem da Faculdade, todos os bacharelados dirigiram-se em *landa* á residencia do dr. Maximo Pinheiro Lima, onde se serviu profuso *lunch*, sendo nessa occasião levantados vários brindes.

A congregação da Faculdade de Direito esteve representada pelos srs. drs. Gabriel de Rezende, Pedro Lessa, Reynaldo Porchat, Veiga Filho e José Ulpiano.

Aos bacharelados foram distribuídos muitos ramalhetes de flôres naturaes.

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 28/03/1898, p. 2.

ANEXO P – RETRATO DE RENATO FULTON SILVEIRA DA MOTTA (IRMÃO DE BENJAMIM MOTA)

Diplomados pela Faculdade de Direito, ha quarenta annos

A TURMA DE 1898 COMMEMOROU, ANTE-HONTEM, SOLENEMENTE, A DATA DE SUA FORMA-TURA -- UMA ROMARIA AOS CEMITERIOS, EM VISITA AOS TUMULOS DE COLLEGAS FALLECIDOS



Ao alto, schida da missa mandada celebrar em sufragio dos lentes e elementos da turma de 1898, já fallecidos. Em baixo, junto ao tumulo do saudoso prof. José Augusto Cesar, fala o dr. Renato Fulton Silveira da Motta.

A turma de bachareis diplomados pela Faculdade de Direito de S. Paulo, em 27 de março de 1898, comemorou ante-hontem, solenemente, o quadragésimo anno de sua formatura.

Logo pela manhã, ás 9 horas, foi celebrada missa, na igreja de S. Francisco, por intenção de mestres e collegas fallecidos.

Durante o dia, foi feita uma visita á Faculdade de Direito, e, após, aos cemiterios, onde repousam os restos de alguns condiscipulos e lentes já desaparecidos. Na necropole da Col-

solação, á beira do tumulo do illustre prof. José Augusto Oscar, um dos elementos da turma de 1898, recentemente fallecido, discursou, proferindo brilhante e commovida oração, o dr. Renato Fulton Silveira da Motta, juiz de direito aposentado. Justificou a ausencia do dr. Paul Fernandes, que, por motivos de força maior, não pudera comparecer a esta homenagem. A propósito, o dr. Washington de Oliveira leu a seguinte carta que recebera do dr. Alarico Silveira:

"Prezado collega e amigo dr. Washington de Oliveira.

Saudações muito cordiaes.

Tentei, sem resultado, communicar-me pelo telefonho, hontem e hoje, com o Renato Motta, para lhe dizer que, infelizmente, não poderei estar em S. Paulo, amanhã, ao commemorarmos o 40.º anniversario de nossa formatura.

Recore, nesta conjunctura, á sua amizade, pedindo o obsequio de transmitir isso mesmo aos nossos amigos e dizer-lhes que me assoei, sem retrição, a tudo quanto deliberarem; que

estou com elles não só no empenho de esboçar, ainda mais, os laços de camaradagem que nos unem, mas na rememoração commovida e nas homenagens aos collegas desaparecidos.

Um grande abraço de saudades do amigo, e coll. admtr. (a.). Alarico Silveira — S. Paulo, 26-3-38"

O programma das comemorações da turma de 1898 se encorreu com um almooço íntimo, que se realizou na "Brasserie Paulista", restaurante já existente naquella época, e muito frequentado pelos estudantes de Direito,

Fonte: CORREIO PAULISTANO, 29 de Março de 1938, p. 1, grifo nosso.

ANEXO Q – MARIO SILVEIRA DA MOTTA: 2º TABELIÃO INTERINO (IRMÃO DE BENJAMIM MOTA)

PROTESTO DE UMA LETRA DE CAMBIO
 Existe em meu cartorio, á rua da Boa Vista n. 58, para ser protestada por falta de pagamento, uma letra de cambio do valor de Rs. 200\$000 aceita por Ayhde Ferris & Irmão. Por não terem sido encontrados os referidos aceitantes, pelo presente os intimo para pagarem a importância da mencionada letra de cambio ou darem a razão por que o não fazem e, ao mesmo tempo, na falta do pagamento os notifico do competente protesto.
 S. Paulo, 11 de Setembro de 1915.
 O 2º tabelião de protestos, interino: **MARIO SILVEIRA DA MOTA.**

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 13/09/1915, p. 10.

O 2.º Tabelião interino de protestos
Mario Silveira da Motta
 Tabelião substituto do serventuario da justiça NESTOR RANGEL PESTANA, que se acha ausente, comunica aos seus amigos, clientes e a todos os interessados, que mudou o seu cartorio da RUA BOA VISTA, 58, sobreloja para o prédio do BANCO DO COMMERCIO E INDUSTRIA — TRAVESSA DO COMMERCIO N. 9, 1.ª sobreloja, salas ns. 9 e 10.

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 04/05/1926, p. 1.

ANEXO R – RESULTADO DOS EXAMES DE LÍNGUAS DOS ALUNOS DO COLLEGIO JOAQUIM CARLOS PERANTE AS MESAS EXAMINADORAS NA FACULDADE DE DIREITO-SP (BENJAMIM MOTA- 13 ANOS)

COLLEGIO JOAQUIM CARLOS
S. PAULO
LADEIRA DO PORTO GERAL N. 13

Tendo este collegio chegado ao fim do seu 1º anno lectivo, cumpre á directoria dar contas aos res. paes de familia da sua marcha no correr d'esse periodo.

O collegio foi instalado no dia 7 de Abril do corrente anno, e a sua matricula sempre cresceu attillia ao numero de 84 alumnos, a saber :

Internos	40
Meio pensionistas	10
Externos	25
Total	84

Funcionaram sem interrupção todas as aulas do curso de preparatorios e de primeiras letras, devido ao cumprimento de seus deveres por parte do corpo docente e a maxima assiduidade por parte da directoria. A ordem na disciplina se manteve insalteravel. Foi mais que lisonjeiro o seu estado sanitario, visto como, não registou o collegio um só caso de enfermidade, concorrendo para isso, já o insustentavel clima que abriga esta cidade, já o attento cuidado com que foram observadas, no estabelecimento, todas as condições da boa hygiene.

Na parte litteraria alcançou o collegio o desejado resultado, provado nos exames de linguas que prestaram rigida de seus alumnos perante as mesas examinadoras, que funcionaram na Faculdade de Direito, de Novembro a Dezembro; por quanto, apesar da severidade creada pelo novo programma com relação a apreciação das provas, accrescendo a instancia, nas aproximações dos exames, dos livros até então adoptados, e que fez converter os exames que eram por pontos, em exames vagos, obteve o collegio 65 % de approvações, como se vê do quadro abaixo:

PORTUGUEZ

1 Adoniram Maurity N. dos Santos	> approvado plenamente
2 Alfredo P. do Prado Paulista	> >
3 Antonio R. do Amaral Cesar	> >
4 Augusto A. de Almeida Cyrino	> >
5 Benjamin Silvestre da Motta	> simplesmente
6 Luiz Augusto dos Reis	> >
7 Manoel Alves de Castro Junior	> >
Reprovados 3	

FRANCEZ

8 Antonio R. do Amaral Cesar	> plenamente
9 Augusto Albino de A. Cyrino	> >
10 José G. de Toledo Piza	> >
11 Eugenio da Oliveira Ferreira	> simplesmente
12 Francisco Perillo Junior	> >
13 João Alves de Castro	> >
14 João Cesar Ribeiro de Arruda	> >
15 José Teixeira de Camargo Nogueira	> >
16 Luiz Augusto Reis	> >
17 José Cardoso de Almeida	> >
18 Manoel Alves de Castro Junior	> >
19 Magus W. Arthur Sôndalh	> >
Reprovados 2	

INGLEZ

20 Augusto A. de Almeida Cyrino	> plenamente
21 Joaquim R. de Toledo Piza	> >
22 Magus W. Arthur Sôndalh	> >
23 Luiz Camargo Mello	> simplesmente
24 Olympio Rodrigues Pimentel	> >
25 Manoel Alves de Castro Junior	> >
Reprovados 3	

LATIM

26 Paulo Ferraz de Freitas	> plenamente
27 João Cesar Ribeiro de Arruda	> simplesmente
Reprovados 2	

RESUMO

Approveds	27
Reprovados	10

O collegio inaugurado em Abril teve a sua maior concorrencia, gradualmente, de Maio em diante, e, em tão curto espaço de tempo, era impossível habilitar, para exame, maior numero de alumnos, atendendo-se, que a maior parte dos matriculados, vieram encetar no collegio o estudo d'essas materias.

Cabe, aqui, á directoria, agradecer aos res. paes de familia a confiança com que a distinguem, e a que protestam para o bom desempenho de sua missão e o alvoroço que constantemente manifestaram ao modo como foi exercida a disciplina no collegio. Agradece aos res. professores a valiosa coadjuvação do seus inapreciaveis serviços; e aos seus alumnos, que conturbar se manter na linha de seus deveres, revelando, já a docilidade do caracter, já uma educação esmerada recibida no lar domestico.

No dia 15 do corrente começam as férias do Natal, que se prolongarão até o dia 6 de Janeiro do anno proximo, e, no dia 7 d'esse mesmo mes, entrará de novo o collegio nos trabalhos regulares de seu segundo anno lectivo.

Durante as férias continuarão a funcionar todas as aulas, especialmente as de sciencias para os alumnos que pretendorem se habilitar aos exames que terão lugar em Fevereiro, para o que estarão sempre abertas as matriculas.

S. Paulo, 14 de Dezembro de 1883.

OS DIRECTORES,
Joaquim Carlos Bernardino Silva.
E. A. Nogueira da Gama.

5-3

Fonte: A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 20/12/1883, p. 3, grifo nosso.

ANEXO S – RESULTADO DOS EXAMES PREPARATÓRIOS NA FACULDADE DE DIREITO- SP

Faculdade de Direito.—Fizeram acto, sendo approvados:

Dia 19:

4º ANNO.—Ludgero Antonio Coelho, plenamente; Olyntho Augusto Ribeiro, plenamente; Pedro Paulo Carneiro de Almeida Pereira, plenamente; Bento Ribeiro dos Santos Camargo, plenamente.

Dia 20:

Eduardo da Cunha Canto, plenamente; Augusto Freire da Silva Junior e Luiz Sanchez de Lemos.

Dia 19:

3º ANNO.—Antonio Carlos Soares de Albergaria, plenamente; Isidoro Pereira de Azevedo, Luiz de Mattos Freire, João Nepomuceno de Faria Pereira, Manoel José Ferreira Vianna, Antonio Paes de Barros Sobrinho e Antonio Benedicto Coelho Netto.

Dia 20:

2º ANNO.—Rodolpho Custodio Ferreira, plenamente; João Marcondes dos Santos, Oscar Italiba da Motta Amaral, Rogerio O'conor Lopes de Camargo e D'ontre, João Athanasio de Almeida e Thomaz Augusto Ribeiro de Lima.

—Do dia 23 em diante os actos do 3º anno commçarão ás 10 horas.

Dia 19:

1º ANNO.—Alberto Gomes Ribeiro da Luz e José Antonio Teixeira Machado.

—Houve um reprovado.

Exames de preparatorios.—

Resultado de honra:

PORTUGUEZ

Simplemente, os srs. Benjamin Franklin Silveira da Motta, Bento Pereira Bueno e Candido Hermeto de Bittencourt Coelho.

—Houve tres reprovados.

FRANCEZ

Plenamente, o sr. Cassiano Raphael da Fonseca Silva.

Simplemente, os srs. Bráulio Marcondes Homem de Azevedo, Claro da Cunha Ferreira, Carlos Alberto Vianna, Carlos Ferreira Bandeira e Cassio Marcondes Monteiro.

—Foram nove reprovados e um deixou de comparecer.

INGLEZ

Plenamente, os srs. Fernando Villalva de Andrade, Francisco Martiniano da Costa Carvalho, Ernesto Rudge da Silva Ramos e Ernesto Gomes de Amorim.

Simplemente, os srs. Antonio Millao de Souza Aymeré, Duarte Eguinaldo Silva, Eduardo de Campos Maia, Eduardo Ernesto Pereira da Silva, Eduardo Galvão de Souza Mello, Eduardo Martins Fontes, Ernesto de Azevedo Marinho, Francisco Ferreira de Almeida, Ezequiel Celso de Oliveira Campos, Ezequiel Lobo Pereira e Ernesto Nogueira de Azevedo.

—Houve um reprovado.

ANEXO T – RESULTADO DOS EXAMES DE LÍNGUAS E CIÊNCIAS DOS ALUNOS DO COLLEGIO JOAQUIM CARLOS PERANTE AS COMISSÕES EXAMINADORAS NA FACULDADE DE DIREITO- SP (BENJAMIM MOTA- 14 ANOS)

COLLEGIO JOAQUIM CARLOS

S. PAULO

O collegio **JOAQUIM CARLOS** inaugurado no dia 7 de Abril de 1883, completa hoje o seu primeiro anno lectivo.
Concorreram á matricula 108 alumnos, a saber :

Internos	93
Moto-pensionistas	12
Externos	33
Total	108

No correr do anno não se deu caso algum da mais leve enfermidade no internato.
A directoria continúa incansavel no empenho de manter o collegio em condições de bem merecer a confiança dos senhores paes de familia. Na parte litteraria tambem não poupa a directoria esforços para bem preencher o seu dever, e o prova o resultado alcançado nos exames durante o anno. O collegio continúa franco ás visitas dos interessados em dia e hora que lhes aprouver.
S. Paulo, 7 de Abril de 1884.

Os directores,
Joaquim Carlos B. Silva.
F. A. Nogueira da Gama.

—(•••)—

Resultado dos exames de linguas e sciencias prestados pelos alumnos do collegio Joaquim Carlos perante as commissões examinadoras na Faculdade de Direito, de Novembro a Fevereiro.

<p style="text-align: center;">PORTUGUEZ</p> <p style="text-align: center;"><i>Plenamente</i></p> <p>1 Adonyzanno Maurity Nestor dos Santos 2 Alfredo Patricio do Prado Paulista 3 Antonio Rodrigues do Amaral Cesar 4 Augusto Albino de Almeida</p> <p style="text-align: center;"><i>Simplemente</i></p> <p>5 <u>Benjamin Franklin Silveira da Motta</u> 6 Luiz Augusto dos Reis 7 Manoel Alves de Castro Junior</p> <p style="text-align: center;">FRANCEZ</p> <p style="text-align: center;"><i>Plenamente</i></p> <p>8 Antonio Rodrigues do Amaral Cesar 9 Augusto Albino de Almeida 10 José Gabriel de Toledo Piza</p> <p style="text-align: center;"><i>Simplemente</i></p> <p>11 João Alves de Castro 12 Francisco Perillo Junior 13 João Cesar Ribeiro de Arruda 14 José Cardoso de Almeida 15 José Teixeira de Camargo Nogueira 16 Luiz Augusto dos Reis 17 Magnus Waldemar Arthur Saudath 18 Manoel Alves de Castro Junior 19 Eugenio de Oliveira Ferreira</p> <p style="text-align: center;">INGLEZ</p> <p style="text-align: center;"><i>Plenamente</i></p> <p>20 Augusto Albino de Almeida 21 Magnus Waldemar Arthur Saudath 22 Joaquim Raphael de Toledo Piza</p> <p style="text-align: center;"><i>Simplemente</i></p> <p>23 Luiz de Camargo Mello 24 Olympio Rodrigues Pimentel 25 Manoel Alves de Castro Junior</p> <p style="text-align: center;">LATIM</p> <p style="text-align: center;"><i>Plenamente</i></p> <p>26 Paulo Ferraz de Freitas</p>	<p style="text-align: center;"><i>Simplemente</i></p> <p>27 João Cesar Ribeiro de Arruda</p> <p style="text-align: center;">ARITHMETICA</p> <p style="text-align: center;"><i>Plenamente</i></p> <p>28 José Vicente da Silva Paranhos</p> <p style="text-align: center;"><i>Simplemente</i></p> <p>29 Alfredo Patricio do Prado Paulista 30 Olympio Rodrigues Pimentel 31 Paulo Ferraz de Freitas</p> <p style="text-align: center;">GEOMETRIA</p> <p style="text-align: center;"><i>Plenamente</i></p> <p>32 José Vicente da Silva Paranhos 33 Carlos Perxoto de Mello Filho</p> <p style="text-align: center;"><i>Simplemente</i></p> <p>34 Olympio Rodrigues Pimentel 35 Joaquim Raphael de Toledo Piza 36 Amador Carneiro Nogueira Cobra</p> <p style="text-align: center;">ALGEBRA</p> <p style="text-align: center;"><i>Plenamente</i></p> <p>37 José Gabriel de Toledo Piza</p> <p style="text-align: center;"><i>Simplemente</i></p> <p>38 Paulo Ferraz de Freitas</p> <p style="text-align: center;">HISTORIA</p> <p style="text-align: center;"><i>Simplemente</i></p> <p>39 Paulo Ferraz de Freitas 40 Waldemiro Motta 41 Carlos Perxoto de Mello Filho</p> <p style="text-align: center;">RHETORICA</p> <p style="text-align: center;"><i>Simplemente</i></p> <p>42 Joaquim Raphael de Toledo Piza 43 Luiz Sizenando Serra-Dourada</p>
---	---

2-2

Fonte: A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 10/04/1884, p. 3, grifo nosso.

ANEXO U – RELAÇÃO DOS ESTUDANTES APROVADOS NOS EXAMES REALIZADOS PERANTE A FACULDADE DE DIREITO- SP (BENJAMIM MOTA- 15 ANOS)

EDITAIS		Simplemente	
Faculdade de Direito			
Relatório dos estudantes aprovados nos últimos exames feitos perante esta faculdade.			
PORTUGUEZ			
Plenamente aprovados			
1 Aureliano de Souza e Oliveira Costinho Junior		24 Candido Egydio de Souza Aranha	
2 Emilio Francisco Paves		25 Carlos Alberto da Silva Pereira	
3 Francisco Ribeiro Sandoval		26 Carlos da Costa Moreira	
4 Jorge Corrêa		27 Cleodomiro Franco de Andrade	
5 José Maria Lisboa Junior		28 Cornelio de Hollanda Lima	
6 Luiz Gomes Ribeiro Junior		29 Emilio Francisco Paves	
7 Reinaldo Amarante		30 Epaminondas de Oliveira Martins	
Simplemente		31 Francisco de Paula Pessoa	
8 Alfredo Firme da Silva		32 Francisco Ribeiro Sandoval	
9 Alvaro Ferreira de Camargo Andrade		33 Frederico Amoroso de Amaral Urzado	
10 Antonio Judice de Gouveia		34 Herculano Evaristo de Brito Meguinai	
11 Arthur Moreira de Castro Lima		35 Herculano Pinto Ferraz	
12 Bernardino da Rocha Carvalho Junior		36 Horacio da Costa Guma	
13 Candido Egydio de Souza Aranha		37 Jayme Amoroso Freire	
14 Eogenio de Oliveira Ferreira		38 Joaquim Marques Ferreira Braga	
15 Fernando Freitas Filho		39 Joaquim Pereira Ferreira Mondes	
16 Francisco Ferreira de Camargo		40 Joaquim da Silveira Santos	
17 Francisco Martins de Siqueira		41 João Alves de Moraes e Silva	
18 Ignacio Bruno Pontado		42 João Francisco Pinto e Silva	
19 Joaquim Marques Ferreira Braga		43 José Frederico de Borja	
20 Joaquim Martins Bastos		44 José Roberto dos Santos Cardoso	
21 Joaquim da Silveira Santos		45 Josue de Almeida Guimarães	
22 José Carlos da Cruz Tamandaré		46 Justiniano Arthur de Mello Vianna	
23 Julio Henrique Boushand		47 Luciano de Souza Brandão	
24 Lefasio Soares Cahy-Uby		48 Luis Branco	
25 Luciano de Souza Brandão		49 Luis de Campos Maia	
26 Luis Branco		50 Luiz Hygino da Silveira Carvalho	
27 Manoel de Carvalho		51 Manoel Braz da Cunha	
28 Pedro Dias Soares		52 Osear da Costa Moreira	
29 Plinio Jorge Montenegro		53 Raphael Aguiar Paes de Barros Filho	
30 Raphael Aguiar Paes de Barros Filho		54 Reinaldo Amarante	
31 Roberto Quirino de Oliveira		55 Roberto Quirino de Oliveira	
32 Thomas Pimentel		56 Rodolpho de Lara Campos	
33 Tallo Theodoro Campos		57 Rodolpho Pereira de Souza	
34 Urbano Martins de Mello		58 Saverio Pontasinha de Castro	
35 Victor Ferreira de Camargo Neves		59 Viciente Leite Pontado	
36 Viciente Leite Pontado		—Reprovados, 41.	
—Reprovados, 31.		Insererem-se 111	
Insererem-se 123		Aprovados plenamento . . . 10	
Aprovados plenamento 7		» simplesmente . . . 49	
Aprovados simplesmente 29		Reprovados 41	
Reprovados 31		Não compareceram 11	
Não compareceram 54		111	
— 123		(Continúa).	
FRANCEZ			
Aprovados plenamento			
1 Antonio Carlos de Carvalho Mello Mattos			
2 Benjamin Lopes de Oliveira			
3 Bento Paes de Barros Junior			
4 Francisco Emilio da Silva Leme			
5 Jorge Corrêa			
6 José Leite de Arruda			
7 José Mendes de Almeida			
8 Leopoldo Ballo de Mello Canha			
9 Manoel José dos Santos Franco			
10 Pedro Dias Soares.			

ANEXO V – RELAÇÃO DOS INSCRITOS PARA EXAMES NA FACULDADE DE DIREITO- SP (BENJAMIM MOTA- 16 ANOS)

EDITAIS	
FACULDADE DE DIREITO	
RELAÇÃO DOS INSCRIPTOS PARA EXAMES DE	
GEOMETRIA	
1	Gabriel de Oliveira Rocha
2	Ananias Pereira de Carvalho
3	Luiz dos Santos Dumont
4	José Damaso de Queiroz
5	Luiz Pereira Curiano
6	Arthur Diram Nogueira Barbosa
7	Silvino Antonio de Moraes
8	Manoel José de Castro Monteiro de Barros Junior.
9	Bernardino Guerreiro Rodrigues Torres
10	Theophilo de Moraes Nobrega
11	Zulimiro Ferraz de Campos
12	Luiz Aranha
13	Julio Pinto Marcondes Pestana
14	Antonio Cypriano do Amaral
15	Pedro Pinheiro de Souza
16	Nicolas de Souza Queiroz Filho
17	Pedro Eustachio Aprigio de Moura
18	Antonio Cardoso do Amaral
19	Americo Albino de Almeida Cyrino
20	João Baptista de Barros
21	Thomas Pimentel
22	Gustavo Corrêa Leite Moraes
23	Sabino de Almeida Lustosa
24	Julio Mario Salasse
25	Antonio P. Porto Moretz-Shon
26	Luiz Pinto de Alencar Cintra
27	Luiz Branco
28	Bernardo de Souza Campos
29	Raphael de Abreu Sampaio Vidal
30	Eduardo Pio Westin
31	Alfredo de Campos Salles
32	Luiz Quirino dos Santos Junior
33	José Corrêa Pinto Junior
34	José Pinto de Souza
35	Armando de Almeida Vergueiro
36	Miguel Arrojado Lisboa
37	Juvenal Augusto de Toledo Kohly
38	Alberto de Mello Seabra
39	Oscar Vidal Barbosa Lage
40	Gentil Colonbo de Assis Moura
41	Victor Ferreira de Camargo Novais
42	Mario Pedro da Silva
43	Augusto Marinho da Silva
44	Fructuoso Machado da Cunha Junior
45	Cassiano Raphael de Alfonsca Silva
46	João Evangelista Ferreira de Mello
47	José Silva de Souza Gayoso
48	Antonio dos Passos Miranda Filho
49	José Ferreira de Camargo
50	Vicente Albano
51	Antonio Teixeira Cardoso
52	Valdemiro Augusto do Amaral
53	Luiz Fortunato de Souza Carvalho
54	Ismael Frederico Franzen
55	José Cesario Monteiro de Miranda Ribeiro
56	Theophilo Benedicto de Souza Carvalho
57	José Bonifacio Marcondes Machado
58	Horacio da Costa Gama
59	Zacarias Voltaire de Toledo
60	Bernardo Augusto da Veiga
61	Caetano José da Costa
62	<u>Benjamin Franklin Silveira da Motta</u>
63	Francisco Candido da Gama Junior
64	Alexandre Marcondes Machado
65	José Antonio de Souza Gomes
66	Antonio Fernandes Pinto Coelho
67	Luiz Melchades Moreira Ramos
68	Alfredo José Gaiola
69	Joaquim Candido Nogueira de Sá
70	João Maxwell Rudge Junior
71	Luiz Barbosa da Silva
72	João Baptista dos Santos Sobrinho
73	Albino José Alves Filho
74	José Adelino Teixeira
75	Joaquim Theodoro de Araújo
76	Fernando José Lopes Pinto
77	Candido Hermesto de Bittencourt Coelho
78	José da Silveira Campos
79	Alfredo Augusto da Fonseca
80	Feito Elyzio de Araújo Lopes
81	Labieno de Castro Jobim
82	João Carlos Nogueira
83	Arthur Norberto de Azambuja
84	Henrique José Coelho
85	Pedro Teixeira da Motta Filho

Fonte: CORREIO PAULISTANO, 30/11/1896, p. 3, grifo nosso.

ANEXO W – RELAÇÃO DOS INSCRITOS PARA EXAMES NA FACULDADE DE DIREITO- SP (BENJAMIM MOTA- 16 ANOS)

Faculdade de Direito de S. Paulo

Relação dos inscriptos para exames de

ARITHMETICA

- 1 Luiz Anselmo Rennó
- 2 Antonio David Arruda Barboza
- 3 Ignacio Bueno Penteado
- 4 Fernando José Lopes Pinto
- 5 Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho Junior
- 6 João Ribeiro Nogueira
- 7 Francisco Corrêa Borges
- 8 Luiz dos Santos Dumont
- 9 Gustavo de Moraes Barros
- 10 Luiz Pereira Cursino
- 11 Benedicto José Saraiva
- 12 Arthur Diran Nogueira Barboza
- 13 Joviano Nogueira Barboza
- 14 Manoel José de Castro Monteiro do Barros
- 15 Franklin Damas de Queiroz
- 16 Manoel Amaroso Assis de Aguiar
- 17 Euzebio Afonso Vieira
- 18 Tiburcio Ferreira de Souza
- 19 José Celidonio de Mello Reis
- 20 Francisco Martins de Siqueira
- 21 Rodolpho de Lara Campos
- 22 Zulmiro Ferraz de Campos
- 23 Antonio Cypriano do Amaral
- 24 Herculano Pinto Ferraz
- 25 Antonio Ferreira de Castilho Sobrinho
- 26 Julio Pinto Marcondes Pestana
- 27 Plinio de Godoy Moreira e Castro
- 28 Antonio Cardozo do Amaral
- 29 Americo Albino de Almeida Cyrino
- 30 João Baptista de Barros
- 31 Thomaz Pimentel
- 32 Luiz Barboza da Silva
- 33 Manoel Carvalho
- 34 Antonio P. Porto Moretz Shon
- 35 Luiz Pinto de Alencar Cintra
- 36 Benjamin Franklin Silveira da Motta
- 37 Luiz Branco
- 38 Bernardo de Souza Campos
- 39 Raphael d'Abreu Sampaio Vidal
- 40 José Ferreira de Camargo
- 41 Armando Luiz dos Santos Dias
- 42 Eduardo Pio Westin
- 43 Julio Brandão Sobrinho
- 44 José Joaquim Monteiro da Silva
- 45 João Coutinho de Andrade Lima
- 46 Alfredo de Campos Salles
- 47 Cicero de Pontes Freire
- 48 Raphael Leopoldino Duarte
- 49 Francisco Theophilo dos Reis Junqueira
- 50 Joaquim Marques Ferreira Braga
- 51 José Joaquim Monteiro de Castro Sobrinho
- 52 Juvenal de Assis Pacheco
- 53 Vandelino Lobo

Fonte: CORREIO PAULISTANO, 21/11/1986, p. 3, grifo nosso.

ANEXO X – RESULTADO E CONVOCAÇÃO PARA EXAMES NA FACULDADE DE DIREITO- SP (BENJAMIM MOTA- 16 ANOS)

<p style="text-align: center;">Faculdade de Direito</p> <p>O resultado dos exames de hontem, foi o seguinte :</p> <p style="text-align: center;">PORTUGUEZ</p> <p style="text-align: center;"><i>Approvado com distincção</i></p> <p>João Leonel de Mattos Guimarães</p> <p style="text-align: center;"><i>Approvados plenamente</i></p> <p>Theophilo Benedicto de Souza Carvalho Victor Hugo Prado Bento Paes de Barros Filho Alfredo Costa Teixeira Domingos Licínio Ferraz Antonio Felisberto de Oliveira Antonio Augusto Malheiro Antonio do Amaral Campos João Gualberto de Carvalho</p> <p style="text-align: center;"><i>Approvados simplesmente</i></p> <p>Manoel Carvalho José Gomes Poyares Joaquim dos Santos Junior Luciano Aleixo Crud Francisco Deodato de Carvalho Magalhães. —Inhabilitados 3 ; reprovados 2.</p> <p style="text-align: center;">FRANCEZ</p> <p>Inhabilitados 16 ; não compareceu 1.</p> <p style="text-align: center;">—</p> <p>Segunda-feira serão chamados a prova oral de</p> <p style="text-align: center;">FRANCEZ</p> <p style="text-align: center;">(A's 8 horas)</p> <p>Antonio David Arruda Barbosa João José Ferreira de Brito Alfredo Marianno de Albuquerque Freitas Valdemiro Silveira</p> <p style="text-align: center;">—</p> <p>Em seguida serão chamados á prova escripta e oral de</p> <p style="text-align: center;">FRANCEZ</p> <p>José Bento de Oliveira Bastos José Joaquim Cardoso Gomes João Baptista Ramos Francisco Gomes Leitão</p>	<p>prova oral de Portuguez os que fizeram a escripta hontem.</p> <p>—Em seguida serão chamados á prova escripta de</p> <p style="text-align: center;">PORTUGUEZ</p> <p>Antonio Bernardo dos Passos. Luiz Barbosa da Silva. Agenor de Azevedo Soares. Francisco Martins Fontes. João Gonçalves Dente. Pedro Gonçalves Dente Junior. Joaquim Antonio de Andrade Junior. Pedro Alfonso Junqueira. Antonio Fernandes Moura. José Nabor de Souza Neves. Duarte Vieira Teixeira Pinto. Durval Braga. Francisco Pereira de Siqueira Bezerra. Paulo Maria de Lacerda. Alberto Pereira Peixoto. Demetrio de Toledo Netto. Julio Pinto Marcondes Pestana. Eurico Simas de Macedo. Benedicto de Moraes Alves. Bebiano Benicio da Silva.</p> <p style="text-align: center;">—</p> <p>Segunda-feira, serão chamados a prova escripta e oral de</p> <p style="text-align: center;">INGLEZ, ás 11 ¼ horas, no pavimento superior</p> <p>Guilherme Carlos da Silva Telles. Ignacio Bueno Penteado. Joaquim Marques Ferreira Braga. Hermenegildo Lopes de Moraes Filho. Antonio Egidio Nogueira Aranha. Gustavo de Moraes Barros. Francisco Martins de Siqueira. Manoel Ferraz de Camargo. Joaquim Pereira Ferreira Mendes. Raphael Leopoldino Duarte. Raphael Galvão Prestes. Adolpho de Souza Vianna. Victor Ferreira de Camargo Novaes. Antonio Carlos Gomes de Amorim. Francisco Augusto de Assis Pereira. João Baptista Pereira de Almeida. Carlos Alberto Marcondes Machado. <u>Benjamin Franklin Silveira da Motta.</u> Luiz Augusto dos Reis. Gustavo Pereira Pinto. Previne-se aos srs. examinandos que deverão apresentar a certidão de aprovação em portuguez.</p>
--	--

Fonte: CORREIO PAULISTANO, 21/11/1896, p. 2, grifo nosso.

ANEXO Y – RESULTADO DOS EXAMES DOS ALUNOS DO
EXTERNATO DELAMARE PERANTE AS MESAS DO CURSO
ANEXO A FACULDADE DE DIREITO- SP (BENJAMIM MOTA-
17 ANOS)

“Externato Delamare“

S—Rua do Príncipe—S

Resultado dos exames prestados pelos
alunos deste estabelecimento perante as
mesas examinadoras do curso anexo à Fa-
culdade de Direito em 1886.

(1º ANNO DA SUA FUNDACÃO)

PORTUGUEZ

Approvados plenamente

- 1 Josino de Oliveira Guimarães.
- 2 Manoel Pedro de Oliveira.
- 3 Elias Meyer.

Approvados

- 4 Carlos A. da Silva Pereira.
- 5 Alfredo Fonseca.
- 6 João da Cruz Leite Netto.
- 7 Emilio Lago.

FRANCEZ

Approvado

- 8 Elias Meyer.

INGLEZ

Approvados plenamente

- 9 Guilherme C. da Silva Telles.
- 10 Caetano José da Costa.
- 11 Josino de Oliveira Guimarães.
- 12 Alfredo F. da Silva.
- 13 Elias Meyer.
- 14 Virgilio Maia.
- 15 Zacharias Voltaire da Toledo.

Approvados

- 16 Benjamim F. Silveira da Motta.
- 17 Adolpho de Souza Vianna
- 18 Luiz Fernandes de Souza.
- 19 José Rodrigues de Souza.
- 20 Alípio B. Gonçalves Ferreira.
- 21 Antonio T. de Assumpção Netto.
- 22 Gastão Galhardo Madeira.
- 23 José Arruda.
- 24 Antonio Vinto de Oliveira.
- 25 Bernardino da Rocha C. Junior.

LATIM

Approvados

- 26 João B. de Franca Rangel.
- 27 Eduardo Pinto de Sá.
- 28 Americo Annibal de Abreu.
- 29 Antonio A. Simões Pires.
- 30 Francisco de Andrade Junqueira Netto.
- 31 Gabriel José de Rezende.
- 32 Carlos A. da Silva Pereira.
- 33 Luiz A. de Alvarenga Peixoto.

ARITHMETICA

Approvados plenamente

- 34 Antonio Pinto de Oliveira.
- 35 Sabino de Almeida Lustosa.

ANEXO Z – LISTA DOS INSCRITOS PARA EXAMES
PREPARATÓRIOS NA FACULDADE DE DIREITO-SP
(BENJAMIM MOTA- 17 ANOS)

Exames de preparatorios

Hoje, serão chamados á escripta

RHETORICA, ás 8 horas, (sala n. 4)

Benjamin F. Silveira da Motta, Olavo Bilac, Octaviano de Aguirra Camargo, Jeronymo de Souza Monteiro, Celestino Gomes da Cunha, Carlos A. de Arruda Botelho, José E. de Paiva Azevedo, Affonso M. Pimenta Velloso, Ariovaldo Augusto do Amaral, André M. de Andrad Junior, Luiz de Lima e Silva, Antonio Felisberto de Oliveira, Wladimiro Augusto do Amaral, Alceu Guimarães de Azevedo, Adolpho Guimarães de Azevedo, José M. Lisboa Junior, João M. de Carvalho Mourão, Irineu de Mello Machado, Carlos Soares da Silva, José Augusto Quirino dos Santos, José Gabriel de Toledo Piza, Thomaz Pimentel, Valentim Coelho Portas Junior, Manoel Galeão Carvalho, Virgilio Vieira Teixeira Pinto, Francisco Xavier Gomes Flores, Alfredo Henrique Vidigal, Arthur do Amaral Góes, Henrique Vaz Pinto Coelho, Laurindo Dias Minhoto.

Os exam nandos deverão apresentar as certidões de aprovação nas quatro linguas.

Anúncios e mais Publicações
Linha-300 Reis
RECLAMES: Linha-1.000 Reis

esta tribu-	E, a esse periodo de dia
-------------	--------------------------

Combata, S. Eça, quando deparar-se com o que não sabe, se não se desdiz, e, da leitura do seu maravilhoso romance, "O Reino do Deus", de S. Eça, si for eleito presidente da República, tomará como mote o diário do cidadão do México, general Porfirio Díaz I.

Continuaremos.

Diário da Manhã

JULIO RIBEIRO

Chronicos da pais da sanidade...

Aos sete annos ja, e grande mestria, o menino heir do Atlantico, desmancha a brincar de medico.

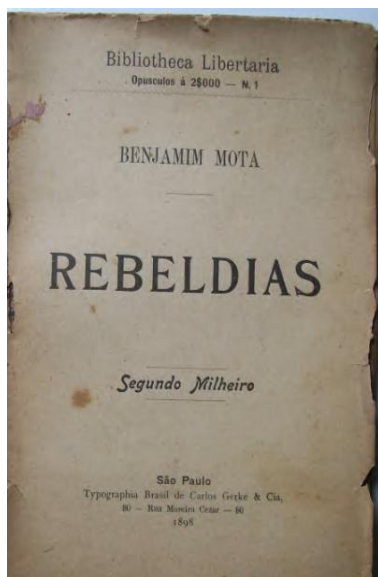
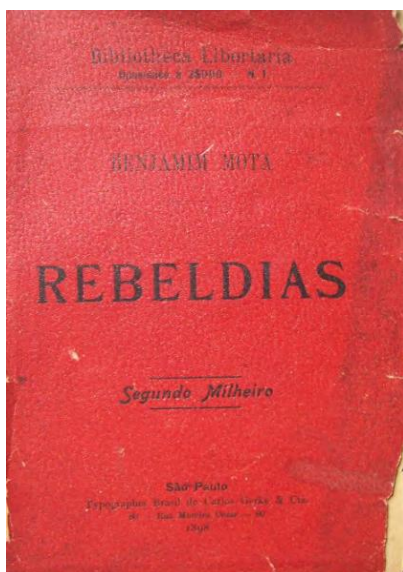
A sua natureza de luctador te a trahira, como a proclamaria, para o elemento em que podias desenvolver sua potente natureza luctadora.

Puesto que de compleção delicada

ainda assim a tua energia moral, com-
paravel á dos gladiadores romanos.

[illegible]

ANEXO BB – CAPA E CONTRA-CAPA DO OPÚSCULO
REBELDIAS



Fonte: MOTA, Benjamin. *Rebeldias*. 1898.

ANEXO CC – ENTRADA NO CARTÓRIO DE CRIMES EM 1897

CRIMES	TOTAL
Morte	51
Tentativa de Morte	26
Morte por Imprudência	5
Ferimentos Leves	102
Ferimentos Graves	21
Roubo	37
Tentativa de Roubo	4
Furto	14
Tentativa de Furto	14
Estelionato	1
Injúria	12
Defloramento	10
Vagabundagem	27
Dano	3
Termo de segurança	4
Extorsões	2
Lenocínio	3
Aborto	1
Resistência	1
Falsidade	1
Fuga de Preso	1
Uso de armas	1

Criminosos que tinham instrução ²⁷⁵	181
Criminosos que não tinham instrução	103
Informação não constava no Processo ²⁷⁶	65
Número de Processos	243
Número de Réus²⁷⁷	349

Fonte: REBELDIAS, 1898, p. 18-19.

²⁷⁵ Benjamim Mota afirma que “certamente sabiam ler e escrever mal e isto não é instrução” (REBELDIAS, 1898, p. 18-19)

²⁷⁶ Para Mota “isto também é extraordinário porque quando os réos sabem escrever devem assignar os depoimentos” (REBELDIAS, 1898, p. 19)

²⁷⁷ Conclui Benjamim Mota: “Temos, pois, que numa cidade de 200 mil habitantes, pouco mais ou menos, só 349 indivíduos da colectividade social incorreram nas penas do código penal burguez. Francamente, achamos o numero assaz limitado. Isto explica-se, entretanto; os grandes gatunos, ladrões, assassinos, defloradores e vagabundos – esses não são processados (REBELDIAS, 1898, p. 19)

ANEXO DD – BENJAMIM MOTA CANDIDATO A VEREADOR EM 1907 – SP

Eleições municipais	
«A Semana», que se publica nesta capital sob a direcção do sr. Mario Guimarães, assim noticiou as eleições realizadas em Santa Ephigenia para vereadores e juizes de paz:	
«O resultado das ultimas eleições neste districto, foi o seguinte:	
Para vereadores	
Turnos	
1.º 2.º	
Dr. Celso Garcia.....	268 240
Dr. Joaquim Marra..	76 98
João Antonio Julião..	— 288
Raymundo Duprat...	— 265
Dr. Corrêa Dias.....	31 293
Benjamin Mota.....	20 40
Para juizes de paz	
Dr. Rangel de Freitas...	273
Antonio Araujo Freitas..	140
Dr. Diogo Moraes.....	137
Virgilio Britto.....	102
Ernesto Kuhlmann.....	91
Felix Guimarães.....	70
Dr. Alberto Queiros Telles.....	52
Capitão Oliveira Neves..	18
Notámos nesta secção diversas irregularidades.	
Os srs. Rangel de Freitas e seu pae Antonio de Araujo Freitas, que eram candidatos, funcionaram como mesarios.	
O candidato dr. Queiros Telles não foi admittido a ter fiscal perante a mesa.	
Apesar das ordens expressas do governo para que o pleito corresse sem coacção do eleitorado, o dr. Sylvio de Campos, terceiro promotor publico e representante de uma familia que goza de alta influencia em nosso mundo politico, alli se achava em serviço de activa cabala.	
Ora, a cabala é natural em uma eleição, mas julgamos incompativel esse mister a um funcionario de grande responsabilidade como seja o representante do ministerio publico.	
Salvo esses pormenores que citamos a titulo de curiosidade, o pleito correu na mais completa ordem.»	

ANEXO EE – BENJAMIM MOTA CANDIDATO A DEPUTADO EM 1911 - SP

AS ELEIÇÕES	
S. Paulo 1.º DISTRICTO CAPITAL Resultado de: 84 Para deputados: Candido Motta, 106; Ferreira Braga, 90; Galeão Carvalho, 127; Cardoso de Almeida, 192; B. Pentead, 78; Carlos Garcia, 950; Raul Cardoso, 139; José Piedade, 308; Moreira da Silva, 40. Para senador: Campos Salles, 329.	
Santa Ephigenia Para deputados: Candido Motta, 485; F. Braga, 490; Galeão Carvalho, 484; Barros Pentead, 670; Cardoso de Almeida, 518; Carlos Garcia, 304; R. Cardoso, 269; José Piedade, 251; Moreira da Silva, 38; Passos Cunha, 20; Sebastião teiro, 0; Moraes Ananias, 0. Para senador: Campos Salles, 131.	
Sant'Anna Para deputados: Candido Motta, 107; Ferreira Braga, 105; Galeão Carvalho, 107; Cardoso de Almeida, 106; B. Pentead, 104; Raul Cardoso, 110; Carlos Garcia, 90; Moraes Andrade, 20; Benjamin Motta, 11; José Piedade, 5; Moreira da Silva, 5. Para senador: Campos Salles, 132.	
Liberdade Para deputados: Galeão Carvalho, 521; Braga, 471; B. Pentead, 488; Motta, 501; Cardoso de Almeida, 549; Garcia, 497; Raul Cardoso, 451; José Piedade, 69; Moreira da Silva, 25; Passos Cunha, 75; Sebastião Ribas, 23; Benjamin Motta, 5; Alfredo de Toledo, 5; Landulpho Monteiro, 4. Para senador: Campos Salles, 636; Francisco Pedreso, 88; Marques de Leão, 3; Barbosa Lima, 2.	
Para senador: Campos Salles, 4.590 Campos Salles 58 Marques de Leão 58	
BOITUVA Para senador: Campos Salles, 499. Para deputados: Ferreira Braga, 405; Candido Motta, 492; Barros Pentead, 428; G. Carvalho, 427; Cardoso de Almeida, 405; Raul Cardoso, 341; Carlos Garcia, 50.	
SANTO AMARO Para deputados: G. Carvalho, 202; C. Motta, 197; F. Braga, 198; B. Pentead, 196; C. Garcia, 621; J. Piedade, 40; Moreira da Silva, 25; C. de Almeida, 3.	
S. BERNARDO Para senador: Campos Salles, 796. Para deputados: Carlos Garcia, 639; Candido Motta, 631; Cardoso de Almeida, 631; Galeão Carvalho, 621; Barros Pentead, 621; Raul Cardoso, 1.302; Carlos Garcia, 437; José Piedade, 10.	
S. VICENTE Para senador: Campos Salles, 294. Para deputados: Candido Motta, 281; Ferreira Braga, 232; Galeão Carvalho, 391; Cardoso de Almeida, 291; Barros Pentead, 274; Raul Cardoso, 64; Carlos Garcia, 13; José Piedade, 7.	
CANANEA Para senador: Campos Salles, 356. Para deputados: Carlos Garcia, 1.015; Cardoso de Almeida, 592; Candido Motta, 343; Ferreira Braga, 343; Galeão Carvalho, 343; e B. Pentead, 343.	
S. ROQUE (Inclusive Mayrink) Para senador: Campos Salles, 307. Para deputados: Galeão Carvalho,	
PIRAMBOIA Para senador: Campos Salles, 158. Para deputado: Moreira da Silva, 690.	
BOITUVA Para senador: Campos Salles, 69. Para deputados: B. Pentead, 68; Candido Motta, 69; Galeão Carvalho, 68; Cardoso de Almeida, 68 e Ferreira Braga, 68.	
ITARARE' Para senador: Campos Salles, 415 votos. Para deputados: Candido Motta, 401 votos; Galeão Carvalho, 401; Ferreira Braga, 401; Cardoso de Almeida, 401; Joaquim Augusto Barros Pentead, 401; Carlos Garcia, 50; José Piedade, 20; Landulpho Monteiro, 5.	
RIBEIRÃO BRANCO Para senador: Campos Salles, 194 votos. Para deputados: Candido Motta, 174 votos; Galeão Carvalho, 174; Ferreira Braga, 174; Cardoso de Almeida, 174; Joaquim Augusto Barros	
Resultado conhecido: Para senador: Campos Salles 13.753 Marques de Leão 84 Para deputados: Galeão Carvalho 15.853 Candido Motta 12.998 Cardoso de Almeida 12.333 Barros Pentead 11.975 Ferreira Braga 11.765 Carlos Garcia 8.588 Raul Cardoso 8.253 José Piedade 2.306 Moreira da Silva 1.626 e outros menos votados.	
Falham os resultados de Cotia, Guarulhos, Itapevica, Juqueri, Conceição de Itanhaem, Iguaçu, Xiririca, Iporanga, Apiaky, Araçari-guama, Una, Campo Largo, Guarahy, Pereira, Rio Bonito, Itapetininga, Espírito Santo da Boa Vista, S. Miguel Archangel, Saraphy, Pilar, Capão Bonito, Bom Sucesso, Lavrinhas, Santo Antonio da Boa Vista, Itaponga, Remedios, Avaré, Santa Barbara do Rio Pardo, Espírito Santo do Turvo, Bauru, Cam-po Novo, Monte Alegre, Bauru.	

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 31/01/1912, p. 8, grifo nosso.

ANEXO FF – BENJAMIM MOTA CANDIDATO A VEREADOR EM 1913 - SP

Eleições municipais

Realisaram-se hontem em todo o Estado as eleições para renovação das Camaras Municipaes. Na capital e em algumas outras cidades, especialmente em Santos, os lugares de vereador foram muito disputados por numerosos candidatos. A concorrência foi, em geral, consideravel; nesta capital foi mesino avultada. Houve, porém, grande dispersão de votos, de modo que o municipio não tirará de toda essa agitação o beneficio que poderia esperar, já por falta de direcção nos diversos grupos, já pela ausencia de um ideal mais elevado em relação á politica municipal, que aliás offerece tão vasto e bello campo á acção dos homens de boa vontade.

Registaram-se desordens em Santos e Sorocaba.

Pelo resultado conhecido na capital, nenhum candidato avulso conseguira fazer-se eleger.

Damos a seguir minuciosas informações das occorrencias em todo o Estado:

Resultado conhecido

1. Turno

	Votos
Washington Luiz	1.370
Alcantara Machado	1.417
Oscar Porto	829
Raymundo Duprat	814
Mario Amaral	710
Baptista da Costa	681
José Piedade	538
Carlos Botelho	526
Ricardo Gonçalves	385
Mario Gomide	218
Joaquim Coutinho	213
Teixeira Leite	190
Ernesto Pedroso	149
Orencio Vidigal	125
Joaquim Lopes	120
Arthur Guimarães	102
<u>Benjamin Mota</u>	64
Amador Franco	44
Henrique Fagundes	35
Rocha Azevedo	28
Sampaio Vianna	25
J. José Pereira	20
Raphael Gurgel	8
Joaquim Marra	6
E outros menos votados.	

2.º Turno

	Votos
Carlos Botelho	6.236
Sampaio Vianna	6.234
Joaquim Marra	5.911
Alcantara Machado	5.772
Washington Luis	5.769
Oscar Porto	5.717
Raphael Gurgel	5.679
Estanislau Borges	5.595
Raymundo Duprat	5.582
Goulart Penteado	5.476
Mario Amaral	5.463
Rocha Azevedo	5.395
H. Fagundes	5.256
J. J. Pereira	5.091
Baptista da Costa	4.896
Luiz Fonecca	4.655
Ricardo Gonçalves	1.102
J. Piedade	961
Arthur Guimarães	589
Outros menos votados.	

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 31 de Outubro de 1913, p. 4, grifo nosso.

1.º turno: — Alberto Zikoudi Netto, 2; Alceu de Almeida Fernandes, 1; Alfredo Brandão, — Almirante Montanha —; Alphonso Lopes Casali, 15; Amílcar Quinteiro Junior —; Angelo José Simões —; Arruda 1; Antonio Barrahim Junior, 2; Antonio de Toledo Fiza —; Antonio Salem, 1; Carlos Cusci, 2; Cleobulo Amazonas Duarte, —; Diogo José da Silva Netto, —; Edmundo Amaral, —; Eduardo Graziano, 2; Ferdinando de Martino Filho, —; Geraldo Coelho —; Goffredo da Silva Velles Junior, 4; João Carlos Fairbanks, 1; João Fragoso Coimbra, 2; José Balbino Moreno, 33; José Ernesto Germano, 1; José Loureiro Junior 1; José Pires —; Jênel de Oliveira Junior, —; Luis Carlos Victor Pitol —; Luis Viesigilla Amadeu 1; Mario Antunes Maciel Ramos, 1; Mario Giorgi, —; Miguel Realto, 7; Nelson Guilherme de Almeida —; Octadile Pousa Sampaio —; Octavio Oscar Campello de Souza —; Paulo Paulista de Ulhôa Cintra —; Pedro —; Ricardo Ribeiro Filho 1; Renato Egydio de Souza Aranha, 1; Roland Cavalcanti do Albuquerque Corbisler 1; Ruy de Arruda Camargo —; Sebastião Portugal Gouveia, —.

2.º turno — Cada um dos candidatos da legenda acima obteve 80 votos.

Jo tueras Abel Bezerra Caval-
canti —; Alfredo Luzzi Galliano —;
Amador da Cunha Bueno Junior —;
Antonio Gollini —; Antonio Oribe
Nascimento —; Belmiro da Silva
Porto —; Benjamin Franklin Sil-
veira da Mota —; Cato Machado de
Oliveira —; Camillo de Sá Pereira
Passalacqua —; Celso Barroso 1;
Cesar Graclano Capella —; Euge-
nio Agostini Filho —; Hierolito
Campos do Amaral —; Hilario Gome-
s —; João Fina Sobrinho —; Jove-
lino Camargo Junior —; Lauro
Blum —; Lulza Pessanha Camargo
Branco —; Nelson Tabajara de Oli-
veira —; Nuncio Soares Silva —;
Paulo Burlamaqui Kopke 6; Pedro
de Alcantara Tocci 2; Probo Fal-
cão Lopes 4; Sebastião Vieira de
Carvalho —; Virgilio Figueiredo
—; Wercingetorix Moreira da Silva
—;

2.º turno: Cada um dos candidatos da legenda acima obteve 12 votos.

Votos avulsos obtidos pelos candidatos da legenda acima respectivamente em 1.º e 2.º turnos: Jovelino Camargo Junior, 0-1.

ANEXO HH – TRANSCRIÇÃO DO MANIFESTO DOS SOCIALISTAS EM DEFESA DE ZOLA

Aos socialistas

MANIFESTAÇÃO A ZOLA

A comissão executiva e provisoria do Partido Internacional Socialista, abaixo-assignada, estando de pleno accordo com a comissão popular que tem de promover uma manifestação em que o povo desta região possa mostrar que é solidario com a attitude de Zola na questão Dreyfus, convida aos socialistas e ao operariado a se reunirem domingo proximo, no salão do “Gremio 6 de Janeiro” á rua de São Bento n.70, á 1 hora da tarde, afim de deliberarem sobre o referido accôrdo.

Intende a referida comissão executiva que a causa defendida por Zola, não é mais do que uma consequencia da organização burgueza da sociedade actual, inçada de preconceitos e prejuizos economicos, politicos e religiosos.

Pede, por isso, o comparecimento de todos os socialistas.

A comissão:

Arthur Breves

Isidro Denser

Jorge Zenker

Franco Carmelo Longo

Willy Eppenstein

Wagenkacebt

A. Castro

Estevam Estrella

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 10 de março de 1898, p 3.

ANEXO II – TRANSCRIÇÃO DO MANIFESTO DOS ESTUDANTES EM DEFESA DE ZOLA

Aos estudantes **MANIFESTAÇÃO A ZOLA**

Os academicos abaixo-assignados convidam a todos os seus collegas, sem distincção de escola, a uma reunião que effectuará domingo proximo no “Gremio 6 de Janeiro”, á rua de S. Bento n.70, á uma hora da tarde, afim de se combinar os meios de se prestar homenagem a Emillio Zola.

Alexandre Arthur Pereira da Fonseca

Anníbal Azevedo

Luiz Silveira

E. Silveira da Motta.

Eurico Palmeiras.

Alfredo Lima de Camargo

Dario do Amaral.

J. Ferreira da Silva.

Alberico Cordeiro Guerra.

Oscar Moreira.

Julio Beltrant.

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 10 de março de 1898, p 3.

ANEXO JJ – TRANSCRIÇÃO DO MANIFESTO DOS LIVRE- PENSADORES EM DEFESA DE ZOLA

Emilio Zola- Deyfus

De toda a parte do mundo tem recebido o auctor do “Germinal”, o grande romancista francez Emilio Zola, telegrammas de applauso e solidariedade á sua brilhante attitude deante á questão Dreyfus, que, não é nem a causa de um homem, nem a de uma nação, mas a causa da liberdade, a causa da humanidade.

E’ necessario que o livres-pensadores de S.Paulo, sem distincção de partidos ou nacionalidades, também testemunhem ao grande romancista a solidariedade a que elle faz jus. Por isso convocamos para domingo proximo, á uma hora da tarde, á rua de S. Bento n.70, salão do “Gremio 6 de Janeiro”, uma reunião, afim de se resolver sobre o melhor modo de levar-se a efeito a homenagem que se deve prestar a Emilio Zola.

S.Paulo, 9 de março de 1898.

Franco Carmelo Longo

Faro Violante

Dr. José Curusa

Uras Giovanni

DeCarmello Pietro

Nicoláo Ancona Lopez

Trajano Tolentino

W. Wangenknecht

Gigi Damiani

Benjamim Motta

Cunha Mendes

Arthur Breves

Isidoro Denser

Jorge Zenker

Antonio José Cireais

Willy Eppenstein

Alfredo Mari

Samuel Porto

Estevan Estrella

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 10 de março de 1898, p. 3, grifo nosso.

ANEXO KK – ANÚNCIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
JURÍDICO: ADVOGADO BENJAMIM MOTA (1901)

ADVOCACIA
BENJAMIM MOTA

Acceita exclusivamente o patrocínio de causas criminaes, encarregando-se de fazer defezas perante o jury, nesta Capital e em localidades servidas por Estradas de Ferro.

Trabalha gratuitamente para todos os cidadãos, qualquer que seja a sua crença politica, que soffram processos em consequencia de manifestarem livremente as suas opiniões.

Escriptorio: Rua da Quitanda, 2 (sobr.)
Caixa do Correio, 256

Fonte: A LANTERNA, 7 mar. 1901, p.4.

ANEXO LL – BENJAMIM MOTA ADMITIDO NO QUADRO DO
INSTITUTO FORENSE -1899

Movimento associativo

Instituto Forense

Esteve hontem reunida, em sessão ordinaria, sob a presidência do sr. Paula Cruz, a directoria deste Instituto.

Foi discutido e approvedo o parecer da comissão de syndicancia favoravel á admissão no quadro social, como membros effectivos, dos srs. coronel João Castanho de Almeida, Benjamin Mota e Paulo Alves.

Foram tambem propostos para membros do Instituto os srs. major Nobre de Almeida, advogado em Jaboticabal, Arthur Monteiro de Carvalho, de Itapetibinga, Eloy de Almeida Mello, de Pirajú, Silvestre da Costa Santos e major Eliseu Bacellar de Santos, e João Baptista de Souza Gurgel, de Lençóes.

— A commissão encarregada da redacção da *Revista Forense* tambem esteve reunida, elegendo para redactor-chefe o sr. Severiano de Figueiredo; secretario o sr. João José de Camargo; gerente to sr. coronel J. Piedade e redactores os srs. Raphael A. Gurgel e Agricio de Camargo. O 1.º numero da revista será publicado a 15 de janeiro proximo.

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 13/12/1899, p. 3, grifo nosso.

ANEXO MM – OAB-SP: INSCRIÇÃO DO SOLICITADOR BENJAMIM MOTA

Ordem dos Advogados do Brasil

(SECÇÃO DE SÃO PAULO)

Na sede da Ordem dos Advogados nesta secção, realizou-se ante-hontem, mais uma sessão do Conselho, sob a presidência do prof. Azevedo Marques, secretariado pelos d^{rs}. Waldemar Teixeira de Carvalho e Pelagio Lobo, com a presença dos d^{rs}. Antonio Leme da Fonseca, Plínio Barreto, Aureliano Duarte, Frederico da Costa Carvalho, Benedicto Costa Neto, Bernardes Junior, Benedicto Galvão, Soares de Faria, professor João Arruda, Noé Azevedo e Lima Pereira.

No expediente foi lido, entre outros, um officio do dr. Levy Carneiro, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, remetendo copia das resoluções de caracter geral, adoptadas pelo Conselho Federal em sua ultima reunião, e solicitando tenham as mesmas a devida applicação nesta Secção da Ordem. Foi resolvido que se publiquem as referidas resoluções, no "Diario Offical" do Estado.

Ainda no expediente, foi eleito, pelo Conselho, o cons. dr. Thomas Lessa, para preencher a vaga existente na commissão de syndicância.

Passando-se á ordem do dia, proseguu-se na discussão, iniciada em sessão anterior, do parecer do cons. dr. Benedicto Galvão, sobre consulta do advogado Affonso Infante Vieira Filho, de Franca, tendo o Conselho, por maioria de votos, approvado o substitutivo apresentado pelo dr. Aureliano Duarte, o qual accentua que "o Conselho, de accordo com varias decisões anteriores, não considera regular a intromissão de um solicitador em processo civil, ainda como assistente de advogado, seja qual for a importancia do acto forense".

A seguir, foi unanimemente approvado o parecer elaborado pelo cons. dr. Plínio Barreto, em representação enviada á Ordem pelo Clube dos Advogados de São Paulo, parecer esse que entendeu que a anomalia apontada pelo representante, "cujas consequências desastrosas são notorias, irá, dentro em pouco, desaparecer, visto como, em virtude do dec. n. 7.248, de 27 de junho deste anno, os juizes da Capital, adjunctos de desembargadores destacados para o serviço eleitoral, só terão que funcionar na corte, até o julgamento definitivo dos feitos pendentes, em que

são relatores e revisores (art. 4.º, parágrafo 4.º).

Em sessão secreta, foram lidos, approvados em sua redacção e assignados, os accordams lavrados nos processos ns. 113, 123 e 125, todos da Capital.

Entrou em julgamento a queixa n. 127, da comarca de São João da Boa Vista, instaurada sob denuncia do m. m. juiz de Direito. O accusado, na forma, do parecer da commissão de disciplina, foi absolvido por unanimidade.

Foram ainda admittidos á inscrição, os seguintes solicitadores da Capital: Benjamin Franklin Silveira da Motta, Edgard de Almeida Victor Rodrigues, René Sousa Aranha Lacaze.

— Deve completar formalidade o solicitador Milton Ferraz de Mendonça, cujo requerimento obteve o seguinte despacho: "Deve provar ser eleitor".

— Estão sendo recebidas pela Thesouraria da Ordem, nesses ultimos dias concedidos pela prorrogação haviada, independentemente de multa, as annuidades relativas ao exercicio corrente de 1935. Essas annuidades devem ser pagas na Secretaria da Ordem, no Palácio da Justiça, 5.º andar.

Fonte: CORREIO PAULISTANO, 31/10/1935, grifo nosso.

ANEXO NN – RENOVAÇÃO DA PROVISÃO DO SOLICITADOR BENJAMIM MOTA

Tribunal de Justiça

EM 9 DE OUTUBRO DE 1933

Sessão ordinária da 1.ª Câmara:

Presidente sr. ministro Paula e Silva. Procurador Geral do Estado sr. ministro Manoel Carlos. Sub-Secretário, dr. Clovis Canto.

A hora legal, com a presença dos srs. ministros Hermogenes Silva, Teodomiro Piza e Oliveira Cruz, foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

Passagens:

O sr. ministro Campos Maia ao sr. ministro Teodomiro Piza, aps. crimes: 18724 Araraquara, 18721 Ita. 15727 Rio Preto, 18697 Socorro, A mesa revista 337 no agravo 662 Santos.

O sr. ministro Hermogenes Silva ao sr. ministro Teodomiro Piza, rec. crime 6631 S. Carlos; ao sr. ministro Campos Maia, aps. crimes 18734, 18698 e 18716 Capital, 18723 Agudos, 18731 Araraquara; à mesa recs. crimes 6637 Capital, 6640 Campinas, aps. crimes 18645, 18685 e 18741 Capital, 18726 Silveiras. .. 18690 S. Manoel, 18711 Porto Feltz, 18729 Pirajul.

Julgamentos:

Recurso crime relatado pelo sr. ministro Oliveira Cruz: 6626 — Socorro — A Justiça, recorrente o José Andreucci, recorrido — Deram provimento para pronunciar o recorrido, incurso no art. 266 do Código Penal contra o voto do sr. ministro Hermogenes que mantinha

— Proferido nos autos de reforma da provisão de solicitador, em que é requerente Argen Vilaca, da comarca de São Roque: — "Junta atestado de residência na comarca, para os fins que tem em vista".

— Proferido nos autos de reforma de solicitador, de Casa Branca, em que é requerente Cornélio Martins: — "Prove que reside em Casa Branca para que a provisão possa ser passada, nos termos requerido".

— Proferido nos autos de reforma de provisão de solicitador, da Capital, em que é requerente Benjamin Franklin Silveira da Mota:

— "Prove o requerente a residência na Capital, para renovação da provisão".

— Proferido nos autos de reforma de provisão de solicitador, da comarca de Santos, em que é requerente Julio Monteiro: — "Prove o requerente a sua residência na comarca de Santos para o fim que tem em vista".

— Proferido nos autos de reforma de provisão de solicitador, da comarca de E. Santo do Pinhal, em que é recorrente João Evangelista do Azevedo Marques: — "Cientifique-se nos termos da informação". (As certidões do 1.º ofício e do Juri, na folha-corrida, se se referem ao arquivo dos res-

Fonte: DIÁRIO DA JUSTIÇA, 10/10/1933, p. 1, grifo nosso.

ANEXO OO – REFORMA DE PROVISÃO DO SOLICITADOR BENJAMIM MOTA

Tribunal de Apelação

EM 10-2-1940

Passagens extraordinárias de autos
- Terceira Câmara:

O sr. desemb. Alcides Ferrari ao sr. desemb. Marcelino Gonzaga: ag. 8299, ap. 7460, embs. 2078 de São Paulo e ap. 7383 de Pirajui; ao sr. desemb. Pedro Chaves: ag. 8200, ap. 8094, embs. 6657 de São Paulo, ags. 8014 de Sorocaba e 8021 de P. Prudente; ao sr. desemb. Armando Fairbanks: ap. 5125 de São Paulo; ao cart. com cesp.: embs. 7098 de Mogi das Cruzes; devol. com acórdãos e votos: ap. 6779, embs. 22350 de São Paulo, 881 de Rio Preto e 56 de Agudos.

Primeira Câmara:

O sr. desemb. Paulo Costa devolveu com acórdão: rec. crime 4395, de Ituverava.

PRESIDÊNCIA

Requerimentos despachados:

Petições n. 1371 e 1372 — Ao desembargador relator.

Petições ns. 1368 e 1377 — “Nos autos, à conclusão”.

Petição n. 1334 — “Ao desemb. relator para seu conhecimento”.

Petição n. 1374 — “J. sim em termos, ficando traslado”.

Petição n. 1295 — “Dê-se conhecimento da informação supra por ofício ao dr. Diretor Geral”.

Petição n. 1361 — “J. Nomeio e dr. André Perez Velasco”.

Petição n. 1379 — “J. sim”.

Convocações:

Foram convocados os juizes substitutos srs. dr. Raul da Rocha Medeiros Junior para assumir a jurisdição da comarca de Santa Adelia; dr. Julio Ignacio Bomfim Pontes para, a 20 do corrente, presidir a um julgamento em Cananéia e o dr. Atugasmir Medici Filho para, a 17, integrar banca examinadora de escrevente na comarca de Santo Anastácio.

Refertas de provisão:

Foram deferidos os pedidos de reforma de provisão dos srs. Benjamin Franklin Silveira da Mota e Severino Pereira da Veiga, para as comarcas da Capital e Itú, respectivamente.

Carta de solicitador:

Foi autorizada a expedição de carta de solicitador, para a comarca da Capital, ao acadêmico Victor Carrieri.

Férias:

Foi autorizado a gozar férias regulamentares o sr. dr. Renato Gonçalves de Oliveira, juiz de direito da 2.ª vara cível da Capital.

Requerimentos despachados pelos srs. desembargadores:

Petições n. 1233, 989, 1387 — “Sim, em termos”;

Petição n. 1389 — “Indeferido: a carta deveria ter sido junta com

Fonte: DIÁRIO DA JUSTIÇA, 11/02/1940, p. 1, grifo nosso.

ANEXO PP – LISTA DE ADVOGADOS NO ALMANAK
LAEMMERT

COMMERCIO, INDUSTRIA E PROFISSÕES

Advogados

- A. M. Cortines Laxe, r. S. Bento, 26 A.
A. M. Fontes Junior, largo do Palacio, 5 A.
A. Veriano Pereira, largo da Sé, 2.
Adolpho Gordo, r. S. Bento, 59.
Affonso Arinos, r. S. Bento, 31.
Afrodizio Vidigal, r. S. Bento, 59 e Episcopal 3.
Alberto Cardoso de Mello, largo do Palacio, 7.
Alberto G. P. de Andrade, travessa da Sé, 9 A.
Alcantara Machado, r. Direita, 15.
Alfredo Lopes, r. Direita, 5.
Alberto de Oliveira Fausto, largo da Sé, 11.
Alfredo Penteado, r. Direita, 39.
Almeida Pedroso, r. Commercio, 4 B.
Alvaro M. Guimarães, S. Bento, 35 C.
Antonio de Assumpção, r. S. Bento, 23.
Antonio Mercado, r. S. Bento, 59.
Antonio Ribeiro dos Santos, r. S. Bento, 26 A.
Arinaldo de Carvalho Pinto, r. do Quartel, 15.
Arruda Alvim, r. Quitanda, 21.
Arthur Guimarães, r. Marechal Deodoro, 10 B.
Augusto Freire da Silva, r. Barão de Itapetininga, 36.
Augusto H. Turk, r. S. Bento, 26 A.
Augusto José da Silva Ramos, Cor., r. Brigadeiro Tobias, 27.
Augusto Rodrigues e Comp., r. S. Bento, 19.
Augusto de Siqueira Cardoso, r. S. Bento, 63, sobr., C. do Correo 350.
Baptista Pereira, r. Quitanda, 2.
Benjamin Motta, travessa do Commercio, 1 A.
Bento Barata Ribeiro, r. Direita, 11.
Bernardo de Campos, largo do Palacio, 9.
Brazilio Machado, r. Direita, 15.

Fonte: ALMANACK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RJ (ESTADOS DA REPUBLICA)- 1891 a 1940, p. 325, grifo nosso.

ANEXO QQ – ARTIGO DE BENJAMIM MOTA NO JORNAL A PLEBE - 1917

O pobre é um vadio?

O *Correio Paulistano* está publicando diariamente, logo abaixo de um aviso da Liga de Defesa Nacional, um interessantíssimo conselho, epigraphado: *O futuro de S. Paulo.*

Produzir, produzir, deve ser a divisa dos paulistas, diz o conselho.

De pleno, de pleníssima accôrdo, Produzir, produzir, deve ser a divisa da Humanidade inteira, mas produzir para o bem commum e não para gaudio dos açambarcadores, que se estão locupletando, na hora presente, com o trabalho dos miseros produtores que mourejam, de sol a sol, nos campos do Estado de S. Paulo.

De que serve ao produtor o seu esforço em plantar feijão, arroz, milho, batata, etc., si os trustistas, na época das colheitas, com especulações na praca, abaiçam os preços, pagando os generos miseravelmente aos produtores, para, depois de açambarcarem os generos, elevarem os preços, ganhando milhões?

De que serve ao nosso caipira o seu esforço em derrubar as matas ou caçoeiras e plantar roças de milho e feijão, si elle, analfabeto e ignorante, vê-se forçado a vender por vil preço a sua mercadoria, no sitio, porque os agentes dos trustistas vão ali mostrar-lhe as revistas com as photographias dos escoteiros e dizer-lhes que não vão ás cidades, porque até as crianças estão sendo recrutadas para a guerra?

O conselho do *Correio Paulistano* seria bello numa sociedade comunista livre, mas não na egoistica sociedade burgueza em que vivemos.

No que não concordamos absolutamente com o *Correio* é na affirmativa final do conselho:

«Em São Paulo, só não ganha dinheiro quem não trabalha, só é pobre quem é vadio».

Oh! aberração da vista e da intelligencia!

Só é pobre quem é vadio?

O numero dos pobres no Estado de S. Paulo sendo de nove decimos da população, segue-se que nove decimos dos habitantes do Estado são vadios.

Pobres não são, como finge ignorar o *Correio*, somente os mendigos que esmolam pelas ruas. Pobres são todos os operarios e trabalhadores ruraes explorados pelos patrões, que lhes pagam apenas o necessario para não morrerem á fome. Pobres são todos aquellos que, numa sociedade que repousa sobre o direito inviolavel e sagrado da propriedade, vêem-se obrigados a alugar, por vil preço, a força dos

seus musculos ou da sua intelligencia, em proveito exclusivo da burguezia capitalista e parasita, que vive á custa do suor e dos esforços alheios.

Só é pobre quem é vadio!

Mas então o operario que labuta doze ou quatorze horas por dia, para ganhar 3\$000 ou 4\$000 e que no fim do mez não tem o sufficiente para o aluguel do tugurio em que habita e para pagar o vendeiro e o padeiro, é um vadio?

Não fosse o esforço dos seus musculos explorado pelo burguez industrial ou fazendeiro, que fica riquissimo e mora em palacios, passeia de automovel e gasta com as cortezaes, e o operario, sem ser rico, teria o sufficiente para viver folgadamente. Mas o patrão o explora e elle é e ha de ser eternamente um pobre, um pária social.

«Em São Paulo, afirma o *Correio*, só não ganha dinheiro quem não trabalha».

E' justamente o contrario que se dá.

Em S. Paulo, como em toda a superficie da terra, só ganha dinheiro quem não trabalha.

O trabalhador industrial ou rural recebe apenas, em dinheiro, a razão alimenticia que lhe mantenha mais ou menos as forças, razão alimenticia muito inferior á que os patrões dão aos seus cavallos de trato e ao seu gado, porque os animaes custam dinheiro, e o trabalhador humano, quando incapaz para o serviço ou velho, dá-se-lhe um pontapé e alla que vá morrer miseravelmente no leito de um hospital ou em baixo de uma ponte, vendo passar em automoveis aquellos que o seu esforço tornou millionarios e poderosos; aquellos que, explorando-o são commedadores ou condes, e frequentam a alta sociedade apezar da humildade da origem ou das mallas passadas e esquecidos pelo poder do ouro.

A fortuna accumulada, disse-o Carl Marx, e ninguém poderá demonstrar o contrario, é producto exclusivo de trabalho não pago.

Logo, quem trabalha não ganha dinheiro, porque o lucro é todo do patrão, e o pobre não é um vadio, é apenas a victima lastimavel de uma pessima e detestavel organização social.

Em São Paulo são conhecidas as origens das grandes fortunas. As que não provém de heranças foram obtidas á custa do suor do escravo, do colono ou do operario, ou, o que é ainda mais reprovavel, á custa do envenenamento do povo com generos e bebidas falsificadas ou pela introdução de moeda falsa na circulação.

Apontem-nos uma grande fortuna ganha honradamente pelo trabalho, e provaremos que para a sua formação concorreram outros factores que não o trabalho exclusivo, manual ou intellectual.

Benjamin Mota.

ANEXO RR – PUBLICAÇÃO DE UMA DAS CONFERÊNCIAS DO PADRE JULIO MARIA

Conferencias religiosas

Hontem, ás 7 horas da noite, realhou-se a 5.^a conferencia religiosa do revidado. padre dr. Julio Maria, que dissertou sobre a *Cruz e o mal do pecado*.

A Sé Cathedral estava repleta de familias e cavalheiros da nossa melhor sociedade.

Depois de serem cantados o *Veni Creator* e uma *Ave Maria* ao preador, do maestro V. Grillo, subiu á tribuna o padre dr. Julio Maria que começou os seguintes termos á sua conferencia:

Rever. Clero.
Ilustre auditorio.

Eu vos mostrei quanto possível a grandeza de Deus, considerada perante o espectaculo da natureza, que nos mostra nas suas innumeráveis maravilhas e nas suas variadas magnificencias; já vos mostrei a grandeza de Deus perante as relações da Biblia, nas brilhantissimas inspirações que conheceis; mostrei quanto possível a grandeza de Deus, considerada, por um lado, na successão dos factos humanos que formam a grandiosa trama da historia, e do outro, abstrahido por um momento, a grandeza do homem na ordem sobrenatural, que lhe dá a vocação em Jesus Christo e o faz exceder em belleza e em esplendor a tudo que a imaginação pôde idear; mas collocando-o só na esphera da ordem natural, verificou-se a sua contingencia, comparando aquella grandeza com esta miseria, e lembrando o principio de que a injuria ao meu não só pela grandeza do offendido como pela condição, pela inferioridade do offensor, chegamos a este resultado: o peccado é a suprema injuria.

O peccado já tínhamos visto ser a suprema desordem, perante a divina sabedoria; a suprema desobediencia, perante a suprema auctoridade; e a suprema injuria, perante a grandeza e a infinidade de Deus.

Parece-me que, na conferencia anterior, ficou expellido tudo quanto se podia dizer da maldade do peccado, que é uma injuria a Deus, a quem elle envolve um desprezo, um desatino, um insulto. Parece impossivel ir além, parece impossivel demonstrar que o peccado excede no gráo da maldade, a suprema injuria.

É mais do que a suprema desordem, mais do que a suprema desobediencia, mais do que a suprema injuria, — é a suprema perversidade, porque é um attentado contra Deus!

A sensibilidade moderna offende-

mentamento, e para dizer alguma coisa não podemos comprehender que Elle falle para enganar.

É um mysterio como sendo impassivel pôde Elle soffrer com os nossos peccados; mas nas sciencias, nas mathematicas, quaes principios oppostos, mas verdadeiros! Quaes principios oppostos na medicina, na physiologia, que preside a formação do corpo, os quaes, entretanto, todos aceitam!

Deus é impassivel, como o proprio homem será impassivel depois da sua resurreição...

Os theologos, para provar que Deus soffre, expõem qm. aprofundando o mysterio da iniquidade, a nossa razão vai ao ponto de antefazer ao senso commum. A razão chega á conclusão de que o peccado é um attentado contra Deus.

Não quero referir-me, disse o orador, aos impios, aos heresgos, aos contumazes, que proclamam nos seus livros, nos jornaes, no club, que Deus é o mal, com Proudhomme; que Deus é o erro; que Deus é a oppresão. Não quero referir-me a esses demolidores das creanças tradicionais da humanidade, que querem banir Deus das sciencias, das mathematicas, com palavras vagas de sentido... Retiro-me aos peccadores, porque no fundo do peccado ha um attentado contra Deus, porque o peccador voluntario, a não ser que commetta a falta por fraqueza, quizerá que Deus não conhecesse o seu peccado. Attenta contra a soberania, contra a justiça, contra a auctoridade, contra a santidade contra a pureza de Deus!

O homem que peccasse voluntariamente, sem nenhuma pressão exterior, quizerá despojar Deus de todos os attributos, para que não fôsse conhecido o seu peccado. O peccador quizerá mesmo que Deus não existisse...

O attentado contra Deus é, então, implicito, intencional.

Quando o peccado é por palavras ou por acções, considerando Deus na humanidade, o attentado assume proporções medonhas.

Se por um momento despojardeus Deus da impossibilidade, se imaginardes, — o que não é hypothese, mas a realidade da historia — a entrada de Deus no mundo, então o peccado deixa de ser intencional para se tornar uma realidade medonha.

Ea já vos mostrei como o povo judeu attendeu contra a vida de Jesus Christo. Matou Deus!

O peccado teve o poderio satânico de matar a seu Creator!

de da confissão no lar domestico, na vida social, nos tribunaes, nasphera da litteratura. No lar, quando um filho se approxima dos paes para lhes dizer: errei; na esphera da sociedade, onde os perversos apparecem para dizer: errei, tenho errado contra as leis, contra a patria, contra Deus, quero regenerar-me...

Todos applaudem a confissão, repetem o oratorio, e nos tribunaes, nas sessões mais sollemnes, quando o perverso confessa a sua culpa, os juizes ficam desarmados, e as legislações criminaes têm considerado a confissão como circumstancia attenuante.

O grande Santo Agostinho, no seu primoroso livro *Confissões*, em que derramos os desvarios da sua mocidade, dá-nos a admirar a força do coração que confessa o peccado.

Confessar o peccado, o attentado contra o proprio Deus, não é coisa ensinada primeiro pela theologia, não; confessar a culpa, o proprio direito natural o ensina.

Se admittia a sociedade e o direito natural, ponderou o orador, haveis de admittir que a sociedade repouse sobre a confiança e que a confiança comprehenda nas virtudes dos nossos concidadãos.

Se numa sociedade ha permitta de serviços, é porque se acredita nos homens, na dignidade, na intelligencia, na honra dos cidadãos; de sorte que o homem que não tem tacs virtudes, usurpa a confiança.

Uma sociedade perfeita seria a que tivesse a confiança publica.

A confissão é de direito natural. A confissão sacramental não é mais do que um alívio deesse dever. Ella apenas impõe que digamos a um homem só, o que não queremos dizer a todos os outros.

Esta confissão é mais facil que a feita perante a sociedade.

Repellit-né repellit a mediação, é não queremos fazer nossa a Cruz de Jesus Christo, cuja morte foi voluntaria...

Devemos... fazer nossa a morte da Cruz; devemos dignificar-nos com Ella, crucificur-nos com Ella, accintra a sua mediação...

Se não necessitamos, nem as penas, nem a ignominia, nem o opprobrio do peccado, nem a mediação do Jesus Christo, Elle não pôde ser o nosso Salvador!

As 8 horas e 15 minutos terminou a conferencia, sendo em seguida dada benção do Santissimo Sacramento.

A 6.^a conferencia, que se realizará

ANEXO SS – TRANSCRIÇÃO DA CARTA DO PRESIDENTE DA
ORDEM MAÇÔNICA CONSELHO DO KADOSCH A BENJAMIM
MOTA

Illmo. Snr.

O Conselho de Kadosch, corporação superior da Ordem Maçonica Brasileira no Estado de S. Paulo incumbiu-me, na qualidade de seu presidente, de felicitar a v. s. pela brilhante refutação que em artigos scintillantes v. s. habilmente oppoz ás doutrinas clericas do doutor padre Julio Maria.

Assim procedendo quis o Conselho testemunhar a v. s. o quanto julgou util á sociedade esses artigos, que serviram para mostrar aos que se achavam de boa fé, quanto se pode abusar da crença e da ignorancia do pobre povo que não lê.

Queira pois v. s. acceitar essas saudações que são leaes e sinceras como devem ser os actos de maçons.

Saúde e fraternidade

Ao Illmo. Snr. Benjamim Mota
M. D. Redactor do “Brazil”

S. Paulo, 2 de Junho de 1899.

O PRESIDENTE,
Dr. J. Pamphilo d’ Assumpção

Fonte: A RAZÃO CONTRA A FÉ, 1933, s/p.

ANEXO TT – TRANSCRIÇÃO DA NOTA DE REPÚDIO À CARTA DO PRESIDENTE DA ORDEM MAÇONICA CONSELHO DO KADOSCH

A Maçonaria e a Fé DECLARAÇÃO

Tendo o dr. J. Pamphilo de Assumpção declarado, ao sr. Benjamim Mota, m.d. redactor do *Brasil*, em nome do conselho de Kadosch que o felicitava pela brilhante refutação das doutrinas clericais sustentadas pelo padre dr. Julio Maria, e, sendo certo que o sr. Benjamim Mota, em seu livro *A RAZÃO CONTRA A FÉ*, e que contem a refutação que oppoz ao dr. Julio Maria, franca e positivamente combate a religião christã e demais crenças religiosas, confessando atheu, nós maçons christãos, respeitosamente, fazemos sentir á sociedade paulista que semelhante apoio e felicitação official está em completo antagonismo com os principios fundamentaes da ordem maçônica que em sua constituição, artigo primeiro, claramente assevera:

“A maçonaria, instituição essencialmente caritativa e philantropica, philosophica e progressista, tem por objecto a indagação da verdade, o estudo da moral e a pratica da solidariedade, trabalhando pelo melhoramento material e moral e pelo aperfeiçoamento intellectual e social da Humanidade.

Sua divisa é Liberdade, Igualdade e Fraternidade, e seus principios são a tolerancia, o respeito mutuo e a liberdade absoluta de consciencia.

Ella considera o trabalho como um dos deveres essenciaes do homem, honrando igualmente o trabalho manual e o trabalho intellectual.”

Portanto, julgamos nós que o conselho de Kadosch não podia pronunciar-se official, publica e favoravelmente contra as crenças religiosas estigmatizadas pelo sr. Benjamim Mota.

Isto tanto mais é certo, quanto é evidente que o sentimento religioso é um dos característicos dos rituaes da ordem maçônica.

S. Paulo, 25 de janeiro de 1901.

Muitos maçons.

ANEXO UU – TRANSCRIÇÃO DE UMA NOTA EM DEFESA DO PRESIDENTE DA ORDEM MAÇONICA CONSELHO DO KADOSCH

SECCAO LIVRE

A Maçonaria e a Fé

Ha dias appareceu n'O Estado de S. Paulo, na secção livre, um artigo assignado – Muitos maçons-, em que se extranhava ter o illustrado dr. Pamphilo de Assumpção, na qualidade de presidente do Conselho de Kadosch, em 1899, e em virtude de resolução do mesmo Conselho, enviado um officio felicitando o sr. Benjamim Mota, auctor do livro *A Razão contra a Fé*.

Os que escreveram o artiguete fingem ignorar que o Conselho de Kadosch, por intermédio do seu presidente felicitou o sr. Benjamim Mota unicamente pela “refutação” “às doutrinas clericaes do doutor padre Julio Maria”.

O officio enviado pelo sr. dr. Pamphilo de Assumpção, em nome do Conselho de Kadosch, diz ainda que o Conselho “julgou util à sociedade esses artigos, que serviram para mostrar aos que se achavam de boa fé, quando se pôde abusar da crença e da ignorancia do pobre povo que não lê.”

Accresce ainda que é injusta e descabida a critica ou censura, feita sobretudo por causa do titulo do livro – *A Razão contra a Fé*- porque o officio foi enviado ao sr. Benjamim Mota quando foram publicados os artigos, em maio e junho de 1899 e os artigos eram subordinados tão sómente ao titulo- *As Conferencias Religiosas*.

Quando os reuniu em volume, em 1901, foi que o seu auctor deu ao livro o titulo- *A Razão contra a Fé*.

Assim, pois, é bom que cesse a exploração que jesuitas, clericaes e bigots estão fazendo em torno ao officio do sr. dr. Pamphilo de Assumpção, pois o Conselho de Kadosch só applaudio os artigos na parte em que combatiam as doutrinas clericaes do padre Julio Maria, devendo, portanto, os homens medianamente intelligentes comprehender que no mais o Coselho de Kadosch divirgia do auctor dos artigos, ou não tinha competencia para applaudir ou censurar, por quanto a Maçonaria é tolerante e admite a *liberdade absoluta de consciencia*.

Assim o Conselho de Kadosch só applaudiu a campanha anti-clerical; e assim agindo agiu maçonicamente, pois a

Maçonaria foi instituída para combates o jesuitismo e o clericalismo.

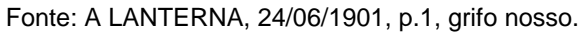
Quem quizer viver bem com os padres, comendo hóstias e se confessando, ouvindo missas e apresentando-se de opa nas precissões, não deve frequentar a *Maçonaria*, porque Ella foi excommungada por diversos papas.

Quanto aos protestos do sr. Eduardo C. Pereira, pastor protestante, e inimigo da maçonaria, não lhe damos respostas porque já lh'a deram e cabal o pastor dr. Lino da Costa, 18 e o dr. A.G. da Silva Rodrigues, 18.

Cremos ter posto os pontos nos ii, afim de que cesse a exploração feita em torno do officio do sr. dr. Pamphilo de Assumpção.

Savonarola.

Fonte O ESTADO DE S. PAULO- Quarta-feira, 30 de janeiro de 1901, p. 2



ANEXO WW – CAPA DO JORNAL ACADÊMICO *JUSTIÇA* –
ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DO 3º ANNO DA
FACULDADE DE DIREITO - SP



Fonte: JUSTIÇA, 23/09/1903, p. 1.

ANEXO XX – PUBLICAÇÕES RECEBIDAS PELA REDAÇÃO DO JORNAL *JUSTIÇA*

“A Justiça”

Realiza-se a 15 de Outubro a reunião dos membros da nossa associação, para tratar de eleger a comissão a qual será confiada a redacção da *Justiça*, no anno vindouro.

— Actualmente são sócios da *Justiça* os academicos: Vicente Mamede de Freitas Junior, Euclides Brazil Milano, Alfredo Lopes de Mores, João Alves dos Santos, Clemente Ferreira França, Raul de Andrade, Joaquim Candido de Azevedo Marques, Manuel Vieira de Moraes, Mario de Campos Penteado, Antonio Carlos de Salles Junior, Raphael Escobar, Mario de Paula Fajardo, Rozendo Rodrigues do Prado, João Baptista Reimão, Samuel Alves Martins, Amadeu Gomes de Souza, Agenor Teixeira Leite, João Pedro da Silva, José de Moraes Godoy, Oscar da Costa Marques e Francisco de Mattos Pimentel.



Dr. Camargo Aranha

Desde alguns dias, que se acha enfermo, o sr. dr. José Mariano Corrêa de Camargo Aranha, lente cathedratico de Direito Criminal.

Auguramos a s. exc. prompto restabelecimento.



Euclides Cunha

Para preenchimento da vaga deixada por Valentim de Magalhães, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras o robusto auctor dos *Sertões*, essa obra primorosa que, a par de uma descripção cheia de movimento e de realidade contra os horrores da guerra, encerra um estudo de profunda psychologia.

A aquisição que a Academia de Letras vem de fazer é uma consagração brilhante, não dos altos meritos do es-

Por ocasião da visita dos alumnos da Escola Militar a nossa Academia saudou-os, em nome dos academicos de direito de S. Paulo, o sr. Salles Junior, nosso estimavel companheiro de associação. Agradecendo, respondeu o sr. Alfredo Severo, alferes-alumno da Escola Militar.

Recebemos e agradecemos:

Les Temps Nouveaux, brilhante hebdomadario socialista, que se publica em Paris, com o concurso de collaboradores de nomeada;

Polyanthéa, commemorativa do 8.º anniversario da fundação da Escola Complementar « Prudente de Moraes », sob a redacção dos srs. Angelo Silvio e Antonio Martino e sr.^{tas} Floriza Toledo e Wanda Ribeiro;

Paulopolis, a brilhante revista de Horacio Rodrigues e Veiga Miranda, que conta com a collaboração de litteratos consagrados;

A Época, organo do Circulo Juridico Academico, dirigido pelos nossos distinctos collegas Dagoberto Salles, Pedro Odilon e Macedo Soares;

Cinze de Agosto, organo do Centro Academico do mesmo titulo, sob a competente direcção dos academicos; Pedro Doria, Monteiro Lobato, Paulo Sampaio, Armando Rodrigues e Lino Moreira;

O Verbo, folha academica de propriedade de uma associação de collegas do 2.º anno, redigida brilhantemente pelos estudantes: Julio Prestes, Albino Camargo, Platão de Andrade, Francisco Lagreca e J. Alvaro Pereira Leite;

A Lanterna, organo da mocidade academica do Rio de Janeiro;

A Lanterna, organo anti-clerical dirigido pelo sr. Benjamin Motta.

Fonte: JUSTIÇA, 23/09/1903, p. 3, grifo nosso.

ANEXO YY – ANÚNCIO DO ADVOGADO BENJAMIM MOTA - 1903

A LANTERNA

ADVOCACIA

Benjamim Mota

Acceita o patrocínio de causas criminaes civis e commerciaes, encarregando-se de fazer defezas perante o jury, nesta Capital e em localidades servidas por estradas de Ferro.

Defende gratuitamente todos os cidadãos, qualquer que seja a sua crença politica ou religiosa, quando soffrereem processos em consequencia de manifestarem as suas opiniões.

Escriptorio: Travessa do Commercio, 1
(Sobrado)

Nos altos d'A Platea.

Caixa do Correio - 256



Fonte: A LANTERNA, 4-5 jul. 1903, p.4.

ANEXO ZZ – CARTA DE UM LEITOR D'A LANTERNA COM SUGESTÕES LITERÁRIAS E CULTURAIS ENDEREÇADA À REDACÇÃO DO JORNAL

A Propaganda

O nosso presado amigo Dr. Antonio Pinto de A. Ferraz, escreve-nos que achava muito útil a propaganda que encetamos:

1.º—Que a *Lanterna* publicasse uma descrição minuciosa das torturas da Inquisição, acompanhada de gravuras explicativas;

2.º—Que publicasse em folhetins os dois seguintes romances:

a) Na 1.ª pagina — *O Frade* — pelo padre *.

b) Na 2.ª pagina — *A Freira no subterraneo*, 1 volume, por Camillo Castello Branco.

3.º—Que reproduzisse os excellentes folhetos do Dr. Betholdi, que já não se encontram mais em nosso meio litterario.

4.º—Que organisasse uma lista alphabetica de obras anti-clericas, e que a publicasse, em todos os numeros, na primeira columna da primeira pagina, declarando, á margem, o preço approximativo de cada uma d'ellas, e promptificando-se a mandar vir da Europa ou dos Estados Unidos aquellas que não se encontrarem nas livrarias de S. Paulo ou do Rio.

Por este serviço poderia cobrar uma pequena commissão, que seria aproveitada em beneficio do jornal.

5.º—Que promovesse em S. Paulo a representação frequente das seguintes peças theatraes:

a) Molière — *O Tartufo*.

b) Antonio Ennes — *Os Lazaristas*.

c) Sardou — *A Tosca*.

d) Perez Galdós — *Electra*.

Do producto d'esses espectaculos, si fosse possível, tirar-se-ia uma porcentagem em beneficio do jornal como compensação do trabalho de passar todos os bilhetes, para que sempre houvesse enchentes — Nos intervallos far-se-iam discursos anti-clericas e espalhar-se-iam, do alto das galerias, annuncios de livros como, por exemplo:

a) *O Citador* — de Pigault-Lebrun.

b) *A Bible Amusante* — de Leo Taxil.

c) *Les Conflits de la Science et de la Religion* — de Draper.

d) *Les Erreurs Scientifiques de la Bible*, de Ferrière.

e) *Os crimes dos papas*, de Lachatre.

f) *A vida de Jesus*, de Renan.

g) *A vida de Jesus*, de Peyrat.

h) *As Ruínas*, de Volney.

i) *A origem de todos os cultos*, de Dupuis.

j) *A Amante de Jesus*, de Alfredo Galis.

k) *O crime do padre Amaro*, de Eça de Queiroz.

l) *A Reliquia*, do mesmo.

m) *A Velhice do Padre Eterno*, de Guerra Junqueiro.

n) *Historia Universal*, de Theophilus Braga etc., etc.

6.º—Que organisasse em todos os municipios do Estado uma commissão, de 2 ou 3 pessoas, incumbida de distribuir os jornaes, folhetos e livros de propaganda.

7.º—Que creasse no jornal uma secção permanente de "*Bibliographia*", na qual se fizesse um resumo do conteúdo das principais obras anti-clericas.

8.º—Que publicasse por inteiro a "*Mentira religiosa*" de Max Nordau, traducção de M. C. da Rocha.

9.º—Que organisasse uma lista de quadros anti-clericas para sala.

10.º—Que combatesse especialmente a confissão e os subsidios dado pelo governo aos collegios religiosos.

11.º—Que publicasse todos os dias uma collecção de pensamentos de autores celebres, contra o fanatismo.

12.º—Que, por meio de um engenheiro, fizesse um calculo do dinheiro que se tem gasto no Brazil com a construcção de igrejas, mostrando, que elle seria mais bem empregado si o destinassem ao pagamento da divida nacional.

13.º—Que creasse secções de propaganda:

a) Em portuguez

b) Em francez

c) Em italiano

d) Em allemão

e) Em hespanhol

f) Em inglez

g) Em arabe

para as respectivas colonias». A idéa do nosso amigo é excellente, e vamos pô-la em pratica.

Pedimos, portanto, a todos os amigos conhecidos e desconhecidos, que nos auxiliem nessa grande tarefa, enviando subsidios para a "*Bibliographia*", já os nomes das boas obras que conhecerem, em qualquer idioma, afim de que possamos organisar um catalogo, visto que temos muitas obras anti-clericas, mas certamente haverá outras que desconhecemos.

Quanto a serie de dramas, a direcção d'A *Lanterna* vai trabalhar para organisar uma semana de espectaculos, com dramas anti-clericas, em São Paulo.

ANEXO AAA – CARTA DE BENJAMIM MOTA A RUI BARBOSA

CASA DE RUI BARBOSA
 Ex. mo. Senador Rui Barbosa
 Rio

Excellentissimo Senhor.

A V. Ex.^a, defensor do bravo, dos
 desprotegidos, dos victimas dos tyran-
 via, eu, obscura e humilde indi-
 vidualidade por V. Ex.^a descortesi-
 da, venho expôr um facto accu-
 satorio.

Em 12 de Março do corrente an-
 no devia realisar-se nesta capital um
 comicio popular a policia prohibi-
 uo os promotores do comicio, es-
 cudadado na Constituiçao da Republi-
 ca, tentaram realisar-o.

A policia tinhava o fôro e pata de
 cavallo, e, os seus coactivos, atordos,

com linceu, multat, visto e
cinega. Não ficaram vivos. Engra-
çavam tiros e caçavam por inces-
ta. Mataram uma fregu no Rio
15 de Novembro.

Remando por metete o de-
cor (na promissa a falsia, que
V. Ly? não tem defensor no advogado
nel discussões sobre o juramento
do Intelecto, prendeu cinco manifestos
e arrou. Isto um processo
montuoso.

Depois da preso reconhecida ao tri-
funal, e, por partes, foi alcançada
do justiça. Foram elle metto in-
dizente fregu do dezoito.

Forçados o humano, o campo-
nho: o com deitagem, e as papas
dellamulo da dezaneta deituro.

um conselho pessoal a quem
to anal procede, ou então,
acertando o probito por um
jogo, e e' o seguinte: subdito-
ar em V. Ly? o poder da
reunio procuração, para V. Ly?,
como advogado e defensor de
n'istimo de uma infame
perseguição, apresentada ao tribu-
nal do Estado com Memorial
sobre o mesmo.

Em apudo o relatório de
V. Ly?, certo de que V. Ly? não
neste caso, como sempre na
sua preciosa existência, o defen-
sor dos n'istimo do mesmo
reparar e observar do poder.

com linceu, multat, visto e
cinega. Não ficaram vivos. Engra-
çavam tiros e caçavam por inces-
ta. Mataram uma fregu no Rio
15 de Novembro.

Remando por metete o de-
cor (na promissa a falsia, que
V. Ly? não tem defensor no advogado
nel discussões sobre o juramento
do Intelecto, prendeu cinco manifestos
e arrou. Isto um processo
montuoso.

Depois da preso reconhecida ao tri-
funal, e, por partes, foi alcançada
do justiça. Foram elle metto in-
dizente fregu do dezoito.

Forçados o humano, o campo-
nho: o com deitagem, e as papas
dellamulo da dezaneta deituro.

que da sentença, por o qual
contribua, girando se a pe-
da justiça.

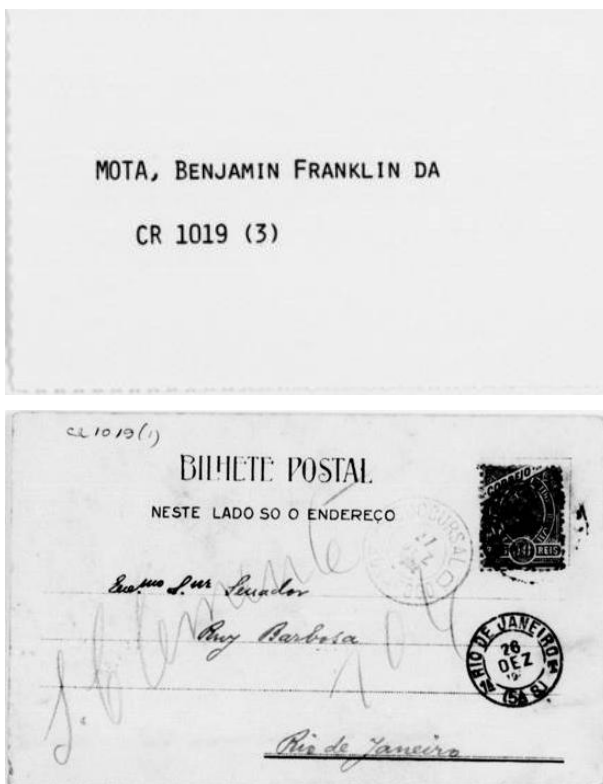
V. Ly? não ignora que o poder
do mesmo, que e' a mesma lei
procuração ainda, não permite
recursos por ordem superior. Pois

sem, no entanto, com a petição
do Remato reconhecida, lá está
a ordem do Procurador do Estado
ordenando o recurso.

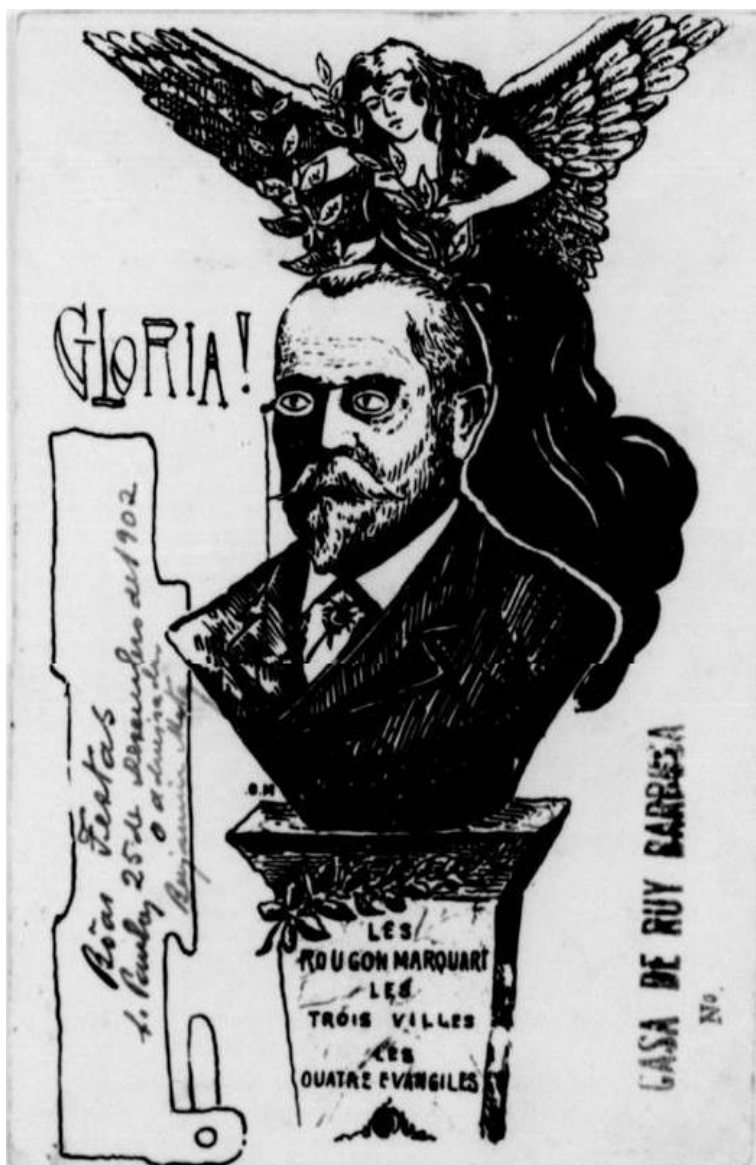
E tudo por que? Porque o Dr.
Washington Luth, acriticamente,
que deprender a justiça da
nova terra!

V. Ly? pode sentir que seme-
te infamia e covardia, dando

ANEXO BBB – DOSSIÊ DE BENJAMIM MOTA NO ARQUIVO
RUI BARBOSA²⁷⁸



²⁷⁸ O dossiê de Benjamin Franklin Silveira da Mota é composto por 03 documentos textuais: bilhete postal de boas festas e cartas solicitando encaminhar ao Tribunal do Estado um memorial referente a intervenção policial a qual impediu a realização do comício popular, fazendo uso da violência, por ordens do Dr. Washington Luís; e pedindo a opinião de Rui Barbosa sobre o projeto que regula os casos de expulsão de estrangeiros do território nacional; e comunicando a publicação do projeto nos jornais “Diário Popular” e “Avante”. Disponível: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&PagFis=23564&Pesq=>



Fonte: RUI BARBOSA ONLINE, ARQUIVO RB DIGITAL.

ANEXO CCC – RETRATO DO TEATRO SANT'ANNA EM
1910²⁷⁹



Fonte: AURÉLIO BECHERINI/ESTADÃO.

²⁷⁹ “Foi inaugurado no final do século 19, ficava na rua Boa Vista, e foi demolido por volta de 1912 para a construção de um viaduto”. Ver: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,era-uma-vez-em-sp-teatros-santana,11086,0.htm>

ANEXO DDD – SEÇÃO DE BIBLIOGRAFIA DO JORNAL O
AMIGO DO POVO

Livros e folhetos

Vendem-se nesta redacção:

<i>A Sociedade Futura</i> , por Jean Grave	3\$000
Pelo correio registrado . . .	3\$500
<i>Carta P.^a VII</i> , por Talleirand	500
<i>Entre Camponeses</i> , por E. Malatesta	400
<i>A minha Defesa</i> por J. Etiévant	300
<i>Escravidão antiga e moderna</i> , por E. Aranha	500

Excellentes traducções

No Rio de Janeiro, vendem-se, alem d'essas obras:

<i>Germinal</i> , por Emilio Zola .	3\$000
<i>Determinismo e Responsabilidade</i> , por A. Hamon	1\$500
<i>A Igreja e o Proletariado</i> por H. Salgado	400
Pedido a J. Motta Assumpção, rua dos Invalidos 24 (Villa Ruy Barbosa).	

Esta Redacção encarrega-se de mandar vir do Rio ou da Europa qualquer obra de orientação libertaria, pagando o comprador as despesas do correio.

Em Lisboa, alem de todas as obras citadas, vendem-se:

<i>Autopsia á Bibbia Sagrada</i> , de H. Salgado, moeda forte . . .	1 ^o 0
<i>A Ideia</i> Discurso do Dr Bernardo Lucas, no tribunal	40
<i>Os Crimes de Deus</i> , por Sebastien Faure	20
Pedidos a A. E. Dias da Silva, pateo do Martel, porta n. 2.	

ANEXO EEE – SEÇÃO DE BIBLIOGRAFIA DO JORNAL A LANTERNA

Libros e Revistas

Temos sobre a mesa muitíssimos livros que nos têm sido offerecidos e sobre os quaes, a partir do proximo numero, começaremos a publicar as nossas impressões.

Tambem com *A Lanterna* estão permutando importantissimas revistas litterarias e scientificas, que precisamos tornar conhecidas dos nossos leitores.

Começamos hoje a accusar o recebimento dessas magnificas revistas e continuaremos.

— *L' Università Popolare*, publicada em Mantua, Italia, (Via Tito Speri n. 13) sob a direcção do illustrado advogado Dr. Luigi Molinari.

Assignatura: Anno, 8 liras, para o exterior.

Eis o summario do n.º 13:

PROF. ALESSANDRO GROPPALI: *Le origini della società e della famiglia* (Corso completo di sociologia - Lezione seconda).

DOTT. LUIGI BÜCHNER: *Il femminismo*.

PROF. ENRICO FERRI: *La giustizia penale* (Riassunto del corso di sociologia criminale tenuto all'Università Nouvelle di Bruxelles).

PIETRO KROPOTKINE: *Pagine autobiografiche*.

Massime e Pensieri.

Questionario proposto ai lettori sul miglioramento delle «U. P.»

Numero 14:

PROF. ALESSANDRO GROPPALI: *Il Problema della causalità e la seriazione dei fenomeni sociali* (Corso completo di sociologia - Lezione terza).

HERBERTO SPENCER: *Il diritto alla libertà di parola e di stampa*.

PROF. ENRICO FERRI: *La giustizia penale* (Riassunto del corso di sociologia criminale tenuto all'Università Nouvelle di Bruxelles).

VERA STARKOFF: *Le pioniere del progresso*.

ANEXO FFF – NOTA DE AGRADECIMENTO DO JORNAL IL DIRITTO A BENJAMIM MOTA

IL DIRITTO

ver- delinquencia? Não! . . . Em vez aug-
a las- mentam espantosamente!

acus- E isso prova que nem os vossos co-
ngra- digos e nem as vossas prietas podem
gri- fazer obstáculo ao delicto.

disi- Queimam, portanto os vossos codigos,
ser- e as vossas prietas sejam substituidas por
a! causas de instrução! . . .

nal- Mas antes que tudo é necessario re-
rem- montar as causas que produzem o deli-
ara- quente e . . . supprimil-as. O homem que
é recuso do uxoricidio — para voltar
ao facto — nega de ser elle quem com-
metten o delicto, não obstante todas as
provas contrarias.

o a Pode ser exacto, como systema de de-
ste- fesa errada . . . A nós, porém, isto não
so- nos diz respeito, com tudo reconhecendo
nis que n'esse processo ha lacunas não pre-
enchidas e pontos obscuros e nomes oc-
cultos . . . O que prova que a justiça
tendo em consideração a alguns, é tirar
a si mesma . . . Oh! benditos versos
da Guerra Junqueiro . . .

sa O homem que accusam virá de novo
r. condemnado fatalmente a 30 annos . . .

o Os jurados poderiam absolvel-o, mas não
fo o absolverão, faltarão a si mesmos e
a não escutarão a insufficiencia jurilica
a que grita: *Condemna, condemna a irres-
ponavel . . . assim se absolva não e a
justiça!*

o E com tudo os jurados são christãos!

o E com tudo um mystico, em que
uós não juramos) um pobre rabino
que morreu crucificado, ensinou, ha
muitos seculos: *o homem não póde jul-
gar o homem.* . . .

o Mas o homem cheio de pecados,
ella tambem victima da carne, julgará
o homem que peccou.

o E tu tetragono rabino, da tua cruz,
o absolverás, para absolver a grande
montanha: o christianismo!

G. Damiani.



VARIAS.

Recobemos de S. Paulo os tres
primeiros numeros do novo pe-
riodico "O amigo do Povo",
Orgão libertario, em lingua portugueza,
que entre os seus redactores conta a Ben-
jamin Motta e Vasconcellos, o primeiro
Brasileiro e o outro portuguez, habeis

escriptores e fortes amigos das idéas re-
volucionarias.

Ao novo confrade agoramos uma vi-
da de prosperidades e de luctas gloriosas.

N.B. Os companheiros que quiserem
assignar "O amigo do Povo", poderão
fazel-o em nossa redacção

* * *

Cerrem aqui bantos que os anar-
chistas são protegidos e pro-
tegem o representante de sua
magesdade Januario III, rei da Italia.

Nada mais falso e o dementre seri su-
perfluo, si não heuvessem certos imbécis
que creem em palavras postas em circu-
lação pelos inimigos passaca do Sr.
Silva, que querem substitui-lo por um
pudicocto do comdo della

Defendam lá, elles e os outros, os pro-
prios interesses como melho lhes agra-
dar podem não inventem cartigas serrin-
de-so de nesse nome.

Nós não procuramos e não daremos
nunca auxilio a quemquer que seja re-
presentante de qualquer autoridade, par-
ticularmente, pois, ao representante da
vergonhosa monarchia italiana, tanto que-
rida aos mais vergonhosos monarchistas
italianos. E pensamos . . . que isto
chega.

* * *

O "Diario da Tarde" fazendo a
narração da vida de uma po-
bre loba e das suas manias,
conclue a chronica assim: "A infeliz mu-
lher chama-se Soriana dos Santos, e ca-
rense e aqui reside desde 1852, levando
a vida errante dos desgraçados sem pio
e sem lar."

Quando nós dirá do novo o illustre
collega, que, no Brazil, não ha razao de
existir a questão social? . . .

E depois, quando nos contar a inteia
historia da pobre Soriana?

Quem foi que a reduziu a tal estado?..
Mysterio? . . .



Por falta de espaço semos o-
brigados a publicar a lista da
subscrição voluntaria no pro-
ximo numero.

— * * * —

ANEXO GGG – TRANSCRIÇÃO DA LEI 173/1893

LEI N° 000173, DE 10 DE SETEMBRO DE 1893

Regula a organização das associações que se fundarem para fins religiosos, Moraes, científicos, artísticos, políticos ou de simples recreio, nos termos do art. 72, § 3º, da Constituição.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As associações que se fundarem para fins religiosos, Moraes, científicos, artísticos, políticos, ou de simples recreio, poderão adquirir individualidade jurídica, inscrevendo o contracto social no registro civil da circumscrição onde estabelecerem a sua sede.

Art. 2º A inscrição far-se-há á vista do contracto social, compromisso ou estatutos devidamente authenticados, os quaes ficarão archivados no registro civil.

Art. 3º Os estatutos, bem como o registro, declaração:

§ 1º A denominação, fins e sede da associação ou instituto.

§ 2º O modo pelo qual a associação é administrada e representada activa e passivamente em Juízo, e em geral nas suas relações para com terceiros.

§ 3º Si os membros respondem ou não subsidiariamente pelas obrigações que os representantes da associação contrahirem expressa ou intencionalmente em nome desta.

Art. 4º Antes da inscrição, os estatutos serão publicados integralmente ou por extracto que contenha as declarações mencionadas no art. 3º, no jornal official do Estado onde a associação tiver a sua sede.

Art. 5º As associações assim constituídas gosam de capacidade jurídica, como pessoas distinctas dos respectivos membros, e podem exercer todos os direitos civis relativos aos interesses do seu instituto.

Art. 6º Todas as alterações que sofrerem os estatutos deverão ser publicadas e inscriptas do mesmo modo, sob pena de não poderem ser oppostas contra terceiros.

Art. 7º Salvo declaração em contrario nos estatutos:

§ 1º os directores ou administradores reputam-se revestidos de poderes para praticar todos os actos de gestão concernentes ao fim e ao objecto da associação;

§ 2º não poderão transigir, renunciar direitos, alienar, hypothecar ou empenhar bens da associação;

§ 3º -- serão obrigados a prestar contas annualmente á assembléa geral;

§ 4º todos os associados terão direito de votar na assembléa geral, e as resoluções serão tomadas por maioria dos votos dos membros presentes.

Art. 8º Si os directores ou administradores não prestarem contas no prazo do art. 7º, n. 3, ou no prazo que os estatutos marcarem, poderão ser citados por qualquer membro para prestal-as em Juízo.

Art. 9º Os directores ou administradores serão solidariamente responsáveis para com a associação e os terceiros prejudicados pelas infracções dos estatutos ou por excesso do mandato.

Nestes casos a associação será responsável para com terceiros, si tirar proveito do acto ou si approval-o posteriormente.

Art. 10 As associações extinguem-se:

§ 1º pela terminação do seu prazo, si forem por tempo limitado;

l§ 2º por consenso de todos os seus membros;

l§ 3º cessando o fim da associação ou tornando-se impossível preenchei-o;

§ 4º perdendo a associação todos os seus membros;

§ 5º nos casos previstos nos estatutos

Art. 11 Dissolvida ou extincta a associação e liquidado o passivo, o saldo será partilhado entre os membros existentes ao tempo da dissolução, salvo si os estatutos prescreverem ou a assembléa geral houver resolvido, antes da dissolução, que o saldo seja transferido a algum estabelecimento publico ou a outra associação nacional que promova fins idénticos ou análogos.

Art. 12 Verificando-se o caso previsto no art. 10, n. 4, os bens da associação consideram-se vagos e passarão a pertencer à União.

Art. 13 As associações que promoverem fins ilícitos ou que se servirem de meios ilícitos ou immoraes, serão dissolvidas por sentença, mediante denuncia de qualquer pessoa do povo ou do ministério publico, e proceder-se-há à liquidação judicial dos bens, nos termos do art. 11.

Art. 14 As associações não gosam do beneficio de restituição, e lhes é vedado contractar com os seus directores ou administradores.

Paragrapho único. As dividas activas e passivas, os direitos e encargos reaes das associações, prescreverem segundo as regras geraes de direito.

Art. 15 As associações que não adquirirem personalidade jurídica nos termos desta lei, reger-se-hão pelas regras das sociedades civis.

Art. 16 As associações fundadas para os fins declarados no art. 1º, que tomarem a forma anonyma, serão em tudo sujeitas ás leis e decretos relativos ás sociedades anonymas.

Art. 17 O registro de que trata o art. 1º desta lei será feito em livro especial a cargo do official do registro de hypothecas.

Art. 18 Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de setembro de 1893, 5º da Republica

FLORIANO PEIXOTO

Fernando Lobo

Fonte: ARQUIVO DO SENADO (ONLINE).

ANEXO III – TRANSCRIÇÃO DO DECRETO 119-A/1890

DECRETO Nº 119-A, DE 7 DE JANEIRO DE 1890.

Prohíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exercito e Armada, em nome da Nação,
DECRETA:

Art. 1º E' prohibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear differenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas.

Art. 2º a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou publicos, que interessem o exercicio deste decreto.

Art. 3º A liberdade aqui instituida abrange não só os individuos nos actos individuaes, sinão tabem as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituirem e viverem collectivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder publico.

Art. 4º Fica extincto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerogativas.

Art. 5º A todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade juridica, para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes á propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o dominio de seus haveres actuaes, bem como dos seus edificios de culto.

Art. 6º O Governo Federal continúa a prover á congrua, sustentação dos actuaes serventuarios do culto catholico e subvencionará por anno as cadeiras dos seminarios; ficando livre a cada Estado o arbitrio de manter os futuros ministros desse ou

de outro culto, sem contravenção do disposto nos artigos antecedentes.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 7 de janeiro de 1890,
2º da Republica.

Manoel Deodoro da Fonseca.

Aristides da Silveira Lobo.

Ruy Barbosa.

Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

Eduardo Wandenkolk. - M. Ferraz de Campos Salles.

Demetrio Nunes Ribeiro.

Q. Bocayuva.

Fonte: ARQUIVO DO SENADO (ONLINE).

ANEXO JJJ – ANÚNCIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO JURÍDICO: ADVOGADO OSCAR SILVEIRA DA MOTA (IRMÃO DE BENJAMIM MOTA) SEGUIDO DE DIVULGAÇÃO DO LIVRO *A RAZÃO CONTRA A FÉ*

O ADVOGADO
Dscar Silv. da Mota
 acceita o patrocínio de
 causas criminaes, civeis e
 commerciaes
 TATUHY

A Razão Contra a Fé
 POR
Benjamim Mota
 (3.^a Edição)

a venda na *Livraria Italiana*, dos FRATELLI
 BERTOLOTTI.
 Rua Florencio de Abreu, 4
 CAIXA POSTAL R
 S. Paulo
PREÇO: 500 Reis.
 Pelo correio 700 Re's

Fonte: A LANTERNA, 5-6/09/1903, p. 3, grifo nosso.

ANEXO Kkk – Ocorrência de Greves no Estado de São Paulo (1901-1914)

Anos	Seção de estabelecimento	Estabelecimento	Setor	Inter-profissionais	Generalizadas	Total Anual
1901	--	7	2	--	--	9
1902	2	6	2	--	--	10
1903	--	3	--	--	--	3
1904	--	5	2	--	--	7
1905	--	4	2	1	--	7
1906	--	4	3	1	1	9
1907	--	11	4	2	--	17
1908	--	18	4	1	--	23
1909	--	3	1	--	--	4
1910	--	1	--	--	--	1
1911	--	2	2	1	--	5
1912	--	14	1	1	1	17
1913	--	6	--	--	--	6
1914	--	1	--	--	--	1
Total	2	85	23	7	2	119

Fonte: SIMÃO, 2012, p. 159.

ANEXO LLL– CRIAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES, SOCIEDADES, CENTROS EM SÃO PAULO (1900-1910)

ANO	DESCRIÇÃO
1900	Sociedade Beneficente dos Pedreiros e Carpinteiros 24 de Maio
1900	Associação Hospital Alemão de São Paulo
1901	Associação Médica Beneficente de São Paulo
1901	Associação Auxiliadora dos Carpinteiros, Pedreiros e demais Classes
1901	Centro Beneficente de Empregados de Locomotivas da Cia. Paulista
1902	Club 13 de Maio dos Homens Pretos
1902	Associação das Artes Gráficas e Anexas
1902	Sociedade Beneficente dos Barbeiros e Cabeleireiros
1902	Sociedade Cooperativa dos Homens Pretos
1902	Sociedade Austríaca de Beneficência
1903	Sociedade Alemã de Beneficência
1904	Associação Protetora das Famílias dos Empregados na Cia. Paulista
1904	Sociedade Beneficente da Cia. Mecânica
1904	Grêmio dos Alfaiates
1904	Associação Auxiliar dos Oficiais de Farmácia
1904	União dos Trabalhadores Gráficos
1905	Caixa Auxiliar dos Empregados na Contadoria Geral
1905	Associação Beneficente dos Empregados da Cia. Docas de Santos
1905	Sociedade Beneficente Caixa de Prevenção – Empregados na Repartição Tração
1905	Sociedade Auxiliadora dos Maquinistas da SP Railway Company
1905	Grêmio Tipográfico Paulistano
1905	Sociedade Beneficente Síria
1906	Sociedade Beneficente dos Homens de Cor
1906	Sociedade União dos Empregados do Comércio
1906	Associação Beneficente Mútua dos Engenheiros
1906	Liga Republicana – Reunião de Dissidentes e oposicionistas ao governo central brasileiro. Foi uma união partidária temporária para fazer frente ao PRP – Partido Republicano Paulista.
1907	União Beneficente do Foguista e Maquinista da SP Railway

	Company
1907	Sociedade de Socorros Mútuos dos Viajantes
1907	Sociedade Maronita de Beneficência
1907	Sociedade “Alleman Kaiser Wilhem”
1908	Associação Beneficente Amigos da Pátria
1909	Caixa de Socorros Mútuos dos Conferentes da Estação do Pari
1909	Sociedade de Previdência entre os Empregados da CO Mojiana – Campinas
1909	Aliança entre Cozinheiros, Caixeiros e Confeiteiros
1909	Sociedade União dos Canteiros em Pedra de Granito
1910	Sociedade Beneficente da Repartição de Água e Esgotos
1910	Serviço de Proteção aos Índios

Fonte: Construído pela autora com base na literatura (GOHN, 2003).

ANEXO MMM – LEGISLAÇÃO SOCIAL (1900-1910)

Ano	Lei	Data	Descrição
1903	979	6-1-1903	Faculta aos profissionais da agricultura e das indústrias rurais a organização de sindicatos para a defesa de seus interesses. Revogado pelo Decreto 23.611 de 20-12-1933.
1904	1.150	5-1-1904	Institui a caderneta agrícola e confere privilégios para o pagamento de dívida proveniente de salários de trabalhadores rurais. Alterado pela Lei 1.607 de 29-12-1906
1908	6.990	15-6-1908	Aprova o regulamento para o Montepio de operários e serventes dos Arsenais da Marinha da República. (Previdência Social). Alterado o art. 65 pelo Decreto 5.411, de 29-3-1940.

Fonte: SIMÃO, 2012, p. 114-117.

ANEXO NNN – OCORRÊNCIA DE GREVES POR CATEGORIAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO (1901-1904)

Categorias Profissionais	Seção de estabelecimento	Estabelecimento	Setor	Total
Têxteis	--	38	1	39
Alimentação e Bebidas	--	8	1	9
Transportes urbanos	--	3	4	7
Gráficos	--	5	1	6
Ferrovários	--	1	5	6
Metalúrgicos	--	6	--	6
Construção Civil	--	1	5	6
Calçados	--	5	--	5
Serviços e obras públicas	2	2	--	4
Em madeira	--	2	1	3
Construção de veículos	--	4	--	4
Chapeleiros	--	1	2	3
Vidreiros	--	2	--	2
Doqueiros	--	2	--	2
Papel	--	2	--	2
Curtumes	--	2	--	2
Canteiros	--	1	--	1
Confecções de vestuário	--	--	1	1
Total	2	85	21	108

Fonte: SIMÃO, 2012, p. 165.

ANEXO O' - BALANÇO FINANCEIRO DO JORNAL A
LANTERNA EM 1903

Entradas	
Assignaturas	688\$000
Venda avulsa	608\$600
Subscrição «Pro' Cartaz»	177\$500
Annuncios	407\$500
Cartões Postaes e diversas	180\$200
Entradas da Redacção.	750\$000
<hr/>	
Total: 2:	811\$800
Sahidas	
Despezas geraes	131\$700
Aluguel de casa	180\$000
Expedição	279\$500
Typographia	2:182\$000
Caixa do Correio e 1 chave	24\$000
<hr/>	
Total: 2:	797\$200
Dívidas a pagar	
A' Typographia	165\$000
A' Lythographia, pela impressão do «Cartaz»	800\$000
<hr/>	
Total:	965\$000
Saldo em caixa:	14\$600
<hr/>	
DEFFICIT REAL:	950\$400

Fonte: A LANTERNA, 19-27/09/1903, p. 1.

ANEXO P' – TRANSCRIÇÃO DA NOTA DE FALECIMENTO DE BENJAMIM MOTA (1940)

FALLECIMENTOS

Benjamim Franklin Silveira da Mota – Falleceu, hontem, nesta capital, com 70 annos de idade, o sr. Benjamim Franklin Silveira da Motta, deixando viuva a sra. d. Annita Silveira da Motta.

Era irmão dos dr. Renato Fulton Silveira da Motta, juiz aposentado; Mario Silveira da Motta, funcionario da Secretaria da Fazenda; João Evangelista Silveira da Motta, director aposentado da Escola de Aprendizizes Artifices.

Era tio do dr. Paulo Alfredo Silveira da Motta, delegado da Ordem Politica e Social; e do engenheiro Renato Motta Filho.

O fallecido era filho do dr. Alfredo Silveira da Motta e da sra. d. Augusta Silveira da Motta, já fallecidos; sobrinho do saudoso almirante Jaceguay.

Benjamim Motta, militou durante muitos annos no jornalismo. Profissional competente e experimentado, penna brilhante e combativa, com larga folha de serviços à Imprensa do paiz, trabalhou em jornaes do Rio, de São Paulo e de Santos, sendo figura bastante estimada e respeitada pela independencia de suas ideias.

O seu sepultamento realiza-se, hoje, ás 15 horas, sahindo o fereiro da rua Pedroso, 229, para o cemitério da Consolação.

A família pede não sejam enviadas corôas nem flôres.

Fonte: CORREIO PAULISTANO, 11-12-1940, p. 4

ANEXO Q' – HOMENAGEM À MEMÓRIA DE BENJAMIM MOTA UM ANO DE FALECIDO

Benjamin mota

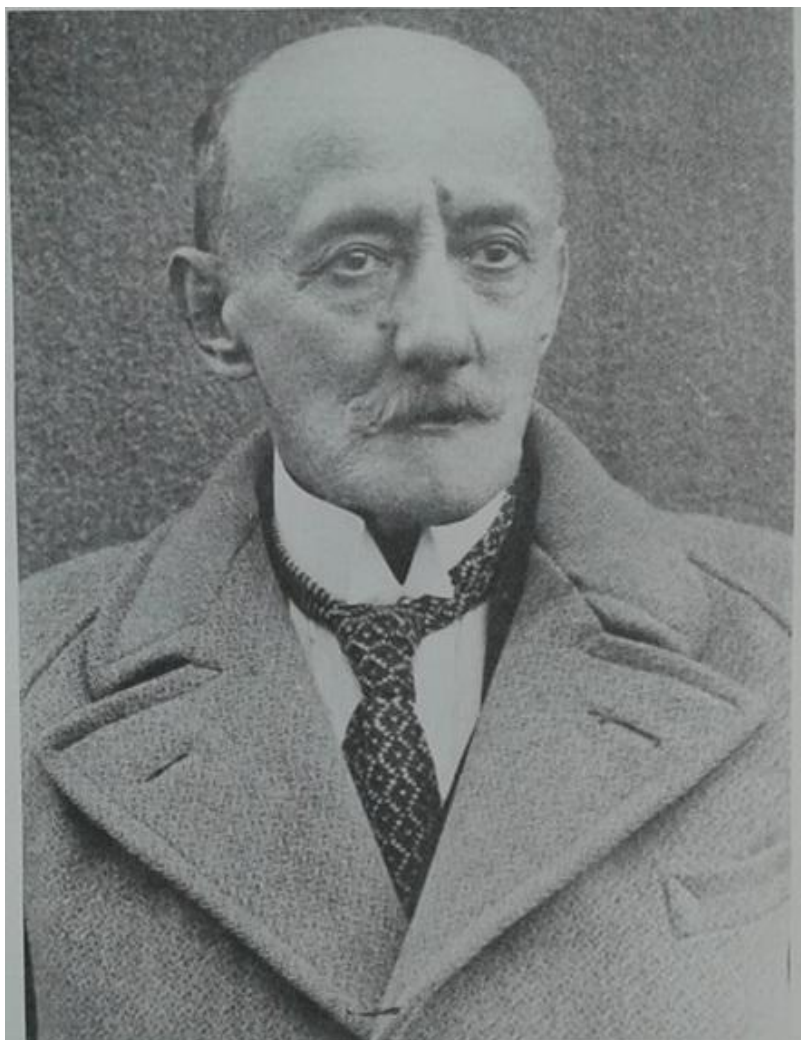
Ha um ano, na data de hoje, falecia nesta capital o velho jornalista Benjamin Mota, cujo nome ao longo de quase meio seculo de campanhas pela imprensa e pela tribuna, alcançara invejavel popularidade em nosso meio. Descendente da antiga e tradicional família da aristocracia paulista que nos deu o poeta Alvares de Azevedo, o jornalista Benjamin Mota, desde cedo, dedicou-se ao jornalismo popular, tendo trabalhado com Julio Ribeiro no “Rebate”.

Mais tarde, prestou serviços á “Noticia” de Nestor Rangel Pestana e ao “Paiz” do Rio de Janeiro, numa de suas fases mais brilhantes. Ele proprio fundou e dirigiu jornais. Alguns deles deixaram vestígios de sua passagem nas tradições da imprensa de São Paulo.

Comemorando o primeiro aniversario da morte desse lutador da nossa imprensa que após uma existencia inteira de serviços ás classes populares faleceu quase esquecido, uma comissão de jornalistas vai pedir a inauguração do seu retrato na galeria que se encontra na Associação Paulista de Imprensa, onde já figuram tantos outros que, igualmente, ilustraram e honraram a classe dos trabalhadores do jornal.

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 10/12/1941, p. 10.

ANEXO R' – RETRATO DE BENJAMIM FRANKLIN SILVEIRA
DA MOTA



Benjamim Mota, lawyer and director of the first phase of the anticlerical *A Lanterna*.
(Kindness of Germinal Leuenroth)